

# 1919

OFÍCIO • 17 ABR. 1919 • AHI 210/1/7

[Índice:]

Negócios Diplomáticos

[Con]sulares e Econômicos

1ª Seção

N. 5

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé

Roma, 17 de abril de 1919.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que no dia 14 do corrente mês entreguei a Sua Santidade o Papa Bento XV a carta que me acredita na qualidade de embaixador extraordinário e plenipotenciário dos Estados Unidos do Brasil junto à Santa Fé.

Fica assim confirmado o telegrama que dirigi a Vossa Excelência, nos seguintes termos: “entreguei hoje credencial Santo Padre.”

Em retalhos anexos do *Osservatore Romano*, da Tribuna, do Corriere d'Italia e de L'Italie, envio a Vossa Excelência os artigos que apareceram por essa ocasião, assim como o texto italiano do discurso que pronunciei, e um resumo muito exato da resposta do papa.

Aproveito o ensejo para reiterar-lhe, Senhor Ministro, a segurança da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Domicio da Gama,

Ministro de Estado das Relações Exteriores.

[Anexo]

Anexo do ofício n. 5, dirigido à 1ª seção da diretoria geral dos Negócios Diplomáticos, Consulares e Econômicos pela embaixada do Brasil junto à Santa Fé, em 17 de abril de 1919.

[Anexo] L'osservatore Romano – 15 aprile 1919

[Anexo] La Tribuna – 15 aprile 1919

Brasile e Vaticano

\*

**OFÍCIO • 19 ABR. 1919 • AHI 210/1/7 210/1/7**

[Índice:]

Negócios Diplomáticos

[Con]sulares e Econômicos

1ª Seção

N. 6

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé

Roma, 19 de abril de 1919.

Senhor Sub-Secretário de Estado

Por intermédio da legação junto a S. M. o rei d'Itália, tive a honra de receber o seguinte telegrama de Vossa Excelência: “Circular 2. Tenho honra comunicar assumi hoje cargo sub-secretário Estado em cujo desempenho confio amistosa cooperação Vossência.”

Em resposta enviei hoje a Vossa Excelência este telegrama: “Informado meu colega [ilegível] nomeação Vossência rogo aceitar nossas felicitações e segurança nossa leal cooperação.”

Renovando essas felicitações aproveito o ensejo para oferecer a Vossa Excelência a segurança da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Augusto Cochrane de Alencar,  
Sub-Secretário de Estado das Relações Exteriores.

\*

**OFÍCIO • 19 ABR. 1919 • AHI 210/1/7**

[Índice:]

Negócios Diplomáticos [Con]sulares e Econômicos

1ª Seção

N. 7

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé

Roma, 19 de abril de 1919.

Senhor Ministro,

Por intermédio da legação junto a S. M o rei d'Itália, tive a honra de receber os dois seguintes telegramas de Vossa Excelência:

“Circular 1. Queira passar nota esse governo convidando enviar delegados vigésimo Congresso Internacional Americanistas que reunirá aqui dezoito a trinta junho próximo.”

“Circular 3. Aditamento circular telegráfica um Congresso Americanistas transferido junho 1920.”

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência a segurança da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azevedo

A Sua Excelência o Senhor Domicio da Gama,

Ministro de Estado das Relações Exteriores.

\*

**OFÍCIO • 25 ABR. 1919 • AHI 210/1/7**

[Índice:]

Negócios Diplomáticos [Con]sulares e Econômicos

1ª Seção

N. 8

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 25 de abril de 1919.

Senhor Sub-Secretário de Estado,

Em resposta à circular n. 5. de 27 de janeiro último, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que transmiti ao seu alto destino a Carta de Chancelaria, acompanhada da copia de estilo, pela qual o Excelentíssimo Senhor Delfim Moreira da Costa Ribeiro participa a Sua Santidade o Papa Bento XV haver transmitido temporariamente o exercício do cargo de presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, na qualidade de vice-presidente.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência a segurança de minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o senhor Augusto Cochrane de Alencar.

Sub-Secretário de Estado das Relações Exteriores.

\*

**OFÍCIO • 29 ABR. 1919 • AHI 210/1/7**

[Índice:]

Negócios Diplomáticos [Con]sulares e Econômicos

1ª Seção

N. 9

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 29 de abril de 1919.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de confirmar o telegrama que hoje dirigi a Vossa Excelência, concebido nos seguintes termos: “11. Para satisfazer pedido Vaticano rogo Vossência favor obter e telegrafar notícias dos sacerdotes José Blasetti, vigário de Jaguaraçu, Minas Gerais, e Argilio Malatesta, vigário de Mogi das Cruzes, São Paulo.”

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência a segurança da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo.

A Sua Excelência o Senhor Domicio da Gama.

Ministro de Estado das Relações Exteriores.

\*

**OFÍCIO • 30 ABR. 1919 • AHI 210/1/7**

[Índice:]

Negócios Diplomáticos [*Con*]sulares e Econômicos

2ª Seção

N. 2

*Confidencial*

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé

Roma, 30 de abril de 1919.

Em aditamento ao meu ofício confidencial n. 1, tenho a honra de acusar o recebimento do telegrama cifrado que Vossa Excelência se serviu dirigir-me a 27 do corrente mês, dizendo assim: “10 domingo. Imprensa oposição já começa reclamar contra demora elevação da nunciatura aqui a primeira classe. Talvez conveniente atender logo a este assunto.”

Confirmo o telegrama cifrado que, em resposta, enviei anteontem a Vossa Excelência, concebido nestes termos: “10. Papa já inteirado pretensões todas Brasil.

Insisti hoje cardeal secretário que me prometeu pronta resposta recomendando por enquanto segredo.”

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência a segurança da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A sua excelência o Senhor Domício da Gama.  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

\*

**OFÍCIO • 2 MAI. 1919 • AHI 210/1/7**  
[Índice:]

Contabilidade da Administração.

1ª Seção

N. 10

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 2 de maio de 1919.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de acusar o recebimento do despacho n. 2, de 26 de fevereiro último, comunicando-me que na delegacia do tesouro em Londres foi posta à disposição desta embaixada a quantia de quarenta libras (£ 40) para o pagamento de telegramas expedidos no corrente exercício.

Não deixarei de observar o que recomenda a circular n. 7 de 2 de fevereiro do ano de 1918 sempre que tiver que fazer essa despesa.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência a segurança da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azevedo

A Sua Excelência o Senhor Domicio da Gama.  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

\*

**OFÍCIO • 2 MAI. 1919 • AHI 210/1/7**  
[Índice:]

Contabilidade da Administração

1ª Seção

N. 11

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 2 de maio de 1919.

Senhor Ministro,

Tive a honra de receber ontem o seguinte despacho telegráfico de Vossa Excelência:

“4. Pode entrar gozo licença.”

Agradecendo, aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência a segurança da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Domicio da Gama,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

\*

**OFÍCIO • 4 MAI. 1919 • AHI 210/1/7**  
[Índice:]

Negócios Diplomáticos Consulares e Econômicos

2ª Seção

N. 3

*Confidencial*

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 4 de maio de 1919.

Senhor Ministro,

Em aditamento ao meu ofício confidencial n. 2, tenho a honra de confirmar o telegrama cifrado que hoje dirigi a Vossa Excelência, nestes termos:

“12. Acabo receber nota cardeal secretário sobre nunciatura. Depois agradecer novamente nome Papa demonstração deferência governo brasileiro criando embaixada, declaro que, embora não exista compromisso formal Santa Fé com outras nações católicas, sendo apenas consuetudinário privilégio atribuído França, Áustria, Espanha, Portugal, todavia Papa quer corresponder cordialmente amizade governo brasileiro, estabelecendo que doravante núncios Rio Janeiro serão promovidos cardinalato termo suas missões *AHI 210/1/7*: esta boa notícia pode ser publicada já. Julgo oportuno mandar-me Vossa Excelência telegrama, que possa ser mostrado Cardeal Secretário, incumbindo-me agradecer calorosamente concessão nunciatura primeira classe, e insistindo pedido representação permanente [*ilegível*] colégio e elevação cardinalato arcebispo primaz *BAHI 210/1/7a*.”

Em anexo envio a Vossa Excelência cópia da nota do cardeal secretário de Estado mencionada nesse telegrama. Sua Eminência refere-se nesse documento a uma nota d'esta embaixada; não se trata de uma nota, mas sim de uma memória em que expus as pretensões do Brasil.

Congratulando-me com Vossa Excelência e com o governo por este ato da Santa Sé, aproveito o ensejo para reiterar-lhe, Senhor Ministro, a segurança da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Domicio da Gama  
Ministro de Estado das Relações Exteriores

[*Anexo*]



Anexo ao ofício confidencial n. 3, dirigido à 2ª seção da diretoria geral dos Negócios Diplomáticos, Consulares e Econômicos pela embaixada do Brasil junto à Santa Sé, em 4 de maio de 1919.

Cópia

Segreteria di Stato di sua Santita. n. 89755

\*

**OFÍCIO • 10 MAI. 1919 • AHI 210/1/7**

[Índice:]

Negócios Diplomáticos  
Consulares e Econômicos

2ª Seção

N. 4

*Confidencial*

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 10 de maio de 1919.

Senhor Ministro,

Em aditamento ao meu ofício confidencial n. 3, tenho a honra de acusar o recebimento de telegrama, em parte cifrado, que Vossa Excelência se serviu dirigir-me a 6 do corrente, me dizendo assim:

“14 terça. Recebi 12. Jornais publicaram notícia. Rogo transmitir ao cardeal secretário nosso efusivos agradecimentos pela elevação categoria representação pontifícia entre nós. Assinale mesmo tempo conveniência e oportunidade instituição permanente cardeal arcebispo do Rio de Janeiro e elevação arcebispo primaz BAHÍ 210/1/7a ao cardinalato. Prestigiada e estimulada que fosse a igreja brasileira e empenhada agora na propaganda outra elemento desordem social contribuiria a Santo Padre poderosamente para ajudar-nos a atravessar estes tempos calamidades. Acentue também a conveniência para a política eclesiástica da criação do cardinalato no norte. Outros argumentos deixo na discricção.”

Cumprindo a ordem de Vossa Excelência, transmitti ao cardeal secretário de Estado da Sua Santidade, verbalmente e por nota de hoje, inclua por copia os nossos agradecimentos pela elevação da categoria da representação pontifícia no Brasil.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência a segurança da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Domício da Gama,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Anexo ao ofício confidencial n. 4, dirigido à 2ª seção da diretoria geral dos Negócios Diplomáticos, Consulares e Econômicos pela embaixada do Brasil junto à Santa Sé em 10 de maio de 1919.

Cópia

Ambassade du Brasil pres Le sanit siege

Rome, le 10 mai 1919.

\*

**OFICIO • 14 MAI. 1919 • AHI 210/1/7**

[Índice:]

Negócios Diplomáticos Consulares e Econômicos

1ª Seção

N. 10

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé

Roma, 14 de maio de 1919.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, a pedido de Sua Eminência o cardeal secretário de Estado, de Sua Santidade, remeto, em separado, a

esse ministério dois exemplares do Anuário Pontifício deste ano, sendo um destinado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República e outro a Vossa Excelência.

Aproveito o ensejo para reiterar-lhe, Senhor Ministro, a segurança da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Domício da Gama.  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

\*

**OFÍCIO • 16 MAI. 1919 • AHI 210/1/7**

[Índice:]

Negócios Diplomáticos  
Consulares e Econômicos

1ª Seção

N. 11

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 16 de maio de 1919.

Senhor Ministro,

Em aditamento ao meu ofício n. 9, tenho a honra de acusar o recebimento do telegrama que Vossa Excelência se serviu dirigir-me a 14 do corrente mês, dizendo assim: “14. Argiho Malatesta, vigário Mogi das Cruzes, perfeita saúde bem estar.”

Agradecendo a Vossa Excelência essa informação, aproveito o ensejo para reiterar-lhe, Senhor Ministro, a segurança da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães Azeredo

A sua excelência o Senhor Domicio da Gama  
Ministro de Estado das Relações Exteriores

\*

**OFÍCIO • 16 MAI. 1919 • AHI 210/1/7**

[Índice:]

Secretaria Geral  
da Contabilidade e da Administração

1ª Seção

N. 12

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 16 de maio de 1919.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de acusar o recebimento do despacho n. 3, comunicando-me que as despesas d'esta embaixadas devem ser sacadas mensalmente nas regiões indicadas na tabela explicativa remetida com o mesmo despacho.

Aproveito a honra para reiterar a Vossa Excelência a segurança da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Domicio da Gama  
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Anexo ao ofício n. 12, dirigido à 1ª seção da diretoria geral dos Negócios Diplomáticos, Consulares e Econômicos pela embaixada do Brasil junto à Santa Sé, em 16 de maio de 1919.

[Anexo] *L'OSSERVATORE ROMANO* – 14 maggio 1919 –  
*All'Ambasciata del Brasile*

[Anexo] *Corriere D'ITALIA – Mercoledì 14 Maggio 1919 –  
All'Ambasciata del Brasile  
presso la Santa Sede*

[Anexo] *L'ITALIE  
Mercredi, 14 Mai 1919  
L'ambassadeur du Brésil près Le Saint-Siège a donné hier soir une grande  
réception officielle*

Anexo ao ofício n. 12, dirigido à 1ª seção da diretoria geral dos Negócios Diplomáticos, Consulares e Econômicos pela embaixada do Brasil junto à Santa Sé, em 16 de maio de 1919.

(Duplicata)

[Anexo] *L'OSSERVATORE ROMANO – 14 maggio 1919 –  
All'Ambasciata del Brasile*

[Anexo] *Corriere D'ITALIA – Mercoledì 14 Maggio 1919 –  
All'Ambasciata del Brasile  
presso la Santa Sede*

[Anexo] *L'ITALIE  
Mercredi, 14 Mai 1919  
L'ambassadeur du Brésil près Le Saint-Siège a donné hier soir une grande réception  
officielle*

\*

**OFÍCIO • 16 MAI. 1919 • AHI 210/1/7**  
[Índice:]

Negócios Diplomáticos  
Consulares e Econômicos

1ª Seção

N. 12

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 16 de maio de 1919.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de enviar a Vossa Excelência os inclusos retalhos dos jornais *Osservatore Romano*, *Corriere d'Italia* e *L'Italia*, contendo notícias sobre o banquete e recepção dados nesta embaixada, segundo é tradição cada vez que um embaixador junto à Santa Sé tem apresentado a sua credencial ao Summo Pontifice.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência a segurança da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azevedo

A Sua Excelência o Senhor Domicio da Gama  
Ministro de Estado das Relações Exteriores

\*

**OFÍCIO • 21 MAI. 1919 • AHI 210/1/7**  
[Índice:]

Negócios Diplomáticos Consulares e Econômicos

1ª Seção

N. 13

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 21 de maio de 1919.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de remeter a Vossa Excelência, nos retalhos anexo do *Osservatore Romano* e do *Corriere d'Italia*, dois artigos sobre o Excelentíssimo Senhor Dr. Epiácio Pessoa, presidente eleito da República.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência a segurança da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Domício da Gama,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Anexo ao ofício n. 13, dirigido à 1ª Seção da diretoria geral dos Negócios Diplomáticos, Consulares e Econômicos pela embaixada do Brasil junto à Santa Sé, em 21 de maio de 1919.

[Anexo] *LOSSERVATORE ROMANO* - 20 maggio 1919

*Il Presidente del Brasile a Roma*

[Anexo] *CORRIERE D'ITALIA* – Lunedì 19 Maggio 1919.

*Epitacio Pessoa*

Anexo ao ofício n. 13, dirigido à 1ª Seção da diretoria geral dos Negócios Diplomáticos, Consulares e Econômicos pela embaixada do Brasil junto à Santa Sé, em 21 de maio de 1919.

(Duplicata)

[Anexo] *LOSSERVATORE ROMANO* - 20 maggio 1919

*Il Presidente del Brasile a Roma*

[Anexo] *CORRIERE D'ITALIA* – Lunedì 19 Maggio 1919.

*Epitacio Pessoa*

\*

**OFÍCIO • 22 MAI. 1919 • AHI 210/1/7**

[Índice:]

Negócios Diplomáticos  
Consulares e Econômicos

1ª Seção

N. 14

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 22 de maio de 1919.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de confirmar o telegrama que dirigi a Vossa Excelência, a 20 do corrente mês, concebido nos seguintes termos:

“Sua Santidade recebeu hoje meio-dia audiência solene todas as honras Sua Excelência presidente eleito, senhora, filha, vários membros delegação brasileira Conferência Paz, acompanhados por mim e pessoa embaixada. Em seguida Sua Excelência ofereceu sede embaixada banquete oficial cardeal secretário e outros cardeais, prelados e dignitários corte pontifícia, aristocracia romana e corpo diplomático.”

A visita de Sua Excelência o senhor dr. Epitácio Pessoa ao Sumo Pontífice Bento XV causou aqui a melhor impressão e tem sido interpretada nos círculos diplomáticos e políticos e na imprensa, como um fato de extraordinária importância.

Em anexo envio a Vossa Excelência retalhos do *Osservatore Romano* e do *Corriere d'Italia*, nos quais se encontram notícias minuciosas sobre a audiência de Sua Santidade e bem assim o texto dos discursos pronunciados pelo Excelentíssimo senhor presidente eleito e por Sua Eminência o cardeal secretário de Estado, por ocasião do banquete oferecido nesta embaixada.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência a segurança da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Domício da Gama  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Anexo



Anexo ao ofício n. 14, dirigido à 1ª sessão da diretoria geral dos Negócios Diplomáticos, Consulares e Econômicos pela embaixada do Brasil junto à Santa Sé, em 22 de maio de 1919.

[Anexo] *L'OSSERVATORE ROMANO* – 21 maggio 1919 –

[Anexo] *CORRIERE D'ITALIA* – Mercoledì 21 Maggio 1919

\*

**OFÍCIO • 23 MAI. 1919 • AHI 210/1/7**

[Índice:]

Negócios Diplomáticos Consulares e Econômicos

1ª Seção

N. 2

*Confidencial*

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 23 de maio de 1919.

Senhor Ministro,

Em aditamento ao meu ofício ostensivo n. 14, desta seção, tenho a honra de enviar a Vossa Excelência, nos retlhos anexos do *Giornale d'Italia* e de *L'Italie*, dois artigos intitulados *La fine di uma protesta* e *Les incohevenes de la politique du Saint Siege*, sobre a visita do Excelentíssimo senhor dr. Epitacio Pessoa, presidente eleito da república, ao Sumo Pontífice.

Tendo esses jornais afirmado que a visita do presidente eleito do Brasil à Sua Santidade assinalava uma data histórica, porque punha o termo a uma regra que, como protesto contra a situação anormal criada à Santa Sé, fora introduzida desde 1870, isto é, que nenhum soberano ou chefe de Estado católico vindo a Roma em forma oficial seria recebido no Vaticano, o *Osservatore Romano*, cujos retalhos também remeto em anexo, declarou que a visita em questão não podia constituir um precedente, visto tratar-se simplesmente de um presidente *eleito* e não de um presidente *efetivo*, e que tal regra será mantida integralmente no futuro como no passado.

Essa declaração do órgão oficioso do Vaticano tem uma importância relativa. Ela deve ser considerada segundo este critério: que a Santa Sé sempre reservada e às vezes até excessivamente, para tudo o que seja declaração pública ou simplesmente escrita, perde completamente essa reserva desde que vê ou supõe atacadas as chamadas prerrogativas temporais do Papa.

De fato, os autores dos artigos citados são jornalistas sem nenhuma autoridade pública, adversários do Vaticano, que não perdem oportunidade de agredi-lo com violência. Além disso a argumentação do Vaticano nesse comunicado é especiosa ou, como algumas folhas aqui disseram, “cavilosa”.

A verdadeira razão pela qual o Excelentíssimo senhor dr. Epitácio foi recebido e será certamente recebido pelo Papa no futuro qualquer presidente da República, eleito ou efetivo, é a separação da Igreja e do Estado, como reconhecem muitas pessoas que ocupam relevante posição na secretaria de Estado de Sua Santidade. E posso afirmá-lo, eu mesmo, que em 1898, sobre essa base, tratei da recepção do senhor Campos Salles por Leão XIII.

O verdadeiro intuito do comunicado do *Osservatore Romano* é impedir a visita, já várias vezes infundadamente anunciada pela imprensa, do rei dos belgas ao rei d'Italia. Além disso, há *AHI 210/1/7* um caso de política interna do próprio Vaticano. Conquanto Bento XV e o cardeal Gasparri sejam homens de espírito largo e moderno, todavia temem provocar a oposição e o descontentamento de alguns velhos prelados intransigentes que ainda existem e que desejariam que tudo na Santa Sé continuassem sem a menor mudança como nos primeiros anos sucessivos à tomada de Roma.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência a segurança da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Domício da Gama,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Anexo ao ofício confidencial n. 2, dirigido à 1ª seção da diretoria geral dos Negócios Diplomáticos, Consulares e Econômicos pela embaixada do Brasil junto à Santa Sé, em 23 de maio de 1919.

[Anexo] *IL GIORNALE D'ITÁLIA – 21 MAGGIO 1919 –  
Il Presidente del Brasile in Vaticano  
La fine di una protesta*

[Anexo] *L'ITALIE  
Meroradi, 21 Mai 1919  
Les Incohérences de la politique du Saint-Siège*

[Anexo] *L'OSSERVATORE ROMANO – 22 maggio 1919*

Anexo ao ofício confidencial n. 2, dirigido à 1ª seção da diretoria geral dos Negócios Diplomáticos, Consulares e Econômicos pela embaixada do Brasil junto à Santa Sé, em 23 de maio de 1919.

(Duplicata)

[Anexo] *IL GIORNALE D'ITÁLIA – 21 MAGGIO 1919 –  
Il Presidente del Brasile in Vaticano  
La fine di una protesta*

[Anexo] *L'ITALIE  
Meroradi, 21 Mai 1919  
Les Incohérences de la politique du Saint-Siège*

[Anexo] *L'OSSERVATORE ROMANO – 22 maggio 1919*

\*

**OFÍCIO • 1 JUN. 1919 • AHI 210/1/7**  
[Índice:]

Diretoria Geral da

Contabilidade da Administração

1ª Seção

N. 13

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé

Roma, 1 de junho de 1919.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de remeter a Vossa Excelência a inclusa 3ª via do recibo de saque que efetuei sobre a delegacia do Tesouro em Londres, relativamente à verba para o aluguel desta chancelaria no segundo trimestre do corrente ano.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência a segurança da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Domicio da Gama,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

\*

**OFÍCIO • 2 JUN. 1919 • AHI 210/1/7**

[Índice:]

Secretaria Geral de Administração

Contabilidade

1ª Seção

N. 14

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé

Roma, 2 de junho de 1919.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que o sr. Eduardo de Lima Ramos, 1º secretário e conselheiro desta embaixada, chegou ontem a esta capital e ontem mesmo assumiu a função do seu cargo.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Domício da Gama,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

\*

**OFÍCIO • 5 JUN. 1919 • AHI 210/1/7**

[Índice:]

Negócios Diplomáticos  
Consulares e Econômicos

2ª Seção

N. 16

*Confidencial*

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 5 de junho de 1919.

Senhor Ministro,

Em aditamento ao meu ofício confidencial n. 5, tenho a honra de confirmar o telegrama em parte cifrado que dirigi ontem a Vossa Excelência, nos seguintes termos:

“16. Lima Ramos chegou dia primeiro. Pretendo ausentar-me dia doze e acreditarei Lemgruber encarregado de Negócios, salvo ordem em contrário, visto achar

indispensável ficar embaixada sob sua direção ao menos algum tempo pela razão expus  
Vossa Excelência meu telegrama número treze.”

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência a segurança da minha  
respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Domicio da Gama,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

\*

**OFÍCIO • 13 JUN. 1919 • AHI 210/1/7**  
[Índice:]

Diretoria Geral da  
Contabilidade e da Administração

1ª Seção  
N. 15

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 13 de junho de 1919.

Senhor Ministro, tenho a honra de confirmar os dois seguintes telegramas que  
dirigi a Vossa Excelência aos 4 e 11 do corrente mês:

“15 – Rogo permissão gozar férias anuais antes entrar licença concedida.”

“17 – Sem resposta meu telegrama 15 espero bondade Vossa Excelência  
aprovará que salvo ordem contrario, deixe Roma sábado 15, entrando férias e acabadas  
estas, licença”.

Hoje recebi o seguinte telegrama, em parte cifrado, que Vossa Excelência se  
serviu expedir-me ontem, dizendo assim:

“Licença concedida pode partir deixando Ramos, acreditado encarregado de Negócios sabe-se já acreditou Lemgruber mas convém este não demore partida para Equador. Registro endereço telegráfico para sua embaixada.”

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência a segurança da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Domicio da Gama,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

\*

**OFÍCIO • 16 JUN. 1919 • AHI 210/1/7**

[Índice:]

Negócios Diplomáticos Consulares e Econômicos

2ª Seção

N. 5

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 16 de junho de 1919.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de acusar o recebimento do despacho n. 25, que Vossa Excelência se serviu dirigir-me em 9 de dezembro do ano passado, sobre a questão do monte-pio da senhorinha Maria José Nerval de Gouvea.

Satisfazendo ao pedido do ministério da Justiça e Negócios Interiores, remeto juntamente a cópia das disposições relativas a propriedade e administração dos bens das religiosas da congregação de Nossa Senhora de Lourdes, a qual me foi entregue pela superiora da mesma congregação e está conforme ao que eu li no respectivo estatuto;

Disse-me a superiora que também no Rio de Janeiro se poderá verificar a exatidão dessa cópia, examinando-se o estatuto do convento da mesma ordem *AHI 210/1/7* existente.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência a segurança da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Domício da Gama,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

\*

**OFÍCIO • 17 JUN 1919 • AHI 210/1/7**  
[Índice:]

Contabilidade da Administração

1ª Seção

N. 1

*Reservado*

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 17 de junho de 1919.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de confirmar o telegrama em parte cifrado que dirigi a Vossa Excelência a 29 de maio último, concebido nos seguintes termos:

“14. Gratificações pessoal subalterno Vaticano basílica São Pedro e outras consagradas uso vinda Roma chefes de Estado tive despendido noventa libras esterlinas rogo Vossa Excelência autorizar-me sacá-las delegacia Londres.”

Em resposta Vossa Excelência se serviu enviar-me no dia imediato o telegrama cifrado, dizendo assim: “Resposta seu catorze já autorizei legação Paris pagar interessados quantia quatrocentas libras esterlinas atender despesas visita presidente eleito.”

Já recebi essa importância da Legação em Paris. Além das noventa libras mencionadas no meu telegrama despendi mais setenta. Restam liras it.<sup>as</sup> (oito mil



quinhentas e sete liras italianas) que ficam aqui depositadas no ramo comercial italiano, em nome desta embaixada até que cheguem instruções d'esse ministério.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência a segurança de minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Domício da Gama,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

\*

**OFÍCIO • 17 JUN. 1919 • AHI 210/1/7**

[Índice:]

Secretaria Geral  
Contabilidade da Administração

1ª Seção

N. 16

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 17 de junho de 1919.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de remeter a Vossa Excelência as inclusas 3as vias de recibos de saques efetuados sobre a delegacia do Tesouro em Londres, relativamente aos meus vencimentos de março último e aos do conselheiro d'esta embaixada sr. Carlos Lemgruber Kropf, nos meses de janeiro, fevereiro, março, abril e maio do corrente ano.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência a segurança da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

[*Anexo*]

1919 3ª via

Recebi da delegacia de Tesouro em Londres a quantia de cinquenta e oito libras e onze *chilins*, aumento de 25% sobre os meus vencimentos ordinários em março, findo.

Roma, 13 de junho de 1919.

Carlos Magalhães de Azeredo.

1919 3ª via

Recebi da delegacia de Tesouro do Brasil em Londres a quantia de cento e quarenta libras esterlinas, doze *shillings* e seis dinheiros (£ 140-12-6), correspondente ao aumento de 25% sobre os meus vencimentos de janeiro, fevereiro, março, abril e maio últimos.

Roma, 17 de junho de 1919.

Carlos Lemgruber Kropf.

A Sua Excelência o Senhor Domicio da Gama,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

\*

**OFÍCIO • 17 JUN. 1919 • AHI 210/1/7**

[*Índice:*]

Diretoria Geral

De Contabilidade da Administração

1ª Seção

N. 17

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé

Roma, 17 de junho de 1919.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que nesta data entro em gozo das férias e licença que me foram concedidas por telegramas de 29 de abril último e de 12 do corrente mês, deixando acreditado como encarregado de Negócios do Brasil junto à Santa Sé o conselheiro desta embaixada senhor Eduardo de Lima Ramos.

Fica assim confirmado o telegrama que acabo de dirigir a Vossa Excelência, nos seguintes termos: “18. Parto hoje gozo férias e licença deixando Ramos acreditado encarregado Negócios. Lemgruber seguirá mais depressa possível.”

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência a segurança da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Domício da Gama.

Ministro de Estado das Relações Exteriores.

\*

**OFÍCIO • 27 JUN. 1919 • AHI 210/1/7**

[Índice:]

Secretaria Geral dos  
Negócios Políticos, Consulares  
e Econômicos

2ª Seção

N. 8

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 27 de junho de 1919.

Senhor Ministro,

Por intermédio do substituto da secretaria de Estado, monsenhor Tedeschini, esta embaixada teve conhecimento de uma carta dirigida a Sua Santidade, na qual, em nome de 100 famílias bávaras, aos seus signatários – sr. Ricardo Torres e Armando Wurth – pedem a intervenção pessoal do Papa no sentido de favorecer a emigração e o

estabelecimento no sul do Brasil dessas famílias, que “fogem dos sofrimentos causados no seu país pela guerra e a revolução” e se mostram inspiradas pelo ardente desejo de se assimilarem à pátria adotiva.

Acrescentam os signatários que cada uma dessas famílias é possuidora de um capital de alguns milhares de marcos – insuficiente para a construção de casas e despesas de estabelecimento e que a sociedade por elas formada desejaria a concessão de 30.000 hectares de terras localizadas no vale do Itajaí – em Sta. Catarina – ou no Estado de São Paulo.

Julgando digno do esclarecido interesse do governo brasileiro esse plano de colonização – não somente pela qualidade dos elementos que a sua realização traria ao nosso país, como pelas circunstâncias especiais de que se originou – rogo a Vossa Excelência se digne habilitar-me, com a possível brevidade, para que possa informar à secretaria de Estado sobre o seu pensamento em relação à oportunidade desse projeto e às condições em que ele se poderia tornar exequível.

Aproveito [*ilegível por corte na imagem*] Vossa Excelência, Senhor Ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

E. de Lima Ramos

A Sua Excelência o Senhor Domício da Gama,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

\*

**OFÍCIO • 27 JUN. 1919 • AHI 210/1/7**

[Índice:]

Diretoria Geral de Negócios Diplomáticos  
Consulares e Econômicos

1ª Seção

N. 9

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé

Roma, 27 de junho de 1919.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de acusar recebido o despacho n. 6, datado de 26 de abril último, pelo qual Vossa Excelência se dignou comunicar a esta embaixada que, ao ser iniciado o serviço de troca de correspondência diplomática, em malas especiais, entre essa secretaria de Estado e a legação luirinal, a desta embaixada deveria, doravante, transitar pela referida legação, a qual teria de ser entregue a que daqui seguisse com destino a esse ministério.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência, Senhor Ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

E. de Lima Ramos

A Sua Excelência o Senhor Domício da Gama,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

\*

**OFÍCIO • 16 JUL. 1919 • AHI 210/1/7**  
[Índice:]

Diretoria Geral  
De Negócios Diplomáticos  
Consulares e Econômicos

2ª Seção  
N. 10

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 16 de julho de 1919.

Senhor Ministro,

Com o despacho n. 13, de 10 de junho último, tive a honra de receber uma carta rogatória para citação do Ex.mo srs. Carlos Magalhães de Azeredo e senhora, como interessado num processo de inventário.

Achando-se no Rio de Janeiro, em gozo de licença, o Ex.mo sr. Cl Magalhães de Azeredo, embaixador do Brasil, apresso-me em devolver o referido documento, rogando a Vossa Excelência se digne fazê-lo chegar às suas mãos.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência, Senhor Ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

E. de Lima Ramos

A Sua Excelência o Senhor Domício da Gama,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

\*

**OFÍCIO • 31 JUL. 1919 • AHI 210/1/7**

[Índice:]

Diretoria Geral

De Negócios Diplomáticos Consulares e Econômicos

1ª Seção

N. 18

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé

Roma, 31 de julho de 1919.

Senhor Ministro,

Junto tenho a honra de remeter a esse ministério a terceira via do recibo relativo à verba para aluguel e conservação da chancelaria desta embaixada durante o terceiro trimestre do corrente ano.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

E. de Lima Ramos

Ex.mo Senhor Dr. José Manoel de Azevedo Marques,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

\*

**OFÍCIO • 3 AGO 1919 • AHI 210/1/7**

[Índice:]

[ilegível] do Protocolo

N. 15

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 3 de agosto de 1919.

Senhor Ministro,

Por intermédio da embaixada do Brasil junto a S. M. o rei de Itália, tive a honra de receber o seguinte despacho telegráfico de Vossa Excelência:

“Tenho honra comunicar Vocência senhor doutor Epitácio da Silva Pessoa presidente eleito assumiu ontem poder executivo constituindo seguinte ministério dois pontos Relações Exteriores José Manoel de Azevedo Marques – Justiça Alfredo Pinto Vieira de Mello – Fazenda Homero Batista – Viação José Pires do Rio – Agricultura Ildfonso Simões Lopes – Guerra Pandiá Calógeras substituindo interinamente até sua chegada Alfredo Pinto e Marinha Raul Soares de Moura. Espero poder contar cooperação Vocência e demais funcionários nesse país. (assinado) Azevedo Marques.”

Agradecendo a Vossa Excelência os termos dessa comunicação, rogo-lhe queira aceitar as minhas mais sinceras felicitações.

Aproveito o ensejo para oferecer a Vossa Excelência, Senhor Ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

E. de Lima Ramos

A Sua Excelência o Senhor Dr. José Manoel de Azevedo Marques,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

\*

**OFÍCIO • 14 AGO. 1919 • AHI 210/1/7**

[Índice:]

Diretoria Geral  
De Negócios Diplomáticos  
e Consulares

N. 11

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 14 de agosto de 1919.

Senhor Ministro,

Sob o título “Le Brasile e la Santa Sede”, “L’Moritá Cattolica” publicou, aos 12 do corrente, um comunicado da “Azenzia Nazionale della Stampa” relativamente à atitude do governo brasileiro em relação ao Vaticano e aos resultados dessa sua política.

Junto tenho a honra de remeter a Vossa Excelência um exemplar em duplicata dessa publicação, que, aliás, não foi até agora reproduzida nem comentada por outros jornais importantes.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

E. de Lima Ramos

A Sua Excelência o Senhor Dr. José Manoel de Azevedo Marques,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

\*

**OFÍCIO • 14 AGO. 1919 • AHI 210/1/7**



[Índice:]

Diretoria Geral  
De Negócios Diplomáticos e Consulares

N. 11

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 14 de agosto de 1919.

Senhor Ministro,

Sob o título “Le Brasile e la Santa Sede”, “L’Moritá Cattolica” publicou, aos 12 do corrente, um comunicado da “Azenzia Nazionale della Stampa” relativamente à atitude do governo brasileiro em relação ao Vaticano e aos resultados dessa sua política.

Junto tenho a honra de remeter a Vossa Excelência um exemplar em duplicata dessa publicação, que, aliás, não foi até agora reproduzida nem comentada por outros jornais importantes.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

E. de Lima Ramos

A Sua Excelência o Senhor Dr. José Manoel de Azevedo Marques,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

\*

**OFÍCIO • 20 AGO. 1919 • AHI 210/1/7**  
[Índice:] O art. 15 do Tratado de Londres

Diretoria Geral  
De Negócios Diplomáticos e Econômicos

1ª Seção

N. 12

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 20 de agosto de 1919.

Senhor Ministro,

Nos recentes inclusos de “L’Unitá Cattolica” tenho a honra de remeter a Vossa Excelência uma interessante revelação a respeito dos termos exato do art. 15 do *Pacto de Londres*, sobre a intervenção da Santa Sé nas negociações relativas à paz.

Como Vossa Excelência se dignará verificar, esse artigo revela, da parte da Itália, o desígnio de excluir a Santa Sé qualquer participação naquelas negociações.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

E. de Lima Ramos

Anexo ao ofício n. 12, dirigido à diretoria geral dos Negócios Diplomáticos e Consulares pela embaixada do Brasil junto à Santa Sé, aos 20 de agosto de 1919.

[Anexo] *L’UNITA CATTOLICA*  
*Firenze, Lunedì-Martedì 18-19 Agosto 1919*  
*L’art. 15 del Trattato di Londra*

Ao Ex.mo Senhor Dr. José Manoel de Azevedo Marques,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Anexo ao ofício n. 12, dirigido à diretoria geral dos Negócios Diplomáticos e Consulares pela embaixada do Brasil junto à Santa Sé, aos 20 de agosto de 1919

[Anexo] *L’Unita Cattolica*  
*Firenze, Lunedì-Martedì 18-19 Agosto 1919*  
*L’art. 15 del Trattato di Londra*

\*

**OFÍCIO • 20 AGO. 1919 • AHI 210/1/7**

[Índice:] Documentos publicados pela secretaria de Estado

Diretoria Geral

De Negócios Diplomáticos e Consulares

N. 13

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 20 de agosto de 1919.

Senhor Ministro,

A propósito da polémica que se travou na Assembléia de Weimar sobre as possibilidades que se apresentaram, no decurso da guerra européia, para uma solução conciliatória, a Santa Sé, cuja intervenção continua a ser discutida neste país de maneira pouco benévola, achou conveniente publicar o texto dos documentos relativos à proposta de mediação e aos passos dados pelo núncio apostólico em Munique, monsenhor Pacelli.

Junto tenho a honra de remeter a Vossa Excelência, em recortes de “L’Muita Cattolica” dois exemplares dessa publicação.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência, Senhor Ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

E. de Lima Ramos

Anexo n.1 ao ofício dirigido à diretoria geral dos Negócios Diplomáticos e Consulares, aos 20 de agosto de 1919, pela embaixada do Brasil junto à Santa Sé, sob o n. 13.

[Anexo] *L’UNITA’ CATTOLICA*

*Firenze, Lunedì-Martedì 11-12 Agosto 1919*

*Documenti Pontifici*

*Citati nell assemblea di Weimar*

Ao Ex.mo Senhor Dr. José Manuel de Azevedo Marques,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

\*

**OFÍCIO • 20 AGO. 1919 • AHI 210/1/7**

[Índice:]

Diretoria Geral  
De Negócios Diplomáticos  
e Econômicos

N. 14

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 20 de agosto de 1919.

Senhor Ministro,

Acaba de ser recebido por Sua Santidade, a quem fez entrega de sua credencial, o novo Ministro da Polônia junto à Santa Sé, sr. Kowalski. A missão do sr. Kowalski, que tem como auxiliar um conselheiro e um secretário, vem restabelecer as relações diplomáticas entre aquele país e o Vaticano, que, desde 1792, se achavam interrompidas.

Em Varsóvia, desde já algum tempo, encontrava-se como visitados apostólico monsenhor Ratti, que ultimamente passou a ter a categoria de núncio.

Sua Santidade, por ocasião daquela cerimônia, teve expressões carinhosas relativamente à Polônia, recordando as antigas relações que com ela mantém o Vaticano.

Referem os jornais, que deste fato se ocuparam, que a credencial apresentada pelo sr. Kowalski é firmada pelo sr. G. Pilzudski, como “chefe de Estado polaco”, denominação que lhe foi atribuída até que entre em vigor a nossa Constituição polaca, que se está elaborando.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência, Senhor Ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

E. de Lima Ramos

A Sua Excelência o Senhor Dr. José Manoel de Azevedo Marques,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

\*

**OFÍCIO • 26 AGO. 1919 • AHI 210/1/7**

[Índice:]

Diretoria Geral da Contabilidade

N. 19

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 26 de agosto de 1919.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de acusar recebido o despacho n. 22, datado de 15 de julho último, pelo qual esse ministério se dignou submeter a esta embaixada um exemplar do folheto intitulado “Um grande exemplo – A vida de um brasileiro ilustre, João Alfredo Correa de Oliveira.”

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

E. de Lima Ramos

Ao Ex.mo Senhor Dr. José Manoel de Azevedo Marques,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

\*

**OFÍCIO • 5 SET. 1919 • AHI 210/1/7**

[Índice:]

Secretaria Geral de Contabilidade

1ª Seção

N. 20

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé

Roma, 5 de setembro de 1919.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência as terceiras vias dos recibos relativos a meus vencimentos durante os meses de abril, junho, julho e agosto últimos, bem como a verba para o expediente da embaixada de 17 de junho a 31 de agosto próximo findo.

Remeto igualmente a esse ministério a 3ª via do recibo relativo ao vencimento do 2º secretário sr. Caio de Mello Franco, durante o mês de agosto último.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

E. de Lima Ramos

Ao Ex.mo Senhor Dr. José Manoel de Azevedo Marques,

Ministro de Estado das Relações Exteriores.

\*

**OFÍCIO • 29 NOV. 1919 • AHI 210/1/7**

[Índice:] Visita do Núncio ao Estado de Minas Gerais

Diretoria Geral De Negócios Diplomáticos Consulares

1ª Seção

N. 15

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 29 de novembro de 1919.

Senhor Ministro,

Junto tenho a honra de remeter a Vossa Excelência um artigo de “L’Osservatore Romano” sobre a visita do núncio apostólico monsenhor Scapardini ao Estado de Minas Gerais.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

E de Lima Ramos

A Sua Excelência o Senhor Dr. José Manuel de Azevedo Marques,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Anexo ao ofício n. 15 dirigido à diretoria geral dos Negócios Diplomáticos e Consulares pela embaixada do Brasil junto à Santa Sé, aos 29 de novembro de 1919.

[Anexo] – L’OSSERVATORE ROMANO  
Visita del Nunzio del Brasile allo Stato di Minas

\*

**OFÍCIO • 29 NOV. 1919 • AHI 210/1/7**  
[Índice:] Encíclica sobre socorros às crianças austríacas

Diretoria Geral  
De Negócios Diplomáticos e Consulares

N. 16

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 29 de novembro de 1919.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de remeter a Vossa Excelência dois exemplares da encíclica de S. S. o Papa Bento XV relativa aos socorros a prestar às crianças desvalidadas da Europa Central.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

E. de Lima Ramos

A Sua Excelência o Senhor Dr. José Manoel de Azevedo Marques,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Anexo ao ofício n. 16 dirigido à diretoria geral dos Negócios Diplomáticos e Consulares pela embaixada do Brasil junto à Santa Fé, aos 29 de novembro de 1919.

[*Anexo – Recorte de jornal*]

\*

## 1920 – 1932

**OFÍCIO • 24 MAI. 1920 • AHI 210/1/8**

Diretoria Geral dos Negócios Políticos e Diplomáticos.<sup>1</sup>

N. 5

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, em 24 de maio de 1920.

Senhor Ministro,

Neste mês se têm visto recomeçar na basílica de São Pedro as solenes funções religiosas chamadas “capelas papais”, que a guerra interrompera de todo. Em poucos dias se seguiram três canonizações, sendo a última a da histórica francesa Joanna d’Arc.

---

<sup>1</sup> O documento não apresenta índice.



A basílica de São Pedro não é só o maior e mais suntuoso templo da cristandade; é também o monumento máximo erguido ao triunfo mundial da Igreja Católica. A sua vastidão, a sua opulência, a sua beleza impressionam quem quer que nela penetrem, não apenas como expressão portentosa da fé, mais ainda como baluarte e símbolo de poder espiritual que não conhece fronteiras. Mas essa impressão é mais que nunca empolgante quando o sumo pontífice ali entra com o seu deslumbrante cortejo, e ou na abadia maravilhosa, ou no altar da Confissão dos Apóstolos, sobre o qual se eleva a cúpula de Miguel Ângelo, celebra os ritos tradicionais com toda a pompa da liturgia.

Era impossível nos dias passados vê-lo atravessar as naves na sédia gestatória, rodeado dos seus guardas e dos dignitários do Vaticano, precedido por quarenta bispos e mais de cinquenta cardeais, adiantando-se pela basílica onde se apinhavam cerca de sessenta mil pessoas, sem formar um conceito elevadíssimo da autoridade imensa exercida no universo por esse homem único, por esse monarca sem território que governa milhões de consciências humanas com a só força da crença e do ideal. E tal é, de fato, a conclusão de quantos têm assistido a essas festas absolutamente sem par em qualquer outro ponto do mundo.

Por isso merecem elas particular menção mesmo nas correspondências políticas, pois que, além da significação religiosa, têm um alcance político também, e sobretudo neste momento em que, discutida e por vezes injustamente tratada durante a guerra, a autoridade do papa se mostra com uma consolidação evidente do seu prestígio moral.

Em especial, porém, se deve dizer isso da canonização de Joanna d'Arc. Como é sabido, a donzela de Orléans foi condenada à fogueira por um tribunal eclesiástico do seu tempo. Assim a Santa Sé, promovendo a causa de sua santificação, reparava antes de tudo uma iniquidade, da qual, aliás, os papas então reinantes, Martinho V e Eugenio IV, não tiveram responsabilidade alguma, pois o processo, inteiramente político, embora dirigido por um indigno bispo não veio a Roma. Essa causa foi iniciada no reinado de Leão XIII, em 1894, e teve Pio X, em 1909, a alegria de beatificar a valorosa virgem francesa. Coube agora a Bento XV o grande júbilo de proclamá-la santa, e de ser o primeiro a invocar-lhe o nome, diante dos representantes da França e de quase todos os povos do mundo.

Esse nome célebre na terra inteira é para a França um verdadeiro brasão nacional, e para todos os franceses, sem exceção de crenças religiosas e opiniões políticas, um laço de união e de concórdia. Neste momento, pois, em que se estão

reatando as relações oficiais entre a República e o Vaticano, não podiam elas restabelecer-se sob melhores auspícios, seja quanto ao elemento oficial, seja quanto ao espírito do próprio povo.

O governo da República mandou para representá-lo na cerimônia de canonização uma missão especial, presidida pelo embaixador Gabriel Hanotaux, da Academia Francesa, antigo ministro dos Estrangeiros, publicista e historiador de reputação mundial, e autor de uma obra clássica sobre a vida de Joanna d'Arc. Sessenta representantes da nação, senadores ou deputados, assistiam à missa solene em São Pedro. Quase todos os cardeais e bispos franceses ali se achavam, além de um grande número de famílias da mais alta categoria social, entre as quais algumas ligadas à árvore genealógica da donzela de Orléans; quanto aos peregrinos franceses, contavam-se por dezenas de milhares, possuídos todos de um entusiasmo proporcionado ao bem conhecido amor próprio nacional.

Tenho a honra de renovar a Vossa Excelência a segurança da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

Exmo. Sr. Dr. José Manuel de Azevedo Marques,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

**OFÍCIO • 10 JUN. 1920 • AHI 210/1/8**

*Índice:* Relações diplomáticas entre a França  
e a Santa Sé.

Diretoria Geral dos Negócios  
Políticos e Diplomáticos.

N. I

RESERVADO.

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, em 10 de junho de 1920.

Senhor Ministro,

Conforme Vossa Excelência sabe, o restabelecimento das relações diplomáticas entre a França e a Santa Sé se tem discutido naquele país, sobretudo durante os últimos cinco anos, como um dos mais importantes problemas políticos da atualidade.

E não sem razões ponderosas, tal o têm julgado publicistas e prosadores iminentes. No período da guerra, segundo opiniões tão imparciais como competentes, a causa nacional em jogo no grande conflito ressentiu-se muitas vezes da falta de um intérprete autorizado e defensor ex-professo, que a elucidasse, a pleiteasse junto ao papa, invocado por todos os beligerantes como supremo árbitro moral. Nesse ponto, creio que nenhum homem político sensato e criterioso tem opinião diversa. De fato era o ministro britânico o porta-voz dos interesses franceses junto ao Vaticano; mas a Inglaterra só costuma acalorar-se realmente pelos seus próprios.

O cardeal Amette, arcebispo de Paris, fazia de quando em quando uma viagem a Roma com instruções ou pedidos do governo da República; mas, por grande que fosse, como era, o seu prestígio pessoal, essas conferências espaçadas com o papa não valiam a presença, a vigilância, a interferência contínuas de uma missão diplomática permanente.

Conseguida a vitória dos aliados, mais urgente ainda se tornou a necessidade de negociações diretas, seja para adotar às novas circunstâncias políticas o regime eclesiástico da Alsácia e da Lorena, onde a Concordata está até hoje em vigor, seja para consolidar a autoridade da França no Oriente, matéria em que ela depende muitíssimo da boa vontade da Santa Sé.

Entretanto, os elementos anticlericais predominantes na Câmara dos Deputados levantaram obstáculos insuperáveis a esse reatamento de relações, aconselhado por alguns dos maiores espíritos do país. O próprio Clemenceau, com toda a sua indômita energia, não ousou tocar nessa matéria explosiva.

As últimas eleições legislativas modificaram, porém, profundamente a fisionomia da Câmara dos Deputados, com um triunfo considerável dos candidatos conservadores e moderados; e a elevação de Paulo Deschanel, homem ilustre dessas mesmas tendências, à Presidência da República veio facilitar ainda mais a solução do problema.

As relações diplomáticas haviam sido bruscamente truncadas, em 1905, até sem observância das regras protocolares, pelo Senhor Combes, chefe do Governo, em resposta ao protesto do Vaticano contra a visita do presidente da República, Emilio Loubet, ao Reino da Itália. Tê-lo-iam sido do mesmo modo por qualquer outro motivo, ou pretexto, pois o Senhor Combes queria absolutamente a guerra com a Santa Sé, e não hesitava na escolha de meios.

Apeado, ele, entretanto, do poder, mais uma vez tentou o governo francês, ainda vivo Pio X, negociar com o Vaticano enviando agentes mais ou menos confidenciais. O velho pontífice, porém, declarou que não aceitaria senão representantes ostensivos e regularmente investidos de funções diplomáticas; e nessa decisão perseverou até o termo do seu reinado.

O critério diretivo da Santa Sé continua idêntico, e por fim o governo francês teve, no seu próprio interesse, de conformar-se com ele. Já referi o envio de uma embaixada em missão especial, presidida por Gabriel Hanotaux, para assistir à canonização de Joanna d'Arc. Atualmente se acha aqui, com caráter de ministro plenipotenciário, um alto funcionário do Quai d'Orsay, para preparar o restabelecimento da embaixada ordinária.

O governo francês, entretanto, chegou ao passo de solicitar o reatamento das relações diplomáticas com uma pretensão estranha e quimérica de unilateralidade. Quem não esteja ao corrente da verdadeira deformação mental criada em certos círculos políticos da República, quanto à questão religiosa, por cinquenta anos de anticlericalismo sistemático, hesitará em acreditar que se desejava, e talvez se esperava, que ao restabelecimento da embaixada junto do Vaticano não correspondesse o da Nunciatura em Paris.

E para tanto se invocou um motivo, que além de absurdo em direito internacional, era gravemente ofensivo para a Santa Sé, ao passo que, por outro lado, denotava por parte do governo francês um conceito assombroso, e um receio proporcionado, da influência política do Vaticano. Não se queria a Nunciatura – alegava-se – porque ela poderia constituir um foco perigoso de agitações e perturbamentos na vida interna do Estado. E isso quando não se recusaria à própria Alemanha o direito de possuir uma embaixada em Paris!

Decerto houve proposta, oficiosa ao menos, nesse sentido, pois em conversa comigo, monsenhor Tedeschini, substituto do cardinal Gasparri, me disse há dias que este, em nome do papa, recusara até tomar em consideração. E,

referindo-se a um recente artigo de Charles Loiseau, na “*Revue des Deux Mondes*”, sobre a inconveniência de uma tal pretensão, acrescentou que louvava a boa vontade do escritor, mas que discutir semelhante “tolice” era perder tempo e trabalho. O governo francês deverá, pois – tudo o indica – abandonar a ideia, que aliás não lhe abona a clarividência e o tato. No Vaticano estão convencidos todos de que a França precisa mais deles que eles da França. E assim parece ser. Apesar da vitória sobre a Alemanha, nem é tranquila a situação interna do país, nem é forte a externa. Na crise moral e social que o abala, a discórdia religiosa se tornaria um dos mais sérios elementos de fraqueza; hoje a única força realmente organizada contra o bolchevismo e a anarquia é a Igreja Católica, porque é a única não comprometida e debilitada por transações anteriores com os partidos subversivos. Quanto a sua posição entre os povos, não pequeno trabalho terá a França para salvaguardar definitivamente, de modo mais que nominal, a sua qualidade de grande potência. É duvidoso que as funestas consequências da redução artificial da natalidade, praticada durante meio século, possa ser reparada a tempo, dado mesmo que o critério patriótico suplante o egoísmo inveterado da burguesia, e até das classes inferiores. Ora, não bastariam todo o seu gênio, todo o seu prestígio intelectual de grande nação, para neutralizar os efeitos da baixa progressiva das suas tabelas demográficas, em confronto com as de países formidáveis como a Alemanha, a Inglaterra, os Estados Unidos.

Por seu lado, a situação internacional da Santa Sé melhora, dia a dia, desde o termo da guerra. As deficiências e anomalias do Tratado de Versalhes, os germens de discórdia entre países e de descontentamento popular deixado pelas negociações da paz, o enfraquecimento do princípio de autoridade e dos órgãos sociais em geral, ao passo que deprimem seja embora, talvez, transitoriamente, a confiança da opinião pública, em muitos países, na obra dos governos, dos estadistas profissionais, argumentam junto aos que de boa fé trabalham pra salvar o mundo desta crise temerosa, o prestígio da instituição, que, através da sua história de já quase dois milênios, sempre se manteve num ponto de vista universal, e se dedicou à elevação moral da humanidade. As palavras sobre o “suicídio da Europa”, escritas por Bento XV numa das suas corajosas mensagens aos beligerantes, ressoam aos ouvidos de muitos, nessa época de calamidades grandes e ainda maiores ameaças, como admoestação profética. E excetuada a Rússia, onde, pela distância e pela confusão inextricável das notícias, é impossível

sondar a alma popular, não há talvez em todo o continente um país, onde numerosos grupos humanos não pensem no papado como na derradeira garantia, em casos extremos, da civilização ocidental.

De resto, na consciência da sua permanência de vinte séculos à frente dela, os cálculos da Santa Sé diferem muito dos que fazem os partidos, os governos, os povos mesmos. Estes, por natural contingência, os confinam em períodos de anos ou lustros. Aquela não conhece limites de tempo.

Uma instituição, que atravessou imune, antes em pleno crescimento, a fase das perseguições e a das grandes heresias, que triunfou na luta medieval com o Império Germânico, que afrontou o perigo terrível da Reforma, e ainda hoje lhe vai, com tenaz paciência minando a obra, nas terras protestantes, que ressurgiu fortalecida dos choques da Revolução, golpes do despotismo napoleônico, é natural que olhe sem apreensões para o futuro.

Tais são as razões pelas quais os sacerdotes diplomatas do Vaticano acolhem com prazer, mas com serenidade e sem pressa, os mandatários da República francesa, a fim de voltarem às antigas relações com ela em termos decorosos para a sua própria dignidade.

Tenho a honra de renovar a Vossa Excelência a segurança da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Sr. Dr. J. M. de Azevedo Marques,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

**OFÍCIO • 15 JUN. 1920 • AHI 210/1/8**

*Índice:*

Diretoria Geral dos Negócios  
Políticos e Diplomáticos.

N. 2

RESERVADO.

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, em 15 de junho de 1920.

Senhor Ministro,

Como é sabido, está a Inglaterra entre os países que, durante a guerra, criaram missões diplomáticas no Vaticano. A sua se chama até agora missão especial, e continua com caráter temporário. De quando em quando, surge na Câmara dos Comuns uma interpelação sobre quanto ela durará ainda. O Governo desconversa, e vai conservando.

O senso prático dos estadistas britânicos não se embarça com fórmulas, nem com princípios intransigentes. É isto o que distingue a sua política de muitas outras, por exemplo, a francesa. Nesta o próprio oportunismo tem um tom didático, e se amarra a conceitos, ou preconceitos. Desde 1870 que o governo britânico suprimira a sua representação junto ao pontífice, tirando as consequências lógicas da sua atitude de favorecedor, por todos meios lícitos ou ilícitos, da revolução italiana. O “papismo” guardava ainda então em muitos ambientes ingleses o seu aspecto de odioso espantalho.

É certo que pouco a pouco as relações do Governo com a Santa Sé foram melhorando, sobretudo no reinado de Leão XIII. A rainha Vitória, de resto em constante oposição aos seus primeiros-ministros quanto à unificação italiana, de que era decidida adversária, nunca veio a Roma (e aliás nos seus últimos anos passava o inverno em Florença) para não desgostar o pontífice; afirmam pessoas fidedignas que ela secretamente se fizera católica. Eduardo VII (do qual há quem diga que era católico também de coração) só com grande repugnância se prestou a proferir, no seu juramento real, as palavras violentas contra o “papismo” nele introduzidas no período das grandes lutas religiosas; palavras que foram eliminadas por sua iniciativa. Em 1903, visitou ele oficialmente a Leão XIII.

Já desde muito antes, os dignitários da hierarquia católica, restabelecida por Pio IX, estavam cercados do respeito público, e principalmente os cardeais figuravam, na opinião geral, entre os cidadãos mais eminentes do Reino Unido; nem é isso de admirar, quando se chamavam Wiseman, Manning, Neuman, sendo este julgado por muitos, ao lado de Leão XIII, o maior vulto da Igreja Católica, na segunda metade do século XIX.

Os progressos do catolicismo na Inglaterra se acentuaram desde a cisão do grupo ilustre de Oxford, a que pertenciam os dois últimos cardeais citados, que abandonaram o anglicanismo, ao passo que Gladstone e outros se mantinham em suas posições de defesa protestante, mas sem a intolerância das épocas idas. A intolerância aliás se tornava praticamente impossível desde a criação do vastíssimo Império Britânico, em que se acotovelam povos de variadíssimas crenças, entre os quais milhões de muçulmanos e budistas. Declarada a recente guerra, o Governo Real não tardou a compreender o valor da autoridade moral da Santa Sé, e a vantagem de contar junto dela

com alguém, que a informasse do ponto de vista inglês, que defendesse os direitos e os interesses ingleses. Daí a pronta decisão de nomear ministro no Vaticano, *Sir Harry Havard*, católico conhecido, da família do duque de Norfolk, chefe dos católicos ingleses, substituído mais tarde pelo conde de Salis, diplomata de carreira, católico ele mesmo.

Durante a guerra foi notada a especial deferência com que os membros do governo britânico sempre renderam homenagem aos altos intentos e aos esforços do papa em favor da paz, e em particular por ocasião da mensagem de Bento XV aos Estados beligerantes, datada de 1º de Agosto de 1917; o rei Jorge V em termos atenciosos acusou logo recebimento, ao contrário de Victor Manuel III e do presidente Poincaré, que guardaram um silêncio mais tarde lamentado e censurado pela opinião imparcial na Itália e na França.

O certo é que a Inglaterra tinha todo o interesse em não se alienar a benevolência da Santa Sé. Entre outras muitas questões graves para o Império Britânico em pleno conflito, havia a da Irlanda, que dura ainda.

O problema da Irlanda constitui um ponto fraco, um ponto mórbido, na solidez desse colossal império. É uma herança de séculos muito diversos do nosso. Mas, ao passo que a geral adaptabilidade inglesa, e o liberalismo consolidado na épica luta contra Napoleão, foram, com o tempo, dando maior elasticidade, não só as instituições internas, mas ao *regimen* das colônias, unicamente a desgraçada Irlanda continua oprimida por laços políticos e administrativos tão estreitos, que se podem considerar de genuíno cativo. As tentativas de grandes liberais ingleses, sobretudo de Gladstone, para o estabelecimento de um "*home rule*", que, sem lesar a soberania britânica, assegurasse uma justa autonomia aos cidadãos irlandeses, caírem, umas após outras, por motivos diversos. Ainda no meado de 1914, a questão do Ulster chegou quase ao extremo da guerra civil, e foi esse um dos fatos que determinaram a Alemanha e a Áustria a precipitar o conflito europeu, tranquilizando-as sobre a atitude da Inglaterra, empenhada numa tão grave crise interior. Os irlandeses, entretanto, não se aproveitaram da conjuntura para criar, como teriam podido, dificuldades enormes ao governo britânico, e, se é exato que este lhes aplicou muito brandamente a Lei da Conscrição Geral, não o é menos verdade que vários milhares deles combateram e deram a vida pela vitória dos aliados.

Apesar disso, a situação do país é tão infortunada como antes; uma minoria de protestantes fanáticos impõe a sua vontade à ilha inteira, e aos próprios círculos oficiais



de Londres; e a férrea autoridade dos agentes ingleses pesa até sobre os mínimos assuntos administrativos, sobre as insignificantes iniciativas privadas.

O juízo do Vaticano não pode deixar de ser severo em tal assunto; fora absurdo pretender que não se veja ali com dor, e não se deplora, que a exceção única talvez hoje, no *regimen* liberal do Império Britânico, se concretize em um povo católico, e, se não atualmente, sem dúvida originariamente, por ser ele católico. Bem sabe o governo de Londres que não pode mudar essa opinião e esse sentimento da Santa Sé; o que lhe pede apenas é que exerça uma influência moderadora por meio do clero, sobre a Irlanda, que não a encoraje em propósitos e planos revolucionários. E por fundamentos desse pedido alega as dificuldades, muito reais, em que o apertam os protestantes fanáticos do Ulster, e os bons desejos que nutre de chegar a um “*modus vivendi*” aceitável para os católicos irlandeses. São os mesmos argumentos já empregados junto a Leão XIII. A posição da Santa Sé na matéria é hoje, como então, delicada. Está claro que ela não pode contribuir com o seu apoio para movimentos revolucionários contra um governo legalmente constituído. Por outro lado, não pode abster-se de fazer votos para que a Irlanda realize as suas justas aspirações, como disse, ainda há poucos dias, Bento XV, em resposta a um discurso do cardeal Logue, arcebispo de Armagh, primaz da Irlanda. O resultado dessa dupla tendência se revela na atitude do clero, que, segundo a expressão de um ilustre irlandês com quem conversei ultimamente, é “reservada”.

Há outra questão árdua. É o sionismo. O governo britânico o adotou como ponto de programa. *Lord* Balfour se comprometeu a apoiá-lo em uma carta a *lord* Rothschild.

Quando as tropas inglesas conquistaram a Palestina aos turcos, foi grande a satisfação do Vaticano. O “*Osservatore Romano*” publicou um artigo de inspiração oficial, que era todo um hino de júbilo. A Terra Santa pertencia de novo aos cristãos, após tantos séculos. Os conquistadores eram protestantes, mas não perseguiram os católicos, como faria a Rússia ortodoxa, cujo domínio no Oriente a Santa Sé temia mais, e não sem razão, que o da Turquia mesma.

Logo depois, porém, apareceu a ideia do sionismo, angariando simpatias entre alguns estadistas do momento, a começar pelo presidente Wilson. O plano do sionismo é, como Vossa Excelência sabe, a reconstituição do antigo Estado hebreu na Palestina.

Compreendem-se as preocupações da Santa Sé. Trata-se, em primeiro lugar, de uma ideia hostil às tradições e aos sentimentos cristãos, e que, realizada tiraria todo o valor religioso à conquista da Terra Santa. Trata-se, ainda, de um projeto que só se pode efetuar por meio de uma imigração intensiva de judeus, pois os que há atualmente na

Palestina não constituem nem um sexto da população. Têm-se motivos para recear que, uma vez criada deste modo a preponderância dos judeus, se tornará precária a situação dos cristãos, como a dos muçulmanos, que ali residem. Observa-se que é uma artificiosa manobra, e não menos perigosa, a de outorgar ao hebraísmo um caráter nacional, que ele perdeu desde o tempo dos romanos; seria um gracejo de mau gosto invocar neste caso o “princípio da nacionalidade”.

Acresce que os judeus no Oriente se têm mostrado propagadores de tendências subversivas, e que a revolução bolchevista é na máxima parte, obra deles.

Enfim, o cardeal Gasparri me confiava há dias que não podia explicar-se o interesse do governo britânico em favorecer o sionismo, a não ser pela pressão de banqueiros milionários aliciados pela cobiça de uma especulação colossal.

Entretanto, a Inglaterra acaba de nomear seu alto comissário na Palestina *lord* Herbert Samuel, que é judeu. Tive ocasião de encontrá-lo há dias, no Vaticano, onde, por instruções expressas recebidas em Londres, fora levar pessoalmente ao papa e ao cardeal Gasparri as mais formais promessas de administração imparcial e justa. Ambos lhe declararam que a sua nomeação aumentou as preocupações da Santa Sé, mas que, em todo o caso, esperavam que os fatos confirmassem as promessas.

Tenho a honra de renovar a Vossa Excelência a segurança da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Sr. Dr. J. M. de Azevedo Marques,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

**OFÍCIO • 16 JUN. 1920 • AHI 210/1/8**

*Índice:* Encíclica do papa sobre “a reconciliação *christian*”

Diretoria Geral dos Negócios

Políticos e Diplomáticos.

N. 3

RESERVADO.

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé

Roma, em 16 de junho de 1920.

Senhor Ministro,

Apareceu há dias, com a data de 23 de maio passado, uma encíclica do papa sobre “a reconciliação *christian* da paz”. Em anexo, tenho a honra de enviar à Vossa Excelência a tradução oficial italiana do texto latino, publicada pelo *Osservatore Romano*. O pontífice, lembrando que durante a guerra tudo quanto lhe era dado fez para apressar a volta da paz, exorta os cristãos todos, agora que “uma tal qual paz” (*uma qualche pace*) se tem conseguido, a viver entre si finalmente de modo que se vão eliminando todas as causas de novos conflitos. E isto diz não só aos indivíduos, mas aos povos, posto que “de nenhuma forma é diversa a lei evangélica da caridade entre os indivíduos, da que deve existir entre os estados e as nações”. Afirmção esta, importante, embora tão antiga como o próprio cristianismo, pois significa, em última análise, que os mesmos princípios devem reger a moral individual e a internacional.

Entre os meios com que a Santa Sé entende contribuir por sua parte para a concórdia dos governos e dos povos, está a retirada, ainda que condicional, e de conceder-se caso a caso, do veto posto desde 1870 às visitas dos soberanos e chefes de Estados católicos ao rei da Itália. Este foi naturalmente o tópico da encíclica, sobre o qual mais se desenvolveram os comentários da imprensa, e, em geral, dos círculos diplomáticos e políticos.

A verdade é que este novo critério amadureceu no Vaticano por ocasião da visita do presidente eleito da República, senhor Epiácio Pessoa, hóspede do Quirinal, ao santo padre Bento XV, em maio do ano passado. Fato igual ainda se não dera, porque, se em 1898, o senhor Campos Salles, também ele presidente eleito, fora solenemente recebido por Leão XIII, não era ele, na verdade, hóspede do Quirinal, nem o monarca italiano se achava em Roma. Outra visita presidencial, a do senhor Emilio Loubet, em 1905, a Victor Manuel III, deu lugar a um protesto enérgico de Pio X, que foi logo tomado como motivo suficiente pelo governo do senhor Combes para romper, segundo seu ardente desejo, as relações oficiais com a Santa Sé.

Mas quando tantas alterações trazia a guerra, com as novas alianças e combinações políticas, à fisionomia da Europa e do mundo, era impossível que o Vaticano ficasse imóvel e imutável em todas as suas atitudes. Já se vira em agosto de 1917 incluir Bento XV, entre os nomes dos soberanos e chefes de estados, aos quais endereçava a sua proposta de paz, o de “Sua Majestade o Rei de Itália”,

título que nunca antes aparecera em documento algum da Santa Sé. Cerca de dois anos depois, a vinda do presidente eleito do Brasil a Roma tornou clara para o Vaticano a necessidade de abrandar as disposições sobre as visitas dos soberanos e chefes de Estados católicos à capital da Itália. E o senhor Epiácio Pessoa, católico, residente no palácio do Quirinal, foi recebido por Bento XV com as mesmas honras prestadas ao presidente Wilson, protestante de confissão.

Se o *Osservatore Romano* inseriu, no dia seguinte, um breve comunicado distinguindo sutilmente presidente eleito de presidente empossado, foi esse expediente oportunista para esquivar as conclusões tiradas do caso pela imprensa italiana que qualificava a solene recepção como “*la fine di una protesta*”. Mas a Secretaria de Estado pontifícia sabia muito bem que, se houvesse vindo a Roma como presidente empossado, o senhor Epiácio Pessoa, se lhe teria feito no Vaticano exatamente o mesmo acolhimento que ali encontrou como presidente eleito. Porque assim o teriam imposto razões políticas superiores a todas as convenções protocolares.

Realmente, porém, o que se visava naquela conjectura era impedir a todo custo uma visita do rei da Bélgica, da qual já se falava, antes que o problema fosse estudado devidamente. De resto, no caso do Brasil havia uma circunstância que não se dava com a Bélgica, a separação da Igreja do Estado.

Pelos informes, que tive muito confidencialmente, e cuja exatidão posso garantir, a iniciativa para se modificar a situação partiu do governo italiano, e a propósito da visita projetada pelo rei de Espanha. Alegava-se a necessidade de prestigiar as instituições monárquicas, único anteparo, aqui, da ordem e da nacionalidade, pois revolução republicana que rebentasse agora na Itália só poderia ter caráter sovietista. E apelava-se para a Santa Sé, tão ameaçada como o próprio trono por um movimento dessa espécie.

À proposta de desistência pura e simples do veto pontifício o Vaticano respondeu duas vezes com um absoluto *non possumus*, recusando entrar em negociações. O governo italiano fez uma terceira tentativa, oferecendo concessões relevantes. E depois de várias conferências entre representantes de ambas as partes, ficaram estabelecidas estas condições: os soberanos católicos estrangeiros seriam recebidos pelo rei da Itália, oficialmente, na estação ferroviária de Roma, e iriam ao Quirinal exclusivamente para cumprimentar a Rainha, caso ela não houvesse ido à estação, e para receberem as primeiras homenagens da corte real.

Imediatamente sairiam para as sedes das respectivas embaixadas junto à Santa Sé, donde iriam logo ao Vaticano visitar o papa; voltariam às mesmas embaixadas para receberem a visita do cardeal secretário de Estado, e os cumprimentos habituais dos outros dignitários da corte pontifícia. Cumpridas tais formalidades, regressariam ao Quirinal, tendo lugar depois, os banquetes e outras festas oficiais do costume. Ficaria entendido claramente não implicarem essas concessões recíprocas nenhuma renúncia da Santa Sé à sua atitude política perante a Itália.

Não há dúvida, entretanto, que se trata de uma radical mudança nessa atitude; mas, em suma, a dignidade e o amor próprio do Vaticano ficam salvos; é ele que atende a insistentes pedidos do governo italiano para o qual o apoio dos católicos representa hoje um elemento essencial e indispensável de existência. Posso ajuntar uma circunstância interessante, que me contou o meu amigo conde van den Steen, embaixador da Bélgica junto ao Quirinal. Quando foi dito ao rei Alberto que já agora poderia visitar em Roma o soberano aliado, Sua Majestade respondeu: “Sim, mas depois da viagem ao Brasil. Quero que ao Brasil seja a minha primeira visita.”

Tenho a honra de renovar a Vossa Excelência a segurança da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Sr. Dr. J. M. de Azevedo Marques,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

**OFÍCIO<sup>2</sup> • 16 NOV. 1920 • AHI 210/1/8**

*Índice:* As eleições administrativas na Itália,  
o Partido Popular, e a Santa Sé.

Diretoria Geral dos Negócios  
Políticos e Diplomáticos.

N. 6

---

<sup>2</sup> Foram feitos dois riscos em vermelho na primeira página do documento.

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé

Roma, em 16 de novembro de 1920.

Senhor Ministro,

As recentes eleições administrativas na Itália tiveram o alcance de um grande fato político, e mesmo, de um acontecimento nacional. Não se tratava já nelas de pleitear a vitória de um ou de outro entre os partidos aqui existentes para a direção dos serviços públicos nos numerosos municípios do reino, mas realmente de saber se o povo italiano tomava como base da sua vida contemporânea a ordem, ou a anarquia.

As eleições legislativas do ano passado, as primeiras aqui efetuadas segundo o critério da representação proporcional, tinham revelado a força ascendente de dois partidos, adversários encarniçados no espírito e nos métodos, mas concordes em muitos pontos capitais dos respectivos programas: o Partido Socialista, e o Partido Popular. A vitória do Partido Socialista resultou, por um lado, das decepções de caráter internacional, nascidas da guerra, que ele estreneamente combateu, e por ele exploradas com uma astúcia sem escrúpulos; por outro lado, do abstencionismo e do ceticismo da maioria dos núcleos conservadores, desanimados pela fraqueza crônica dos governos que se sucederam desde os ministérios Boselli e Orlando, e especialmente pela progressiva abdicação moral, que caracterizou a ação, ou a inação, do senhor Nitti, diante da indisciplina, da arrogância, da violência antipatriótica de minorias, capazes de tudo, e prontas a tudo.

A vitória do Partido Popular, essa, impressionou como um fato novo na política italiana. O Partido Popular contava apenas alguns meses de existência. Fundado em fevereiro do ano passado, conseguia, logo à primeira prova, decuplar quase o número dos deputados católicos. Ele se apresentara com um programa de reformas adiantadas, audazes, no terreno das questões sociais; como a mais recente encarnação daquela democracia *christian*, que começara a surgir sob os auspícios de Leão XIII e do cardeal Rampolla, mas tendo saltado muitas barreiras no terreno propriamente político, sobretudo a que desde 1870 separava do Vaticano a nova Itália, isto é, reconhecendo o país unificado, e Roma como sua capital. Sob outro aspecto, partido católico no espírito e na disciplina, mas não rigidamente confessional; admitindo nas suas fileiras quantos lhe aceitassem os

postulados, sem exigir deles atestados de ortodoxia dogmática. Partido respeitoso dos ensinamentos e das advertências da Santa Sé, mas agindo por sua própria conta, sem coenvolver na própria obra a responsabilidade do papa e dos bispos. Uma criação, em suma, assaz característica da mentalidade italiana, diplomática por natureza, e hábil nas *combinazioni*.

As suas legiões se compõem de todos aqueles que consideram justas na sua maior amplitude as reivindicações das classes operárias e inevitável um renovamento radical dos valores na economia social, mas não admitem que ele se deva realizar por meios revolucionários, e muito menos, que para consegui-lo se deva chegar à negação de Deus, e de todo o ideal cristão.

Na Câmara, como a tinham organizado as últimas eleições, o Partido Socialista e o Partido Popular, se unidos, tornariam impossível a vida de qualquer governo burguês. Ambos, porém, são, não só adversários, mas concorrentes. Ambos tendem a conquistar as massas, com processos inconciliáveis entre si. Basta a divergência religiosa, com todas as suas imensas consequências práticas, para cavar entre ambos um abismo impreenchível. Desde o começo da nova legislatura, se acentuou na Câmara o dissídio entre os dois agrupamentos, ocasionando entre ambos aquelas trocas de invectivas e doestos, que aliás, são proverbiais nas sessões agitadas dessa casa do Parlamento italiano.

Seguindo os socialistas o que eles chamam “tática abstencionista” isto é, recusando sistematicamente colaboração e confiança ao governo, este necessitava e necessita do apoio dos populares, que lhe tem concedido por via de regra, exceto quando concorreram para derrubar o terceiro ministério do senhor Nitti, passando, de resto, alguns representantes seus a figurar no quarto, que durou horas apenas. Atualmente, eles apóiam, com quase todas as bancadas da Câmara, o ministério do senhor Giolitti, ministério de concentração, do qual faz parte, gerindo a pasta do Tesouro, o deputado milanês senhor Meda, talvez o mais eminente dos deputados católicos.

Tal é a situação parlamentar desse partido; mas a sua ação moralizadora e regeneradora das massas ainda pouco e mal se manifesta. Há nele como um vício de origem, o hibridismo do seu próprio programa, que, concebido como instrumento de concorrência contra os socialistas, tende instintivamente a lisonjear o proletariado até extremos dificilmente conciliáveis com a índole de um partido que se preza de católico. Na realidade, existem em seu seio duas correntes:

a direita e a esquerda; e alguns representantes desta última, como o deputado Mighioli, vão muito além das reivindicações do socialismo clássico, chegam até as fronteiras do maximalismo e do comunismo. O Partido Popular não poderá ser sólido e forte, enquanto não eliminar do seu organismo essa divergência, causa ora explícita, ora latente, mas permanente, de crise.

Verdade incontestável é que o cristianismo, tendo por base a caridade, sem a qual, como ensinam unânimes os maiores luminares da Igreja, todas as outras virtudes são estéreis, nunca poderá sancionar a luta de classes, muito menos o ódio de classes. Mas o Partido Popular, nascido no momento da máxima efervescência dos apetites e furores proletários, não ousa ainda, porventura, contrariá-los de frente, com receio de perder a sua clientela já numerosa entre os operários e os lavradores, que se poderiam passar para o socialismo. Contemporiza.

Entretanto, nas recentes eleições administrativas, cometeu o primeiro erro grave, provando a sua presunção e a sua imaturidade. Por toda a Itália, representaram elas um enérgico levante de escudos da burguesia (tomando-se esta palavra no sentido do dicionário socialista); da burguesia, fatigada e indignada das prepotências da plebe na impunidade garantida pela inércia das autoridades governativas. Tiveram a significação clara de que a grande maioria dos italianos é pela ordem contra a anarquia, e a significação implícita de que, se o governo continuar a abandoná-los, as classes conservadoras se decidirão a defender-se por si mesmas. Dado o grau que haviam atingido os excessos das turbas inconscientes, açuladas e capitaneadas por verdadeiros delinquentes políticos, o resultado dessas eleições foi a prova de uma reação surpreendente, maravilhosa. Em Roma, a União Constitucional teve um enorme triunfo; em grande parte do centro e em quase todo o sul da Itália, derrotou plenamente os socialistas. Porém a maior vitória foi em alguns municípios do norte, genuínas cidadelas do maximalismo; em Gênova, por exemplo, em Sestri Levante, em Turim. Em Milão mesmo, que é a maior dessas praças fortes do bolchevismo, a vitória moral foi conseguida; pois, ao passo que se receava que os socialistas dominassem a votação com maioria esmagadora, a que obtiveram excedeu de pouco dois mil votos num total de quase cento e setenta mil eleitores; de modo que nos conselhos comunal e provincial os constitucionais figuram com respeitável minoria.



Mas se em Milão foi apenas moral a vitória, se em outras cidades faltou, se mesmo em Roma não foi completa, é isso efeito da “tática intransigente”, imposta ao Partido Popular, contra a opinião de muitos dos seus mais autorizados representantes, pelo seu secretário geral e chefe real, o sacerdote siciliano Luiz Sturzo. Na União Constitucional se concentraram todos os partidos, que professam o culto do patriotismo, da disciplina, da legalidade, do trabalho em comum de todas as classes sociais em benefício do país e da civilização: desde os nacionalistas até os socialistas reformistas, que, como Vossa Excelência sabe, se separaram há anos, dos socialistas propriamente ditos, ou oficiais, colaborando com o governo, e ainda figurando nele, como fez Bissolati, e faz agora Bonomi, atual ministro da guerra. O Partido Popular, em vez de unir-se àquele bloco compacto contra a ameaça do bolchevismo e da dissolução, preferiu pleitear as eleições com candidatos exclusivos; o resultado foi a derrota em quase todas as províncias, com a consequência de revelar-se menos forte do que geralmente se supunha, coisa que não teria sucedido se ele houvesse aderido ao bloco constitucional. No Vaticano, a “tática intransigente” foi nitidamente desaprovada; tanto mais que, em Roma, o apoio dos populares à União Constitucional teria excluído da minoria do conselho comunal os candidatos socialistas, ou, pelo menos, lhes teria reduzido muito o número. De resto, essa intransigência contrastava com o critério político, que já se pode dizer tradicional no Vaticano, pois data de Leão XIII, e se acentuou sob os auspícios de Pio X: que em *collegio* (distritos), onde se apresentem candidatos socialistas e candidatos da ordem, ainda que não católicos, por estes devem votar os eleitores católicos. É certo, também, que, em toda a Itália, muitos eleitores católicos votaram, nas eleições administrativas, pela União Constitucional.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência a segurança da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Dr. J. M. de Azevedo Marques,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

**OFÍCIO • 24 NOV. 1920 • AHI 210/1/8**

*Índice:* A Santa Sé e as suas  
esperanças no Oriente.

Diretoria Geral dos Negócios  
Políticos e Diplomáticos.

Nº. 7

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, em 24 de novembro de 1920.

Senhor Ministro,

Como a todos na Europa, causou assombro ao Vaticano a derrota completa de Venizelos e do seu partido nas recentes eleições da Grécia.

A diplomacia pontifícia não considera, porém, esse fato unicamente como uma das frequentes surpresas da atualidade; de algum modo ele está ligado a interesses e projetos seus; a trama das suas afinidades internacionais é, de resto, tão vasta e complexa, que poucos acontecimentos importantes do mundo lhe podem ser indiferentes.

Com a Grécia liberal, sob os auspícios do grande Ministro, a diplomacia pontifícia tinha feito tanto caminho, que estava planeado o estabelecimento de uma Legação junto ao Vaticano; vitória diplomática não menor que a conseguida com a Suíça, que, ao cabo de cinquenta anos de ruptura, vai restabelecer a sua aqui, e já trata com um Núncio apostólico em Berna. A Grécia nunca teve relações diplomáticas com a Santa Sé. O rei Jorge visitou Pio X, creio que em 1908; e em outubro deste ano, dois de seus filhos, André e Cristóforo, tios do rei Alexandre, foram recebidos por Bento XV. Correu então nos jornais que tinham vindo com o intuito de interessar o papa a favor da restauração do rei Constantino; notícia insulsa, que nem carecia de desmentido. A visita foi de pura cortesia.

Com o governo de Venizelos é que as negociações políticas se desenvolviam alacramente. O cardeal Gasparri, secretário de Estado, em cuja linguagem condimentada de humorismo é às vezes difícil discernir das opiniões assentadas as impressões momentâneas, manifestou-me um dia escassa confiança nelas; e citou-me a frase de São Paulo: *Cretenses sunt mendaces*. Mas São Paulo,

evidentemente, no século I da nossa era, não pensava em Venizelos; e este não é homem de dar um passo em vão, por puro diletantismo político. Se se decidiu a tratar com a Santa Sé, foi por achar nisso vantagens para a Grécia. E monsenhor Tedeschini, cujo espírito, moderno e prático, raríssimas vezes tenho visto falhar nas suas apreciações, disse-me que as coisas estavam bem encaminhadas.

Agora, no Vaticano se perguntam se os sucessores de Venizelos terão a mesma amplitude de critério, ou se deixarãopear pelos antigos preconceitos ortodoxos. De resto, o que mais geralmente se acredita em Roma é que cedo ou tarde, Venizelos tornará ao poder, pois não possui a Grécia outro homem capaz de a tirar da intrincada situação em que a inesperada viravolta do capricho popular a colocou.

Este ponto é importante, porque representa um elo de uma grande cadeia. A Santa Sé nunca perdeu de vista o Oriente; e hoje mais que nunca, dele se ocupa e preocupa.

Leão XIII, que foi chamado o Pontífice Imperialista, planeou a empresa genial da reconciliação de todas as igrejas *christians* – sob a autoridade universal de Roma. Para facilitar uma futura inteligência com as populações protestantes britânicas, fez estudar a questão da legitimidade das ordenações anglicanas, na qual interveio Gladstone com o alto prestígio da sua doutrina e da sua celebridade. Mas sobretudo para os países ortodoxos se volviam os olhos do velho papa.

Os ortodoxos, todos o sabem, não são propriamente hereges; são apenas cismáticos. Das divergências que, em matéria de dogma, os separam de Roma, a única de real importância é a que se refere ao primado do papa; Já que as outras poucas, como a procedência do Espírito Santo, só podem interessar os teólogos pelas suas sutilezas. Ora, quanto ao primado do papa, o problema, para os ortodoxos, é muito mais político que religioso. Era em especial a Rússia czarista, que pelo seu imenso poder sobre os povos da raça eslava, fazia dessa divergência um obstáculo formidável à Santa Sé. O governo dos czares foi o mais áspero e tenaz dos perseguidores modernos do catolicismo; era natural, embora a muitos, mal informados, parecesse estranho, que a presença da Rússia absolutista na Entente ocasionasse graves receios ao Vaticano, e natural era também que, entre dois males, aí se preferisse a continuação do Kalifa em Constantinopla à conquista da antiga capital dos Imperadores do Oriente pelos sucessores de Pedro o Grande.

Mas o imenso poder dos czares se desmoronou, os povos da raça eslava tendem a adquirir cada um a sua personalidade, e o Vaticano sente reavivarem-se as esperanças de os reconduzir, com o andar dos tempos, ao seio do catolicismo. A empresa é longa, mas cumpre lembrar que a Igreja conta já quase vinte séculos de existência, e nutre fé inabalável na sua eternidade.

As perspectivas, afirma-se no Vaticano, são prometedoras, na Sérvia, na Bulgária, na Romênia; na própria Rússia, e nos pequenos estados que dela se destacaram, se notam sintomas auspiciosos. A desordem bolchevista não espanta nem intimida os propagandistas do catolicismo. Eles não esquecem que a Igreja civilizou os bárbaros. De resto, testemunhos tão numerosos quanto insuspeitos levam a pensar que, entre a colossal anarquia em que se debate a república dos soviets, o misticismo ingênito da alma russa, longe de soçobrar, tende a buscar abrigo, conforto, direção espiritual nos arroubos religiosos, e que são muitos os que começam a tomar o rumo do catolicismo. Isso não é de admirar, para os que conhecem a coesão prodigiosa da doutrina e da disciplina católica, o seu poder singular de proselitismo, e sabem que o regime czarista esterilizou, pouco a pouco, toda a substância ideal dos organismos eclesiásticos russos, reduzindo-os a instrumentos burocráticos de governo, sem a menor influência moral e social. É evidente que os *popes* e os bispos ortodoxos não podem sustentar a concorrência do clero católico, superior infinitamente em virtudes sacerdotais, como em genuína humanidade, e propulsor tradicional de uma vasta cultura, que abrange todos os problemas da inteligência e da vida, e da qual se poderão discutir alguns postulados, mas não contestar a magnitude e a glória. Em alguns dos países eslavos, os padres ortodoxos, secundando ainda nisto os processos políticos dos respectivos governos, têm valor como agentes de nacionalismo. Mas hoje, desmembrada a Áustria, enfraquecida a Turquia, esse mesmo campo de ação se lhes restringe.

É muito compreensível que a Santa Sé considere favorável o momento para insistir no programa imperialista de Leão XIII, e do cardeal Rampolla, a quem ouvi um dia que a maré montante do eslavismo era, na sua opinião, talvez o mais transcendente sucesso da história contemporânea. Ninguém ignora que Bento XV é em política discípulo daqueles dois grandes homens, e entende, salvas as modificações aconselhadas pelos novos acontecimentos, continuar-lhes o programa. Ocioso, por outro lado, me parece relevar o alcance, para o seu bom

êxito, das relações cordiais com a Grécia, ligada como ela está, por uma densa rede de interesses, com os outros países balcânicos.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência a segurança da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Dr. J. M. de Azevedo Marques,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

**OFÍCIO<sup>3</sup> • 20 JAN. 1921 • AHI 210/1/8**

*Índice:* A Santa Sé, e a diminuição dos armamentos.

A questão de Fiume.

Diretoria Geral dos Negócios

Políticos e Diplomáticos.

Nº. 4

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé

Roma, 20 de janeiro de 1921.

Senhor Ministro,

O *New York Herald* está fazendo, como é sabido, ativa propaganda pela diminuição dos armamentos; e nesse intuito tem solicitado o parecer de algumas personalidades influentes na política internacional.

O cardeal Gasparri, secretário de Estado do sumo pontífice, e, como tal, intérprete autorizado do pensamento da Santa Sé, deu a seguinte resposta: “A carta pontifícia enviada em 1º de agosto de 1917 aos chefes das nações beligerantes propunha uma diminuição simultânea dos armamentos e a adoção do princípio da arbitragem. A Santa Sé deseja particularmente exercer a sua influência sobre a Inglaterra e a Alemanha, em favor de um acordo entre todas as nações, para a redução do serviço militar obrigatório, e a instituição de um tribunal de arbitragem internacional, cujas decisões tenham por consequências o isolamento e a boicotagem contra os países que as

---

<sup>3</sup> Foram feitos dois riscos de vermelho na primeira página do documento.

infrinjam. Pois que a Santa Sé foi a primeira a fazer uma proposta de tal natureza, e a insistir oficialmente pela sua adoção, é fácil imaginar o júbilo com que a veria realizada”.

Nos sucessos recentes de Fiume, que teriam podido, se a disciplina falhasse gravemente, como por momentos se receou, no Exército e na Armada, acarretar o perigo, se não de uma guerra da Itália com a Iugoslávia, ao menos de uma luta fratricida entre italianos, a Santa Sé não se descuidou de intervir a serviço da paz e da concórdia. Agiu em primeiro lugar por intermédio do administrador apostólico de Fiume, monsenhor Celso Constantino, prelado respeitabilíssimo, que grandes provas deu de tato, de patriotismo e de caridade evangélica no cumprimento da sua missão, granjeando a estima e a veneração do próprio D’ Annunzio, apesar da divergência dos respectivos pontos de vista. Agiu também diretamente por meio de uma carta do cardeal Gasparri ao *sindaco* (prefeito municipal) da cidade, exortando-o a envidar todos os esforços para que fosse evitada nova efusão de sangue.

É muito provável que essa exortação toda desinteressada, e a obra persuasiva de administrador apostólico, tenham influído no ânimo da população fiumana, e através dele, no do próprio poeta, heróico defensor da independência da cidade, para a solução relativamente incruenta do conflito.

Sobre as aspirações italianas de Fiume, o Vaticano não se pronunciou em nenhuma das fases da questão adriática; mas é certo que as julgava com simpatia, e viu com prazer o reconhecimento da independência, que equivale, moralmente, à união com a mãe pátria.

Tenho a honra de renovar a Vossa Excelência a segurança da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A sua Excelência o Senhor Dr. J. M. de Azevedo Marques,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

**OFÍCIO<sup>4</sup> • 22 JAN. 1921 • AHI 210/1/8**

---

<sup>4</sup> Foram feitos dois riscos de lápis verde na primeira página do documento, e escrito “Á seção”.

*Índice:* A presente situação internacional  
da Santa Sé.

Diretoria Geral dos Negócios  
Políticos e Diplomáticos.  
(Reservado)

Nº I

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 22 de janeiro de 1921.

Senhor Ministro,

É notório que a situação política da Santa Sé no mundo, nunca talvez foi mais brilhante, ao menos segundo todas as aparências, que neste momento; nem no período áureo do pontificado de Leão XIII.

O quadro das missões diplomáticas acreditadas junto ao Vaticano é a primeira prova desse prestígio. Durante a guerra ficara aqui só embaixada efetiva: a da Espanha. Hoje há cinco; e, se desse número ficou eliminada a da Áustria, representada agora por uma simples Legação, compensa essa falta a da Alemanha, criação da República, substituindo a antiga Legação real da Prússia. A lista das Legações também cresceu rapidamente; oito novas foram estabelecidas entre o começo da guerra e o ano passado. Mais uma é certa, a da Suíça, conquanto não tenha ainda titular; outra, a da Grécia, oferece muitas probabilidades.

A da Holanda e a da Grã-Bretanha, instauradas como missões especiais e transitórias, para o tempo da guerra, são agora permanentes: a primeira, em virtude de uma votação significativa do Parlamento holandês, na qual o seu caráter permanente triunfou por notável maioria; a segunda, em consequência da peremptória declaração do primeiro-ministro inglês, que afirmou considerá-la necessária ao governo do rei a bem dos interesses nacionais.

A França, por sua vez, restabelecerá muito breve a sua embaixada junto ao Vaticano. É essa a categórica vontade do atual presidente da República, o primeiro, desde Mac-Mahon, que entende tomar parte na direção política de seu país. E o novo chefe do governo, senhor Briand, tem sobre isso as mesmas ideias do senhor Leygues, seu predecessor. Depois de largos e geralmente muito elevados debates, a Câmara dos

Deputados aprovou o restabelecimento da embaixada, por maioria considerável de votos. No Senado, havia e ainda há oposição por parte de muitos representantes; mas o número dos opositores ficou diminuído nas recentes eleições senatoriais, e, de qualquer modo, é certo que o projeto passará.

Tem-se dado ultimamente como possível a nomeação de um agente diplomático norte-americano. Ainda há dias, um telegrama de Washington, publicado pelos jornais, atribuía ao presidente eleito a declaração de que não a hostilizaria, se os católicos da República a desejassem. Tive ocasião de falar sobre isso com monsenhor Cerretti, secretário da Congregação dos Negócios Eclesiásticos Extraordinários (que corresponde na Secretaria de Estado, à nossa Diretoria dos Negócios Políticos e Diplomáticos, mas é ao mesmo tempo uma espécie de Conselho de Estado composto de cardeais na maioria antigos nuncios). Ele não crê muito na possibilidade, próxima pelo menos, dessa inovação. Pensa que ainda há em certas zonas da União norte-americana ásperos preconceitos protestantes contra o “Papismo”, e que os próprios bispos católicos, habituados tradicionalmente a uma liberdade completa, quer nas suas relações hierárquicas com o Vaticano, quer no uso dos seus direitos de cidadãos, insistirão por uma série de garantias, contra qualquer coerção dessa liberdade pela presença de um núncio em Washington, e de um embaixador ou de um ministro em Roma. Em todo o caso, ele não duvida de que o crescente prestígio da Santa Sé torne inevitável, mais cedo ou mais tarde, para a América do Norte a sua representação no Vaticano, com o apoio da maioria dos cidadãos influentes do país.

Não era necessário esse desenvolvimento de representação diplomática para que o Vaticano estivesse em contato com os povos em geral; pois ele sempre dispôs de outros meios de comunicação, independentes da diplomacia. Conquanto não tenha delegados seus na Liga das Nações – ausência que muito provavelmente mais estima que lastima – o papa se interessa por essa primeira tentativa real de colaboração universal das gentes para uma obra de paz fundada em conceitos, sobretudo, em sentimentos de justiça e concórdia. Talvez não espere muito dela em prazo breve; mas aplaude-a como um sintoma evidente de boa vontade, e um fator capaz, pelo menos, de ir criando, pouco a pouco, um ambiente novo nas relações entre os governos, entre os povos. É impossível, na verdade, que pelo assíduo contato assim estabelecido, os países novos, os americanos, sobretudo, que precisam de se defender, e não têm razão alguma para serem imperialistas, não aprendam a adquirir a consciência da força que chegarão a ter, unindo-se, e do caminho que devem seguir para escaparem à órbita das grandes



potências ambiciosas, sem aliás entrarem em conflitos inúteis com elas. E isso seria já um passo considerável para dificultar as guerras nascidas de desenfreada concorrência industrial e econômica.

Entretanto, a Santa Sé vê com fundada apreensão as muitas incógnitas que ainda encerra a situação da Europa. Quanto à Itália, os seus temores vão diminuindo, porque efetivamente o regime vigente, apesar de transitórios abalos, mais aparentes que reais, se consolidou com a guerra, e o perigo de uma revolução social, contrária aliás à índole do povo, se pode considerar dissipado. A política exterior do governo é das que mais tendem à pacificação dos ânimos, e por isso não pode deixar de merecer a simpatia do Vaticano, nas suas linhas de conjunto.

As condições trágicas a quase desesperadas da Áustria, do que hoje resta dela, causam profunda tristeza à Santa Sé. O pontífice não poderia esquecer sem ingratidão que, apesar dos seus erros, o Império era a maior potência católica da Europa. O contraste da opulência e da majestade antigas com a miséria, a fome, a ruína completa em suma, na qual a Áustria se debate, excita a piedade mesmo dos que foram seus adversários irreconciliáveis, e é natural que mereça a do Pai comum dos fiéis, que assiste, impossibilitado de impedi-la, e com escassa confiança na eficácia dos meios excogitados pelos estadistas para aliviá-la, à agonia de uma nação precipitada nesse báratro, por culpas não somente suas, mas ainda de outros que não souberam prever o futuro, como aconteceu com Napoleão III quando a deixou esmagar pela Prússia em Sadowa.

O problema da Alemanha preocupa também muito, e com razão, a Santa Sé. Justo é que seja adequadamente punido o crime que custou a vida a oito milhões de homens, mas é absurdo pretender excluir da colaboração internacional um povo de setenta milhões; são razoáveis as pretensões dos vencedores quanto ao cumprimento das cláusulas do tratado que os vencidos também assinaram, e todas as cautelas para impedir neles a volta do antigo espírito de agressão, mas constitui o maior perigo para o futuro o excesso de rigor e intransigência que pode ser interpretado como iníquo abuso de poder, pois alimenta nos oprimidos de hoje a vontade da desforra, e a crença na sua legitimidade. Esse estado de alma ainda não está superado; ainda vigora, sobretudo na França, a psicologia da guerra<sup>5</sup>. É menos provável atualmente que há um ano ou dois um impulso desesperado da Alemanha, que consistiria em fazer-se veículo do

---

<sup>5</sup> A frase sublinhada foi feita no documento original de lápis verde.

bolchevismo para vingar a sua própria ruína com a ruína da Europa inteira. De resto, mesmo a princípio, houve mais que tudo meras ameaças verbais para impressionar os vencedores demasiado exigentes, pois o povo alemão, ativo, enérgico e disciplinado, não podia pensar nem um momento no suicídio. Mas é certo que a Europa não poderá voltar ao trabalho ordenado e fecundo, enquanto a Alemanha não for admitida em condições de igualdade como colaboradora das outras nações.

Outro elemento essencial de paz é a organização estável do Oriente, e desse lado não se divisa ainda a mais remota probabilidade de melhoramento. Não somente é impossível prever qual será o decurso da espantosa enfermidade russa, mas ninguém ousaria garantir, por exemplo, a segurança definitiva da católica Polônia, tão particularmente cara ao Vaticano. Na Tchecoslováquia há, além disso, ameaças graves de cisma, tanto mais sérias por que parte notável do clero nacional se rebela contra as ordens da Santa Sé. Na Palestina, o fenômeno novo do Sionismo, suscitado pela guerra, e fomentado imprevisivelmente pelo governo britânico, desvaneceu há muito o júbilo causado no Vaticano pela volta dos Lugares Santos à autoridade de uma potência cristã. Talvez ali se pense, embora não se diga, que houvera sido melhor, nesse caso, continuar a soberania dos turcos, pois no fundo os muçulmanos se mostravam tolerantes e respeitosos, mais decerto que os ortodoxos, por exemplo; ao passo que uma dominação hebréia na Palestina pesará sobre os cristãos como tirania a um tempo administrativa, política e econômica, vista a proverbial avidez financeira da raça judaica.

Outra questão muito penosa para o Vaticano é a da Irlanda, sobre a qual conto escrever especialmente a Vossa Excelência. Nela concorrem e contrastam elementos diversos, que trazem perplexo o papa, tanto quanto naturalmente pesaroso de não intervir sequer como mediador num conflito que interessa alguns milhões de católicos dos mais fiéis e devotos que existem no mundo.

Todas essas coisas têm concentradas na Europa, no velho sistema político europeu, as vistas do Vaticano; e poucos ali possuem a compreensão exata, ou ainda vaga noção, do papel relevante, que a América, pelos seus países principais, vai já representando, e representará cada vez mais na política mundial. A Cúria Pontifícia é composta, na máxima parte, de italianos, que quase todos partilham a ignorância dos italianos em geral sobre os fatos e ambientes estrangeiros. E assim será enquanto ela não se internacionalizar, relativamente ao menos, como o exige a vida do nosso tempo, que não é mais a dos séculos em que, fora da Europa, tudo era colônias, ou terras de infieis. Apenas entre alguns cardeais, que foram núncios, ou entre o pessoal da

Secretaria de Estado, posto, por necessidade profissional, em contato com os ofícios e relatórios das missões diplomáticas pontifícias, se encontra um certo conhecimento das coisas americanas, esse mesmo escasso no que se prende estritamente aos interesses religiosos. E isso mesmo é o que revelam as correspondências de vários países do nosso continente, que, com louvável inovação, o “*Osservatore Romano*” vai publicando agora assiduamente. Raríssimos são os homens políticos da Santa Sé, que, como, por exemplo, monsenhor Tedeschini, diretor geral da Secretaria de Estado, tem a intuição do que é e do que vale a América.

Manda a justiça dizer, todavia, que, quanto ao Brasil, é o Vaticano o ponto da Itália, onde pode contar com melhores e mais verdadeiros amigos; pois ao menos ali se estimam em muito, no seu real alcance, os interesses vitais do catolicismo na nossa pátria, e as vantagens singulares proporcionadas pelo regime de liberdade, unida à cordialidade das relações com o governo e com o povo, que a República entre nós lhe garantiu.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência a segurança da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A sua Excelência o Senhor Dr. J. M. de Azevedo Marques,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores

**OFÍCIO • 24 JAN. 1921 • AHI 210/1/8**

*Índice:* Enfermidade e morte do  
Sumo Pontífice Bento XV.

Diretoria Geral dos Negócios  
Políticos e Diplomáticos.  
Nº I

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 24 de janeiro de 1921.

Senhor Ministro,

Como cumpri o doloroso dever de comunicar por telegrama a Vossa Excelência, o santo padre Bento XV faleceu anteontem, 22, às 6 horas da madrugada. Na antevéspera, também por telegrama, comunicara eu a Vossa Excelência a gravidade extrema do seu estado.

De fato a enfermidade do papa foi violenta e brevíssima. Somente na quarta-feira, 19, os jornais da noite deram a notícia de que Sua Santidade suspendera as audiências por causa de um simples resfriado, que exigia apenas um pouco de resguardo. Na quinta-feira à noite publicou-se o primeiro boletim médico declarando estar o papa com uma ligeira bronquite, que se apresentava isenta de complicações, e não dava lugar a nenhum receio.

Quando, porém, na sexta-feira pela manhã, fui ao Vaticano colher informações, encontrei já no pátio de São Damásio um grupo numeroso de pessoas, em cuja fisionomia abatida e preocupada se percebia a impressão de uma triste notícia. Um amigo, monsenhor Pucci, redator do *Corriere d'Italia*, e personalidade notável do Partido Popular, chegou-se a mim, e disse-me que o papa estava muito mal. Subi ao apartamento pontifício, e procurei o cardeal secretario de Estado, que, com as lágrimas nos olhos, me declarou serem péssimas as condições de Sua Santidade.

O papa repousara parte da noite, conquanto despertado várias vezes pelos estímulos da tosse; mas era consequência natural da bronquite. Improvisamente, às 4 da madrugada, a inflamação estendeu-se aos pulmões, e em poucas horas fez espantosos progressos. Entre os médicos chamados sem demora em auxílio dos assistentes habituais, acudiu, às 6, o eminente senador Marchiafava, médico de consulta de Sua Santidade. Referiu-me ele depois que, logo à primeira visita, considerou desesperado o caso, e que verificou tratar-se de uma broncopneumonia da mesma espécie de que vitimara Pio X.

Os dias de sexta-feira e sábado passaram-se numa angustiosa expectativa, alternada com vislumbres de muito ligeira esperança; esperança que não era, aliás, partilhada por nenhum dos doutores que tratavam do augusto enfermo. Os intervalos de sono, que os profanos interpretavam como sintoma de melhora, eles os atribuíam ao enfraquecimento cada vez maior do organismo. O relativo bem estar, que se manifestou no último dia, explicavam-no como resultado do embotamento do sensorio, em consequência do alastramento da intoxicação geral. Bento XV, entretanto, conservou até o derradeiro momento, e excetuados outros acessos de leve delírio, a plena lucidez do

seu espírito, e uma serenidade, uma coragem admiráveis, dignas da sua alta situação religiosa e moral, ocupando-se, até o fim, dos assuntos da Igreja.

O telegrama, que o senhor presidente da República me deu a honra de enviar-me, foi comunicado ao sumo pontífice, na tarde de sábado, pelo cardeal Laurenti. O Santo Padre agradeceu comovido o cordial interesse de Sua Excelência.

Queira Vossa Excelência aceitar a segurança da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A sua Excelência o Senhor Dr. J. M. de Azevedo Marques,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores

**OFÍCIO • 20 JUL. 1921 • AHI 210/1/8**

*Índice:* Visita do Príncipe Imperial do  
Japão ao papa.

Diretoria Geral dos Negócios  
Políticos e Diplomáticos.  
Nº 6

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 20 de julho de 1921.

Senhor Ministro,

O príncipe Hiro-Hito, herdeiro da coroa imperial do Japão, esteve em Roma, e foi recebido em audiência pelo papa, em companhia de seu tio, o príncipe Ka-nin. A recepção teve toda a pompa das grandes cerimônias pontifícias, e, assim como as belezas artísticas do Vaticano, impressionou vivamente os dois príncipes, e o longo e brilhante séquito que consigo traziam.

Esta visita ao chefe da Igreja Católica foi comentada pelos jornais como um acontecimento notável. Desde a famosa embaixada japonesa vinda a Roma no reinado de Paulo V, nenhum dignitário do Império do Sol Nascente, em caráter oficial, entrara mais no palácio pontifício. Hiro-Hito é, aliás, o primeiro herdeiro da coroa imperial, que veio até hoje à Europa em representação do soberano.

A propósito disso, tem-se recordado a história, por enquanto assaz sumária, do catolicismo naquele remoto país; depois da breve aurora promissora da evangelização, assinalada pelas conquistas espirituais de São Francisco Xavier, e dos seus companheiros de apostolado, uma cruenta perseguição pagã destruiu as já florescentes comunidades católicas, e outras houve de não menor ferocidade, duas ainda no correr do século passado. A partir, porém, da grande reforma política do Império, que garantiu ali aos estrangeiros, às suas ideias, aos seus costumes, uma situação mais tranquila e favorável, a propaganda católica se renovou com vagar e prudência, mas com a tenacidade que a caracteriza. Hoje, o Japão conta duzentos e cinco mil católicos, e a hierarquia eclesiástica é lá representada por um arcebispado, o de Tóquio, e três bispados sufragâneos, exigidos todos por Leão XIII em 1891. De todas essas dioceses são titulares sacerdotes franceses, “da sociedade das missões estrangeiras” de Paris.

Em uma correspondência da capital nipônica, publicada agora pelo *Osservatore Romano*, se registram os progressos que o catolicismo vai fazendo no Império, onde até há pouco era conhecido e professado apenas pelas classes pobres e atualmente começa a interessar os círculos aristocráticos e intelectuais do país.

A visita principesca lisonjeou muito o Vaticano, onde se registram com especial complacência todas as manifestações de governos ou povos, que documentam o crescente prestígio internacional da Santa Sé. Ao sair da audiência do papa, Hiro-Hito, segundo o costume, foi cumprimentar o cardeal secretario de Estado, que lhe apresentou em seguida o pessoal das missões acreditadas junto ao pontífice. Sua Alteza Imperial apertou as mãos a todos os diplomatas que ali se achavam, e depois quis falar com cada um dos embaixadores. A mim, entre outras palavras corteses, disse que o imperador do Japão estava muito grato ao governo brasileiro pela bondade com que tratava os japoneses residentes no país.

Tenho a honra de renovar a Vossa Excelência a segurança da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A sua Excelência o Senhor Dr. J. M. de Azevedo Marques,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores

OFÍCIO<sup>6</sup> • 10 AGO. 1921 • AHI 210/1/8

Índice:

Diretoria Geral dos Negócios

Políticos e Diplomáticos.

Nº 7

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé

Roma, 10 de agosto de 1921.

Senhor Ministro,

O papa acaba de dirigir ao cardeal secretario de Estado uma carta comovida e comovente, invocando os socorros de todas as gentes cristãs em favor da desventurada Rússia, cujas condições, após quatro anos de governo comunista, representam uma das mais pavorosas tragédias da história.

Parecendo-me útil que esse documento seja conhecido aí, apresso-me a enviá-lo anexo, em retalhos do *Osservatore Romano*, de ontem.

É provável que o cardeal secretário de Estado me peça para recomendar o misero povo russo à caridade da nação brasileira, sendo intento do papa, como a carta evidencia, que em seu nome sejam solicitados auxílios de todos os países do mundo.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência a segurança da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A sua Excelência o Senhor Dr. J. M. de Azevedo Marques,

Ministro de Estado das Relações Exteriores

Anexo ao ofício ostensivo nº7 dirigido pela embaixada junto à Santa Sé à Diretoria Geral dos Negócios Políticos e Diplomáticos, aos 10 de agosto de 1921.

Seguem dois recorte do Jornal *Osservatore Romano*, dos dias 8 e 9 de agosto, sobre a carta anteriormente citada.

---

<sup>6</sup> Foram feitos dois riscos verticais em lápis verde na primeira página do documento

**OFÍCIO<sup>7</sup> • 20 AGO. 1921 • AHI 210/1/8**

*Índice:*

Diretoria Geral dos Negócios

Políticos e Diplomáticos.

Nº 8

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé

Roma, 20 de agosto de 1921.

Senhor Ministro,

Conforme previa no meu ofício nº 7 de 10 de agosto corrente, o cardeal secretário de Estado acaba de me enviar, anexa à nota B-24162, um exemplar da carta pontifícia que, apelando para a coletividade dos Estados civis, é invocadora de socorros em favor da infeliz gente russa.

Levando ao conhecimento de Vossa Excelência a justa recomendação de Sua Santidade, aproveito o ensejo para reiterar-lhe, Senhor Ministro, a segurança da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A sua Excelência o Senhor J. M. de Azevedo Marques,

Ministro de Estado das Relações Exteriores

Segue anexa a carta do papa ao cardeal secretário de estado, datada de 5 de agosto de 1921.

Segue abaixo a nota B-24162.

Nº B-24162

---

<sup>7</sup> Foram feitos dois riscos verticais em lápis verde na primeira página do documento



Segreteria di Stato di Sua Santità

Dal Vaticano, 12 Agosto 1921.

Il sottoscritto Cardinale Segretario di Stato di Sua Santità ha l'onore di rimettere, qui unito, all'Eccelza Vostra um esemplare della Lettera, Che Il SANTO PADRE gli ha teste indirizzata per promuovere un'azione collettiva degli Stati civili a favore della popolazione russa sì duramente provata.

Lo scrivente Cardinale prega Vostra Eccellenza di voler cortesemente portare tale documento a conoscenza del suo Governo, nella fidúcia Che Il caritatevole appello di SUA SANTITÀ trovi corrispondenza presso la nobile Nazione Brasiliana.

Il sottoscritto Cardinale profitta bem volentieri del presente incontro per rinnovare a Vostra Eccellenza i sensi della sua più alta considerazione.

(ass.) P. Card. Gasparri.

Á Sua Eccellenza

Il Sig. Carlos Magalhães de Azeredo

**OFÍCIO<sup>8</sup> • 19 OUT. 1921 • AHI 210/1/8**

*Índice:* A Santa Sé e a Itália.

A nova fase da “questão romana”.

Diretoria Geral dos Negócios<sup>9</sup>

Políticos e Diplomáticos.

Nº 2

(Reservado)

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé

Roma, 19 de outubro de 1921.

Senhor Ministro,

---

<sup>8</sup> Foram feitos dois riscos de azul na primeira página do documento.

<sup>9</sup> Na primeira página há duas anotações feitas a mão. A primeira, não consegui identificar tudo o que está escrito, mas pode se ler mais ou menos isso: “Só chegou ..... em ..... o exemplar anexo.” E outra está escrita: “À Seção.”

Tenho a honra de enviar a Vossa Excelência, em separado, dois exemplares do folheto publicado recentemente pelo Ministério dos Estrangeiros com o título “*Una nuova discussione sui rapporti tra Chiesa e Stato in Italia*”. Ele consta de artigos da imprensa nacional e estrangeira, e de discursos pronunciados no Parlamento italiano.

Seria longo, e exigiria as proporções de um livro, o exame, ainda que sumário, das várias fases atravessadas pela chamada “questão romana”, desde que patriotas de várias partes da Itália, pensadores, juristas, estadistas, poetas, começaram a nutrir o anelo da libertação e da unificação do seu país, encontrando depois o núcleo diretivo, representativo e ativo desse ideal em um grupo de homens decididos, entre os quais se destacam Mazzini, Cavour, Garibaldi, e Victor Manuel II. De um lado, o triumviro da República romana de 1849 e o *condottiere* vindo das lutas democráticas da América para levantar na sua terra tropas de voluntários contra a Áustria, os Bourbons, e o papa, do outro, o rei do Piemonte e o seu genial ministro, personificavam modos diversos de encarar e resolver tais problemas. A tendência moral e política dos dois últimos foi a que prevaleceu, e em vez da república sonhada por Mazzini e Garibaldi, triunfou a monarquia italiana com a casa de Sabóia. Nessa tendência tinha lugar salientíssimo a preocupação religiosa com sentimentos e critérios católicos, pois católicos eram, sinceramente, Victor Manuel II e Cavour. Este baseou a sua obra na célebre fórmula: “A Igreja livre no Estado livre”; e para a constituição do novo reino de Itália com Roma por sua capital, desejou até o último dia da sua vida um acordo direto e um tratado regular entre o Governo e a Santa Sé. Mas viu-se obrigado pelas exigências do seu programa a sustentar dilatada e renhida luta anticlerical, que, sem o desalentar, muitas vezes o entristeceu e, acaso, lhe perturbou a consciência. Foi colhido pela morte prematuramente, sem haver conseguido o resultado que esperava das negociações dos vários agentes confidenciais mandados a Roma para chegar a um ajuste com o Vaticano. A resistência extrema deste teve como consequência a campanha do Exército italiano contra as forças internacionais defensoras do território pontifício, a brecha da Porta Pia, a reclusão voluntária de Pio IX e dos seus sucessores, e a famosa Lei das Garantias. Em conclusão: a soberania italiana substituiu em Roma a dos pontífices pela violência das armas, e em lugar do tratado, que Cavour desejava com verdadeira intuição de grande estadista, uma lei imposta pelo vencedor ao

vencido, e aliás nunca aceita nem reconhecida por este, entrou a regular as relações entre o Quirinal e o Vaticano.

Desse conjunto de acontecimentos, e dos seus inúmeros corolários, derivou o caráter excepcional, e os precedentes na história, da “questão romana”, sobretudo desde 1870. No seio de um povo católico, surgiu e estabeleceu-se um conflito permanente entre a religião e o patriotismo; conflito extremamente grave e doloroso, que se refletiu desde então na vida interna e internacional da Itália, e em muitas ocasiões se exacerbou pela coabitação, na mesma cidade, dos dois poderes adversários, um dispondo da força material, e afirmando, nem sempre oportunamente, a exclusividade da própria soberania, o outro munido de um prestígio moral e social em constante crescimento, não só na Itália, mas no mundo inteiro, e, embora confinado fisicamente entre os muros de um palácio, não só possuindo, e usando, a mais plena liberdade de juízo e de expressão contra o Estado, mas exercendo sobre milhões de cidadãos uma influência incoercível e infiscalizável

Todavia, essa convivência do papado e da realeza italiana, durante já quase meio século, constitui um fenômeno maravilhoso entre os maravilhosos de todos os tempos, e uma obra prima de gênio político unicamente possível na Itália. A prolongação de tal convivência, sem um caso único de ruptura, ainda nos momentos mais graves, em que ela pareceu iminente, e se chegou, no Vaticano, a cogitar da partida do papa, encorajava desde muito, em espíritos clarividentes, a esperança de um ajuste de boa amizade entre a Santa Sé e a Itália, devesse embora tardar anos ou decênios.

De fato, durante os quatro sucessivos pontificados, a “questão romana” foi caminhando, ainda que a passos lentos, para terreno de recíproca adaptação. O epílogo do de Pio IX se resumiu, como era natural, na assiduidade e na veemência dos anátemas do velho papa, voluntariamente recluso no seu palácio, contra a nova ordem de coisas. Mas não foi de todo vã a experiência diária de que o chefe da Igreja não ficava impedido por ela de exercer a sua espiritual missão com autoridade universal. E já a maioria dos eleitores, no conclave de 1878, teve presente a necessidade de eleger um papa, que, embora firme como o predecessor nos protestos contra a usurpação, e na defesa dos direitos da Santa Sé, fosse dotado de espírito conciliador e diplomático.

Tal foi o significado da escolha de Leão XIII. Leão XIII, cujo primeiro ato consistiu em procurar o reatamento das relações oficiais com os vários governos, que a intransigência de Pio IX afastou do Vaticano, mostrou desde logo grande moderação de linguagem acerca da Itália, embora mantendo intactas as reivindicações do predecessor. E, menos de dez anos depois da sua eleição, nas vésperas do jubileu sacerdotal que lhe ia trazer as homenagens entusiásticas de todas as gentes do mundo, planeou, com a maior sinceridade de intuitos, uma primeira tentativa de reconciliação. Ela falhou, pela oposição impressionante do Sacro Colégio, pela hostilidade resoluta da França, mas sobretudo porque era cedo demais. Cumpria aguardar a ação do tempo. A célebre carta pontifícia ao cardeal Rampolla, novo secretário de Estado, em junho de 1887, marcou uma parada nesse caminho, que sorria ao patriotismo do papa, e até certo ponto, a volta à antiga intransigência. E, infelizmente, por seu lado, o governo italiano mostrou muitas vezes carecer da prudência e da generosidade, que a sua situação excepcional diante da Santa Sé deveria aconselhar-lhe, e, cometendo erros de tática, ou permitindo, se não animando, provocações desastrosas, como a inauguração do monumento de Giordano Bruno em Roma, contribuiu para agravar o conflito.

Apesar disso, porém, já no reinado de Leão XIII começou a atenuar-se o veto do Vaticano à participação dos católicos italianos na vida política, sintetizada na fórmula famosa do padre Margotti: “nem eleitos, nem eleitores”. As exceções toleradas ao *non expedit* não foram poucas, e teriam sido mais numerosas, se mais houvesse adiantado a formação do partido católico, que foi, com a criação da democracia cristã, um dos pensamentos preponderantes do grande pontífice. Paralelamente continuaram, por meio de pessoas de confiança, as relações extraoficiais, secretas, entre o Vaticano e o Quirinal, que já tinham principiado nos derradeiros anos de Pio IX, para o trato e a conclusão de acordos indispensáveis em assuntos urgentes.

Pio X subiu ao *solio pontificio* reiterando os protestos de Pio IX e Leão XIII; contra a visita do presidente Loubet a Victor Manuel III, vibrou uma nota veemente, que deu ocasião, se não causa, à ruptura do governo francês com o Vaticano. Nesse documento, o rei da Itália era designado pelas palavras que tanta repercussão tiveram: “*Colui che contro ogni diritto detiene la potestà civile*”.

A despeito dessa e de outras reivindicações, Pio X era considerado pela opinião pública um papa “italiano”. E ele, em verdade, [se]<sup>10</sup> no terreno da doutrina encarnava o critério e o sentimento italiano rigidamente teocráticos, que engendram o *Syllabus*, se, acerca da soberania e da supremacia da Igreja como sociedade constituída no Estado, professava ideias quase medievais, e não admira, pois, que tivesse recusado as associações culturais em França por não ver nelas de modo explícito reconhecida a hierarquia eclesiástica, na esfera da política pura a sua mentalidade era mais moderna, capaz de inovar, de não levar em conta certas peças da tradição, ou da rotina, tão poderosa na Cúria romana. Concorria, ainda, um elemento mais estritamente pessoal, para facilitar a sua convivência com as altas autoridades italianas na mesma capital; ele era de Veneza, e o seu patriotismo se formara, na adolescência e na mocidade, entre as lutas dos seus coetâneos contra o aborrecido domínio austríaco. Além disso, nunca fora monarca temporal, como Pio IX, nem de poder temporal exercera funções administrativas e políticas, como Leão XIII quando prelado. Era, por esse aspecto, *um homo novus*.

Não é de estranhar, portanto, que, durante o seu reinado, a intervenção dos católicos nos pleitos eleitorais se tornasse corrente, e se alargasse até as proporções do famoso “pacto” entre o conde Gentiloni, intérprete autorizado do pensamento político do Vaticano, e o senhor Giolitti, presidente do Conselho de Sua Majestade. Os católicos italianos eram, assim, ostensivamente convidados a colaborar com o governo italiano contra os partidos subversivos, em nome e em proveito dos comuns ideais de ordem, moralidade e disciplina social. Outro fato, menos importante, mas não menos significativo, se deu ainda: a entrada da primeira bandeira tricolor no palácio apostólico, por ocasião de uma grande festa esportiva ali realizada em presença do papa.

Na pessoa de Bento XV ascendia à cátedra de São Pedro um homem da escola de Leão XIII e do cardeal Rampolla: sumo sacerdote em toda a extensão do termo, mas, ao mesmo tempo, diplomata e político genuíno. Os problemas angustiosos da guerra não lhe fizeram perder de vista, antes mais impuseram à sua solicitude, o da situação internacional da Santa Sé, em consequência da “questão romana”. E ele apressou-se a prová-lo na sua primeira encíclica. A entrada e a longa ação da Itália no conflito mundial vieram provar, contra os receios de uns, e

---

<sup>10</sup> Foi acrescentado no documento posteriormente a palavra “se” na 2ª linha do 3º parágrafo.

as esperanças de outros, a suficiência prática da Lei das Garantias para assegurar a independência do pontífice, e a plena liberdade das suas comunicações com todos os países do mundo, até com os povos adversários da Itália, desde que o governo italiano a quisesse aplicar com firme lealdade, como aplicou, e o próprio Vaticano mais de uma vez o reconheceu. O governo italiano incorreu é certo em erro semelhante ao cometido em 1899, exigindo, pelo “Pacto de Londres”, que o papa fosse excluído da Conferência da Paz. Mas esse incidente, se constringiu Bento XV, e contrariou os católicos italianos, não arrefeceu o heroísmo destes na defesa da pátria, nem, na realidade, deixou vestígios graves de ressentimento, porque as preocupações da luta colossal, e o júbilo da vitória irmanaram todos os cidadãos italianos, excetuados alguns socialistas extremistas, no ardor comum pela causa comum.

Terminada a guerra, um acontecimento de vasto alcance imediato, e futuro sobretudo, se deu na Itália: a criação do Partido Popular. Esse partido era e é bem outra coisa que uma ressurreição do antigo partido conservador e temporalista. Na sua estrutura sutil e complexa se revelam os traços peculiares do gênio político italiano, do mesmo gênio político que tornou possível, já por meio século, a coabitação do papa e do rei em Roma. Partido essencialmente católico, é, todavia, autônomo, independente, embora respeitoso das altas autoridades eclesiásticas, e pode acolher no seu seio até acatólicos, contanto que solidários com o seu programa; por outro lado, inspirando-se nos ideais da democracia cristã, formada por Leão XIII, e especialmente nas doutrinas da célebre encíclica *Rerum novarum*, ele favorece todas as reivindicações, justas, e conformes ao Evangelho, das classes operárias, faz seu tudo o que, no programa socialista, é conciliável com os preceitos e a essência católica. Na realidade, o alto intuito do Partido Popular é a renovação social da Itália em nome do espiritualismo modernizado, contra os critérios e processos materialistas da luta de classes segundo Marx e Lassalle.

Era inevitável que a inexperiência de muitos dos seus componentes e diretores, em período histórico tão árduo como o atual, e, sobretudo, os interesses da rivalidade com os socialistas arrastassem a alguns erros iniciais; a intrusão, no seu grêmio, de certos elementos extremistas, capitaneados pelo deputado Miglioni, induziram vários grupos do Partido, em várias províncias, na tentação de vencerem na concorrência os socialistas por meios tão revolucionários como os que estes, e não todos, empregam. Paralelamente, nas últimas eleições, a “tática

intransigente”, imposta pelo secretário político, e chefe efetivo, do Partido, o sacerdote siciliano Luiz Sturzo, contra o parecer de populares eminentes, e do próprio Vaticano, reduziu o número dos lugares conquistados na nova Câmara. Entretanto, mesmo com tal redução, esse número é tão considerável, que nenhum Ministério pode governar sem o seu apoio. Como disse, em discurso recente, o presidente do Conselho senhor Bonomi, antigo socialista, “o Partido Popular é hoje o fulcro de qualquer governo na Itália.” A sua situação é, de fato, análoga à do centro católico no antigo *Reichstag*.

A consciência da sua importância se reflete na sua imensa responsabilidade nacional; e creio se pode assegurar que, vencidas definitivamente no seu seio as tendências extremistas, que, de resto, contavam apenas com escassa minoria, o Partido Popular representa hoje uma barreira poderosa contra qualquer movimento revolucionário.

Ora, é intuitivo que a existência de um partido católico de tal influência na vida política da Itália implica uma revisão cabal dos termos da “questão romana”. Os católicos italianos aderem à unificação do reino como foi realizado em 1870, com Roma capital. O antigo guelfismo desaparece no amor da pátria comum. Mas eles não poderiam, em hipótese alguma, ficar indiferentes à situação do papado, centro da existência moral, e glória máxima da Itália, diante dos povos, e, sobretudo, do povo a que pertencem.

A suficiência prática de uma lei como a das Garantias não pode, seguramente, bastar às suas aspirações. Tal instituição, tão alta e sacra, é o papado, que a sua existência na Itália não pode ficar eternamente ligada à lei, que, em última análise, concretiza a vontade imposta pelo vencedor ao vencido. Não em vão, os papas todos, de Pio IX a Bento XV, têm recusado aceitá-la ou reconhecê-la. E nenhum papa, em nenhuma hipótese, dará a própria adesão a ato dessa natureza, que tenha sido assentado sem o seu prévio assentimento. A Lei das Garantias deve ser reformada, ou, antes, substituída, segundo moldes e critérios novos; e pode-se prever com segurança que o será.

Quando e como, é cedo ainda para dizê-lo. O recente debate sobre a situação da Igreja e do Estado na Itália originou-se do restabelecimento das relações diplomáticas entre a França e a Santa Sé. Os espíritos desprevenidos sentiram que, desde esse fato, ficava sendo a Itália, entre as grandes potências, uma das duas únicas ausentes do Vaticano.

A outra, mas por motivos diferentes, é a União norte-americana. A experiência da guerra os instruíra sobre as desvantagens da ausência, de que a França mesma confessa ter sofrido graves danos. Não lhes escapava à perspicácia o acréscimo evidente da influência moral e política do papado no mundo, de que é prova relevante, entre muitas outras, o das missões diplomáticas junto ao Vaticano, estabelecidas ou restabelecidas por países velhos e novos.

Esse debate sereno, desenvolvido na imprensa e no parlamento, tem sobretudo o valor de revelar uma larga e radical mudança, nos juízos da opinião liberal italiana acerca do papado, e a existência de um “estado de alma” absolutamente em contraste com o que predominou desde 1870 até o começo da guerra. Foi, em verdade, um jornal liberal quem o iniciou, o *Messaggero*, desta capital. Lendo esse artigo inicial, e a maior parte dos transcritos ou resumidos no folheto que envio (de fonte insuspeita, porque impresso sob os auspícios do Ministério dos Estrangeiros) poderá Vossa Excelência constatar que, com pouquíssimas exceções, todos concordam na necessidade de estudar, à luz de novos acontecimentos, e de resolver com intuitos de lealdade, equidade, e respeito pela maior instituição moral do mundo, essa “questão romana”, que os estadistas e publicistas liberais declaravam orgulhosamente não existir mais, entendendo afirmar que a Lei das Garantias lhe fixara para sempre os termos e os corolários. A principal dessas exceções é representada pelo *Giornale d'Italia*, imobilizado no ponto de vista anticlerical, que por mais de quarenta anos caracterizou a política italiana, e insensível às modificações profundas trazidas pelo tempo ao ambiente criado em 1870.

Mas o *Giornale d'Italia*, que era um dos mais importantes órgãos da imprensa italiana, enquanto o seu máximo inspirador, o senhor Sonnino, se achava no primeiro plano da vida política, exerce muito menor influência, desde que ele, velho e cansado, se recolheu à sua curul senatorial como uma honrosa aposentadoria.

Quanto à imprensa católica, declarando embora, como única reserva, dependerem de autoridades muito mais altas que os jornalistas o exame e a solução do histórico problema, registrou ela com manifesta complacência os sintomas prometedores do novo “estado de alma” da política italiana. E o próprio *Osservatore Romano*, órgão officioso da Santa Sé, que em época ainda não muito remota, teria repellido toda ideia de conciliação entre aquela e a Itália como uma



extravagância, referiu-se agora ao importante debate com palavras de evidente simpatia, embora advertindo, como era de presumir, que, ao contrário do que caracteriza as relações do Vaticano com as outras nações, mesmo com a França, existe sempre entre ele e a Itália uma *pregiudiziale*, do qual cumpre desembaraçar o caminho antes de pensar na negociação de qualquer acordo.

Essa *pregiudiziale*, todos sabem, vem a ser “a segurança da plena liberdade e da plena independência” do chefe da Igreja no exercício do seu poder espiritual e universal. Mas o sentido dessa frase imutável, proferida em solenes conjunturas por Pio IX, Leão XIII, Pio X, e Bento XV, tem-se modificado muito em meio século, e já não corresponde hoje ao que era nos anos imediatamente posteriores a 1870. É aliás duvidoso que o mesmo Pio IX, pelo menos de 1875 em diante, esperasse recuperar o território perdido, ou ainda o desejasse. Os seus sucessores nunca falaram de uma restituição desse gênero. De resto, supondo por absurdo que ela se houvesse verificado, as dificuldades para aproveitá-la teriam sido insuperáveis. Quem poderia mais imaginar uma região da Itália sem regime constitucional, parlamentar, sem liberdade de pensamento, e liberdade de imprensa? E quem não sabe que a soberania temporal do papa, inseparável da sua soberania espiritual, e da responsabilidade moral que ela implica, seria incompatível com tudo isso?

A “questão romana” reduz-se hoje a dois pontos: negociações, de igual a igual, entre o papa e o governo italiano, para um acordo duradouro, e plena posse do papa sobre o Vaticano, e os outros palácios pontifícios, considerados, não como apenas extraterritoriais à maneira das residências diplomáticas, mas como território pontifício encravado no território italiano, talvez com uma estrada mediatizada até o porto mais próximo, Ostia, por exemplo. Será isso tão difícil?

Em 27 de Junho de 1915, um mês apenas depois da entrada da Itália na guerra, o cardeal Gasparri, atual secretário de Estado, declarava nitidamente: “O papa espera que a sua situação seja regularizada, não pelas armas estrangeiras, mas pela vitória dos sentimentos de justiça que desejo se propaguem cada vez mais entre o povo italiano.” A linguagem de Bento XV na alocução consistorial de 13 de junho passado, revela antes a mágoa de um amigo, que a severidade de juiz, quando releva<sup>11</sup> que “onde uma triste condição não empece a necessária

---

<sup>11</sup> Houve uma modificação posterior no documento mudando as letras l e v de posição, alterando a palavra “revela” para “releva.”

liberdade e independência do pontífice romano, quase todos os Estados civilizados mantêm relações com a Sé apostólica.” Se relações diplomáticas entre o Vaticano e o Quirinal não existem ainda, é sabido que as relações confidenciais se tornam cada vez melhores; que se intensificaram ao longo da guerra, e que, presidente do Conselho, o senhor Nitti, se esboçaram colóquios preliminares para uma inteligência comum, no intuito de salvar a Itália da maré revolucionária, que a ameaçava.

Entre os passos dados pelo pontífice ao encontro dela, figura a supressão do veto semissecular contra as visitas dos chefes de Estados católicos ao rei em Roma, exarada na encíclica sobre a “Reconciliação na paz”. Não é ocioso repetir que o ponto de partida dessa inovação foi a vinda do Presidente da República brasileira, senhor Epitácio Pessoa, à capital italiana, em maio de 1919. Tanto assim que, ao aparecer a encíclica, monsenhor Tedeschini, então diretor geral da Secretaria de Estado, presentemente núncio na Espanha, com o qual eu tratara a recepção de Sua Excelência no Vaticano, me disse: “Afinal triunfou o nosso ponto de vista”.

Eliminada, pois, a calúnia absurda que representa o papado como inimigo da Itália, eliminado também o preconceito pueril de que um palmo de território cedido em plena soberania ao pontífice lesaria a da própria Itália, de um país, onde existe a República de São Marinho, o caminho fica desembaraçado para a tão sonhada reconciliação. Tudo, agora, depende do processo a adotar – e da ação do tempo.

O alvitre, que esteve em grande voga no Vaticano durante o reinado de Leão XIII, de fazer objeto de um compromisso das potências estrangeiras os três primeiros artigos da Lei das Garantias, está hoje abandonado, por que humilhante para o amor próprio da Itália, perigoso em caso de guerra, e também pouco conveniente para a Santa Sé, que ficaria assim em condições de “protegida” das potências signatárias. O mais provável, a meu ver, é que se realize o desígnio genial de Cavour, o ideal a que ele aspirou infatigavelmente, isto é, um tratado entre a Santa Sé e a Itália, que, levado ao conhecimento de todos os governos, se incorporará automaticamente no direito internacional.

Quanto ao perigo, que a muitos outrora preocupou, de que o Vaticano possa ficar, assim demasiado sujeito à influência do Quirinal, com o prejuízo da sua imparcialidade para com os povos, teria havido, porventura, motivo de receá-

lo, se a reconciliação se tivesse efetuado em 1870, ou logo depois. Mas cinquenta anos de coabitação do papado e da monarquia italiana na mesma cidade, em posição de franco antagonismo, lhe suprimiram providencialmente a possibilidade. Neste não breve período histórico, a Santa Sé consolidou e alargou de tal modo o seu prestígio no mundo, que ninguém mais a pode conceber sujeita à influência do governo vizinho, em contraste com a sua missão universal.

Mas a grande obra da reconciliação, não será levada a cabo em semanas, nem em meses. Cumpre dar tempo ao tempo. Ela só poderá ser integralmente realizada, quando o governo italiano, em grande parte pelo apoio dos católicos, tiver o vigor necessário para dominar e neutralizar as revoltas dos elementos subversivos, que, na aliança dele com o Vaticano, não podem deixar de ver o mais temeroso fator da própria ruína.

É preciso, para chegar lá, que a, certamente imensa, maioria dos italianos que se inspiram no amor bem entendido da pátria, e na intuição dos verdadeiros interesses dela, adquira, inabalável, a consciência da sua força.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência a segurança da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A sua Excelência o Senhor Dr. J. M. de Azevedo Marques,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores

**OFÍCIO<sup>12</sup> • 23 DEZ. 1921 • AHI 210/1/8**

*Índice:* Inauguração de um monumento ao  
Papa Bento XV em Constantinopla.

Diretoria Geral dos Negócios  
Políticos e Diplomáticos.

Nº 9

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé

---

<sup>12</sup> Foram feitos dois riscos verticais em lápis verde na primeira página do documento original.

Roma, 23 de dezembro de 1921.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de enviar a Vossa Excelência, em retalhos anexos do *Osservatore Romano*, uma correspondência de Constantinopla relatando a solene inauguração, que lá se fez, de uma estátua do papa Bento XV. Do monumento projetado ocupou-se a imprensa europeia várias vezes, considerando-o um caso maravilhoso, e quase paradoxal. Em verdade, ao passo que no Ocidente há séculos que não se levanta monumento em lugar público a nenhum pontífice, e mesmo em Roma nenhum existe fora de templos ou palácios, é no Oriente separado do catolicismo em parte, é na capital do Islamismo, nessa cidade onde não há estátua alguma de sultão ou vizir ou qualquer outro homem eminente dessa raça e dessa crença, que, em nossos dias, depois de uma guerra funestíssima, ainda não extinta naquelas regiões, surge em pleno sol a estátua do papa reinante, ordenada por subscrição, não de católicos, mas de muçulmanos, hebreus, armênios, gregos cismáticos, protestantes. E à suntuosa inauguração, presidida pelo delegado apostólico, assistem o herdeiro da coroa turca, muitos príncipes e muitas princesas da família imperial, luzido grupo de altos dignitários da corte, quase todos os ministros de Estado, uma representação oficial do Senado, generais e almirantes turcos, diplomatas e cônsules estrangeiros em grande número; e mais: além dos chefes católicos da Igreja oriental, ainda o grande rabino com o presidente e outros notáveis da comunidade israelita, o patriarca armênio, o patriarca sírio, os metropolitanos russo e búlgaro, o pastor Fraw, o chefe das comunidades protestantes. É tanto mais singular essa homenagem unânime dos dissidentes e pagãos, por se produzir nessas terras onde tão ardentes são as lutas religiosas, mescladas quase sempre a agudos conflitos de nacionalidades.

Tal é a gravidade das presentes preocupações políticas e sociais, que o extraordinário acontecimento não suscitou na imprensa os comentários sensacionais, que não teriam faltado em época mais calma. Isso, porém, não lhe diminui o alcance e a significação, que impressionantemente se harmoniza com as esperanças crescentes do Vaticano acerca dos países orientais. O correspondente do *Osservatore Romano* explica as razões e os sentimentos que o determinaram. “Talvez mais que alhures – diz ele – soube-se apreciar no Oriente, em seu justo valor, a obra do augusto chefe da Igreja romana, obra de paz, de amor, de

caridade, e de proteção paternal prodigada a todos sem distinção de religião e de nacionalidade no imane conflito mundial.” Esta reflexão leva a pensar sobre a cultura moral daqueles povos, superior, por ventura, ao que de ordinário supomos no Ocidente; e faz compreender o desejo de prestar um tributo comovido de reconhecimento e veneração ao papa; mas não lhe tolhe a maravilha provocada pela inauguração da sua estátua numa cidade e num Império onde nenhuma outra estátua existe.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência a segurança da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A sua Excelência o Senhor Dr. J. M. de Azevedo Marques,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Anexo ao ofício ostensivo nº 9 dirigido pela embaixada junto á Santa Sé á Diretoria Geral dos Negócios Políticos e Diplomáticos, aos 23 de dezembro de 1921.

Segue um recorte do jornal *Osservatore Romano*, de 23 de dezembro de 1921.

**OFÍCIO<sup>13</sup> • 23 DEZ. 1921 • AHI 210/1/8**

*Índice:* Inauguração de um monumento ao  
Papa Bento XV em Constantinopla.

Diretoria Geral dos Negócios  
Políticos e Diplomáticos.  
Nº 9

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 23 de dezembro de 1921.

Senhor Ministro,

---

<sup>13</sup> Foram feitos dois riscos verticais em lápis verde na primeira página do documento original.

Tenho a honra de enviar a Vossa Excelência, em retalhos anexos do *Osservatore Romano*, uma correspondência de Constantinopla relatando a solene inauguração, que lá se fez, de uma estátua do papa Bento XV. Do monumento projetado ocupou-se a imprensa europeia várias vezes, considerando-o um caso maravilhoso, e quase paradoxal. Em verdade, ao passo que no Ocidente há séculos que não se levanta monumento em lugar público a nenhum pontífice, e mesmo em Roma nenhum existe fora de templos ou palácios, é no Oriente separado do catolicismo em parte, é na capital do Islamismo, nessa cidade onde não há estátua alguma de sultão ou vizir ou qualquer outro homem eminente dessa raça e dessa crença, que, em nossos dias, depois de uma guerra funestíssima, ainda não extinta naquelas regiões, surge em pleno sol a estátua do papa reinante, ordenada por subscrição, não de católicos, mas de muçulmanos, hebreus, armênios, gregos cismáticos, protestantes. E à suntuosa inauguração, presidida pelo delegado apostólico, assistem o herdeiro da coroa turca, muitos príncipes e muitas princesas da família imperial, luzido grupo de altos dignitários da corte, quase todos os ministros de Estado, uma representação oficial do Senado, generais e almirantes turcos, diplomatas e cônsules estrangeiros em grande número; e mais: além dos chefes católicos da Igreja oriental, ainda o grande rabino com o presidente e outros notáveis da comunidade israelita, o patriarca armênio, o patriarca sírio, os metropolitanos russo e búlgaro, o pastor Fraw, o chefe das comunidades protestantes. É tanto mais singular essa homenagem unânime dos dissidentes e pagãos, por se produzir nessas terras onde tão ardentes são as lutas religiosas, mescladas quase sempre a agudos conflitos de nacionalidades.

Tal é a gravidade das presentes preocupações políticas e sociais, que o extraordinário acontecimento não suscitou na imprensa os comentários sensacionais, que não teriam faltado em época mais calma. Isso, porém, não lhe diminui o alcance e a significação, que impressionantemente se harmoniza com as esperanças crescentes do Vaticano acerca dos países orientais. O correspondente do *Osservatore Romano* explica as razões e os sentimentos que o determinaram. “Talvez mais que alhures – diz ele – soube-se apreciar no Oriente, em seu justo valor, a obra do augusto chefe da Igreja romana, obra de paz, de amor, de caridade, e de proteção paternal prodigada a todos sem distinção de religião e de nacionalidade no imane conflito mundial.” Esta reflexão leva a pensar sobre a cultura moral daqueles povos, superior, por ventura, ao que de ordinário supomos

no Ocidente; e faz compreender o desejo de prestar um tributo comovido de reconhecimento e veneração ao papa; mas não lhe tolhe a maravilha provocada pela inauguração da sua estátua numa cidade e num Império onde nenhuma outra estátua existe.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência a segurança da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A sua Excelência o Senhor Dr. J. M. de Azevedo Marques,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Anexo ao ofício ostensivo nº 9 dirigido pela embaixada junto á Santa Sé á Diretoria Geral dos Negócios Políticos e Diplomáticos, aos 23 de dezembro de 1921.

Segue um recorte do jornal *Osservatore Romano*, de 23 de dezembro de 1921.

**OFÍCIO • 06 FEV. 1922 • AHI 210/1/8**

*Índice:* O cardeal Achilles Ratti, arcebispo de Milão, eleito papa, toma o nome de Pio XI.

Diretoria Geral dos Negócios  
Políticos e Diplomáticos.

Nº 4

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 06 de fevereiro de 1922.

Senhor Ministro,

No escrutínio desta manhã, isto é, se cada dia houve quatro, como se supõe, no décimo quarto escrutínio do conclave, foi eleito o cardeal Achilles Ratti, arcebispo de Milão, com o nome de Pio XI.

O anúncio solene da eleição foi dado, segundo o uso tradicional, ao povo aglomerado na praça de São Pedro pelo cardeal Bisleti, primeiro da Ordem dos

Diáconos. Havia na praça, apesar da chuva insistente, umas sessenta mil pessoas; ontem, domingo, com um dia esplêndido havia cem mil ao menos. Essa multidão rompeu em gritos de aplauso quando o cardeal Bisleti se apresentou na grande janela central da basílica, e as aclamações cresceram, num entusiasmo irreprimível, quando foi proferido o nome do cardeal eleito. Bradavam milhares e milhares de vozes: “Viva o papa italiano! Viva a Itália!” O cardeal Bisleti teve de interromper por alguns minutos a fórmula do anúncio, antes de poder comunicar o nome pontifício do novo chefe da Igreja.

O povo, em ondas revoltas, avançava e se apertava em direção à basílica, para invadi-la, e lá dentro receber a primeira benção de Pio XI. Mas as portas tinham sido fechadas, e do alto da sacada central vários funcionários do Vaticano faziam sinais ao povo para que esperasse. Correu logo a voz de que o pontífice daria a sua primeira benção da mesma janela donde fora publicada a sua eleição.

Desde a de Pio IX, que em 1846 abençoara o povo da sacada do Quirinal, onde se efetuara o conclave, nunca mais os novos papas haviam abençoado o povo fora da basílica de São Pedro. Eleito Leão XIII, menos por vontade sua que por um conjunto de circunstâncias, talvez fortuitas, talvez combinadas por um grupo de cardeais intransigentes, a benção fora dada no interior do templo. Esse gesto, pela impressão que causou, e pelos comentários que se lhe fizeram no mundo inteiro, assumiu uma significação política e simbólica; e nem Pio X, nem Bento XV, ousaram rebelar-se contra a nova norma estabelecida. Somente quem conhece a força de tudo o que é “tradição” na Cúria romana, pode avaliar a coragem, que Pio XI provou possuir, decidindo-se, em hora de natural comoção da própria alma, a romper com o uso consagrado, provavelmente contra a opinião de muitos cardeais, e compreender a sensação extraordinária, que a primeira notícia dessa decisão produziu no povo ali reunido.

O momento foi de uma solenidade avassaladora, inolvidável, e verdadeiramente histórica. Ao aparecer na sacada o novo papa, precedido do seu cortejo, e rodeado de cardeais, o entusiasmo daquela imensa multidão se intensificou em estos de fragoroso delírio. Pio XI, sorridente, abria os braços num largo gesto, como querendo estreitar no coração aqueles milhares de filhos seus espirituais, e ainda os ausentes, aos milhões, em Roma, na Itália, no mundo. As aclamações continuavam, avultavam, tornavam-se atoadoras. De súbito, a um aceno do papa, extinguíram-se num silêncio profundo, estranhamente impressionador; todos se ajoelharam.



Pio XI pronunciou, com voz clara e vibrante, as preces preliminares, e que o povo todo respondia, e, por fim, traçando três vastas cruces no espaço, deu a benção apostólica.

De novo, as aclamações reboaram pela praça inteira. O papa demorou-se ainda alguns minutos, saudando agradecido, e retirou-se para o Vaticano. Para evitar que a imprensa, inclinada de ordinário às notas excessivas, desnaturasse o fato com uma interpretação destoante da plena independência que o pontífice entende salvaguardar nos seus atos políticos, ditou ele logo ao príncipe Chigi, marechal do Conclave, a seguinte declaração:

“Sua Santità Pio Papa XI, com tutte le riserve, in favore dei diritti inviolabili della Chiesa, e della Santa Sede, che há giurato di asserire e di difendere, há impartito la Sua prima benedizione dalla Loggia esterna sulla piazza di San Pietro, com la particolare intenzione che la benedizione stessa sai diretta, non solo ai presente sulla piazza di San Pietro, non solo a Roma, all’Italia, ma a tutte quante le nazioni e a tutte le genti, e porti a tutti l’augurio di quella universale pacificazione, che tutti cosi ardentemente sospiriamo.”

A opinião pública mostrou-se persuadida unanimemente da oportunidade dessa declaração. O *Giornale d’Italia*, um dos pouquíssimos que ainda mantém nesse país os critérios do transmontado liberalismo anticlerical, a comentou dizendo ser “o mínimo que se podia fazer no momento em que um papa com corajoso gesto afastava da norma estabelecida por três pontífices”.

De resto, os sentimentos patrióticos de Pio XI são notórios, exarados como estão em documentos solenes do seu tempo de cardeal arcebispo de Milão, e manifestados, em períodos anteriores da sua vida, aos que o trataram de perto. Todos esperam que, sem precipitação, como é próprio da Santa Sé, mas de acordo com as possibilidades reais, e do modo melhor que elas forem indicando à sua sapiência, o novo papa continuará, em relação à Itália, o programa encetado pelos seus predecessores, e poderá talvez realizar o voto proferido, segundo se narra, por Bento XV no seu leito de morte: “O meu sucessor completará a minha obra de aproximação para com a Itália.”

O nome de Pio XI, escolhido por ele, surpreendeu a princípio. Achava-se natural que, continuador da política do papa defunto, escolhesse o de Bento XVI. Mas ele provavelmente quis significar que não reconhecia a verdade do contraste acentuado pela imprensa entre os seus dois últimos predecessores. Acresce que Pio IV era milanês, e ele arcebispo de Milão; de modo que ele imitou o exemplo de Bento XV, que se

recordou de Bento XIV, seu antecessor no arcebispado de Bolonha. Referem-se estas palavras ditas por ele ao cardeal Lualdi, seu íntimo amigo, e milanês também: “Nasci no reinado de um Pio, vim para Roma no de outro Pio; Pio é nome de paz; Pio será o meu nome.”

Confirmam elas o anelo de paz universal, que lhe vive na alma, como viveu na de Bento XV, que, pouco antes de expirar, ofereceu a própria existência pela paz do mundo.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência a segurança da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A sua Excelência o Senhor J. M. de Azevedo Marques,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores

**OFÍCIO • 20 MAR. 1922 • AHI 210/1/8**

*Índice: Motu-proprio* do Santo Padre Pio XI,  
modificando algumas normas dos conclaves.

Diretoria Geral dos Negócios  
Políticos e Diplomáticos.  
Nº 6

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 20 de março de 1922.

Senhor Ministro,

O *Osservatore Romano*, órgão oficioso da Santa Sé, publicou a 16 deste mês, o texto do primeiro *motu-proprio* lavrado pelo papa.

Tem ele por fim modificar algumas das disposições decretadas por Pio X na constituição apostólica *Vacante Sede Apostolica*.

A mais importante dessas modificações é a que prolonga a duração do período compreendido entre a morte do sumo pontífice, e o encerramento dos cardeais em conclave, determinando seja, de agora em diante, de quinze dias, e não de dez, como era até agora.

Fica assim eliminada uma das principais objeções contra a criação de cardeais na América do Sul, a de não poderem senão excepcionalmente chegar a tempo para a eleição do papa; objeção essa que preocupou o espírito do finado pontífice desde quando ele era ainda diretor geral da Secretaria de Estado, e que Bento XV não ousou nunca remover.

Agora Pio XI, atendendo a um pedido dos cardeais da América do Norte, e também, ousou crer, a uma conversa que sobre isso tive com o atual diretor geral da Secretaria de Estado, resolveu estabelecer uma regra mais conforme as exigências do nosso tempo, e justificada igualmente pelo desaparecimento das circunstâncias que aconselhavam a maior prontidão possível na reunião dos conclaves. Então, tinha a Santa Sé a responsabilidade do governo temporal de cidades e províncias; potências estrangeiras faziam pressão sobre os eleitores por meio de agentes secretos, de embaixadores, e até de cardeais; e, enfraquecida naturalmente a ação da autoridade pela falta de um chefe real, a desordem entre o povo chegava por vezes a uma verdadeira anarquia. Hoje, libertada a Santa Sé do fardo do poder temporal, os conclaves se preparam num ambiente de independência e tranquilidade, e, ao contrário dos de outras épocas, são brevíssimos. Desde Pio IX, que durou três dias, não houve nenhum mais que chegasse a durar cinco; o de Leão XIII durou apenas dois. Nestas condições não há perigo algum a recear de um pequeno aumento de demora na eleição do papa.

Assim se realizou o que me respondeu, há alguns anos, o grande cardeal Capeceaturo, arcebispo de Cápua, a quem eu referia a observação do então monsenhor Della Chiesa sobre a impossibilidade, para cardeais da América do Sul, de tomar parte nos conclaves: “Nada mais fácil de remediar; bastam duas linhas da mão do Santo Padre.” Pio XI confirmou a justeza da resposta.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência a segurança da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Dr. J. M. de Azevedo Marques,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores

**OFÍCIO • 16 ABR.1922 • AHI 210/1/8**

*Índice:* Carta do papa ao arcebispo de Gênova  
sobre a conferência internacional convocada naquela cidade.

Diretoria Geral dos Negócios  
Políticos e Diplomáticos.

Nº 7

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé

Roma, 16 de abril de 1922.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência, em retalhos do *Osservatore Romano*, de 10 deste mês, a carta dirigida pelo Santo Padre a monsenhor Josué Signori, arcebispo de Gênova, que dias antes, publicara uma pastoral invocando as orações dos fiéis da sua diocese em favor da conferência internacional prestes a reunir-se naquela cidade.

Este é o primeiro documento de caráter político escrito pelo novo pontífice, e foi notado desde logo que ele preferiu dirigi-lo a um irmão seu no episcopado, e não a um chefe de estado ou de governo. Notou-se igualmente com louvor, que esta primeira manifestação do pensamento de Pio XI se referia à herança moral e religiosa, recebida do seu grande predecessor, isto é, ao prosseguimento do labor constante, corajoso, e incansável, em benefício da paz europeia e universal.

A impressão geral tem sido ótima, revelando-se a linguagem sincera e comovida, com que o papa alude “as tristes condições em que todos os povos se debatem”, aos sacrifícios que é necessário fazer para vantagem comum, e à caridade que deve, por fim, tornar uma realidade a paz entre as gentes, após oito anos de dores e ruínas”, recordando que “os ódios internacionais, triste legado da guerra, redundam em dano dos próprios vencedores, e preparam para todos um temeroso futuro”, e que “a melhor garantia da tranquilidade não é uma selva de baionetas, mas a mútua confiança e a recíproca amizade.”

Até agora, só têm aparecido restrições e queixas em jornais franceses, arautos de um ambiente político em que a reconstituição econômica e moral do mundo é encarada exclusivamente através do problema das reparações, e da necessidade de esmagar por meio século a Alemanha.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência a segurança da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor J. M. de Azevedo Marques,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Anexo ao ofício ostensivo nº7 dirigido pela Embaixada junto à Santa Sé à  
Diretoria Geral dos Negócios Políticos e Diplomáticos, aos 16 de abril de 1922.

Segue recorte do Osservatore Romano do dia 08 de abril de 1922.

**OFÍCIO • 28 MAI.1922 • AHI 210/1/8**

*Índice:* Carta do Sumo Pontífice ao Cardeal Secretário de  
Estado, e *Memorandum* da Santa Sé À Conferência de Gênova

Diretoria Geral dos Negócios  
Políticos e Diplomáticos.

Nº 8

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé

Roma, 28 de maio de 1922.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de enviar a Vossa Excelência, em retalhos anexos do “*Osservatore Romano*”, a carta dirigida por Pio XI ao cardeal secretário de Estado sobre os trabalhos da Conferência de Gênova, e o *memorandum* enviado a esta assembléia pela Santa Sé.

A carta do papa, confirmando os sentimentos inspiradores da que ele já mandara ao arcebispo de Gênova, revela ainda uma vez que o desejo da paz sincera e real entre as gentes constitui uma das máximas preocupações da Santa Sé neste momento. Sua Santidade refere-se à necessidade de sacrifícios recíprocos das nações, e congratula-se com as representadas na Conferência por haverem superado já dificuldades que a princípio pareciam invencíveis, manifestando a esperança de que essa reunião de

vencedores e vencidos contribua para inaugurar uma nova era na história do mundo moderno.

Com palavras em que vibra a comoção, deplora Pio XI os infortúnios multiplicados do povo russo, e apela para os sentimentos de piedade e fraternidade dos outros povos, no intuito de que tantos milhões de infelizes sejam arrancados à miséria e à morte, e reintegrada por fim aquela outrora rica e poderosa nação no consórcio universal, de que fora violentamente separada.

O *memorandum* enviado à Conferência, o pontífice reclama solenemente a liberdade de consciência e de culto para as várias confissões religiosas, na Rússia em consequência disso, a restituição dos templos e dos outros edifícios eclesiásticos confiscados pelo governo dos Soviets.

Sem deixar de relevar a circunstância de ser dirigido o *memorandum* ao presidente do Conselho de Ministros da Itália, como presidente, também, da Conferência de Gênova, as características mais transcendentais desse documento, e da carta ao cardeal secretário de Estado, consistem na reivindicação que, pela primeira vez, um papa faz publicamente, da liberdade de consciência e de culto, não só para os católicos, mas para todas as confissões religiosas, e na atitude que ele assume de chefe universal, não só da catolicidade, mas de todos os grêmios cristãos existentes, como sucessor e herdeiro dos antigos pontífices, que tal condição tinham de fato, antes que os cismas e a Reforma destacassem da Igreja as nações até hoje dissidentes. São novos sinais, esses, da extraordinária e fecunda evolução, que, sem renúncia de nada do que constitui a sua essência dogmática e moral, a Igreja vai realizando desde o tempo de Leão XIII.

Os dois documentos pontifícios causaram a melhor impressão na Conferência, e em geral nas rodas políticas e jornalísticas da Europa. Cumpre excetuar, naturalmente, parte da opinião pública em França. O critério político desse país, é no momento atual, como se sabe, diverso do de quase todas as nações, cujos exércitos combateram a seu lado. Como a Inglaterra, a Itália, e as outras potências grandes e pequenas, a França deseja sinceramente a reconstrução moral e econômica da Europa; mas, preocupada antes de tudo com a sua própria segurança, e com o problema das reparações, receosa de agressões futuras, e mal confiante no apoio dos antigos aliados, crê indispensável salvaguardar sem alteração a obra diplomática de Versalhes, e contribui assim para prolongar a inconveniência daquela “mentalidade de guerra”, mentalidade que outras nações, menos feridas, talvez, ou menos ameaçadas, buscam eliminar como o maior

obstáculo à pacificação dos ânimos, e, portanto, ao renascimento da solidariedade europeia. Por esse motivo, sentindo crescer o seu isolamento, ela não dissimula a sua extrema suscetibilidade diante de qualquer manifestação que pareça tender a enfraquecer-lhe a intransigência na defesa dos que julga seus imprescritíveis e sagrados direitos. Assim, algumas frases das cartas pontifícias foram lidas na França com descontentamento; e pareceu arrefecida a simpatia geral pelo novo papa, acentuando-se em algumas rodas as queixas contra os conselhos do cardeal Gasparri a Sua Santidade. Mas a reflexão terá já mostrado não ser possível por parte de Pio XI ou do seu Secretário de Estado, intenção alguma hostil, ou menos amigável, para com a “primogênita” da Igreja.

É evidente que o pontífice quis aproveitar a primeira grande reunião dos países europeus para recomendar a causa da paz, que é a da civilização mesma, e para afirmar o caráter internacional, universal, da liberdade de consciência e de culto. No Vaticano sabe-se perfeitamente que tal liberdade, na Rússia, existe apenas no texto da lei, mas na prática é desrespeitada de contínuo, com violência brutal, pelos Soviets. Sabe-se também que valor tem, em si mesma, a palavra dos “comissários do povo”. Mas sabe-se, por outro lado, que a Rússia não se pode levantar do caos onde se precipitou, sem o auxílio das grandes nações européias, e que, para conseguir esse auxílio, terá de submeter-se – questão só de tempo e certas condições preliminares; e quer-se, desde já, que entre essas condições, figure a liberdade de consciência e de culto, elemento indispensável à vida, não só do catolicismo, mas das outras confissões cristãs. Essa é a significação do *memorandum* pontifício, e da ida, a Gênova do diretor geral da Secretaria de Estado, monsenhor Pizzardo, como portador desse documento ao Presidente da Conferência. A conversação desse prelado com Tchitcherin foi, disse-me ele, determinada por uma circunstância fortuita; mas não foi inútil, como não foi feita em vão, para os intentos da Santa Sé, a declaração de Litwinoff, um dos principais delegados russos, de que “o governo dos Soviets reconhece a alta autoridade moral do papado.” O Vaticano, naturalmente, se servirá dela para os seus fins, em outras assembleias onde se deva tratar do destino da Rússia, e algum dia, no seu labor de propaganda católica através daqueles territórios imensos.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência a segurança da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Dr. J. M. de Azevedo Marques,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores

**OFÍCIO • 25 JUL.1922 • AHI 210/1/8**

*Índice:* Livros brasileiros para a  
Biblioteca do Vaticano.

Seção do Arquivo e da Biblioteca.

Nº I

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 25 de julho de 1922.

Senhor Ministro,

Como Vossa Excelência sabe, quase todos os países do mundo estão representados na Biblioteca do Vaticano por grande quantidade de obras históricas, geográficas, filosóficas, filológicas, e de outras matérias científicas.

A contribuição do Brasil nessa, que é uma das mais notáveis livrarias existentes, reduz-se a pouquíssima coisa, e não está realmente em proporção com o muito que aí se tem publicado sobre os assuntos que a interessam. Por isso, e tendo decidido que o ilustre escritor irlandês marquês Patrício de Mac Swiney, meu amigo pessoal, criar uma “seção irlandesa” na Biblioteca do Vaticano, iniciativa à qual os melhores escritores e as sociedades científicas do seu país corresponderam com entusiasmo, pensei em criar por meu turno uma “seção brasileira” do mesmo gênero, e esta ideia foi acolhida com verdadeiro reconhecimento pelo douto prefeito monsenhor Mercati.

Acresce a circunstância de ter sido o atual pontífice predecessor imediato daquele prelado no cargo de prefeito, e de continuar a interessar-se fervorosamente por tudo o que se refere à Biblioteca do Vaticano, tanto que tem querido ver e examinar ele mesmo as obras que vão chegando por intermédio do marquês de Mac-Swiney, a quem exprimiu o seu caloroso reconhecimento, e mandou elogiar oficialmente pelo cardeal secretário de Estado.



Assim que o oferecimento de livros brasileiros constituirá, não só um serviço prestado aos estudiosos das nossas coisas nesta cidade, mas ainda uma homenagem particular ao papa, e homenagem que lhe será gratíssima.

Estou organizando uma série de convites a escritores e às principais sociedades científicas do Brasil. Penso, porém, antes de tudo, que o apoio do Governo ao meu intento é precioso e essencial, e venho confiadamente solicitá-lo da bondade de Vossa Excelência. Esse e outros Ministérios possuem publicações que podem figurar com brilho na Biblioteca do Vaticano; possuem-nas igualmente repartições científicas dependentes do governo, ao qual compete ordenar os respectivos envios.

Acha-se atualmente aí o Eminentíssimo cardeal Aidano Gasquet, bibliotecário da Igreja Romana. Conquanto viaje em caráter privado, está em relações com o senhor presidente da República, para quem foi portador de uma carta de Sua Santidade, e certamente também com Vossa Excelência. Estou certo de que ele trará mais uma agradável recordação da sua estada no Brasil, se souber que o governo está disposto a favorecer a Biblioteca do Vaticano, da qual ele é o chefe supremo.

Esperando que Vossa Excelência acolherá com benevolência este meu pedido, tenho a honra de reiterar-lhe a segurança da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Dr. J. M. de Azevedo Marques,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores

(ilegível) aos outros Ministérios e depois passar à Biblioteca.

**OFÍCIO • 12 DEZ. 1922 • AHI 210/1/8**

*Índice:* Consistório cardinalício.

Primeira alocação de Pio XI.

Diretoria Geral dos Negócios  
Políticos e Diplomáticos.

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé

Roma, 12 de dezembro de 1922.

Senhor Ministro,

Enquanto se espera a primeira encíclica do novo papa, insolitamente demorada já, na qual ele deve, segundo a tradição, traçar as linhas diretivas do seu pontificado, acaba Pio XI de pronunciar a sua primeira alocução no Consistório convocado esta manhã para a criação de oito novos cardeais.

Sem conter nenhuma revelação surpreendente, esse discurso é interessante pelo que diz, e pelo que cala. Ele constitui um resumo do que Sua Santidade tem feito nestes primeiros meses do seu governo, inspirando-se, como seu grande e saudoso predecessor, de quem profere, breve mas comovido elogio, na sua caridade para com todos, sem exceção de pessoas, nacionalidades, ou credos religiosos, e no ardente desejo da paz entre as gentes.

Notando com tristeza as dolorosas condições atuais do mundo, em que “as antigas fontes de dor persistem agravadas por um cúmulo de novos males e perigos”, cita especialmente entre estes a crise ameaçadora que trabalha o Oriente, seja na Palestina, onde a Santa Sé teme pelos direitos e pela sorte dos católicos, seja na Turquia e na Grécia, ambas ainda frementes da longa e recente guerra com desastrosas consequências para as populações cristãs, seja na Rússia, cujos infortúnios crescentes desafiam cada vez mais toda comparação na História Moderna. Relata sucintamente os esforços em benefício desses países tão oprimidos por mil adversidades, e a ação que desenvolvera na Conferência de Gênova, aludindo em seguida à que breve se reunirá em Bruxelas, para exortar de novo os representantes das potências a considerar as calamidades que pesam sobre o mundo, e os remédios eficazes que elas reclamam. “Em verdade – observa – tais assembleias, que desde muito se sucedem com interrupção, ficarão quase sem utilidade alguma, e se resolverão em amargo e perigoso desengano para os povos, enquanto os governos não se decidirem a temperar as razões da justiça com as da caridade; o que, por fim, redundaria em vantagem dos vencedores e dos<sup>14</sup> vencidos.”

---

<sup>14</sup> A preposição “dos” foi inserida posteriormente no documento original.

Recorda neste ponto os programas dos seus imediatos predecessores, um dos quais se propôs restaurar tudo em Cristo, e o outro não cessou de advogar a paz entre os homens. É seu intento fundir em um esses dois programas, de modo que a sua divisa possa ser: PAX CHRISTI IN REGNO CHRISTI; o que mais amplamente explicará na encíclica esperada, que se prepara para oferecer, como dom de Natal e princípio de ano, a todos os bispos do orbe católico.

Até aqui o que diz a alocução. Agora o que cala, silêncio que, por ser ponderado, tem seu alcance próprio, ainda que não convenha exagerá-lo. Pela primeira vez, se não erro, desde 1878, ano da eleição de Leão XIII, deixa um novo papa, na sua primeira manifestação pública, de relevar a situação anormal da Santa Sé na Itália. Os sentimentos fervorosamente patrióticos de Achilles Ratti eram assaz notórios, e foram postos em plena luz pela imprensa italiana quando ele ascendeu ao sôlio pontifício. A primeira benção apostólica dada pelo novo papa, uma hora após a sua eleição, da sacada externa de S. Pedro, foi interpretada, não decerto, sem fundamento, como sinal de nova<sup>15</sup> etapa nas relações entre os dois poderes estabelecidos face a face em Roma. Está claro que as responsabilidades morais e políticas de Pio XI são assaz diferentes das de Achilles Ratti, e portanto, a sua atitude não pode ser inteiramente a mesma. É evidente, porém, de outro lado, que as opiniões pessoais não deixam de influir, em maior ou menor grau, na obra de cada pontífice; e de resto, elemento mais decisivo, o tempo não tem decorrido, de há meio século, em vão; muitas e radicais mudanças se têm dado, que a ninguém é lícito desconhecer nem desdenhar. Cumpre aguardar a encíclica anunciada, para saber se ainda aí Sua Santidade insistirá no mesmo silêncio.

Outra omissão não indiferente concerne aos negócios da França; tanto mais que neste consistório foram criados dois cardeais desse país, monsenhor Charost, arcebispo de Rennes, e monsenhor Touchet, bispo de Orleans. O problema das associações culturais atravessa uma fase trabalhosa.

Bento XV, que exultou com o reatamento das relações diplomáticas com o Vaticano – um dos sonhos da sua vida – não logrou resolvê-lo, e não se prevê ainda quando o resolverá Pio XI.

---

<sup>15</sup> Foi feita uma modificação no documento original: por cima da palavra “uma” foi escrita a palavra “nova.”

Numerosos arcebispos e bispos brasileiros foram preconizados neste Consistório, alguns dos quais já nomeados por Bento XV: para a Igreja Metropolitana de Olinda e Recife, dom Miguel de Lima Valverde, transferido da Igreja Catedral de Santa Maria; para a Igreja Metropolitana do Maranhão, dom Otaviano Pereira de Albuquerque, transferido da Igreja Catedral de Piauí; para a Igreja Metropolitana de Mariana, dom Helvécio Gomes de Oliveira, arcebispo titular de Varissa; para as Igrejas Catedrais de Santa Maria, Goiás, e Natal, respectivamente, dom Eusébio Atílio, dom Manuel Gomes de Oliveira, monsenhor Pereira Alves. Recebeu o título de arcebispo de Berito *in partibus infidelium* dom Antônio de Assis, bispo de Dioclecianópolis.<sup>16</sup>

Em retalhos do *Osservatore Romano* envio a Vossa Excelência o texto latino da alocução.

Tenho a honra de apresentar a Vossa Excelência a segurança da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Dr. Felix Pacheco,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Anexo ao ofício ostensivo nº10 dirigido pela Embaixada junto à Santa Sé à Diretoria Geral dos Negócios Políticos e Diplomáticos, aos 12 de Dezembro de 1922.

Segue o recorte do jornal *Osservatore Romano*, do dia 11 de dezembro de 1922.

**OFÍCIO • 31 DEZ. 1922 • AHI 210/1/8**

*Índice:* O senhor Epitácio Pessoa  
recebido em audiência pelo papa.

Diretoria Geral dos Negócios

---

<sup>16</sup> Todos os cargos religiosos e os pronomes de tratamento correntes e títulos de nobreza presentes no parágrafo foram revisados e transcritos com letra minúscula.

Políticos e Diplomáticos.

Nº 12

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé

Roma, 31 de dezembro de 1922.

Senhor Ministro,

Como acabo de comunicar por telegrama a Vossa Excelência, o senhor Epiácio Pessoa, ex-presidente da República, foi recebido esta manhã em audiência pelo Santo Padre.

Conquanto atualmente sem caráter oficial, teve ele no Vaticano acolhimento distinto e honras especiais, como sucedera, em 1908, com o conselheiro Rodrigues Alves, que nas mesmas condições pessoais visitou a Pio X.

Tanto o pontífice como o cardeal Gasparri, que Sua Excelência foi cumprimentar logo depois, trataram com singular cordialidade o ex-chefe da nação, congratulando-se com ele pelos eminentes dotes políticos revelados, e pelos preciosos resultados conseguidos no seu governo, e manifestando-lhe a alta estima em que tem o Brasil.

Sua Excelência ofereceu ao papa um grande exemplar em ouro da medalha comemorativa do centenário da Independência, e Sua Santidade deu como lembrança ao senhor Epiácio Pessoa a primeira medalha cunhada no presente pontificado.

Tenho a honra de renovar-lhe, Senhor Ministro, a segurança da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Dr. Felix Pacheco,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

**OFÍCIO • 10JAN. 1923 • AHI 210/1/8**

[Índice:] Primeira Encíclica do  
Papa Pio XI.

Diretoria Geral dos Negócios

Políticos e Diplomáticos.

Nº I

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé

Roma, 10 de Janeiro de 1923.

Senhor Ministro,

A primeira encíclica de Pio XI fez-se esperar muito, e só apareceu quase um ano depois da eleição de Sua Santidade. Em compensação, é um documento magistral – um quadro completo do mundo em nossos dias, segundo o critério católico, um tratado exaustivo dos males individuais e coletivos de que sofre a sociedade hodierna, das suas causas próximas e remotas, e dos eventuais remédios. O longo e minucioso trabalho revela em seu autor o erudito, o cientista, com a sua norma escrupulosa de versar a fundo os assuntos de que se ocupa; mas a emoção, que todo o compenetra, e chega a manifestar-se em lágrimas visíveis, revela por seu turno a alma afetuosa do homem, e o coração universalizado de quem se sente pai espiritual de todos os povos.

É de desolada tristeza o olhar que o pontífice lança sobre o mundo de hoje. Quase por toda a parte, só vê ruína e luto, desgosto das condições presentes, com perigo de outros e maiores infortúnios.

No vizinho Oriente se vão acumulando elementos e incentivos de nova guerra; mas, na realidade, a despeito dos tratados e das conferências internacionais, o estado de guerra ainda não cessou em toda Europa. Ninguém ignora que a paz é aparente e falaciosa; que só a impotência militar a que estão reduzidos alguns países, o cansaço geral, e o receio não exagerado de uma revolução que marcaria o fim da civilização ocidental vedam um novo apelo à sorte das armas. De fato, as rivalidades e inimizades entre adversários de ontem, não só persistem, mas se agravam cada dia, ameaçando consolidar-se em ódio irreconciliável e eterno. Longe de acharem solução, os problemas políticos e econômicos, que deram origem à guerra, ou desta derivaram, cada dia mais se complicam e se envenenam, decorrendo disso um mal estar universal, a que não escapa uma só nação, entre as vencidas, as vencedoras, e as neutras. E pensa-se com terror no futuro; que, a prolongar-se esta situação angustiada e intolerável para todos, impossível será evitar indefinidamente que outra vez se tente destrinchá-la pela força, seja embora por um mero recurso de desespero.

O nacionalismo em muitos países atingiu proporções de verdadeiro delírio, e o patriotismo, por si e nos devidos limites nobre, santa, natural e necessária virtude,

degenerou funestamente, divorciando-se do sentimento superior da fraternidade humana, e pretendendo coonestar iníquas opressões e espoliações com o pretexto do engrandecimento de um povo em dano dos outros povos.

Isso não impede, entretanto, que, dentro de cada país, as lutas de classe e as lutas de partidos dividam, excitem, armem uns contra os outros, os cidadãos unidos pela comunidade da língua, sangue, e tradições. No próprio ambiente da família, há uma crise patente de indisciplina, e relaxamento do recíproco afeto. E crise existe, embora não seja de caráter moral, mas de meios de ação, na própria vida religiosa, no próprio santuário, desde que a nunca assaz deplorada guerra, profundamente perturbou a organização do clero, diminuiu o número dos sacerdotes, subtraiu ao culto não poucas igrejas, encerrando e desertando seminários, e até às longínquas missões estendeu a sua fatal influência.

As causas da presente enfermidade moral do mundo são muitas, mas todas se resumem na rebelião obstinada contra Deus, a qual traz como consequência externa a abdicação de todo o ideal, e a tirania do mais cego materialismo. O nome de Deus foi banido das leis humanas, e logo o princípio da autoridade civil, que na dele se cria baseada, se enfraqueceu e vacilou, abandonado cada vez mais aos caprichos das multidões, incapazes de um critério certo e de uma ação perseverante em tudo o que não se refira ao interesse imediato. Foi oficialmente eliminado do ensino em muitos países o conceito de Deus, como se omiti-lo não equivallesse a negá-lo nas mais elementares explicações sobre os fenômenos da natureza; a escola leiga se mostrou na realidade escola ateia, extinguindo nas almas pequeninas e juvenis toda preocupação de uma ordem espiritual transcendente, e assim despertando e exacerbando nelas o mais feroz individualismo. Esse mesmo individualismo entrou a solapar os vínculos da interdependência doméstica, desde que não se reconheceu mais em Deus o chefe visível e supremo da família, aquele cujos braços estreitam no mesmo amplexo os pais e os filhos, o esposo e a esposa; reduzindo-se a um contrato, por várias e às vezes frívolos pretextos rescindível, o matrimônio, instituto social e “grande sacramento”, inúmeras uniões se foram contraindo sem mais aquela seriedade de intento e aquela mística reverência, próprias dos compromissos que ligam para a vida inteira; e, por outro lado, pouco mais se considerando, na convivência entre os progenitores e a prole, que uma relação de casual consanguinidade, ficou exposta a obrigação da mútua solicitude ao influxo das contingências pessoais, e essa mesma convivência à mercê das frequentes rupturas, favorecidas pela dispersividade de hábitos, que caracteriza a nossa época.

Na política internacional, toda endereçada ao incremento e à defesa dos interesses materiais, que cumpre, assim, zelar com empenho, mas não exclusivamente, veio obliterando-se a preocupação de moralidade, com a necessária distinção do bem e do mal, do lícito e do ilícito. A natural vontade de assegurar o desenvolvimento do comércio, o progresso da indústria, a dignidade e a glória da própria terra no consórcio dos povos, degenerou numa ambição de potência sem limites, e, de excitação em excitação, explodiu, por fim, em atmosfera já longamente eletrizada, na maior e mais funesta guerra da história.

Agora é geral o desejo de paz, mas embaraça-o por muitos lados uma preocupação intransigente de justiça, cujos requisitos divergem, de uns a outros países, segundo os particulares interesses políticos e econômicos de cada um. Sem dúvida a justiça é condição essencial da paz, porém cumpre que o seu rigor se abrande em pensamentos de equidade, ou melhor, que a mútua caridade a inclina a concessões recíprocas. Por que a paz, como com cristã sabedoria professa São Tomás de Aquino, é fruto ainda mais da caridade, que da mera justiça. A paz, que tal não seja apenas de aparência, só pode nascer, entre homens e entre povos, do sentimento de universal fraternidade sob a universal paternidade de Deus, que constitui a síntese moral do Evangelho.

Mas para praticar com lealdade e perseverança tal sentimento, que implica renúncias cotidianas aos desordenados apetites da natureza, cumpre conquistar uma consciência pura, na qual a voz do dever prepondere sobre os incitamentos das paixões. Vã quimera é esperar que a paz sincera felicite o consórcio dos povos, enquanto os corações dos homens amarem a violência e a iniquidade. Por que as nações se compõem de indivíduos, e a moralidade predominante no maior número deles se reflete sobre a vida geral, e determina os grandes movimentos coletivos.

Máximo e universal por essência entre os institutos religiosos do mundo, a Igreja Católica endereça a sua disciplina religiosa de virtudes, de sacrifício, e de caridade, através da formação de cada alma, à elevação do nível moral, e, portanto, à crescente difusão da fraternidade humana, nas várias escalas da vida social, desde o conjunto das famílias nas cidades, ao das cidades nos países, ao dos países na sociedade internacional. Ela é, nestes árduos tempos, como foi sempre nos séculos, nuncia e promotora de paz, e tem o direito de o ser, por que de paz são os seus princípios, por que a paz faz parte integrante e substancial da civilização cristã, por que, em suma, só



existe uma paz verdadeira, a paz de Cristo, e esta só pode vigorar no reino de Cristo.  
*Pax Christi in regno Christi.*

Para essa obra de paz, e simultaneamente de regeneração universal, o papa invoca e encoraja, cheio de confiança, a colaboração, que nunca faltou à Santa Sé, dos bispos, dos sacerdotes, e dos católicos, dos cristãos todos. Entre as muitas tristezas e dores do presente, não é escasso consolo discernir, como claramente se discerne, uma reação cada vez mais geral contra o materialismo deprimente e esterilizador, uma tendência vibrante, ansiosa, à restauração dos valores espirituais, uma necessidade íntima de crenças, de esperanças de ideal, que absorvem no catolicismo, ou dele aproximam progressivamente, altas personalidades, e multidões inúmeras.

Cumpra atraí-las, fixar-lhes a simpatia, com ensinamento e com exemplo; cumpra, ao mesmo tempo, zelar a integridade da doutrina, por que, se a Igreja alarga os braços da sua caridade para estreitar ao seio a humanidade toda, não lhe é lícito, porém, condescender com equívocos no que concerne ao seu patrimônio inviolável de princípios. Assim, não pode tolerar o dúbio procedimento daqueles filhos seus, que, entre os quais até “alunos do santuário” não estão de todo imunes, protestando aceitar as normas do catolicismo, “sobre a autoridade social, o direito de propriedade, os direitos dos operários da terra e da indústria, sobre as relações entre o capital e o trabalho, entre a Igreja e o Estado, entre a religião e a pátria, entre classe e classe, sobre os direitos da Santa Sé e as prerrogativas do Pontífice romano e do Episcopado, sobre os direitos sociais de Cristo mesmo, Criador, Redentor, Senhor dos indivíduos e dos povos... falam, escrevem, e, pior, agem, como se não devessem seguir, ou seguir se pudessem com menos rigor do que outrora, as instituições e as normas solenemente e invariavelmente declaradas e inculcadas em tantos documentos pontifícios, sobretudo de Leão XIII, Pio X, e Bento XV, porque baseados e arraigados no dogma e na moral da Igreja Católica”.

Conclui Pio XI a larga exposição doutrinal, fazendo votos porque próximo brilhe o dia venturoso em que todas as gentes estejam unidas “no mesmo aprisco sob a tutela do mesmo Pastor”. E manifesta o seu júbilo porque cada vez mais numerosos são os governos e os povos que aderem e recorrem à autoridade moral da Santa Sé, quer acreditando junto dela representantes oficiais, quer de outros vários modos prestando-lhe homenagem. Um pesar já antigo, porém, ensombra este espetáculo auspicioso; a ausência oficial da Itália no Vaticano; da Itália, “pátria nossa”, do “país onde a mão de Deus, que rege o curso da história, pôs e fixou a residência do seu vigário na terra, nesta Roma, capital do maravilhoso, mas todavia limitado Império Romano, feita por Ele

capital do mundo inteiro, porque sede de uma soberania, que, transcendendo todos os confins de nacionalidades e de Estados, todos os homens e todas as gentes abraça, como a soberania do próprio Cristo, que ela representa.”

“Reclamam a origem e a natureza de tal soberania – prossegue o Pontífice – reclama o inviolável direito de milhões de fiéis em todo o mundo, que ela seja e apareça independente e livre de qualquer humana autoridade ou lei, ainda de uma lei que promete garantias. As garantias com que a mão da Providência divina, sem dano, antes com inestimáveis benefícios para a Itália mesma, presidira a soberania do Vigário de Cristo na terra, foram e permanecem ainda violadas, criando e mantendo uma situação anormal, com grave tristeza e permanente perturbação da consciência dos católicos na Itália, e no orbe inteiro. Recolhendo como herança o pensamento e os sacrossantos compromissos dos nossos venerados antecessores, possuindo como eles a única autoridade de competente no gravíssimo assunto, e a mesma responsabilidade perante Deus, protestamos, como eles protestaram contra tal condição anormal, não por vã e terrena ambição, de que nos envergonharíamos, mas por puro dever de consciência, recordando que havemos de morrer, e de prestar severíssimas contas ao Juiz divino.”

“De resto, a Itália nada tem nem terá jamais que recear da Santa Sé; o papa, qualquer que ele seja, repetirá sempre: *Ego cogito cogitationespacis, et non afflictionis* (Ier.29,II); de paz verdadeira, por isso mesmo não divorciada da justiça, assim que se possa dizer: *Justitiae et paxosculatae sunt* (Ps.84,II); a Deus pertence fazer soar essa hora; aos homens sábios e de boa vontade não deixá-la soar em vão; ela será das horas mais sublimes e fecundas, tanto para a restauração do reino de Cristo, como para a pacificação da Itália e do mundo.”

Estas declarações sobre a questão romana, que se aguardavam como inevitáveis na primeira Encíclica do novo Pontífice, ecoaram simpaticamente nos corações italianos. Há nelas a nitidez de conceito e a firmeza de princípios, que se deviam esperar de um papa; mas não o mínimo ressaibo de rancor ou de amargura, a mínima recriminação...O apelo ao imprescritível dever, isento de toda ambição política, em face da ideia da morte e do supremo Juiz, causou reverente emoção; e a esperança, antes quase certeza, da possível e não demasiado distante reconciliação sincera entre a Itália e o papado, veio consolidar a segurança de que no rumo dessa meta por todos almejada se continuará a caminhar, com vagarosa prudência, como o exigem as dificuldades imensas do problema, porém ganhando terreno, e nunca dando um passo atrás.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência a segurança da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Dr. Felix Pacheco,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

**OFÍCIO • 06 AGO. 1923 • AHI 210/1/8**

[Índice:] O estado de saúde de Sua Eminência o  
Cardeal Arcoverde e as suas consequências.

Diretoria Geral dos Negócios  
Políticos e Diplomáticos.  
Nº 1, reservado.

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 06 de Agosto de 1923.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de confirmar, em folhas anexas a este ofício, a correspondência telegráfica, trocada entre essa Secretaria de Estado e esta Embaixada, relativa ao estado de saúde de Sua Eminência o Cardeal ARCOVERDE e as suas consequências.

Aproveito o ensejo para ter a honra de renovar a Vossa Excelência, senhor MINISTRO, os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Doutor FELIX PACHECO,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

ANNEXO

ao ofício nº. , reservado, de 6 de Agosto de 1923, à Diretoria Geral dos Negócios  
Políticos e Diplomáticos:

(Confirmação de dois telegramas expedidos à Secretaria de Estado das Relações Exteriores)

Exteriores – Rio de Janeiro (exp. a 18-VII-1923)

-Cifrado “Quarta, Acabo conferenciar Cardeal Secretario de Estado, impressão ótima. Confirmou-me tristes notícias cardeal Arcoverde. Observei contribuir dar caráter urgência intervenção Governo assunto, expus razões recomendam Rio de Janeiro residência permanente um cardeal. Reconhecendo disse-me ter recebido nuncio seu sobrinho relatório argumentos análogos. Pedi formalmente fosse monsenhor Leme desde já garantida sucessão Arcoverde, tanto mais que cardeal Secretario de Estado várias vezes lhe fizera minha presença fervorosos louvores. Ele acolheu bem pedido, dizendo-me: Isso virá por si mesmo, disse depois precisaria falar papa julgando porém não haveria dificuldades. Quanto nosso desejo obter outro cardeal, igualmente se mostrou benévolo mas acrescentou: temos tempo para falar assunto. Diretor Geral Secretaria Estado, com quem falei ontem largamente, prometeu-me apoio causa Brasil declarou dificuldades não consiste dar mais um cardeal, mas necessidade nesse caso imprimir novo sistema organização Sacro Colégio admitindo nele mais completa participação América. Observei ser muito necessário tal ponto de vista pois América estão futuro mundo, esperanças civilização cristã. Assegurou-me papa atual encara questão critério moderno aconselhou-me recorrer pontífice confiadamente enviando memória que ele poderá ler maior atenção agora, estando menos ocupado verão. Penso negociações serão talvez longas para obtermos dois cardeais, nutrindo esperanças êxito satisfatório. Agradeceria Vossa Excelência resposta meu telegrama anterior. Acho ida Brasil cardeal Benlloch arcebispo Burgos serviria nossos interesses pelo valor diante Vaticano tal homenagem um cardeal espanhol nosso país – Azeredo”.

Exteriores – Rio de Janeiro (exp. a 3 de Agosto de 1923)

- Cifrado – “Sexta feira, Há dias cardeal Secretário de Estado e Subsecretário garantiram-me confidencialmente Brasil conservará privilégio cardinalato que ficará quanto possível ligado arcebispado Rio de Janeiro... Desejava compromisso escrito, mas papa objetou que vistas condições gravíssimas cardeal Arcoverde não seria conveniente nem simpático dispor antecipadamente sua sucessão Sacro

Colégio. Conhecendo porém lealdade absoluta Santa Sé considero segurança verbal equivalente compromisso escrito e penso Governo brasileiro pode estar plenamente tranquilo. Mando carta particularizada – Azeredo”.

A cópia constante das laudas 1 e 2 está conforme o original dos dois telegramas expedidos, respectivamente a 18 de julho e 3 de agosto de 1923. ---Embaixada dos Estados Unidos do Brasil junto á Santa Sé, 6 de agosto de 1923.

Carlos Maximiano de Figueiredo  
Segundo Secretário da Embaixada.

**OFÍCIO • 12 AGO. 1923 • AHI 210/1/8**

Confidencial

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 12 de Agosto de 1923.

Ilustríssimo e Excelentíssimo

Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores,

Apenas tive a honra de receber as instruções de Vossa Excelência sobre a representação do Episcopado brasileiro no Sacro Colégio (ofício reservado confidencial de 15 de junho último), apressei-me a procurar monsenhor Pizzardo, Diretor Geral da Secretaria de Estado pontifícia, no qual a Embaixada e o Brasil têm um amigo seguro, sinceramente dedicado, como o era também nesse posto, e continua a ser, o seu ilustre predecessor monsenhor Tedeschini, atualmente núncio em Madrid. O Diretor Geral tem grande influência nos andamentos dos negócios políticos do Vaticano; ele se acha em contato tão frequente com os diplomatas como o cardeal Secretario de Estado, a quem lembra e recomenda os pedidos daqueles; e vê quase todos os dias o papa, cuja atenção e cuja benevolência para determinados assuntos e interesses pode pedir, talvez com

mais liberdade ainda que o seu superior imediato, justamente por ser o seu cargo menos representativo que o deste.

Com monsenhor Pizzardo, nessa primeira conversa, eu falei somente sobre o desejo do Governo de conseguir para o Brasil, hoje a todos os respeitos um dos primeiros países católicos do mundo, mais um lugar no Sacro Colégio. Dava eu assim por subentendida, como faço há muito sem que me contradigam nunca, a intangibilidade do que já nele possuímos.

Aleguei mais uma vez, sumariamente, os títulos incontestáveis, relevantíssimos, únicos, até, alguns, que justificam da nossa parte o pedido de uma representação mais ampla na assembleia, onde as principais nações católicas devem figurar proporcionalmente á importância de cada uma.

O ilustre prelado, com quem já, em muitas outras ocasiões, eu conversara sobre o assunto, disse-me que a dificuldade da solução não estava em dar a Santa Sé mais um cardeal ao Brasil, o que para ela só podia ser motivo de prazer, mas na orientação nova que esse fato implicaria quanto á composição do Sacro Colégio, pois, reconhecido ao Brasil o “costume” (no Vaticano se evita quanto possível a palavra “direito”) de contar dois cardeais, outros países latinos da América reclamariam lugares no Sacro Colégio, e a alguns deles, aos mais importantes, a Argentina e o Chile, seria difícil recusar tal honra. Observou ele, entretanto, que Pio XI considera essa e outras questões á luz de critérios novos, compreendendo as exigências de uma situação internacional profundamente transformada nos últimos anos; e que assim, ele me aconselhava tratar desassombadamente do assunto, escrevendo e enviando ao papa a memória de que eu várias vezes lhe falara, tanto mais que se aproximava o período das férias da Cúria, durante o qual o Santo Padre dispõe de mais tempo e mais calma para estudar questões novas.

Disse-lhe eu então: “Monsenhor, muitas provas tenho eu já tido da sua amizade por mim e pelo Brasil, como tive de monsenhor Tedeschini, que sempre sustentou as nossas aspirações tão naturais e tão legítimas: sei que o seu primeiro dever é a defesa dos interesses superiores da Santa Sé, e nada ousaria solicitar da sua amizade, que os contrariasse. Mas aqui, os interesses da Santa Sé coincidem com os nossos, como V. Ex. mesmo reconhece; pois, se é para o Brasil honra insigne estar representado no Sacro Colégio de maneira adequada á sua posição na América e no mundo, a Igreja Católica, por seu lado, só terá a ganhar mostrando-se justa e generosa para com um povo de já grande presente, e muito maior futuro, cuja formação essencialmente cristã, e cujos

sentimentos de fiel veneração para com o papado, se tem revelado através da sua história em manifestações indúbias e constantes. Por isso eu peço e espero o seu mais decidido apoio, monsenhor, nestas negociações, que, encetadas há quatro anos, tomam agora um caráter de mais urgente atualidade”.

-“Pode contar absolutamente com o meu apoio” – foi a resposta do digno prelado, que prometeu falar sem demora com o pontífice sobre o assunto.

No dia seguinte, visitei o cardeal Secretario de Estado. Ele é igualmente amigo verdadeiro do Brasil, e foi dos que com mais empenho e sucesso nos ajudaram, em 1905, quando se tratou de conseguir a púrpura para o Senhor Dom Joaquim Arcoverde.

Comuniquei-lhe logo o pedido oficial do Governo em relação a mais um cardeal para o Brasil. Ele me observou imediatamente: “A propósito, sabe que recebemos as piores notícias sobre a saúde do cardeal Arcoverde? Está muito mal, pode falecer de um momento para outro, e, desgraçadamente, perdeu de todo a razão”. Diante dessa rude confirmação do que V. Ex. me referira no seu ofício citado, entendi que cumpria assegurar antes de tudo, definitivamente, a sucessão do venerando cardeal no Sacro Colégio em favor do senhor Dom Sebastião Leme, sucessão a que eu outras vezes aludira em conversa com o cardeal Gasparri, vendo sempre sinais de aquiescência de sua parte. Ele acolheu o pedido como muito natural, louvando os títulos do Brasil como nação católica, e as vantagens da nossa capital como residência cardinalícia, e acrescentou ter recebido do núncio, seu sobrinho, um relatório (*rapporto*), no qual lera, mais ou menos, os mesmos argumentos que eu agora lhe enunciava. Eu bem previra que o apoio de monsenhor Gasparri, representante da Santa Sé, e parente muito caro do primeiro ministro pontifício, seria precioso para a nossa causa; e espero que o será de modo especial para o conseguimento de mais um lugar no Sacro Colégio.

O cardeal Secretário de Estado concluiu dizendo que, naturalmente, precisava de falar com o papa, mas pensava que não surgiria nenhuma dificuldade contra a futura promoção de Dom Sebastião Leme à púrpura. Relativamente à concessão de mais um cardeal, disse-me: “Está bem; está bem mas teremos tempo para tratar disso”.

Estas palavras, breves embora, e, ao parecer, de pouco relevo, têm uma grande importância por virem do primeiro ministro pontifício, e pode-se dizer que abrem uma nova fase, fase resolutiva, no andamento da questão. De fato, até agora, conversando com outros dignitários da Cúria, como monsenhor Pizzardo, monsenhor Borgoncini, Secretário da Congregação dos Negócios Eclesiásticos Extraordinários, que é a seção política da Secretaria de Estado, monsenhor Cerretti, seu predecessor nesse cargo, hoje

núncio em Paris, monsenhor Tedeschini, núncio em Madrid, predecessor de monsenhor Pizzardo como Diretor Geral, eu tinha sempre a impressão de que o assunto ia por bom caminho, estando aceitas por ótimas as nossas razões, e vitoriosa, em tese, a nossa causa, e persistindo apenas dificuldades práticas, que, com habilidade e perseverança, acabariam por ser eliminadas.

O cardeal Secretário de Estado, porém, dada a delicadeza da sua posição como mandatário e intérprete imediato do pontífice, é obrigado a grande reserva de linguagem. E cada vez que eu insistia por uma solução, ele, sem contestar, e muito menos refutar (o que seria impossível) os nossos argumentos, procurava esquivar-se a dar uma resposta positiva, celebrando jovialmente, por exemplo, os meus “talentos de advogado”, ou escusando-se com relevar a impossibilidade de agir pessoalmente em matéria reservada ao pontífice, o que era simplesmente uma evasiva, pois, como eu lhe observava, o cardeal Secretário de Estado não é apenas um intermediário entre os diplomatas das potências amigas, mas o conselheiro natural e principal chefe da Igreja. Entretanto, mesmo junto dele, a nossa causa ia progredindo, e já Bento XV, depois de ler, em 1919, a exposição por mim enviada ao cardeal Gasparri, e, em 1921, a minha longa carta ao monsenhor Tedeschini, declarara que a argumentação era persuasiva, mas que, somente, não se via ainda o meio mais oportuno de chegar a uma solução satisfatória. Em fevereiro do ano passado, já eleito Pio XI, foi ainda o cardeal Gasparri que anuiu prontamente ao meu propósito de chamar para o caso a atenção do novo papa, na primeira audiência que ele me concedeu.

Com tudo isso, eu percebia que o Eminentíssimo hesitava em reconhecer no assunto o caráter de urgência ou de atualidade, necessário para decidi-lo a intervir com a sua opinião pessoal junto do pontífice. Acrescia o longo silêncio do Governo (desde 1920) junto da Embaixada, e junto do núncio, que, sem dúvida, enfraquecia a minha situação, pois o cardeal sentia que, aí, se havia desejo, não havia pelo menos, muita pressa de obter o que eu solicitava.

Agora, o pedido oficial formulado por meu intermédio, e o próprio estudo da situação católica e internacional do Brasil, colocam a questão no terreno das negociações positivas, terreno no qual se pode caminhar mais depressa ou mais devagar, mas já não se pode parar de todo.

Vendo eu, entretanto, que o nosso outro pedido, o da futura promoção de Dom Sebastião Leme ao cardinalato, era favoravelmente acolhido pela Santa Sé, desejei uma asseguração escrita desse bom acolhimento. Entendi-me com o cardeal Gasparri e com



monsenhor Pizzardo, e decidiu-se que eu dirigiria a este uma carta particular, e ele me responderia no sentido indicado.

O próprio cardeal Gasparri sugeriu-me os termos da carta. Depois refletindo, reconheceu que os da resposta eram mais difíceis de assentar, por estar vivo, mas em tão graves condições de saúde, o arcebispo do Rio de Janeiro. Como a resposta tardava, procurei de novo monsenhor Pizzardo, que me disse estar-se procurando uma fórmula conveniente à extrema delicadeza do caso. Por fim, ele me confiou que o papa mostrava relutância invencível à redação de um compromisso escrito, precisamente por achar-se tão enfermo o cardeal Arcoverde, parecendo-lhe que se cometeria, com isso, uma espécie de desconsideração ao ilustre e benemérito Príncipe da Igreja.

Como V. Ex. sabe, as ideias do Pontífice tem o prestígio de uma autoridade incomparável, e não convém contrariá-las, senão em coisas absolutamente essenciais. Achei prudente, pois, não insistir, antes de tudo porque compreendi, e V. Ex., creio, compreenderá igualmente, a delicadeza do sentimento que inspirava a relutância de Pio XI, e, além disso, por que, em suma se tratava, de uma pura formalidade. De fato, tanto o cardeal Secretário de Estado como o seu digno substituto me persuadiram de que os nossos desejos seriam satisfeitos na ocasião oportuna, e monsenhor Pizzardo até me afirmou ser mis fácil dar ao Brasil dois lugares no Sacro Colégio, que tirar-lhe o que ele já tem. Ele me declarou mais de uma vez: “Esteja tranquilo, e tranquilize o seu Governo da parte da Santa Sé”.

A notícia do decreto que acaba de reconhecer aos cardeais, no nosso protocolo, a mesma preeminência que cabe aos príncipes herdeiros causou no Vaticano viva satisfação, como V. Ex. verá pelo artigo do *Osservatore Romano*, que lhe envio por meio da seção competente. Monsenhor Pizzardo me disse que esse artigo era “intencional”, que mirava tornar pública ainda uma vez a particularíssima estima em que a Santa Sé tem o Brasil, e que eu podia garantir isso mesmo ao Governo. O *Corriere d'Italia*, grande órgão católico desta capital, deu também um artigo entusiástico sobre o nosso país, e o *Messaggero*, por seu turno, comentou o ato de V. Ex., aludindo a possibilidade de ser aumentado o número dos cardeais brasileiros. Esses dois artigos foram comunicados á Secretaria com o mesmo ofício que capeou o do *Osservatore Romano*.

Em conclusão: - julgo assegurada a sucessão do cardeal Arcoverde na pessoa do ilustre arcebispo Dom Sebastião Leme, e mui[t]o bem encaminhadas as negociações para conseguirmos mais um cardeal.

Isto, porém, não significa, a meu ver, que o conseguiremos prontamente. Antes, estou convencido de que este segundo ponto do nosso programa tomará muito tempo, exigirá longos e perseverantes esforços. E a razão é óbvia.

Nenhum país da América Latina nos pode já agora disputar a honra de representá-la no Sacro Colégio, isto é, modificar a situação atual; havendo um cardeal só da América Latina, esse cardeal será sempre brasileiro.

Acresce que a posição da própria Argentina no Vaticano está longe de ser favorável, como confidencialmente me referiu o cardeal Gasparri. “Eles estão neste momento – disse-me – sem arcebispo, e o candidato que o Governo apresenta não é *persona grata* á Santa Sé. Se tivermos de suportá-lo (textualmente, - *se ci toccherà subirlo*), será só por não termos outro remédio”. Admirei a política desse governo, que, desejando tanto um cardeal, começa pretendendo impor ao papa um candidato desagradável para o único posto eclesiástico ao qual poderiam caber as honras da púrpura. O cardeal Gasparri ajuntou que, quanto ao Chile, por demasiado distante, era ainda cedo para pensar nele, e que nenhuma outra república da América Latina podia por ora ser escolhida para residência de um cardeal.

Nula, portanto, parece que deva ser a ação positiva da diplomacia hispano-americana neste assunto. Mas a ação negativa será tenaz, e nos dará que fazer. Os representantes dessas repúblicas, ou de algumas (da Argentina e do Chile, com toda certeza) sustentarão a tese de que constituirá uma verdadeira ofensa para elas o fato de ter o Brasil dois cardeais, e nenhum o resto da América Latina. E recorrerão às lisonjas, às pressões, até, se for necessário, às ameaças, como fizeram, aliás sem êxito, em 1905.

Consistiu a minha tática, favorecida pelas circunstâncias, em não usar dos argumentos, que evidenciam a nossa superioridade como nação católica, para conseguir a permanência da nossa representação no Sacro Colégio. Não foi preciso servir-me deles, por que a causa, por assim dizer, estava ganha de antemão. Eles estão, assim intactos, para o escopo mais difícil, que é o de duplicar essa representação. E espero, ou melhor, creio firmemente, que eles impressionarão muito o espírito de Pio XI, como impressionaram o de Bento XV. Consta-me, ainda, que o pontífice atual é menos sensível que o seu predecessor ao aspecto essencialmente político das questões, e isso representa uma vantagem para nós; pois, persuadido que ele esteja, definitivamente, de que o Brasil merece ter dois cardeais, porventura não se preocupará tanto, como se preocuparia Bento XV, com os protestos das outras repúblicas da América Latina. Mas

não faltará, na própria Cúria romana, quem se incumba de agir junto dele para retardar, pelo menos, a decisão pontifícia.

Já não é pouco, em todo o caso, termos para nós a boa vontade do papa, do cardeal Secretário de Estado, de monsenhor Pizzardo, e de outros entre os poucos, que podem realmente exercer influência no ânimo do Santo Padre.

Por agora, cumpre aguardar o termo das férias no Vaticano. O cardeal Gasparri parte breve para o campo, donde só voltará no fim de setembro. O papa também, extremamente fatigado, vai conceder-se um período de relativo descanso. É a ocasião de pôr por escrito os nossos argumentos, para submeter-lhes no momento mais propício.

Tenho a honra de reiterar a V. Ex. Senhor Ministro, a segurança da minha respeitosa consideração.

(ass.) CARLOS MAGALHÃES DE AZEREDO.

**OFÍCIO • 17 FEV. 1924 • AHI 210/1/8**

[Índice:] Monumento a Cristo Redentor no

Rio de Janeiro.

NP 3

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil junto à Santa Sé

Roma, 17 de Fevereiro de 1924.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa excelência os inclusos retalhos, em duplicata, do diário católico *L'Osservatore Romano*, com a notícia detalhada da próxima ereção, no Rio de Janeiro, do grandioso monumento a Cristo Redentor.

O correspondente do referido jornal faz sentir, em tal comunicação, o entusiasmo carinhoso com que o povo da nossa grande pátria tem sabido cuidar de tão brilhante e nobre iniciativa, demonstrando ao mesmo tempo como são cordiais os sentimentos que ligam a Igreja Católica, a nação brasileira e o seu Governo.

Sirvo-me do ensejo para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os meus protestos de respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor FELIX PACHECO,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Anexo ao ofício NP 3, de 17-II-1924.

Anexo (duplicata) ao ofício NP 3, de 17-II-1924.

Segue anexo o recorte do *L'Osservatore Romano*, do dia 16 de fevereiro de 1924.

**OFÍCIO • 03 MAR. 1924 • AHI 210/1/8**

[*Índice:*] Audiência do Santo Padre

a membros da Embaixada do

Brasil junto à Santa Sé.

NP 7

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil junto à Santa Sé

Roma, 03 de Março de 1924.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que Sua Santidade o papa Pio XI concedeu a mercê de receber-me, acompanhado de minha família, do Secretário C. M. de Figueiredo, senhora e filho, no dia 27 de fevereiro último, conforme fora previamente combinado.

O Santo Padre interessou-se vivamente pelas condições gerais do progresso brasileiro, referindo-se carinhosa e calorosamente ao grande movimento religioso, político e social na nossa terra.

Ao despedir-nos, teve ainda Sua Santidade mui benévolas palavras em favor do Brasil, fazendo ardentes votos, também, pela felicidade de S. Ex. o Senhor Presidente da República, Doutor Arthur Bernardes, e Excelentíssima família.

Sirvo-me do ensejo para ter a honra de renovar a Vossa Excelência, Senhor Ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor FELIX PACHECO,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

**OFÍCIO • 10 MAR. 1924 • AHI 210/1/8**

Pessoal e Confidencial.

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 10 de Março de 1924.

Illm° e Exm°

Senhor Ministro FELIX PACHECO,

Como Vossa Excelência tem visto pelos meus recentes telegramas, as negociações no Vaticano para conseguirmos um segundo cardeal brasileiro esbarraram com um novo obstáculo, que, porém, devo dizê-lo desde já, não parece irremovível.

Esse obstáculo é devido unicamente ao famoso discurso do rei Afonso XIII na audiência solene em que foi recebido pelo papa. Eu, como creio haver informado em tempo o governo, já conhecia a opinião, aliás justíssima em si, do monarca espanhol sobre a necessidade de mais numerosa representação da América no Sacro Colégio. Monsenhor Pizzardo, atual Diretor Geral da Secretaria de Estado, lhe tinha ouvido em Madrid, e o próprio embaixador de Espanha junto à Santa Sé me referira também.

Estava eu, pois, seguro de que o rei aproveitaria a sua vinda a Roma para exprimi-la ao pontífice, mas imaginava que o faria em conversa particular, não assim como o fez, de maneira ostensiva e espetaculosa. Toda, porém, desse jeito foi a atitude de Afonso XIII em Roma, como paladino coroadado da América Latina: ou fingindo esquecer que o Brasil forma tão grande parte dela, ou subentendendo que, considerada a arcaica unidade ibérica, anterior à formação do reino português, competia ao rei de Espanha assumir uma espécie de protetorado, moral pelo menos, não somente sobre as repúblicas de origem espanhola, mas ainda sobre o grande povo filho dos Lusíadas. Tal atitude culminou na sessão literária e musical dada em sua honra pelos padres e alunos do Colégio latino-americano; ali foi celebrado em prosa e verso o jovem soberano, como se não rei de Espanha fora unicamente, mas imperador das Índias Ocidentais. E ainda em Madrid, regressado ele à sua terra, se deram novos atos do espetáculo com várias manifestações, entre as quais a mensagem que junto em cópia, da qual recebi um

exemplar acompanhado de caloroso convite para assiná-la, mas nada respondi, deixando supusessem terem-se extraviado em algum correio esses papéis.

Aquele pedido do monarca ao papa outro resultado não teve, segundo me dizia ainda anteontem monsenhor Borgoncini, Secretario da congregação dos negócios eclesiásticos extraordinários, senão criar embaraços e complicações. Porque, se é certo que no Vaticano se começa a pensar no direito moral competente, em suma, aos países hispano-americanos, de estarem representados no Sacro Colégio, tal assunto ali o consideram dependente de muito tempo e muita reflexão, em especial por implicar aumento do número tradicional dos cardeais.

Começaria talvez a Santa Sé por dar um à Argentina, embalando o Chile com esperanças de futuro indeterminado. Mas o discurso de Afonso XIII veio inoportuno excitar os desejos e a esperança de quase todos os governos hispano-americanos aqui representados, com dano evidente para aqueles que eventualmente poderiam ser favorecidos; porquanto tudo leva a crer que a Santa Sé não se resolverá tão cedo a dispor de quatro ou cinco chapéus cardinalícios para essas repúblicas.

Ora, os seus diplomatas no Vaticano, convencidos de que por agora nada podem conseguir, procuram impedir pelo menos que ao Brasil seja dado outro cardeal, explorando o duplo tema de que tal distinção em favor nosso constituiria humilhação para elas, e desgostaria o seu augusto protetor de Madrid. E cuida que o embaixador de Espanha bate na mesma nota. Aliás, do seu ponto de vista, é natural que assim procedam; como é natural que o cardeal Secretário de Estado, obrigando-o o dever do seu cargo a ter presentes todos os interesses políticos da Santa Sé, não fique indiferente a essa circunstância.

Levando-a em conta, achei prudente deixar que passasse algum tempo antes de reiterar as insistências do governo brasileiro; no Vaticano as impressões não se desvanecem de um dia para outro. Nisto, sobreveio o conflito com a Argentina, por causa da “apresentação” de monsenhor de Andréa para arcebispo de Buenos Aires. Sob certo aspecto, essa desavença nos foi prejudicial; a Argentina seria o único país da América espanhola, que a Santa Sé favoreceria eventualmente com um lugar no Sacro Colégio. As razões são óbvias; é ela, em conjunto, a mais importante dessas repúblicas, e a menos afastada de Roma. Contra o Chile, há, por enquanto, a objeção da muita distância.

Ora, se o presidente Alvear, em vez de obstinar-se na nomeação de monsenhor de Andréa, tivesse proposto monsenhor Alberti, bispo de La Plata, *persona gratissima*

aqui (como aliás ficará quase combinado com a Santa Sé por ocasião da visita do presidente ao Vaticano), provavelmente a Argentina lograria, não talvez a imediata elevação de monsenhor Alberti à púrpura, mas a promessa dela para quando o novo arcebispo de Buenos Aires tivesse dado provas do seu mérito como chefe daquela grande diocese. E isso importaria necessariamente a criação de mais um cardeal para o Brasil.

Logo na minha primeira conversa com o cardeal Gasparri, ao anunciar-se o próximo consistório, percebi que algo novo pairava no ambiente. O Secretário de Estado não levantou oposição aos desejos do governo brasileiro; não negou que as razões deste fossem fundadas. Mas em vez de animar-me como acontecera no ano passado, respondeu-me simplesmente que referiria ao papa o pedido do Brasil e os meus argumentos. Então eu me vali de uma dessas zangas a frio, que constituem recurso de frequente eficácia nos labores da diplomacia e da política. Disse-lhe que o Secretário de Estado não devia nem podia ser um mero transmissor de recados, que era sua obrigação de consciência esclarecer o pontífice nos assuntos que envolvem interesses legítimos das nações perante a Santa Sé. Reconheceu ele ser um conselheiro do papa. – “O principal dos conselheiros do papa” – repliquei – “e um conselheiro muito atendido” -. “Bondade sua” – explicou ele. – “Não bondade minha, mas verdade pura. Um homem que é conservado nesse posto pela confiança de dois papas sucessivos, não pode contestar o seu prestígio. A solução de um caso como o nosso depende de Vossa Eminência em grandíssima parte, e lamento ter de dizer-lhe que me tem desiludido quanto a sua amizade pelo Brasil, na qual eu cria firmemente, pois vai deixando imobilizar-se no mesmo ponto um pedido nosso, esteado nos mais válidos argumentos, e formulado pela primeira vez há já cinco anos”.

Ele protestou que não, que as disposições tanto suas como do Santo Padre para com o Brasil continuavam benévolas e afetuosas como sempre, mas que o assunto, conexo a outros problemas, não se podia decidir imediatamente. Encorajou-me, como já monsenhor Pizzardo, a condensar na memória, de que eu antes lhe falara, todas as nossas razões, e prometeu apoiá-la junto ao pontífice.

Então se dava como certa a criação de um único cardeal norte-americano no próximo consistório, e essa mesma – disse-me o Secretário de Estado – ainda não estava de todo assentada. Sei, de fato, que a dificuldade consistia em decidir qual dos dois arcebispos de Nova York e de Chicago seria o favorecido, pois havia grandes pressões por um e pelo outro.

Afinal, com surpresa de toda gente, resolveu Pio XI promovê-los ambos, como Vossa Excelência já está informado pelo meu último telegrama. O segredo fora tão cuidadosamente guardado entre o papa e o cardeal Gasparri, que, na própria Secretaria de Estado a notícia só transpirou, quando telegramas de Nova York e Chicago anunciaram a partida dos dois prelados para Roma.

Como expliquei a Vossa Excelência, e me disseram pessoas competentes do Vaticano, o papa quis “pagar uma verdadeira dívida”, da qual não sabia como desobrigar-se de outra forma, às duas dioceses, e aos católicos norte-americanos em geral, pelos auxílios incalculáveis prestados à Santa Sé desde o começo da guerra até hoje, seja habilitando-a a desempenhar os seus imensos compromissos de caridade mundial, seja, até, salvando-a de sérias dificuldades na sua própria vida interna, consoante sucedeu por ocasião do último conclave, para cujas despesas o Vaticano não podia distrair verba suficiente sem prejuízo grave dos seus protegidos na Rússia, na Alemanha, na Áustria, no Oriente, e que foram integralmente pagas pelos católicos norte-americanos.

O que torna delicadas sempre, e árduas por vezes, as negociações com o Vaticano em questões importantes, é a autoridade absoluta exercida pelo papa. Na escolha dos cardeais, particularmente, o papa considera quase uma ofensa qualquer tentativa de restringir a sua liberdade.

Cumpre, pois, agir nesse ponto com circunspeção e deferência extraordinárias, buscando persuadi-lo, quanto possível indiretamente, por intermédio dos seus conselheiros naturais, evitando tratar pessoalmente com ele assuntos complexos, salvo em caso de necessidade extrema, evitando sobretudo parecer que se lhe quer forçar a mão. É decerto por isso que quase todas as negociações com o Vaticano são muito mais lentas que as entabuladas com outros governos. Esse ambiente é único no mundo, por que a mentalidade, religiosa e política a um tempo, dos que nele se movem, assim como os motivos que lhes determinam a ação, profundamente se diferenciam do que se vê nos Estados leigos. Aí ressuma subentendida em tudo a especial inspiração divina, que assiste o Vigário de Cristo na terra. E ainda nos casos (raros sem dúvida), em que são patentes os motivos humanos, inutilidade fora, além de irreverência, revelá-los. Pois seria acoimada de errônea a censura, e de fruto da ignorância, em que os leigos comumente se acham, do genuíno espírito da Igreja. E tal resposta seria sincera, porque o papa, enquanto vive, circundam-no honras quase divinas. A diligência dos exames, e a austeridade das sentenças, ficam reservadas à história, que ainda nas mãos de autores os



mais católicos, como o grande Pastor, trata os pontífices como os outros mortais, e profere, quando lhe cumpre, juízos severos sobre alguns deles. E a própria Igreja é rigorosa com os seus chefes defuntos; depois dos primeiros séculos do cristianismo, poucos papas têm sido canonizados; o último foi Pio V, no século XVI.

Estas observações não visam de modo algum à pessoa do atual pontífice, homem justo, caritativo, e virtuosíssimo, pertencente à categoria dos “Pios de nome e de fato”, como foram chamados alguns predecessores seus. Visa, porém, a atmosfera de quase adoração, que envolve os papas, e que, nos assuntos diplomáticos, constitui com frequência um empecilho de etiqueta, e uma causa de delongas.

Isso explica também porque na última audiência que me concedeu o Santo Padre, e durante a qual tanto se interessou pelos progressos do Brasil, eu preferi não tocar na questão do cardinalato. Não era fácil expor-lhe cabalmente no breve tempo de uma audiência. Podiam, no momento, pesar mais sobre o seu ânimo as dificuldades, que os lados vantajosos dela, e resultar daí alguma frase dilatória, que me embaraçaria os movimentos. Está claro que eu não hesitaria, sendo necessário, em tratar o assunto diretamente com o papa, numa audiência pedida adrede para tal fim. Mas é meio a que recorrem os diplomatas, quando o Secretário de Estado declara supérfluas conversações ulteriores sobre argumentos que não o persuadem (o que não é, felizmente, o nosso caso), ou quando o próprio pontífice manifesta o desejo de ouvi-los.

Em compensação, com o cardeal Gasparri e os seus colaboradores, eu uso de franca linguagem, a que me autorizam a justiça evidente da nossa pretensão, e as relações de cordial amizade que de há longos anos cultivo com eles.

Apenas me constou a criação simultânea dos dois cardeais norte-americanos, fui procurar monsenhor Bongoncini, Secretário da congregação dos negócios eclesiásticos extraordinários. Monsenhor Pizzardo, não pude vê-lo nesse dia, porque estava fora de Roma, tendo-o mandado o pontífice em missão reservada a Munique. Este jovem prelado é muito amigo do Brasil; reconhece ostensivamente que os nossos argumentos são ótimos, e que se nos deveria dar o que solicitamos. Ativo e dedicado, muitas vezes, por meu desejo, tem referido ideias e palavras minhas ao Santo Padre, que ele vê quase todos os dias. O que lhe falta ainda, para a plena eficácia da sua boa vontade, é um prestígio como o de que dispunha monsenhor Tedeschini, seu antecessor imediato, hoje nuncio em Madrid. Esse era amigo pessoal, dos mais caros e íntimos, de Bento XV; e para dar um conceito adequado da sua situação privilegiadíssima, bastará dizer que com ele unicamente, sem falar com o cardeal Gasparri, tratei eu a recepção do presidente

Epitácio Pessoa no Vaticano, questão delicadíssima por ser este oficialmente hóspede do Quirinal, e abrir a audiência solene do papa, em tais condições, um precedente, que, de fato, conduziu em breve prazo à supressão do veto estabelecido, desde 1870, contra as visitas dos Chefes de Estados católicos a Roma.

Monsenhor Borgoncini tem, em virtude do cargo superior que exerce, maior autoridade que monsenhor Pizzardo. Quando lhe expus o motivo da minha visita, ele tentou esquivar-se, alegando ser alheio à questão, e não querer, francamente, envolver-se nela. Respondi-lhe que compreendia o seu desejo de evitar um trabalho e talvez um aborrecimento mais, na sua vida tão laboriosa e cheia de preocupações, porém que a natureza mesma do seu cargo o obrigava a intervir, sendo ele o Secretario da congregação pela qual correm os negócios do Brasil e de toda a América.

Disse-lhe que não estava nada contente do modo porque a questão do novo cardeal para o Brasil ia sendo tratada, e que, a prosseguirmos por esse rumo, a divergência entre nós e eles se acentuaria, pois no Vaticano se afetava encarar a criação de um novo cardeal como um favor, ao passo que o Brasil se firmava num critério de genuíno direito, direito, embora, moral, e não escrito; que esse vezo de invocar nos momentos difíceis a liberdade do papa importava em tirar toda base a quaisquer negociações; que, se um fiel, individualmente, lesado em seu direito, ou supondo-se lesado, por um ato da Santa Sé, podia, por virtude, e reverência filial, calar-se, o mesmo não sucedia tratando-se de uma nação, pois a mais ortodoxa doutrina católica reconhece o “Estado” como emanção de um poder originado da autoridade divina; que se cada um de nós, pessoalmente, tem o seu legítimo amor próprio, que não é ofendido só por palavras insultuosas, ou maneiras bruscas, mas ainda pela falta daquele acolhimento cortês e hospitaleiro que um homem bem nascido e bem educado tem o direito de exigir onde quer que se apresente, não menor nem menos sensível deve ser o amor próprio de um povo ilustre, que tem o direito de magoar-se, não unicamente se alguém acaso o injuria, mas ainda se se lhe desconhece o lugar que, sob qualquer aspecto, lhe pertence entre os outros povos, e sobretudo se quem lhe desconhece é, e deve ser, afetuoso amigo...

Ele me objetou, que no terreno do puro direito, talvez não nos dariam razão as estatísticas. Maravilhado de que ele, o Secretário da congregação dos negócios eclesiásticos extraordinários, pudesse formular tal dúvida, gizei-lhe um rápido, mas nítido quadro comparativo da situação do Brasil, da América espanhola, da América inglesa, dos países católicos europeus; população, número de dioceses, tradições

históricas, legislação eclesiástica, atitude dos governos, sentimentos religiosos nacionais, posição diplomática e internacional, tudo foi citado e confrontado por mim com rigorosa lógica, e acabei por pedir-lhe decidisse ele mesmo se um país como o nosso não merece ter no mínimo dois cardeais, quando a Polônia tem dois, os Estados Unidos três, e já agora quatro, a Espanha seis, a França oito. Ele declarou lealmente que os meus argumentos eram “fortíssimos”, e prometeu referi-los às autoridades superiores com inteira simpatia pelo Brasil.

Deixando-o, dirigi-me ao apartamento do cardeal Secretário de Estado. Levava o intento de falar-lhe com muita energia, mas confesso que a sua atitude, a um tempo carinhosa para comigo, e quase intimidada diante das queixas que já previa, me tirou a coragem de formulá-las em palavras severas.

Perguntei-lhe se era exata a notícia da criação dos dois cardeais norte-americanos. Respondeu, com voz apenas perceptível, que sim. Observei-lhe que ele bem podia imaginar a desagradável impressão, o descontentamento profundo, que ao Senhor Presidente, e a Vossa Excelência, causaria a inopinada notícia, desde que, ainda neste consistório, se repetiria o caso já acontecido no de dezembro de 1919, quando foram criados dois cardeais polacos, e recusada ao nosso governo a púrpura que pedia para Dom Jerônimo Tomé da Silva, arcebispo da Bahia e primaz do Brasil, cujos méritos intelectuais, sacerdotais e apostólicos, o *Osservatore Romano*, ainda há poucos dias, celebrava num artigo como raros tem publicado tão altamente laudativos.

O cardeal me disse, com aspecto de quem se sente confuso, e em posição difícil: “Tranquilize-se, e procure tranquilizar o seu governo. A questão do novo cardinalato para o Brasil não foi examinada em relação a este consistório, mas o será prontamente. Prepare a memória anunciada, e me entregue o caso a mim”.

Como eu levava uns papéis em uma pequena pasta, supôs ele que fossem as páginas da memória e estendeu a mão para tomarmos. Eu lhe disse que a memória não estava ali comigo, mas que eu não tardaria a enviar-lhe, contando com o prometido apoio junto ao papa.

Cuido que Vossa Excelência terá, do breve colóquio fielmente reproduzido, a mesma impressão, que me ficou, de estar agora realmente inclinado o cardeal Gasparri a trabalhar por uma pronta solução do assunto. De resto, a elevação dos purpurados norte-americanos ao número de quatro parece-me implicar necessariamente a concessão de mais um ao Brasil.

Este será, quase com certeza, o arcebispo de São Paulo; e é grande vantagem que ele venha agora a Roma, tornando-se assim pessoalmente conhecido e apreciado na corte e na cúria pontifícias. Tencionamos dar em sua honra, na Embaixada, uma grande recepção, para a qual convidaremos o Sacro Colégio, a Prelatura, os dignitários do palácio, e o patriciado romano. Assim se produzirá aqui a sensação de que se trata de um futuro cardeal.

Rogo respeitosamente vênia a Vossa Excelência para dizer que penso ser de grande eficácia, a fim de apressar a decisão deste negócio, que a ação do governo junto ao núncio se desenvolva paralelamente à minha aqui. O núncio Gasparri me parece, por várias coisas que sobre ele tenho ouvido, homem de temperamento fleumático, que para agir precisa de estímulos frequentes. Penso igualmente que muito me ajudariam frequentes telegramas de Vossa Excelência insistindo pela solução do assunto, queixando-se das delongas, fingindo até queixar-se de mim próprio, embora saiba que eu tenho tratado a questão com zelo e energia. Às vezes uma censura convencional e convencionalizada a um agente diplomático constitui ótimo recurso para acelerar o andamento de uma negociação.

Em 1905, quando se tratou de conseguir o primeiro cardeal brasileiro – o que era mais difícil do que conseguir o segundo, como Vossa Excelência compreende - o Barão do Rio Branco, de janeiro a março, mandou ao saudoso ministro Bruno Chaves cerca de trinta telegramas. E em menos de três meses, arrancou-se a promessa escrita da criação no primeiro consistório.

Agora que este outro fruto parece estar maduro, é bem provável que com método idêntico se logre idêntico resultado.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência, Senhor MINISTRO, os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor FELIX PACHECO,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Confidencial.

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé

Roma, 20 de Maio de 1924.

Illm° e Exm°

Senhor Ministro FELIX PACHECO,

Parece-me de interesse referir a Vossa Excelência uma conversa que tive há dias, casualmente, com monsenhor Pizzardo, Diretor Geral da Secretaria de Estado.

Falava-se sobre o assunto mais importante que atualmente estamos tratando com a Santa Sé, a criação de um novo cardeal brasileiro. E do modo mais inesperado, aludindo à circunstância de citar eu, entre os títulos do nosso país a essa distinção, a existência de uma nunciatura de primeira classe, isto é, com a garantia de que os núncios que a ocuparem passarão dela diretamente para o Sacro Colégio, aquele prelado, com profunda surpresa minha, levantou dúvida sobre este último privilégio.

Declarei-lhe logo, com a maior firmeza, que não havia, nem podia haver, dúvida alguma; e perguntei-lhe se lera com atenção a nota por mim dirigida ao cardeal Gasparri em 8 de março de 1919, e a resposta enviada por este, em nome do Santo Padre Bento XV, a 2 de maio do mesmo ano. Sussurrou ele, com palavras tímidas, e como de quem sonda terreno, que “segundo ouvira a alguns minutantes da Secretaria de Estado Pontifícia, por cujas mãos passara a nota do cardeal Gasparri, não era *impegnativa*, de maneira absoluta, na garantia da promoção direta dos núncios ao cardinalato”.

Repliquei-lhe que a opinião desses tais minutantes (oficiais de chancelaria) me importava pouco, não lhes cabendo a eles a missão de interpretar documentos diplomáticos trocados entre os representantes das potências e a Santa Sé. Importavam-me a letra e o espírito das duas notas citadas, sendo bastante saber ler para não hesitar um instante sobre o sentido claro, preciso e único, que elas podiam ter. E ajuntei que jamais o governo brasileiro transigiria quanto ao privilégio essencial da nunciatura, privilégio tão solenemente como logicamente reconhecido pela Santa Sé.

Fiz então um rápido exame das duas notas, mostrando como a minha pedia expressamente aquela prerrogativa, e na do cardeal Gasparri ela era não menos expressamente concedida. Mostrei que as “reservas” ali feitas em relação a obstáculos eventuais são, como ele devia saber melhor que eu, as que a Santa Sé usa fazer SEMPRE em casos análogos, no que monsenhor Pizzardo não pôde deixar de convir.

Expliquei que aliás o próprio Secretário de Estado, naquele documento, limitara o alcance das tais “reservas”, alegando os exemplos de monsenhor Granito de Belmonte, núncio em Viena, e de monsenhor Tonti, núncio em Lisboa; de fato, ambos, tendo deixado os respectivos postos, por motivos especiais, sem receberem *sur place* o cardinalato, ficaram na Cúria como em licença, até completarem o prazo necessário para a promoção à púrpura. Assim, o governo brasileiro, suposto que particulares razões tenha o papa para não criar cardeal *sur place* algum núncio acreditado junto ao presidente da República, só admitirá que ele possa ser chamado a Roma, sob a condição de não exercer mais algum outro cargo diplomático, ou, como quer que seja, de prelatura, até ser criado cardeal.

Diante da minha atitude decidida, monsenhor Pizzardo operou uma retirada honrosa, dizendo que eu tomasse o dito por não dito, pois se tratava de mera opinião, ouvida, e não professada por ele.

Esse incidente não teria, porventura, grande relevância, se eu não suspeitasse a possibilidade de quererem no Vaticano jogar com alguma sutileza casuística para favorecerem monsenhor Gasparri, atual núncio no Brasil. Vaga suspeita, apenas, originada do que duas ou três vezes se me tem dito sobre a saúde nem sempre ótima desse prelado. Não lhe conheço a fundo as qualidades, mas sei que uma ele possui de real valor prático: é sobrinho, e sobrinho muito querido, do Secretário de Estado. Presume-se que não tardarão demasiado as promoções ao cardinalato dos núncios em Paris, Madrid, e Berlim. Pode surgir a ideia de remover monsenhor Gasparri para uma dessas capitais.

Será árduo justificar uma tal quebra do mais patente e iniludível compromisso, ou mesmo apenas emprestar-lhe aparência decente. Mas eu posso, antes, “devo” imprimir o cunho da máxima franqueza às minhas informações oficiais, sobretudo dando-as, como agora, em forma confidencialíssima. E, por isso, não hesito em dizer que o Vaticano, se nas coisas que envolvem os altos princípios de religião e da moral é irrepreensivelmente consciencioso, e leva, quando cumpre, a sua honestidade até o heroísmo, em detalhes de mera política e de conveniência, cultiva não raro um oportunismo de critério, e um bizantinismo de argumentos, que espantam os inexpertos, e entristecem aqueles que mais devoto respeito consagram à Santa Sé. Em nenhum lugar, talvez, mais que na Cúria romana, se nos deparam restrições mentais, distinções e subdistinções de uma astúcia mandarinesca, e até sofismas, que doe encontrar em tão alto ambiente. Ora, a minha própria experiência desta corte, e a de muitos outros, cujas

expansões tenho escutado, me provam que a política melhor conta semelhantes subterfúgios não consiste em imitá-los, mas em afrontá-los e destruí-los com lealdade, serenidade, e firmeza.

Pode bem ser que eu me equivoque em relação a tais projetos sobre monsenhor Gasparri, mas julgo prudente prevenir a Vossa Excelência antes que tomem corpo. O que sucedeu com o núncio anterior, monsenhor Scapardini, abalou não pouco a minha confiança.

Em 1920, esse prelado solicitou e conseguiu de BENTO XV a sua exoneração, e se retirou da diplomacia pontifícia, alegando sentir-se atraído de novo por Deus para a vida monástica (é dominicano). O governo brasileiro reclamou contra a sua saída da nunciatura sem promoção ao cardinalato; a Santa Sé respondeu, como consta do telegrama expedido a esse Ministério pelo Conselheiro desta embaixada, então Encarregado de Negócios (telegrama anexo em cópia) que se tratava de um caso excepcional, e que a Santa Sé reconhecia ser o cargo de núncio no Brasil título efetivo ao cardinalato.

Longe de mim pôr em dúvida a boa fé do virtuoso monsenhor Scapardini na sua decisão de tornar à vida monástica. Mas o que se murmurava então no Rio e aqui era que ele, homem de caráter reto porém áspero e irritante, acabara por desavir-se com a maioria dos nossos bispos, que tivera até frequentes atritos com o cardeal Arcoverde, e que, não podendo nessas condições reassumir o exercício do seu cargo, nem estando contente o papa com ele a ponto de querer premiá-lo com a púrpura, monsenhor Scapardini achou no seu regresso ao claustro uma saída decorosa para a árdua situação em que se achava. O certo é que, após um período de pregação que não excedeu um ano, aceitou a dignidade de bispo de Vigevano, obscura diocese do Piemonte, isto é, saiu outra vez do claustro, onde, pode dizer-se, fizera apenas menção de entrar.

Para que Vossa Excelência tenha mais facilmente a sua disposição os documentos que concernem à categoria da nunciatura, junto a esta carta cópias de todos eles.

Aproveito o ensejo para reiterar-lhe a segurança da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

ANEXO n.1

A carta CONFIDENCIAL dirigida a S. Ex. o. Senhor FELIX PACHECO, Ministro do Exterior, por Sua Ex. o Senhor Dr. Carlos Magalhães de Azeredo, Embaixador do BRASIL junto à Santa Sé (a 20 de maio de 1924):

CÓPIA do trecho inicial da carta endereçada por S. Ex. o Senhor Dr. Carlos Magalhães de Azeredo, Embaixador do BRASIL junto à Santa Sé, a S. Em. o Cardeal Gasparri, Secretário de Estado de S. Santidade o PAPA BENTO XV.

ANEXO n.2

A carta CONFIDENCIAL dirigida a S. Ex. o Senhor FELIX PACHECO, Ministro do Exterior, por S. Ex. o Senhor Dr. Carlos Magalhães de Azeredo, Embaixador do BRASIL junto à Santa Sé (a 20 de maio de 1924):

ANEXO n.3

A carta CONFIDENCIAL dirigida a S. Ex. o Senhor FELIX PACHECO, Ministro do Exterior, por S. Ex. o Senhor Dr. Carlos Magalhães de Azeredo, Embaixador do BRASIL junto à Santa Sé (a 20 de maio de 1924):

TELEGRAMA (cifrado) recebido do Itamaraty a 20-III-1920.

**OFÍCIO • 23 JUN. 1924 • AHI 210/1/8**

[Índice:] Jubileu sacerdotal do Cardeal

Arcoverde.

NP 10.

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil junto à Santa Sé

Roma, 23 de Junho de 1924.

Senhor Ministro,

Envio a Vossa Excelência duas longas correspondências sobre o jubileu sacerdotal do eminentíssimo cardeal Dom Joaquim Arcoverde, publicadas pelo “*Osservatore Romano*”, em seus números de 20-21 de junho deste mês.



Como Vossa Excelência verá, esses escritos, pela extensão e pela linguagem entusiástica, bem relevam a importância religiosa e nacional daquele acontecimento. A impressão causada pelas festas extraordinárias do jubileu, pela participação do governo e dos outros altos poderes do Estado, e pelo tão solene como fervoroso testemunho de admiração e afeto do Brasil inteiro ao venerado Príncipe da Igreja, tem sido profunda no Vaticano e na Cúria. Eu não perco ensejo de observar que se trata de um fato sem precedentes na história dos povos católicos.

Os exemplares dos discursos proferidos no banquete do Itamaraty por Vossa Excelência e pelo cardeal foram distribuídos a todos os cardeais daqui, e a muitos prelados.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência, Senhor Ministro, a segurança da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor FELIX PACHECO,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Anexo ao ofício ostensivo nº. 10 dirigido pela Embaixada junto á Santa Sé à Diretoria Geral dos Negócios Políticos e Diplomáticos, aos 23 de junho de 1924.

**OFÍCIO • 29 OUT. 1924 • AHI 210/1/8**

[*Índice:*] Revolução em São Paulo.

CONFIDENCIAL

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 29 de Outubro de 1924.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de transmitir a Vossa Excelência, em anexo, a inclusa cópia do ofício expedido pelo Núncio Apostólico no Rio de Janeiro à Secretaria de Estado da Santa Sé, sobre os desagradáveis e recentes acontecimentos em São Paulo.

Devemo-la a um dedicado amigo, funcionário do Vaticano, que nos pediu a maior reserva a respeito.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência, Senhor Ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Dr. FELIX PACHECO,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Segue anexo o ofício referido acima, do Núncio do Rio de Janeiro para a Secretaria de Estado da Santa Sé.

Segue outro anexo (confidencial) onde a Embaixada brasileira acusa o recebimento de resposta da Santa Sé, em forma de um telegrama, ao ofício anteriormente citado.

**OFÍCIO • 31 OUT. 1924 • AHI 20/1/8**

CONFIDENCIAL

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé

Roma, 31 de Outubro de 1924.

Ilmo° e Exm°

Senhor Ministro das Relações Exteriores,

Para enviar a Vossa Excelência a memória sobre a criação de um segundo cardeal brasileiro, e escrever-lhe acerca do andamento deste negócio, aguardei a resposta da Santa Sé, que só há poucos dias recebi.

Como verá Vossa Excelência, era outra a que se me pretendia dar a princípio; era a nota, com a data de 13 deste mês, cuja cópia vai anexa a esta carta. Ela me foi entregue na Secretaria de Estado, onde eu acabava de fazer-me anunciar ao Diretor Geral, monsenhor Pizzardo.

Li-a rapidamente e, como é de perceber, tive dela a mais desfavorável impressão; fiquei, até, irritadíssimo; e como, no mesmo instante, me achei face a face com aquele prelado, não tive tempo de dominar a aspereza do meu desapontamento. Assim, com grande veemência lhe disse que, depois de tantos meses de espera, de tantas promessas de benévola consideração para com os nossos justos desejos, era, na verdade, impróprio da Santa Sé, indigno da nobreza intelectual do cardeal Secretário de Estado, quase ofensivo para o meu governo e para mim, responder com aquelas frases banais e insignificantes a um escrito em que eu enunciara numerosos e validísimos argumentos. Aleguei que a memória fora feita e apresentada, de acordo com o desejo de Bento XV, de Pio XI, e do próprio cardeal Gasparri; que este me dissera, em março, quando eu me queixara da criação de dois cardeais norte-americanos sem uma compensação para o Brasil, que a criação de um cardeal brasileiro não fora examinada para aquele consistório, mas o seria prontamente; que, em várias conversas, monsenhor Pizzardo e monsenhor Borgoncini me haviam acenado com perspectivas de feliz resultado próximo, chegando aquele a perguntar-me se, eventualmente, nos contentaríamos com uma promessa para janeiro de 1926, centenário do primeiro estabelecimento das relações diplomáticas com a Santa Sé...e que, ao cabo de tudo isso, a pretensa resposta se reduzia, em suma, a uma *fin de non recevoir*, a uma declaração de que, devendo ter o papa inteira liberdade na escolha dos cardeais, qualquer passo diplomático para influir sobre ele se tornava absolutamente inútil!

Mostrei como semelhante conceito era inconciliável com o fato, sabido até pelos porteiros e sediários do Vaticano, de ter sido e ser sempre objeto de negociações diplomáticas a criação de cardeais estrangeiros, e com a experiência, que temos nós mesmos, de assim ter sido tratada a do cardeal arcebispo do Rio de Janeiro.

Observei que ninguém ousaria atentar contra a liberdade do papa, mas que ela mesma tem os seus limites naturais na boa razão e na justiça; que não é a liberdade arbitrária e caprichosa de um déspota intolerante de obrigações morais, mas a de um homem que, pela sua altura moral, superior à de todos os homens, tem, mais que qualquer outro, o dever de agir segundo as normas de retidão e da bondade... e, portanto, não pode fazer da sua liberdade um escudo ou uma muralha contra as legítimas aspirações dos católicos.

Pus em relevo a fraqueza e o convencionalismo do único magro argumento expresso na nota que eu tinha nas mãos, o de serem os membros do Sacro Colégio “conselheiros íntimos” do pontífice; duvidei, com certa ironia, que purpurados

residentes na França, ou na Inglaterra, ou na América do Norte, pudessem realmente ser ouvidos pelo Santo Padre como “conselheiros íntimos”, a tamanha distância... E ajuntei que, admitindo embora essa qualidade, não era a predominante e a mais característica dos cardeais, que são, antes de tudo, príncipes da Igreja e eleitores do papa; príncipes de uma Igreja, que não está só na Itália, na Europa, na América do Norte, mas também na América do Sul, e no resto do mundo; eleitores do chefe dessa Igreja, com o qual os governos e os povos têm de tratar problemas superiores da vida religiosa, cultural, social, e até política, sendo, pois, justo e lógico, segundo já reconhecia SISTO V no século XVI, que as nações católicas fossem no Sacro Colégio representadas proporcionalmente á importância de cada uma.

Ajuntei que tal proporção era respeitada, e até excedida, em favor de certos países, como a França, por exemplo... Pois, naturalmente, o Vaticano, como é seu costume frequente, negligencia os amigos seguros, para lisonjear os vacilantes ou suspeitos, desde que sejam poderosos... E que nós, afinal, íamos aprendendo qual o modo mais eficaz de merecer favores da Santa Sé, a qual, fora das questões de dogma e de pura consciência, em que eu lhe reconhecia de bom grado a irrepreensível e imutável retidão, era sensível, como os outros governos humanos, aos dois móveis supremos do interesse e do medo.

O pobre monsenhor Pizzardo, que é sacerdote de bondade angélica, e sinceramente amigo nosso, confessava-se desolado, não negava serem fundadas as minhas queixas, procurava acalmar-me; e assegurou-me ter sido minutada e expedida a nota sem seu conhecimento. Mandou então chamar monsenhor Borgoncini, que, por seu turno, me garantiu ignorar-lhe o conteúdo, e ter-lhe ignorado até aquele momento a existência. “Sem dúvida – comentei eu então – o próprio cardeal Gasparri a achou tão fraca e canhestra, que preferiu mandar-me clandestinamente”.

Aos dois prelados disse, em conclusão, que me parecia oportuno e conveniente, para o prestígio mesmo da Santa Sé, redigir-se outra nota; porque, se eu tivesse de ficar com aquela, poderia dar como certo um desgosto grave do meu governo, e além disso teria de replicar, em tom polêmico, com argumentos irrefutáveis, diante dos quais bem desgraçada figura fariam a sinceridade, a lógica, e a própria ciência canônica do cardeal Secretário de Estado. Concordaram ambos em que, de fato, a nota deveria ser substituída, e aconselharam-me a procurar dois dias depois o eminentíssimo, com quem eles falariam na manhã seguinte, antes da sua habitual conferência com o Santo Padre, para persuadi-lo da necessidade de outra e diversa resposta.

Quando fui visitar o cardeal Gasparri, já o achei preparado. Disse-lhe que a nota, tal como estava redigida, marcaria um passo para trás, e quase fecharia a porta, sistematicamente, a toda negociação, de quem quer que fosse, sobre nomeações cardinalícias. Respondeu-me que essa não tinha sido a sua intenção, que o pedido do governo brasileiro fora tomado na consideração devida, e que me seria mandada outra nota, mas que, por ora, o papa não podia assumir compromisso formal na matéria. Observei que a um compromisso, mais cedo ou mais tarde, se deverá chegar, pois toda negociação tende a um resultado positivo. Ele concordou, mas disse que Pio XI, em decisões desta espécie, gosta de conservar a própria liberdade até o fim, e só as comunica aos interessados quando tudo está feito. Observei, ainda, que a liberdade do papa é uma liberdade “razoável”, e que portanto cabe aos que sustentam junto a ele aspirações justas, insistir respeitosamente nas próprias razões até persuadi-lo. Concordou também com isso explicitamente.

Tardou um pouco a nova nota, mas veio; e difere essencialmente da anterior, como Vossa Excelência poderá verificar. Não só os títulos do Brasil a particulares atenções da Santa Sé aí são altamente reconhecidos, mas se alude às provas de benevolência e estima que ela já nos tem dado, e à satisfação que terá em dar-nos outras no futuro. Ainda não é a promessa positiva de mais um cardinalato; mas, conhecidas as delongas proverbiais do Vaticano, e as cautelas minuciosas de que rodeia cada um dos seus passos, representa o penhor de uma bela esperança.

Realmente, a demora da favorável solução não provém de má vontade, sequer de tibieza para conosco, mas da complexidade crescente do assunto. Um prelado da Secretaria de Estado dizia-me, em uma das minhas recentes idas lá, que a Santa Sé, na verdade, sofre de não poder ainda contentar-nos, como deseja sinceramente, mas que é obrigação e necessidade para ela eliminar antes causas certas de desgostos e prejuízos.

O primeiro e mais antigo obstáculo é, como Vossa Excelência sabe, o conceito da “América Latina”; por isso mesmo eu tratei, na minha memória confidencial, de reduzi-lo às justas proporções. A manifestação pública do Rei Afonso XIII em favor dos países hispano-americanos deu, por assim dizer, um caráter racial às pretensões destes. A Argentina, o Chile, o Peru, a Colômbia, por meio dos seus representantes no Vaticano, solicitam com insistência o acesso ao Sacro Colégio, e trabalham sem tréguas no sentido de impedir seja concedido um novo cardinalato ao Brasil sem uma compensação para eles. O conflito provocado pela provisão do arcebispado de Buenos Aires agrava a questão, temendo a Santa Sé, não sem justo motivo, que tão insigne

prova de “predileção” pelo Brasil, enquanto o ambiente político argentino se acha irritadíssimo pela recusa oposta à candidatura de monsenhor d’Andrea, possa levar o governo do presidente Alvear a medidas violentas, como a ruptura das relações diplomáticas com o Vaticano. Consta-me agora que o ministro Garcia-Mansilla desejaria persuadir as duas partes a um acordo baseado na nomeação de monsenhor Alberti, bispo de La Plata, *persona grata* à Santa Sé, para o arcebispado de Buenos Aires, em troca da promessa da sua promoção ao cardinalato. Ainda não sei que fundamento tem essa informação, e qual o pensamento do governo argentino. Quanto ao Vaticano, se de fato tal acordo lhe foi proposto, se terá limitado a ouvi-lo. Mas sobre isso me apressarei a procurar esclarecimentos detalhados, e os transmitirei logo a Vossa excelência.

Em resumo, tarda a decisão que nos concerne, por que se receia que ela acarrete consequências de grande alcance para a própria estrutura do Sacro Colégio. A convicção de que a excessiva preponderância, nele, de elementos europeus, sobretudo italianos, não pode perpetuar-se, vai avultando no Vaticano mesmo; porém, com a prudência extrema que inspira a política da Santa sé, com a sua relutância tradicional contra as inovações, ela hesita em aventurar-se por um caminho ainda não trilhado. “Dar mais um cardeal ao Brasil não seria difícil, e o Santo Padre já o teria dado, se a coisa ficasse nisso – tem-me dito mais de uma vez monsenhor Pizzardo – Mas... e o que virá depois?”

Acresce o temperamento pessoal de pio XI, pontífice extremamente cioso da própria liberdade de ação, e que, como ele mesmo se define, “custa a prometer, mas quando promete não há no mundo nada que o faça voltar atrás”.

Monsenhor Pizzardo me assegura que as disposições do papa nesta matéria estão bem longe de ser desfavoráveis ao Brasil, e que, portanto, devemos prosseguir na nossa insistência, mas com grande tato, de modo a eliminar a mínima aparência de queremos exercer pressão sobre a sua vontade.

A minha própria impressão é que a leitura da memória o convenceu da justiça do nosso pedido, e que, com paciência, perseverança, e muita diplomacia, chegaremos a obter o que desejamos.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência, Senhor Ministro, a segurança da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

**OFÍCIO • 24 JUN. 1925 • AHI 210/1/8**

[*Índice:*] Primeira parte da peregrinação brasileira, durante o Ano Santo.

NP. 1

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil junto à Santa Sé

Roma, 24 de Junho de 1925.

Senhor Ministro,

Acaba de deixar Roma, rumo a Terra Santa, a primeira parte da peregrinação brasileira, que conquistou, assim, as indulgências correspondentes a sua visita a cidade eterna neste ano jubilar.

Durante os curtos mas gratíssimos dias aqui passados, tivemos, todos desta embaixada, o prazer de cercar os distintos patrícios das merecidas atenções. E os Exmos. e Reverendíssimos Senhores Arcebispos e Bispos, bem como os seus colaboradores na nobre missão, conosco estavam diariamente, oferecendo-nos o conforto moral das boas notícias, que davam, sobre o nosso progresso espiritual e material.

No dia 16 do corrente, organizei nos salões da embaixada uma recepção, em honra dos nossos peregrinos; e foi então que aos mesmos dirigi, acompanhada de algumas palavras minhas, a mensagem de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, em agradecimento às saudações que lhe haviam sido enviadas, radiotelegraficamente, de bordo do vapor “Formose”.

No dia seguinte, depois de assistirem a missa celebrada pelo Santo Padre, pela manhã, foram os nossos peregrinos recebidos em audiência solene, que durou mais de meia hora, pelo Sumo Pontífice, referindo-se este com especial e paternal carinho ao Brasil, cujo prestígio religioso e econômico enalteceu, e terminando por duas vezes abraçar Dom Duarte Leopoldo e Silva, ilustre arcebispo de São Paulo, que ao papa endereçara, em nome dos seus dignos companheiros de jornada e do católico povo brasileiro, a belíssima saudação que transmito, anexa, a Vossa Excelência.

Congratulando-se sinceramente com o governo e o povo do Brasil pelo sucesso assim obtido, sirvo-me da oportunidade para ter a honra de renovar a Vossa Excelência, Senhor Ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

Sua Excelência o Senhor FELIX PACHECO,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Anexo N.1: Discurso pronunciado pelo Senhor Dr. Carlos Magalhães de Azeredo, no dia 16 de junho de 1925.

Anexo N.2: Discurso endereçado a Sua Santidade o papa Pio XI, por Sua Excelência Reverendíssima Dom Duarte Leopoldo Silva, arcebispo de São Paulo, em 16 de junho de 1925.

Anexo N.3: Telegrama expedido pela Embaixada do Brasil junto à Santa Sé a Sua Excelência o Senhor Presidente da República, a 18 de junho de 1925.

Anexo N.4: Recorte do “*Corriere d’Italia*”, de 18 de junho de 1925.

Anexo N.4: Recorte do “*Corriere d’Italia*”, de 20 de junho de 1925.

**OFÍCIO • 02 OUT. 1925 • AHI 210/1/8**

NC.06

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 02 de Outubro de 1925.

Senhor Ministro,

Acompanhei com atenção toda a campanha de propaganda na Itália para que, após a guerra, fossem introduzidas nos mercados italianos as carnes congeladas, e para que o consumidor se libertasse de todas as prevenções que o induziam a preferir sempre as carnes frescas. A propaganda foi favorecida pelo governo que via nesse derivativo do consumo uma necessidade, para dar ao rebanho nacional a possibilidade de se refazer depois dos gastos e prejuízos durante a guerra. Além disso, era a importação dessas carnes, fiscalizadas rigorosamente, um meio econômico de atenuar o custo da vida, pois



os seus preços de venda ficariam, com lucros razoáveis para o comércio, muito aquém dos da carne que saía dos matadouros.

Vários relatórios nesse sentido foram apresentados por mim a Vossa Excelência no intuito de prevenir as firmas nacionais interessadas nessas nossas exportações.

Formaram-se rapidamente essas correntes de importação que nos beneficiaram, pois as carnes de proveniência do Brasil são aceitas de preferência pelo consumidor italiano.

Agora, porém, verifica-se que o consumo dessas carnes vai decrescendo ao compararmos os dados de 1924 com os de 1925.

O importante jornal milanês “*Il Sole*” abriu as suas colunas para um inquérito sobre esse fato. E o que até agora se pode verificar é que a concorrência de carnes de qualidade inferior que não correspondem absolutamente às condições de higiene, de preparo, e mesmo pela qualidade intrínseca do produto, reclamam medidas de proteção em favor do consumidor. São assinaladas nessas condições as carnes provenientes da Venezuela, Madagascar, Manchúria e o sul da África, carnes deficientes, pobres de vitamina e dos principais elementos nutritivos assimiláveis, carnes magras, etc.

Para esses produtos reclamam-se medidas por parte do governo que as excluam da concorrência com os produtos de boa qualidade, como as carnes da Argentina e do Brasil que o consumidor aceita, mas que poderão ser prejudicadas nesse favor e nessa preferência, pelo descrédito dos contingentes de outras procedências, sacrificando o excelente resultado da campanha para a introdução das carnes congeladas nos mercados italianos.

Essa ressalva, porém, não bastará para isentar as carnes congeladas brasileiras e argentinas da aversão possível do consumidor por toda e qualquer carne que não seja a fresca, uma vez desacreditado o produto.

É de esperar que o próprio governo e o comércio interessado se apressem em providenciar a fim de ser protegido o consumidor, garantindo-lhe, mercê do rigor das leis de saúde pública, e fiscais, a venda nos açougues das carnes congeladas de qualidade superior, nas condições de concorrer com o produto nacional dos seus matadouros.

Estarei atento aos resultados dessa campanha que interessam às nossas exportações, procurando informar Vossa Excelência de tudo o que puder ser útil fazer para defesa e proteção desse produto da nossa indústria que, mau grado toda a

propaganda feita ultimamente pela Argentina, de que dei notícia a V. Ex. em comunicações especiais, vai sempre merecendo as preferências do consumidor italiano.

Aproveito o ensejo para reiterar a V. Ex., Senhor Ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

(ass.) Deoclecio de Campos.

Sua Excelência o Senhor Dr. José Felix Alves Pacheco,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

**OFÍCIO • 04 AGO. 1926 • AHI 210/1/8**

[Índice:] A Itália e a emigração.

O “*Osservatore Romano*” e a emigração para o Brasil.

NP. 4

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil junto à Santa Sé

Roma, 04 de Agosto de 1926.

Senhor Ministro,

Em retalhos anexos e duplicados do jornal católico desta capital, “*Corriere d'Italia*”, datado de 16 de Julho de 1926, tenho a honra de enviar a V. Ex. um artigo relativo aos dois institutos italianos: Instituto Nacional para a Exportação e Instituto Nacional de Crédito.

Nesses artigos veem estudados os fins a que se destinam esses institutos. O primeiro visa exercer ação favorável sobre a balança dos pagamentos, facilitando a saída da produção italiana para os lugares menos por ela procurados. O segundo tem por alvo tornar mais fácil a formação das economias dos emigrantes italianos no estrangeiro, cujas remessas exercem, como se sabe, notável influência sobre a riqueza italiana.

Entra nesse artigo o seu autor no estudo das condições que deve proporcionar a Itália para auferir o melhor proveito da sua emigração. Diz esse publicista: “Assim a nossa emigração tem contribuído com o fator principal “o trabalhador”, para aumentar a

produção estrangeira, para incrementar a riqueza de outrem, sem que a mão de obra italiana tenha com isso tido compensação adequada.

Em outro trecho desse artigo diz ainda o mesmo publicista: “O interesse do Estado para com a emigração é um interesse vital para a economia do país. A sua finalidade não deve mais inspirar-se num conceito de polícia, nem de simples tutela; mas à proteção jurídica e social do emigrado deve unir-se a proteção econômica, reunindo, em outras palavras, em uma associação com o trabalho todos os outros fatores, capitais, elementos técnicos, mão de obra, produtos da indústria nacional para assegurar ao país a maior utilidade possível do trabalho dos emigrantes. É defesa que o Estado deve assumir para com a massa que deixou a própria terra não para aumentar a fortuna de outrem, mas para elevar-se por meio de uma operosidade que não deve ser explorada pelos outros”.

Ao mesmo tempo que o precedente artigo, o qual parece refletir a moderna tendência que prevalece na Itália no considerar-se o problema da emigração, cabe-me remeter a V. Ex., como pertinente ao mesmo assunto, uma nota publicada no “*Osservatore Romano*”, jornal officioso do Vaticano, datado de 1 de agosto corrente, nota em que esse órgão da imprensa de Roma, diz sob o título “Emigração e trabalho”: “Não é aconselhável a emigração para o Brasil, porque também ali existe uma grave crise que afeta as indústrias, o comércio e a agricultura.”

Sendo, como é, o “*Osservatore Romano*” muito lido por eclesiásticos, terá essa nota, junto aos vigários italianos, como a terão outras que com ela se parecerem, influência contrária aos interesses brasileiros, dada a consideração que tem nas populações rurais.

Aproveito o ensejo para reiterar a V. Ex., Senhor Ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

J. de A. Figueira de Mello

A Sua Excelência o Senhor FELIX PACHECO,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

**OFÍCIO • 04 AGO. 1926 • AHI 210/1/8**

[*Índice:*] Inauguração na Itália de uma

Universidade para estrangeiros. Cursos de verão para estrangeiros.

NP. 5

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 04 de Agosto de 1926.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de passar as mãos de V. Ex. retalhos anexos e duplicados dos jornais “*Corriere d’Italia*”, órgão católico de Roma, e “*La Tribuna*”, de Roma também, datados de 3 e 4 de agosto corrente, respectivamente, com notícias a respeito da inauguração de uma Universidade para estrangeiros em Perugia e da abertura de cursos de verão para estrangeiros, em Siena.

Essa nova Universidade foi criada por iniciativa do Chefe do Governo italiano, Sr. Mussolini, com a colaboração do Ministro da Instrução Publica, Sr. Fedele. Assistiram à inauguração representantes de universidades italianas e estrangeiras e altas personalidades.

Julgando que essas notícias, carecedoras de maiores esclarecimentos, possam interessar o governo brasileiro e os brasileiros em geral, a elas me refiro neste ofício.

Aproveito o ensejo para reiterar a V. Ex., Senhor Ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

J. de A. Figueira de Mello

A Sua Excelência o Senhor FELIX PACHECO,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Duplicados

Anexos ao ofício NP 5 de 4 de agosto de 1926 enviado pela Embaixada do Brasil junto à Santa Sé.

Recorte do jornal *Corriere d’Italia*, de 3 de agosto de 1926. (não encontrado nas imagens)

Recorte do jornal *La Tribuna*, de 4 de agosto de 1926.

**OFÍCIO • 05 AGO. 1926 • AHI 210/1/8**

[*Índice:*] O conflito religioso no México.

Suas consequências internacionais.

NP. 6

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil junto à Santa Sé

Roma, 05 de Agosto de 1926.

Senhor Ministro,

Já, por certo, devem ter chegado a V. Ex. notícias bem pormenorizadas e exatas dos acontecimentos que se têm produzido ultimamente e se vão produzindo no México, cada vez mais graves, como consequência da nova lei que nessa República acaba de entrar em vigor, lei que regula o exercício dos cultos, determina sobre a propriedade de edifícios religiosos, etc., e cuja aplicação, conforme as notícias que vão chegando, diariamente, têm provocado sério conflito entre as autoridades mexicanas e a população católica do México, e entre o Governo dessa república e a Igreja Católica ali representada por um Delegado Apostólico, monsenhor Caruana (que recentemente foi expulso pelo Governo) e pelas autoridades eclesiásticas: arcebispos, bispos, párocos.

Pela leitura das notícias alarmantes que cada dia publicam os jornais de Roma, de vários matizes políticos e religiosos, cujos retalhos envio anexos a este ofício, bem se pode imaginar a gravidade dos acontecimentos que têm por teatro o México.

Já o conflito atingiu tal ponto que os mortos e feridos são, pelo que se sabe, em número não pequeno. Hoje chega a notícia de haver sido encontrado morto, na prisão em que o encarceraram um bispo mexicano, de ter um juiz atirado sobre o povo, sem provocação deste, que exacerbado, o matou.

Nos jornais ingleses e norte-americanos, em suas edições do continente europeu, vejo estampadas as notícias desse conflito, cuja gravidade esses jornais não escondem.

A situação me parece muito tensa entre a Igreja Católica e o governo mexicano. Pelo que observo, a atitude das autoridades eclesiásticas em Roma mostra quanto deploram essa luta.

O papa Pio XI mandou recentemente aos católicos do mundo inteiro que um dia do mês corrente fosse por eles consagrado a preces pelo fim da perseguição do Governo mexicano contra os católicos. Em Roma, em obediência a esse mandamento, estiveram

concorridíssimas as igrejas, o mesmo, segundo tenho lido, tendo-se dado em catedrais e igrejas da Inglaterra e dos Estados Unidos da América.

A atitude da Igreja Católica parece ser de resistência passiva mas ao mesmo tempo de repulsa completa da lei opressora que o governo mexicano quer ver obedecida.

O conflito é, imparcialmente falando, o de duas mentalidades opostas: a religiosa e a anticlerical. Assim o declarou o presidente mexicano Calles, dizendo ele que é o presente conflito a luta entre a luz e as trevas. – O “*Osservatore Romano*”, órgão officioso mais do que officioso da Santa Sé, em seu número de hoje, (em retalhos anexos) assim diz, publicando “em espanhol” o texto completo e exato da lei: “Todos deploram a incivilizada perseguição do governo mexicano contra a religião católica. A fim de que cada um possa fazer justa ideia da lei perseguidora, publicamos aqui em seguida o texto dela, transcrevendo-a dos jornais mexicanos. Foi dito que a luta atual no México é a “luta entre a luz e as trevas”: o leitor poderá por si mesmo julgar de que parte estão as trevas e de que parte se acha a luz.”

Tendo eu ocasião de conversar com alto funcionário do Vaticano a respeito do presente conflito entre a Igreja católica e o México, notei de parte dele muita reserva ao mesmo tempo que profunda mágoa.

Sendo esse o aspecto que reveste o conflito religioso no México propriamente, outra feição tem essa luta quanto à repercussão que vai provocando fora desse país nos Estados Unidos da América e na Inglaterra.

Caracterizado assim o conflito e chegado ele ao atual grau de gravidade, nota-se o movimento dos católicos dos Estados Unidos da América, que se contam em cerca de 25 milhões, em incitarem o presidente Coolidge a intervir no conflito; por outro lado procuram nesse país os protestantes e sindicalistas demovê-lo de qualquer intervenção. Acontece, porém, que se tendo o governo mexicano apoderado, na aplicação da nova lei, de igrejas (americana e inglesa) pertencentes a cidadãos desses países, o cônsul dos Estados Unidos e o Ministro da Inglaterra protestaram fortemente junto a esse governo contra a apreensão pelo Estado de bens pertencentes a cidadãos americanos e a súditos ingleses. Quais as consequências dessa política do governo mexicano em relação a outras nações cujos nacionais se acham no México como eclesiásticos e que possuem bens nessa República, será por certo bem difícil prever.

Nos retalhos anexos do “*Corriere d’Italia*”, de I de agosto corrente, se dignará V. Ex., Senhor Minsitro, encontrar a opinião do Delegado Apostólico no México, Mons. Caruana, sobre o atual conflito religioso.

Como se sabe, Mons. Caruana foi expulso do México; o auxiliar desse prelado, Mons. Crespi, Secretário da Delegação Apostólica no México, acaba de ser também expulso desse país.

Notícias aqui publicadas pela imprensa disseram atribuir-se a diplomatas da América Latina no México a intenção de oferecerem a sua mediação no atual conflito.

Junto remeto a V. Ex., Senhor Ministro, retalhos duplicados dos principais jornais de Roma, datados de I a 5 de agosto corrente, com referências extensas ao assunto do presente ofício.

Aproveito o ensejo para reiterar a V. Ex., Senhor Ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

J. de A. Figueira de Mello

A Sua Excelência o Senhor FELIX PACHECO,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Duplicados

Anexos ao ofício NP 6 de 5 de agosto de 1926 enviado pela Embaixada junto à Santa Sé.

Recorte do “*L’Osservatore Romano*”.

Recorte do “*Corriere d’Italia*”, de 01 de agosto de 1926.

Recorte do “*Il Messaggero*”, de 01 de agosto de 1926.

Recorte do “*Il Popolo de Roma*”.

Recorte do “*La Tribuna*”, de 01 de agosto de 1926.

Recorte do “*Corriere d’Italia*”, de 03 de agosto de 1926.

Recorte do “*Corriere d’Italia*”, de 04 de agosto de 1926.

Recorte do “*Il Giornale de Italia*”, de 04 de agosto de 1926.

Recorte do “*Corriere d’Italia*”, de 03 de agosto de 1926.

**OFÍCIO • 18 AGO. 1926 • AHI 210/1/8**

[*Índice:*] O conflito entre a Igreja  
Católica e o Governo Mexicano.

Confidencial

NP. I

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil junto à Santa Sé

Roma, 18 de Agosto de 1926.

Senhor Ministro,

No meu ofício ostensivo NP 6, de 5 do corrente, tive a honra de me referir, de modo algum tanto extenso, ao presente agudo e sangrento conflito que se produziu no México entre a Igreja Católica e o Governo do presidente Calles.

Da nossa embaixada no México terá V. Ex. recebido notícias exatas e longas a respeito desse conflito, que está atraindo atenção de grande parte do mundo (pelo menos é o que vejo pela leitura dos periódicos europeus) em vista do seu caráter especial de violência. A mim, como observador do que vai pela imprensa aqui, tanto pela oficial e oficiosa católica, como pela de vários matizes políticos, como observador do modo porque é considerado nos círculos da Santa Sé tal conflito, cabe-me referir a V. Ex. a repercussão que essa luta tem provocado e continua a provocar no ambiente do Vaticano e na imprensa desta capital, nesta vendo diariamente estampadas longas notícias a respeito da grave situação mexicana. Não menos me cumpre referir-me a repercussão que a campanha anticlerical no México pode provocar nos Estados Unidos da América, onde os católicos, que se contam aos milhões, em mais de uma quinta parte da população, podem provocar senão uma intervenção armada pelo menos uma intervenção moral, com a desaprovação dos meios violentos empregados pelo governo mexicano no coartar a liberdade religiosa nessa República. Contam os católicos dos Estados Unidos com a sua famosa, numerosa (800.000 membros) e poderosa associação denominada “Cavaleiros de Colombo” que, na própria Roma, sede do catolicismo, está fazendo sentir ativa e praticamente a sua influência. Já estes “Cavaleiros de Colombo” se agitam junto ao presidente Coolidge e junto ao Secretário de Estado Kellogg, a fim de provocarem uma intervenção dos Estados Unidos no conflito religioso mexicano. Há, a esse respeito, a considerar também que, visando a lei mexicana toda e qualquer confissão religiosa, o presente conflito já tem dado lugar a reclamações da Inglaterra e



dos Estados Unidos (ante estes últimos já se dobrou o presidente Calles, como o faz observar o “*Osservatore Romano*”, sem nomear os Estados Unidos, diante da força) em favor dos seus cidadãos protestantes. Suspeitando, talvez, os católicos mexicanos, entre a massa popular, ignoro com que base, serem agentes protestantes, sequazes dos governistas mexicanos no atual conflito, auxiliares e colaboradores destes, já se tem dado, e porventura se darão ataques dos católicos mexicanos contra os protestantes, o que, sendo estes últimos na maioria protestantes ingleses e norte-americanos, determinará novas e sérias complicações.

Nos numerosos retalhos anexos e duplicados dos principais jornais desta capital, tanto do órgão oficial do Vaticano, o “*Osservatore Romano*”, e do jornal católico de Roma, o “*Corriere d’Italia*”, como dos principais jornais desta capital, que são: “*Il Messaggero*”, “*La Tribuna*”, “*Il Giornale d’Italia*”, “*Corriere d’Italia*” se servirá V. Ex. encontrar amplas, detalhadas notícias a respeito dos graves acontecimentos e da repercussão mundial a que o conflito religioso mexicano vem dando motivo. Notável é observar que, fora jornais sem valor, como “*Il Mondo*” e “*Il Risorgimento*”, toda a imprensa de Roma, a imprensa importante, condena, em um “frente único”, na frase italiana, o procedimento do presidente Calles para com a Igreja Católica no México.

Pelas informações recebidas do México, V. Ex., Senhor Ministro, estará bem ao par do que se vai dando nessa República; eu, como agente do meu governo acreditado junto a uma das partes em conflito, a Santa Sé, devo fornecer ao governo todos os pontos de apreciação. Assim é que não me passa despercebida a menção de influências comunistas no atual governo mexicano, menção feita em vários jornais cujos retalhos envio com este ofício.

Lembro-me, ao falar nisso, de, quando Encarregado de Negócios em Santiago do Chile, haver telegrafado a V. Ex. a respeito da visita que me fez então, por motivo da revolta soviética nas províncias de Antofagasta e Tarapaca, o embaixador americano na capital chilena, chamando ele, por meu intermédio, a atenção do governo do Brasil para o foco de propaganda bolchevista que, no seu dizer, se constituía o México. Recordo-me também de ter telegrafado de Santiago do Chile a V. Ex., Senhor Ministro, sobre a proteção ostensiva e ativa dada pelo México, na pessoa do seu por então ministro do Chile, o Sr. Treto Lerdo de Tejada, a uma escola comunista dos arredores de Santiago, onde anualmente se disputa o prêmio “México”, e sobre a carta “subversiva” do mesmo ministro mexicano, já nessa época transferido para Buenos Aires, dirigida ao operariado chileno. Não foi entretanto esse o único mexicano que, em caráter oficial, demonstrou

no Chile as suas convicções comunistas; também o Sr. Vasconcelos, nesse tempo Ministro da Instrução Pública do México, em viagem pela América do Sul, deixou nos meios intelectuais e governativos chilenos, pelas suas ideias, seu procedimento e sua propaganda comunista, péssima impressão.

Estes fatos os cito para esclarecimento do meu governo, não tendo eu outro fim em os assim relatar.

Peço, respeitosamente a atenção de V. Ex. para uma correspondência do “*Giornale d’Italia*” (de 6 de agosto corrente em anexo) em que é dito:

“Isso não é tudo, mas pode bastar para dar uma ideia do teor geral da legislação religiosa da “República Operária do México” a qual o presidente do Congresso dos “Trade Unions”, realizado no ano passado em Scarborough, quis colocar ao lado da República russa dos “Soviets” como vanguarda daquele mais alto desenvolvimento do bem estar democrático que o mundo jamais tenha conhecido.”

No “*Messaggero*” de 19 de agosto, anexo, encontra-se o seguinte trecho da “*Washington Post*”: “Segundo notícias chegadas a Washington em despachos diplomáticos cifrados, a figura mais autorizada do exército mexicano, o general Serrano, seria fervoroso católico e desaprovava abertamente as tendências bolchevistas de Calles e sobretudo a sua política religiosa”.

Repetindo a impressão que referi no meu ofício ostensivo NP6 de 5 do corrente, posso dizer que muito reservada e de nenhuma solução em vista é a atitude que me é dado observar na Secretaria de Estado do Vaticano. No ofício reservado NPI que tenho a honra de enviar a V. Ex. se acha, em seu anexo, um artigo do “*Osservatore Romano*”, o pensamento da Santa Sé, segundo a nota apensa do cardeal Secretário de Estado, a respeito do atual conflito religioso no México.

Nos retalhos anexos do “*Corriere d’Italia*” de 6 de agosto corrente, está estampada a nota diplomática do presidente Calles em que ele explica o seu procedimento na atual contenda religiosa. A um trecho desse comunicado em que diz: “o seu governo não fará senão aplicar a lei de 1917 a qual visava a separar a Igreja do Estado”, opõe o “*Osservatore Romano*” (retalhos anexos de 7 do corrente) a reprodução “em espanhol” do texto da Constituição mexicana, nos parágrafos do artigo I30, que se refere ao assunto, e conclui: “Como se vê não se trata de dividir a Igreja do Estado de livrar a este da ilícita intromissão daquela, mas vice-versa. Bem mais mesmo: trata-se de uma verdadeira e própria “substituição” do poder civil ao da Igreja.” Quem sabe, se assim procedendo, não quererá o presidente Calles aplicar o que viu na Rússia dos

Soviets, onde esteve, antes de assumir a presidência do México, para ver de perto e estudar os processos governativos bolchevistas? (“*Corriere d’Italia*”, anexo de 12 do corrente).

À violência da lei que os quer oprimir resistem os católicos mexicanos pela força e pela “boicotagem” a tudo quanto favoreça a política anticlerical do presidente Calles, como V. Ex., Senhor Ministro, estará informado, e poderá mais ainda verificar pela documentação que envio com este ofício. A esse respeito cabe citar aqui a declaração do bispo mexicano Diaz (Tribuna, anexa de 7 do corrente): “a Igreja se acha fora da política e por sobre ela e ele (bispo) não poderia portanto jamais aprovar que a religião fosse empregada como bandeira política por um partido, nem poderia aprovar uma revolta armada que seria danosa para o povo mexicano em sua totalidade.”

Pelo meu telegrama, expedido há dias a V. Ex., terá V. Ex., Senhor Ministro tido, quanto a minha parte, conhecimento da resposta “*vivace*”, como de Nova York foi para aqui telegrafado para a imprensa, que o presidente Calles do México deu ao presidente Leguia, do Peru, o qual exortava o primeiro a uma política conciliadora, no atual conflito religioso. (*Giornale d’Italia*, anexo, de 8 de agosto de 1926).

O mesmo bispo mexicano, Diaz, declarou (*Giornale d’Italia*, anexo de 7 de agosto) que a Santa Sé condena as leis anti-religiosas mexicanas e condena todo o ato que possa decorrer dessas leis. Muito diversa é a situação, pelo que se vê nesse mesmo jornal, quanto a aceitação dessas leis por parte dos protestantes americanos.

O órgão oficial do pensamento da Santa Sé, o “*Osservatore Romano*” trouxe em seu número de 8 de agosto (em anexo) a longa resposta do Vaticano às acusações assacadas pelo presidente Calles à Igreja Católica de “Haver dominado de modo absoluto sobre a nação mexicana, sem nada fazer para modernizá-la e sem empreender a mínima ação para melhoramento das condições do povo”.

O “*Osservatore Romano*”, continuando a refutar as declarações do presidente Calles em matéria religiosa, expressou como ficou dito no meu ofício NPI Reservado, o pensamento da Santa Sé no presente conflito entre ela e o governo do presidente Calles. A esse respeito “*Il Messaggero*”, jornal romano de larga difusão e de tendências liberais, assim se exprimiu, (em seus retalhos anexos de II de agosto corrente): “A exposição do “*Osservatore Romano*” documentada pela citação dos trechos da lei, a qual se manifesta absolutamente vexatória e de modo a causar estupefação de ter sido concebida, está destinada a ter largo e profundo eco não só entre os católicos mas em todo o mundo, em que se segue esta luta encarniçada empenhada contra a Igreja, com

apaixonado interesse”. Não menos expressiva é a atitude da “*Tribuna*” (retalhos de 12 do corrente anexos) ao comentar o artigo do “*Osservatore Romano*”: “A documentação do “*Osservatore Romano*” acerca das leis anti-católicas adotadas pelo governo mexicano oferece um quadro suficientemente claro da situação, que é sem dúvida bastante grave e digna de exame. E seria bastante oportuno recordar com que critérios e com quais métodos se pratica a liberdade nesse país que se proclama livre e democrática república. Pois que, já, à luz dos fatos, resulta irrefutavelmente que o governo de Calles se pôs no caminho da perseguição religiosa sem se incomodar muito com as consequências internas e internacionais que semelhante procedimento pode provocar; e não hesitou em pôr o país em estado de séria desordem mal mascarando o seu espírito sectário com uma pretensa necessidade de defender a autoridade do Estado.”

No seu castelo de *Chapultepec*, o presidente Calles, em entrevista concedida a jornalistas, exprimiu o seu pensamento quanto a intervenções na presente luta e quanto ao seu modo de proceder nela. E o que se lê em telegrama enviado de Paris ao “*Corriere d’Italia*” (retalhos de 11 do corrente anexos).

No que diz respeito a possíveis complicações com o governo dos Estados Unidos, por causa da presente situação do México, cumpre ter em vista a recente manifestação do pensamento do governo americano expresso no discurso que pronunciou ultimamente no Congresso Eucarístico de Chicago o Sr. James I. Davis, Secretário de Estado do Trabalho, que nesse congresso compareceu como representante do presidente Sr. Coolidge. Como faz notar o “*Corriere d’Italia*” (em retalhos anexos de 12 de Agosto), no discurso do Sr. James I. Davis há dois trechos que sem possibilidade de equívoco se referem à situação mexicana. O primeiro trecho dizia: “Toda a nação que se recusa a garantir a liberdade de culto deverá verificar, cedo ou tarde, ter cometido o mais grave dos erros.” O segundo trecho, ainda mais claro era dirigido aos católicos e dizia: “Achastes e achareis sempre nos Estados Unidos qualquer que seja a situação que possa prevalecer em outras partes deste hemisfério, - a liberdade que procurais para ensinar a vossa fé a jovens e velhos e para serdes missionários vós todos.”

Tal tem sido a repercussão dos acontecimentos do México na imprensa italiana, que o Ministro dessa República em Roma recorreu a um jornal para defender o seu governo. Parece não o ter achado de certa cotação, para expender as suas idéias. Prova-o o fato de só ter encontrado guarida para elas na “*Voce Republicana*”, obscuro jornal de Roma. Nos retalhos anexos do “*Corriere d’Italia*”, de 13 do corrente, se servirá V. Ex.,

Senhor Ministro, ler a apreciação sarcástica desse jornal às declarações do representante diplomático mexicano.

Em Budapeste, o cônsul do México, como visse os ataques da imprensa húngara à política anti-religiosa do presidente Calles, pediu ao governo da Hungria que os fizesse cessar. Ao que o governo húngaro respondeu que sendo a imensa maioria da Hungria católica e nesse país a imprensa livre, era natural que condenasse a política do atual governo mexicano.

Mais infeliz ainda foi o cônsul do México em Viena d'Áustria, Sr. Noris, o qual, ocupando-se em defender o presidente Calles, citou palavras do general Obregon, ex-presidente do México, dizendo o cônsul tais coisas que a "*Reichpost*", importante órgão da imprensa de Viena, denunciou as palavras do agente mexicano como uma violação da hospitalidade concedida às representações diplomáticas. Assim se exprimiu o cônsul mexicano: "É necessário declarar que não estamos mais obrigados a nos ocuparmos com doutrinas exóticas, sobrenaturais, que dominavam as consciências das massas há dois mil anos. Temos ao contrário a luta entre duas doutrinas que se disputam a primazia: uma, como eu disse, ineficaz e imaginária, a outra, talvez materialista, mas por isso mesmo eficaz. A primeira alimenta a alma e a prepara para sofrer as provações; a outra nutre o estômago e o cérebro e torna supérfluas essas provações." Dessa apologia que tanto indignou a população católica da Áustria, diz o "*Corriere d'Italia*" (retalhos anexos de 13 de agosto de 1926) ser "toda concentrada no brutal chamamento às funções nutritivas, e poderemos também acrescentar, digestivas."

Não ficaram sem resposta, ainda que mais "idealistas" do que as do cônsul mexicano em Viena, as declarações do ministro do México na Itália. A elas respondeu o "*Osservatore Romano*" longamente (retalhos anexos de 14 e 15 do corrente).

Palavras muito significativas do Santo Padre a respeito dos acontecimentos do México e da repercussão deles na América do Sul, se dignará V. Ex., Senhor Ministro, encontrá-los nos termos da alocução pronunciada pelo papa Pio XI, por ocasião de receber a peregrinação argentino-uruguaia ("*Osservatore Romano*", anexo, de 15 do corrente). Disse o soberano pontífice na sua alocução que eles, os peregrinos, pertenciam à América Latina e portanto deviam alimentar particular interesse pelos seus irmãos do México, nestes dias tão atribulados e afligidos por tão violenta e - demasiado pouco seria chamar-lhe injusta - ímpia e cruel perseguição. Disse também o papa que bem sabia que eles já tinham como tal fim orado com ele, mas não obstante queria insistir no recomendar ainda uma vez perseverassem nessas orações que têm por fim

obter a conversão dos perseguidores, a perseverança e a virtude propriamente heroicas para os perseguidos.

Os comentários da “*Tribuna*”, jornal liberal, e do “*Corriere d’Italia*”, jornal católico, às palavras do papa, se dignará V.Ex. encontrá-los nos recortes (anexos, datados de 15 e 17 do corrente) desses periódicos.

Que as palavras do papa Pio XI ao condenar a atual política religiosa do presidente Calles, não são consideradas por demais pessimistas, dí-lo o trecho seguinte do artigo publicado pelo eminente Luigi Luzzatti no “*Corriere della Sera*” de Milão, artigo transcrito nos retalhos anexos do “*Osservatore Romano*” de 18 do corrente, sob o título “Echi del conflitto messicano”:

“Por esse modo Roger Williams, Washington, Franklin, nos Estados Unidos falavam e obravam como Bolívar na América Latina: protestantes e católicos e todos os que pertenciam a outros cultos com igual veneração inclinavam-se diante da suprema liberdade. Quem poderia supor que nosso tempo acontecesse o que se lê sobre o México? Quem poderia supor que o chefe de um governo pusesse em grilhões, porque tais, os católicos que constituíam e constituem a história desse país e através dos católicos se atingissem também os protestantes? O modo de combater a religião católica no México é único na história da civilização pela sua dureza e faz chorarem os ânimos de todos aqueles que mesmo fora do catolicismo defendem, sustentam a mais bela, a mais excelsa, a maior das liberdades, a das nossas relações com o Céu.

“E aqui seja-nos lícita uma pergunta que poderia parecer um conselho: porque os Estados civilizados, exceto os Estados Unidos se calam? Porque sob os auspícios do Santo Padre, venerado pelos crentes, respeitado por todos, não surge a Sociedade das Nações ou outra associação que declare ao México que a bondade humana exige que desista de tanta coisa nefanda? Os Estados têm a obrigação de exercer reciprocamente esta grande fiscalização espiritual contra os opressores da liberdade religiosa. Se não atentam nisso é por pouca fé, por falta de coragem, porque interesses humanos e não celestes os dominam. Não pode continuar o espetáculo do México: se ele não desiste da pior perseguição, a ele se deve impor, com a reprovação moral de todos os povos, este supremo preceito da civilização.”

Assim escreveu Luigi Luzzatti no “*Corriere della Sera*”, (fonte por certo não suspeita de inspiração católica, diz o “*Osservatore Romano*” acima) depois de haver citado esse publicista os princípios sobre os quais se baseia a liberdade religiosa na América do Norte e na América do Sul.

Entre os artigos e noticiários de jornais que tenho a honra de remeter a V. Ex., Senhor Ministro, com o presente ofício, como bases de informações e de apreciações a respeito do atual conflito religioso no México, chama a atenção uma correspondência particular do “*Giornale d’Italia*” (retalhos anexos, de 18 do corrente) em que se contêm apreciações acerca da carreira política do presidente Calles e informações sobre o que se passa nos bastidores da política mexicana. Destacarei o seguinte trecho; referente à política do presidente Calles: “A essa política se acha conexo um vasto programa de reformas sociais que visam promover o bem estar material das populações, reformas que se originam da propaganda das organizações operárias dirigidas por alguns grupos avançados, os quais por sua vez professam uma espécie de socialismo ou comunismo mexicano (“o grifo é meu”) fundado sobre o sentimento nacional do índio.”

Pelo grande acervo de documentação, tirada dos principais órgãos da imprensa romana, e que abrange o período deste corrente mês de agosto, compreendido entre 5 e 19 desse mês, documentação que tenho a honra de remeter a V.Ex., Senhor Ministro, em anexos a este ofício, se dignará V. Ex. informar-se sobre o que aqui se pensa e escreve a respeito do lamentável conflito religioso que ensanguenta presentemente a República do México, de onde chegam diariamente notícias de batalhas entre os governistas e os católicos, fuzilamentos, prisões em massa, assassínios, etc., o que atrai, pelo menos quanto à Itália, a atenção pouco favorável do mundo civilizado para uma importante nação do continente americano.

Tal é a situação criada entre o governo do presidente Calles e a Santa Sé; tal é, segundo posso informar, o estado do conflito religioso no México. No considerar essa situação, no relatar esse conflito, pus o mais vivo empenho de imparcialidade, tal a difícil tarefa que me propus ao dirigir a V. Ex., Senhor Ministro, este ofício.

Resta-me, ao concluir, chamar respeitosamente a atenção de V. Ex. para a enérgica e ao mesmo tempo serena Pastoral Coletiva do Episcopado Mexicano, publicada no “*Osservatore Romano*” de hoje, cujos retalhos duplicados remeto a V. Ex. com este ofício. Nela se dignará V. Ex. encontrar a expressão dos sentimentos que animam os chefes da Igreja Católica no México ao agirem como tem agido no violento e sangrento conflito religioso que se desencadeou na próspera República Mexicana.

Aproveito o ensejo para reiterar a V. Ex., Senhor Ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

J. de A. Figueira de Mello

A Sua Excelência o Senhor FELIX PACHECO,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

**OFÍCIO • 18 AGO. 1926 • AHI 210/1/8**

[Índice:] O Governo Italiano e os  
filmes cinematográficos educativos.

NP. 7

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 18 de Agosto de 1926.

Senhor Ministro,

Por me parecer que possa interessar o governo brasileiro, quando se trata em todos os países de combater a influência do mal cinematográfico, tenho a honra de enviar a V. Ex., em retalhos anexos do “*Corriere d’Italia*”, jornal católico desta capital, datado de 17 do corrente, uma notícia a respeito do decreto ministerial publicado pela “*Gazzetta Ufficiale*” do Reino de Itália, o qual dispõe sobre a projeção cinematográfica de películas com fim de educação cívica de propaganda nacional, de cultura variada.

Aproveito o ensejo para reiterar a V. Ex., Senhor Ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

J. de A. Figueira de Mello

A Sua Excelência o Senhor FELIX PACHECO,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Anexo ao ofício NP7 de 18 de agosto de 1926 enviado pela Embaixada junto a Santa Sé.

Seguem anexos recortes do “*Corriere d’Italia*”, do dia 17 de agosto de 1926.

**OFÍCIO • 31 AGO. 1926 • AHI 210/1/8**

[Índice:] O conflito entre o Governo



Mexicano e a Santa Sé.

NP. -9

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil junto à Santa Sé

Roma, 31 de Agosto de 1926.

Senhor Ministro,

Nos meus ofícios precedentes, sobretudo no ofício NP I, confidencial, de 18 de agosto corrente, tive a honra de informar V. Ex. das incidências a que tem dado lugar no México o atual conflito entre o governo dessa República e a Santa Sé, assim como da atitude do Vaticano nesse conflito, atitude manifestada por atos seus e pelo procedimento dos seus representantes no México: os membros do episcopado mexicano, únicos porta-vozes ali da Santa Sé neste momento, já que os representantes diplomáticos da Igreja Católica foram, há pouco, expulsos desse país por ordem do presidente Calles.

Cabe-me hoje, prossequindo nessas informações, dar conta a V. Ex. do atual estado da questão, tal qual pode ser considerada vista de Roma.

Se, por um lado, os católicos mexicanos lutam, apoiados pelo Vaticano e pelos católicos do mundo inteiro com as disposições draconianas, anti-religiosas da Constituição e das leis do seu país, no que se vêem sustentados pela atitude imparcial de espíritos isentos de sectarismos, por outro lado verificam manifestar-se tais sectarismos, em apoio do presidente Calles e da sua política anti-religiosa, como se comprova lendo-se os termos da mensagem de que deu notícia *Le Matin*, de Paris (*Corriere D'Italia*, anexo, de 19 de agosto) dizendo que a comissão executiva do Congresso Nacional do Livre Pensamento, que se reuniu ultimamente em Saint-Etienne, França, dirigiu ao Sr. Briand uma ordem do dia na qual pedia-se ao governo francês a mais estrita neutralidade a respeito dos incidentes provocados no México pelo conflito religioso. A Comissão, diz *Le Matin*, além disso, enviou por intermédio do embaixador do México em França um telegrama de felicitações ao presidente Calles pela obra que empreendeu.

No comentário da *Tribuna*, jornal governista de Roma, comentário que o *Corriere D'Italia* reproduz logo depois de publicar essa notícia, se dignará V. Ex. ver como é considerada nos círculos governamentais da Itália essa manifestação dos livres pensadores da França.

Apresentou-se-me ensejo de aludir, nos meus ofícios precedentes, à atitude dos Estados Unidos ante o atual conflito no México. Segundo o *Times*, de Londres, é pouco provável, em vista das próximas eleições, que o presidente Coolidge não tenha em conta serem os eleitores protestantes dos Estados Unidos muito mais numerosos do que os eleitores católicos. Os protestantes, segundo o mesmo *Times*, deploram a atitude do embaixador americano no México “por não compreender o entusiasmo e o idealismo que são a base da luta do México pela independência espiritual (*Corriere D’Italia*, anexo, de 20 de agosto).

Nesses mesmos retalhos do *Corriere D’Italia* se dignará V. Ex., Senhor Ministro, encontrar um apelo da mocidade católica internacional, em favor dos católicos do México, apelo firmado pelos representantes dessa mocidade dos principais países do mundo, entre os quais os Estados Unidos e o Uruguai.

Como já, por certo, terá V. Ex. sabido, a petição dos bispos, serena mas firme, dirigida ao presidente Calles foi por este indeferida, recusando-se ele a sustentar a aplicação das cláusulas religiosas da Constituição e das leis penais e fazendo notar que a lei mexicana não reconhece personalidade alguma às corporações religiosas denominadas igrejas “sendo, pois, um anacronismo no nosso sistema constitucional, disse o presidente Calles, pretender-se a revisão do problema da Igreja e do Estado”. Ao mesmo tempo que assim procedia, declarou-se o presidente Calles a pessoa menos adequada a deferir o requerimento do clero mexicano, pois que as cláusulas lamentadas são “expressões de vivas convicções políticas e filosóficas”. (sic)

Acrescentou o presidente mexicano que não poderá aprovar uma emenda às leis em questão e concluiu observando que os arcebispos e bispos têm o direito de apela-rem para o Congresso para modificar-se a Constituição, ou então de procederem por via legal perante os tribunais.

Os chefes da Igreja Católica no México não nutriam grandes esperanças a respeito do despacho favorável ao requerimento cujos termos se lêem nos retalhos anexos do *Corriere D’Italia*, de 22 de agosto. As declarações do presidente Calles tiraram-lhes qualquer ilusão, se porventura existiu ela no seu ânimo. O que aqui deixo dito é o que se pode verificar por esses recortes do *Corriere D’Italia*, assim como pelos do *Messagero*, anexos de 21 de agosto.

Chegou, há pouco, a Roma e já conferenciou com as altas autoridades da Santa Sé, monsenhor Crespi, Secretário da Delegação Apostólica no México, de onde foi

expulso pelo presidente Calles porque o governo considerou “inconveniente a sua presença na capital mexicana”.

Aos representantes da imprensa nessa República, depois de relutar, “porque temia que as suas declarações pudessem ser consideradas como violação feita no último momento à sua atitude de absoluta não participação nas questões religiosas desse país”, monsenhor Crespi declarou: “Eu parto com a consciência tranquila. Não tomei parte de modo algum no presente conflito religioso, que tem sido dirigido exclusivamente pelos arcebispos e bispos mexicanos. O meu procedimento tem sido absolutamente neutro e as autoridades estão bem convencidas desse fato. Mas sou o representante do poder que publicamente proclamou o seu apoio à atitude do episcopado mexicano e por isso a minha presença não é grata. Seja feita a vontade de Deus!” (*Corriere D'Italia*, anexo, de 24 de agosto). A entrevista com monsenhor Crespi, inserta no *Corriere D'Italia*, anexo, de 27 de agosto, com apreciações contrárias ao governo do México, e, em certo modo, depreciativas do povo mexicano, foi desmentida pelo *Osservatore Romano*.

A Igreja Católica mexicana defende-se contra as acusações que lhe são movidas de fomentar a revolta armada. Assim, a esse respeito, se exprimiu o bispo de Tabasco, monsenhor Diaz que, segundo vejo pelas muitas citações do seu nome no curso do presente conflito, tem tomado parte preponderante nos atuais sucessos do México, onde além de um conflito religioso, se verificam tentativas de sedições revolucionárias políticas.

“A Igreja, disse monsenhor Diaz, estando fora de todos os partidos e acima deles, não pode em caso algum aprovar que a religião seja usada como bandeira por qualquer partido. Muito menos pode a Igreja aprovar insurreições armadas, porque estas só teriam resultado nocivo ao povo e a nação. As insurreições armadas são suscitadas por politiqueros ambiciosos que têm por mira o proveito próprio. A Igreja aprova unicamente uma ação social pacífica e ordenada como a da Liga pela defesa da liberdade religiosa. Como se sabe, esta Liga é a que se formou há quatro meses entre as mais importantes associações católicas do México, precisamente em vista da situação gravíssima que se vinha delineando e que teve depois o seu inevitável resultado na presente perseguição. (*Corriere D'Italia*, anexo, de 24 de agosto corrente.)

Correndo notícias na imprensa de Roma a respeito de negociações entre o episcopado mexicano e o presidente Calles, a Santa Sé apressou-se, por meio do *Osservatore Romano*, em pôr o público em guarda contra essas notícias, como tendenciosas (retalhos anexos de 25 de agosto).

Tendo a imprensa publicado notícias de negociações não favoráveis à causa católica, entre o presidente Calles e o episcopado mexicano, o *Osservatore Romano*, anexo, de 26 de agosto, desmentiu essas notícias, acrescentando que todo o episcopado e todos os fiéis permanecem compactos na defesa da religião e na devotada obediência a Sé Apostólica.

Pela segunda vez, durante o atual conflito entre o governo mexicano e a Santa Sé, sentindo e vendo ele a opinião pública manifestada pela imprensa italiana mostrar-se infensa ao presidente Calles e a sua campanha anti-religiosa, o ministro do México em Roma, Sr. Puig Casaurano, recorreu à mesma imprensa, dirigindo, em defesa do seu governo, longa e amarga carta ao *Corriere Della Sera*, de Milão. Tanto essa carta como os comentários que ela sugeriu ao *Corriere D'Italia*, assim como ao *Osservatore Romano*, V. Ex. poderá lê-los nos retalhos anexos desses jornais de Roma, datados, respectivamente de 27 e 29 de Agosto, encabeçando os seus comentários o *Osservatore* com o título “Una lettera stupefacente”.

Os pontos mais incisivos dessa carta do ministro do México em Roma são, primeiro, a pouca probabilidade de verem os católicos mexicanos o Congresso de seu país modificar as leis anti-religiosas, “composto como se acha esse Congresso (são as palavras do ministro do México) na sua totalidade de elementos revolucionários de princípios e de ideias liberais muito avançadas uma parte e o resto de socialistas”. Em segundo lugar, a seguinte apreciação que faz o mesmo ministro da atual atitude do Vaticano: “Creio que a atitude de discrição e oração aconselhada pelo Vaticano seja a mais conveniente para os católicos em geral, como também para os interesses materiais e morais do próprio Vaticano, já que outros processos mais ativos conduziram sem dúvida alguma, como já aconteceu em outros países e parece sucederá em algum outro – à formação da Igreja Católica nacional mexicana, a qual --- por assim denominar-se seria não menos cristã, nem menos católica, razão pela qual se vê que o Vaticano compreendeu a atual situação mundial que se apresenta”.

Disse unicamente o *Osservatore* de 27 de agosto: “seria interessante saber onde, como e quando, o Sr. Casaurano colheu esses tais exemplos e pormenores de igrejas nacionais” não menos cristãs nem menos católicas “surtas e conservadas como ele desejaria com muita desenvoltura fazer acreditar”.

A V. Ex., Senhor Ministro, será fácil cotejar essa atitude do presidente Calles em Roma e o procedimento agressivo do governo mexicano, tal qual se manifesta nas suas declarações e nos seus atos, com a atitude assumida pela Santa Sé nas presentes difíceis

circunstâncias, em consequência do conflito entre esse governo e a Igreja Católica. – Ainda, há poucos dias, chegou a Roma uma peregrinação mexicana. Aos peregrinos, entre outras palavras, disse o papa que “o seu pensamento se dirigia às tribulações que nestes dias afligem a cara, bela, grande nação mexicana, se dirigia o seu pensamento à perseguição que naquele país sofre a Igreja Católica, a Santa Religião de tantas gerações mexicanas; se dirigia não só para a perseguição mas ainda para a humilhação que era infligida a povo tão nobre e generoso, o qual se via violentado nos seus mais íntimos, mais caros, mais invioláveis direitos da consciência e da inteligência. Por isso, vendo aqueles peregrinos, o Santo Padre dirigia-se com o pensamento e com o coração a todo o país deles, a todo o povo verdadeiramente a ele caríssimo, e abençoando aqueles que estavam presentes, queria abençoar, como representantes do seu povo, o México inteiro. Voltando à pátria eles deverão dizer que o papa pensa sempre no México, recomenda continuamente a Deus que Ele queira na Sua infinita bondade, misericórdia e poder, continuar a fornecer ao povo fiel, ao clero, ao episcopado mexicano aquela assistência, inspirar sempre aquela firmeza, aquela coragem, aquela perseverança que oferecem tão magnífico espetáculo ao mundo inteiro que bem vê, que bem compreende de que lado estão o direito, a justiça, a verdade.” Disse ainda o papa que “pedia também ao Senhor quisesse inspirar pensamentos de arrependimento, de justiça e de humanidade a todos aqueles que demonstravam deles terem tanta necessidade.

Em data de 31 de agosto de 1926, com a qual é mandado este ofício, a situação do conflito entre a Santa Sé e o México permanece estacionária. Vão sendo aplicadas as leis constitucionais e disposições penais mexicanas contra o clero católico e católicos do México. Acabam de ser demitidos, por motivo religioso, dezenas de procuradores da República e trezentos professores do Estado. Os bispos do México apelam para o Congresso do seu país, mas, como declara o ministro dessa República na Itália, pouca ou nenhuma probabilidade tem de verem atendidas as suas petições no sentido de serem modificadas essas leis e disposições penais. Ausentes se acham de Roma, no presente momento crítico de tal conflito, o cardeal Secretário de Estado assim como o seu imediato substituto, o que leva a pensar ter o papa chamado a si a direção da política da Santa Sé, de uma maneira direta, no desdobramento desse conflito.

Juntos a este ofício, remeto retalhos de jornais desta capital, datados de 19 a 29 de agosto corrente, com artigos e notícias referentes ao assunto. Remeto também retalhos duplicados e anexos do *Osservatore Romano*, de 29 do corrente, em que se lê a carta com a qual o arcebispo do México, em nome de todo o episcopado, do clero e dos

fiéis desse país, agradece ao papa as palavras de conforto e exortação que lhes enviou a 14 de julho próximo passado. Aos termos dessa carta seguem nos mesmos retalhos as palavras de resposta enviadas pelo Santo Padre.

Aproveito o ensejo, Senhor Ministro, para reiterar a Vossa Excelência os protestos de minha respeitosa consideração.

J. de A. Figueira de Mello

A Sua Excelência o Senhor FELIX PACHECO,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Anexos ao ofício NP9, de 31 de agosto de 1926, enviado pela Embaixada do Brasil junto à Santa Sé.

Recorte do *Corriere D'Italia*, de 19 de agosto de 1926.

Recorte do *Il Messaggero*, de 21 de agosto de 1926.

Recorte do *Corriere D'Italia*, de 22 de agosto de 1926.

Recorte do *La Tribuna*, de 24 de agosto de 1926.

Recorte do *L'Osservatore Romano*.

Recorte do *Corriere D'Italia*, de 25 de agosto de 1926.

Recorte do *Osservatore Romano*, de 26 de agosto de 1926.

Recorte do *Corriere D'Italia*, de 26 de agosto de 1926.

Recorte do *Corriere D'Italia*, de 27 de agosto de 1926.

Recorte do *Corriere D'Italia*, de 29 de agosto de 1926.

Recorte do *Osservatore Romano*, de 29 de agosto de 1926.

Recorte do *Corriere D'Italia*, de 19 de agosto de 1926. (duplicado)

Recorte do *Corriere D'Italia*, de 20 de agosto de 1926.

Recorte do *Il Messaggero*, de 21 de agosto de 1926. (duplicado)

Recorte do *Corriere D'Italia*, de 22 de agosto de 1926. (duplicado)

Recorte do *Corriere D'Italia*, de 24 de agosto de 1926.

Recorte do *La Tribuna*, de 24 de agosto de 1926. (duplicado)

Recorte do *Corriere D'Italia*, de 25 de agosto de 1926. (duplicado)

Recorte do *Osservatore Romano*, de 26 de agosto de 1926. (duplicado)

Recorte do *Corriere D'Italia*, de 26 de agosto de 1926. (duplicado)

Recorte do *Corriere D'Italia*, de 27 de agosto de 1926. (duplicado)

Recorte do *Corriere D'Italia*, de 29 de agosto de 1926. (duplicado)

Recorte do *Osservatore Romano*, de 29 de agosto de 1926. (duplicado)

**OFÍCIO • 27 NOV. 1926 • AHI 210/1/8**

[Índice:] Resposta ao Despacho

Telegráfico Circular Nº4.

NP. 14

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil junto à Santa Sé

Roma, 27 de Novembro de 1926.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de confirmar o recebimento do Despacho Circular telegráfico Nº4 que V. Ex. se dignou enviar-me em 16 do corrente mês, e no qual me informou de haverem assumido o exercício dos seus altos cargos o Senhor Presidente da República, Dr. Washington Luiz Pereira e Souza e o Senhor Vice-Presidente da República, Dr. Fernando de Mello Vianna, assim como de ter sido constituído novo Ministério, ocupando nele V. Ex. a pasta das Relações Exteriores.

Cumprindo as ordens de V. Ex. contidas nesse Despacho, apressei-me em transmitir o seu conteúdo ao eminentíssimo cardeal Secretário de Estado.

É-me sobre modo grato, Senhor Ministro, agradecendo-lhe essa comunicação, enviar a V. Ex. a expressão das minhas felicitações pela alta e merecida distinção que o Senhor Presidente da República lhe conferiu confiando-lhe a pasta das Relações Exteriores, assegurar a V. Ex. a minha leal e dedicada colaboração e oferecer-lhe, Senhor Ministro, os meus préstimos para tudo quanto for do serviço público e do seu particular.

Aproveito com prazer o ensejo para apresentar a V. Ex., Senhor Ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Dr. OCTAVIO MANGABEIRA,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

**OFÍCIO • 27 NOV. 1926 • AHI 210/1/8**

[Índice:] A encíclica de S. S. Pio XI sobre a perseguição anti-católica no México.

NP. 15

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 27 de Novembro de 1926.

Senhor Ministro,

Em aditamento aos ofícios Nº 1, 3, 6 e 9 ostensivos, Nº 1 Reservado, e Nº 1 Confidencial, mandados por esta Embaixada a esse Ministério no corrente ano e nos quais se relatou minuciosamente o presente conflito entre o governo do Sr. Calles, presidente do México e a Santa Sé, tenho a honra de enviar a V. Ex., em anexo a este ofício, nos retalhos duplicados do “*Osservatore Romano*”, órgão oficial da Santa Sé, a encíclica do papa Pio XI, datada de 18 do corrente, e relativa ao citado conflito. – O texto latino desse documento pontifício está acompanhado da sua tradução em italiano.

Aproveito o ensejo para reiterar a V. Ex., Senhor Ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Dr. OCTAVIO MANGABEIRA,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Anexo ao ofício NP15 enviado em 27 de novembro de 1926 à Diretoria Geral dos Negócios Políticos e Diplomáticos pela Embaixada do Brasil junto à Santa Sé.  
Recorte do *Osservatore Romano*, de 21 de novembro de 1926.

**OFÍCIO • 09 JAN. 1927 • AHI 210/1/9**

[Índice:]



Nº. 1

Confidencial

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé

Roma, 09 de Janeiro de 1927.

Illmº. E Exmº. Senhor Dr. Octavio Mangabeira,  
Minsitro de Estado das Relações Exteriores,

Parece-me oportuno, e até necessário, ir enviando a Vossa Excelência informações quanto eu possa completas, sobre os negócios que temos aqui, no Vaticano, e sobre o ambiente desta corte, diversa, por muitos aspectos, de todas as outras. Desde que sustentamos junto a Santa Sé uma representação diplomática, é natural e lógico que desenvolvamos uma política nossa. Em verdade, dela nunca se desinteressaram os sucessivos governos da República, bem compreendendo que a separação da Igreja e do Estado, longe de suprimir a influência social do clero católico no Brasil, antes, provavelmente a acentuaria num regime de liberdade maior; e que, assim sendo, não lhes fora lícito ficar alheios e indiferentes às manifestações dessa nova atividade. Por isso, sobretudo desde a visita do Presidente Campos Salles a Leão XIII, em 1898, a vigilância política dos nossos agentes diplomáticos aqui se tem intensificado, procurando garantir-nos as vantagens morais, que o Brasil deve gozar como um dos principais países católicos do mundo (hoje o terceiro em população e importância). A maior delas consiste em possuímos representação, adequada ao nosso valor internacional, no Sacro Colégio, que não só colabora diretamente com o Pontífice no regimento da catolicidade, mas entre os seus próprios membros o elege na vacância da Sé apostólica.

Penso que nunca, desde a proclamação da República, houvera o mínimo incidente desagradável entre o Brasil e o Vaticano. Este primeiro que se produziu, pela proposta do nome de monsenhor Beda para Núncio do Rio de Janeiro, teria podido ser evitado se houvesse seguido o sábio critério de antes prevenir que remediar. Boatos sobre a possibilidade dessa designação começaram a correr aqui em fevereiro do ano passado. Apenas verifiquei que eles tinham certo fundamento, procurei monsenhor Pizzardo, Diretor Geral da Secretaria de Estado pontifícia, grande amigo meu e do Brasil; e expus-lhe a minha opinião pessoal, desfavorável à projetada escolha, que me parecia pouco feliz, não por qualquer prevenção contra o caráter digníssimo do

candidato, mas pela inconveniência de se mandar para o Brasil um diplomata, cujo conflito com o governo de país vizinho e amigo tivera tão clamorosa repercussão na imprensa americana e européia. Monsenhor Pizzardo acolheu como merecedoras de ponderação as minhas razões, e prometeu comunicá-las (como realmente fez depois) ao cardeal Secretário de Estado. Ao mesmo tempo, em 11 desse mês, eu telegrafava ao Senhor Ministro Felix Pacheco:

“Várias vezes ultimamente conversa confidencial com Diretor Geral Secretaria de Estado tenho relevado demora nomeação novo Nuncio Apostólico Brasil contrariamente costume Nunciaturas primeira classe. Vaticano fala-se probabilidade ser escolhido atual Nuncio Apostólico Buenos Aires. Matéria muito delicada para qualquer prévia intervenção nossa mas como impressão pessoal tenho alguma dúvida sobre oportunidade escolha talvez pouco lisonjeira para nós tratando-se diplomata notoriamente mal sucedido Buenos Aires e talvez desagradável Governo Argentino significando promoção a posto cardinalício de quem há muito deixou de ser persona grata ali”.

Meu intuito evidente, ao telegrafar nesses termos, era sugerir ao Senhor Ministro Félix Pacheco, no caso de concordar ele com a minha opinião, o alvitre de fazer constar discretamente ao Vaticano a preferência do nosso Governo por outro nome, antes que o de monsenhor Beda fosse oficialmente proposto. E, como os fatos provaram depois, teriam bastado algumas palavras minhas, desde que autorizadas, para evitar tudo o que em seguida aconteceu.

Infelizmente, nos dois meses que mediaram entre aquele meu aviso e a apresentação do nome de monsenhor Beda, nenhuma resposta veio do Ministério. Durante esse período, jornais de Roma, de Buenos Aires, e do Rio de Janeiro, aludiram repetidamente à probabilidade dessa nomeação, e a comentaram em tom polêmico. De modo que o Senhor Ministro Felix Pacheco, possuidor, além disso, da minha informação, não podia nutrir dúvida sobre a plausibilidade da notícia

Em 8 de abril, advertido de que a indicação estava para ser-me feita, telegrafei novamente:

“Consta-me resolvida nomeação Beda Nuncio em Buenos Aires para Nunciatura Brasil cuja probabilidade anunciei telegrama nº3.”

Ainda nesse momento se estava em tempo para impedi-la se o Governo me autorizasse prontamente a desaconselhá-la. De fato, quando, quatro dias mais tarde, o cardeal Secretário de Estado veio pessoalmente à Embaixada propor-me, as suas

primeiras palavras versaram sobre o que eu dissera a monsenhor Pizzardo, e este lhe referira. Confirmei tal opinião minha pessoal; mas, desprovido de instruções, não podia de forma alguma envolver nela a do Governo. Tive, portanto, de confessar que do Rio de Janeiro nada recebera sobre o assunto. Insisti, todavia, ao meu parecer, contrário à escolha, mas o Eminentíssimo tomou calorosamente a defesa do prelado proposto, como consta do telegrama seguinte, que expedi imediatamente:

“9 segunda – Como previ cardeal Secretário de Estado acaba pedir-me proponha apazimento Governo República nomeação monsenhor Beda Nunciatura Brasil. Acompanhou proposta calorosos elogios capacidade virtudes tal prelado assegurando-me honrará nova Nunciatura e negando decididamente pretensão insucesso diplomático Argentina onde interpretou fielmente princípios intenções Santa Sé, sendo devido desfavorável resultado unicamente idéias errôneas e exorbitantes pretensões Ministro Gallardo.”

Em 23 de abril telegrafei ainda:

“11 sexta – Hoje audiência semanal cardeal Secretário de Estado perguntou-me se já viera resposta relativa nomeação Beda; mostrou-se preocupado demora, rogou-me instantaneamente pedisse V. Ex. favor responder possível brevidade devendo ele organizar movimento diplomático pontifício e manifestou desejo, esperança resposta favorável assegurando novamente Beda será todos respeitos grande Núncio Apostólico.”

Tardando ainda a resposta esperada, o Eminentíssimo tornou a pedir-me que telegrafasse; mas eu aleguei que já o fizera duas vezes, e que a minha insistência poderia desagradar; aconselhei-lhe que interpelasse diretamente o Encarregado de Negócios da Santa Sé aí, o que ele fez no mesmo dia.

Não li eu próprio a resposta enviada por monsenhor Lari, mas soube pelo cardeal mesmo que o Senhor Ministro Felix Pacheco dissera àquele não ter ainda falado com o Presidente da República, mas contar com solução favorável. Tal era igualmente a previsão do cardeal, tanto mais que ele acreditava que, diante da publicidade movida pela imprensa em torno à indicação, o Governo, a ser-lhe contrário, se teria apressado a preveni-la, como é uso corrente na diplomacia em casos semelhantes. Grande foi, por isso, a sua decepção, e profundo o seu pesar, quando no fim de maio chegou aqui a resposta negativa. Foi o que referi no telegrama de 30 desse mês:

“15 – Cardeal Secretário de Estado recebeu visível decepção recusa proposta Beda. Li-lhe essencial telegrama V. Ex. inclusive referencia bons officios estando ele já informado disso telegrama

monsenhor Lari. Demonstrei Beda Santa Sé estarem fora questão, tratar-se apenas razão oportunidade que evidentemente desaconselha passagem direta país onde seu conflito Governo tivera repercussão mundial para país vizinho amigo. Aludi probabilidade tal remoção suscitasse agitação imprensa Argentina Brasil criando pela primeira vez desagradável atmosfera política redor representante Papa contraste cordialidade unânime que acolhera todos seus predecessores. Cardeal enunciou insistentemente conceito ter sido conflito mencionado efeito fiel interpretação ordens Santa Sé e parecer assim recusa implicar nossa parte desaprovação atitude Vaticano. Repliquei tal ideia não poder absolutamente passar espírito Governo Brasileiro e contradizer regime amplíssima liberdade Igreja nosso país. Invoquei tradicional deferência inalterável afeto temos dado inúmeras provas Santa Sé e conclui que de acordo com elas devia ser entendido aceito nosso procedimento presente e conjuntura, repetindo reduzir-se tudo consideração oportunidade a qual Governo brasileiro conhecedor cabal ambiente nacional e americano não podia ficar indiferente. Por um momento chegou conceber alvitre surpreendente telegrafar Presidente Alvear perguntando se lhe seria desagradável, nomeação Beda Brasil, mas eu pedi não pensasse nisso que só serviria complicar questão, e falei depois nosso grande amigo monsenhor Pizzardo Diretor Geral Secretaria de Estado homem sereno conciliador para dissuadi-lo tal tentativa. Este ajuda-me muito calmar suscetibilidade Cardeal, que parece desejava premiar dedicação padecimentos Beda com estrondosa promoção Nunciatura cardinalícia. Creio conviria exprimir novo telegrama sentimentos filial veneração Papa repetindo desejo outra escolha não envolver mínimo juízo ação Santa Sé nem desfavor Beda cujo prestígio nada sofreria ficando proposta para sempre ignorada público. Cardeal tem agido sincera amizade por nós questão cardinalato procurando vencer resistência Papa como pude verificar ultimamente.”

Desde então, a Santa Sé não interveio mais no assunto até resolver o conflito com o Governo Argentino; conflito que, como V. Ex. sabe, terminou com pleno triunfo para ela.

O Vaticano está acostumado a vencer pela astúcia, pela paciência, e pela tenacidade. A divergência com o Governo Argentino era grave. Envolveva o problema do padroado, afirmado por ele, contestado pela Santa Sé. Além disso, pelas manifestações públicas a que deu lugar, interessava fortemente o amor próprio daquele. A mim mesmo o cardeal Secretário de Estado disse que a Sé de Buenos Aires poderia ficar vacante dez anos, quinze, ou mais; porém monsenhor d’Andréa nunca ocuparia como arcebispo. O Governo Argentino teve de abandonar todas as suas pretensões, e apresentar outro

candidato, depois de assegurar-se, com prudente precaução, de que era persona grata do papa.

O conflito com a França era mais grave ainda. Mas ao procedimento hostil do Ministério Combes respondeu Pio X, em 1905, sagrando com suas mãos quatorze bispos franceses, de uma só vez, na basílica de São Pedro. As relações diplomáticas ficaram interrompidas por muitos anos, até que Bento XV, mais conciliador, procurou, depois da guerra, melhorar a situação, aproveitando os frutos da *union sacrée*, e as disposições mais amigáveis do governo francês. Mas, se a Santa Sé aceitou a lei das associações culturais, foi depois de modificada de acordo com o direito canônico, e, por outro lado, não abriu mão das vantagens produzidas pela separação da Igreja e do Estado, na inteira liberdade que lhe fica de escolher os bispos, de amoldar o Episcopado às suas idéias e tendências, subtraindo-o à influência das predileções políticas e pessoais, que os ministérios da República faziam prevalecer, mais ou menos, ao designarem os candidatos.

Como V. Ex. acaba de ver, eu era contrário à escolha de monsenhor Beda, e fiz o pouco, que destituído de instruções, podia fazer, para que ela gorasse. As circunstâncias, porém, mudaram muito desde aquele tempo, segundo já tive ensejo de indicar nos meus recentes telegramas, e passo a explicar mais amplamente agora.

A nossa situação aqui é a seguinte:

Além dos interesses gerais que se ligam a uma política de cordialidade com a Santa Sé, temos o interesse particular da nossa representação no Sacro Colégio. É assunto, a meu ver, de alcance político, porque se prende, não só ao nosso prestígio mundial, mas ao direito nacional que o Brasil, grande país católico, deve exercer de intervir com os votos de Prelados seus na eleição do Chefe da Igreja.

As negociações para a criação do primeiro cardeal brasileiro começaram, sob a República, em 1899 (o Império abandonara praticamente o privilégio, que vários papas lhe haviam reconhecido, de apresentar cardiais nacionais, e só em 1889, nas vésperas do jubileu imperial de Dom Pedro II solicitara a promoção do Arcebispo da Bahia, Dom Antônio de Macedo Costa; essa promoção estava prestes a realizar-se, quando foi proclamada a República). Em começos de 1905, o Ministro Barão do Rio Branco intensificou as negociações, e em pouco mais de dois meses obteve a promessa da criação de um cardeal brasileiro no primeiro consistório que se convocasse. O Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Joaquim Arcoverde, recebeu a púrpura romana em dezembro desse mesmo ano.

Por muito tempo, os diplomatas hispano-americanos junto à Santa Sé e os respectivos compatriotas, mais ou menos amadores de palestras políticas, que por aqui passavam, timbravam em dizer que o cardinalato era continental, e não nacional, e que para a sucessão do primeiro titular, mais tarde, se seguiria o sistema rotativo, contentando-se sucessivamente os vários países da América Latina. Côncios da força que reveste aqui os precedentes, e da regularidade com que eles dão origem a genuínos direitos consuetudinários, não acreditamos jamais que esse privilégio tão justo nos seria tirado, embora muito para isso se añassem os nossos competidores, e no Vaticano se guardasse, a princípio, calculada reserva nessa matéria. De fato, a tradição do cardinalato brasileiro se consolidou rapidamente, e os rivais foram pouco a pouco perdendo a esperança de a destruir em seu proveito.

A entrada do Brasil na guerra, e a vitória dos aliados realçaram o lustre da nossa situação internacional. A parte saliente que nos coube no congresso da paz em Versalhes, e, depois, na Sociedade das Nações, a criação simultânea, ou a breves intervalos, de numerosas embaixadas, estrangeiras aí, nossas em vários países da América, da Europa, e até na Ásia, nos colocaram protocolarmente ao menos, no nível das grandes potências. E de resto, as garantias de esplêndido futuro, em todos os sentidos, da nossa terra justificavam amplamente essas homenagens dos povos amigos.

O Governo cumpria com patente solicitude, de acordo com o Congresso, o dever de elevar a categoria da sua missão diplomática junto à Santa Sé; e esta, por seu turno, apressou-se a reconhecer a Nunciatura do Rio de Janeiro como de primeira classe, e posto cardinalício.

Era natural que por todas estas razões aspirássemos a ver aumentada a representação brasileira no Sacro Colégio, em harmonia com a estrutura orgânica desse antigo e venerado instituto internacional, onde os povos católicos devem estar representados segundo a importância de cada um.

Em começo de 1919, o Ministro Domicio da Gama telegrafou-me as primeiras ordens para esse fim. O pedido do governo foi recebido no Vaticano com benevolência; mas desde logo se me fez entender o que eu já previa: que era preciso esperar com paciência e estimular com perseverança a maturação prática da ideia, que, junta em si mesma, encontrava muitas dificuldades de execução. As dificuldades derivavam da oposição incansável e invencível dos principais governos hispano-americanos, sobretudo do Argentino, do Chileno e do Peruano, ao aumento da nossa representação no Sacro Colégio sem a concessão compensativa de um lugar aí a cada um dos

respectivos países. Tal pretensão exige o estudo e a solução de um problema, que o Vaticano sabe que terá de afrontar mais cedo ou mais tarde, mas, com o critério conservador, e um pouco misonéista, dos velhos organismos históricos, busca procrastinar o mais possível. Esse problema é o alargamento do próprio Sacro Colégio, cujos setenta lugares, fixos desde o pontificado de Sixto V no declínio do século XVI, já não correspondem às necessidades atuais do orbe católico.

Deste então, encetei aqui a minha campanha para a obtenção de um segundo cardinalato brasileiro, e posso em consciência dizer que não tenho deixado passar inaproveitada uma ocasião, antes muitas tenho provocado eu mesmo, para insistir na justiça e na oportunidade de se contentar a nossa aspiração, cujo bom êxito será não menos rico de felizes resultados para a Igreja que para o Brasil mesmo.

Durante o período governamental do Presidente Epitácio Pessoa, algum esforço se tentou, sobretudo pela reclamação formal contra a criação simultânea de dois cardeais polacos no mesmo consistório (dezembro de 1919). O Sr. Ministro Felix Pacheco, de acordo com o Presidente Bernardes, interessou-se vivamente pelo assunto, e em 1923 me mandou instruções minuciosas, precisas e eficazes. De conformidade com elas, e com outros elementos de que eu dispunha, redigi uma longa memória, e a mandei ao próprio Pio XI, que para isso me concedera a necessária vênua; o Senhor Ministro Felix Pacheco a aprovou, e sei que o papa ficou profundamente impressionado com a argumentação desenvolvida naquele documento. No Vaticano se tentou responder com uma nota genérica e anódina; mas eu declarei que, tal como estava, nem a aceitaria, nem a transmitiria ao governo, e ela foi substituída por outra, onde se reconhecia o valor das razões enunciadas, e se nos garantia a benévola atenção da Santa Sé.

Certo, ainda não conseguimos o que desejamos; mas, se a demora não é de estranhar, por que, no Vaticano, só as coisas que envolvem perigo imediato para as empresas religiosas, ou os planos políticos da Santa Sé escapam a lentidão tradicional dos negócios, por outro lado os esforços que se empregam por uma boa causa nunca lá se perdem, nem ficam esquecidos; frutificam de súbito, um belo dia, quando menos se espera.

Como a criação de mais um cardeal brasileiro implica o exame do árduo problema, a que já me referi, é natural que no Vaticano não a tragam espontaneamente à tona da conversação. Tem havido, porém, momentos muito propícios, na aparência ao menos, para uma pronta decisão, ou para um compromisso a breve prazo. Tal foi o do

consistório em que Pio XI criou dois cardeais para os Estados Unidos; se o Governo, então, tivesse insistido com energia e perseverança, sustentando o nosso absoluto direito moral a uma compensação, talvez a nossa pretensão teria triunfado.

Há menos de um ano, poucas semanas, ou poucos dias, antes que surgisse o incidente relativo à proposta de monsenhor Beda para a Nunciatura do Rio de Janeiro, eu quis conhecer o balanço exato da nossa situação, e, recorrendo a um pequeno estratagema, obtive declarações precisas do cardeal Secretário de Estado. Ele me disse, em substância, que, quanto à continuidade da representação do Brasil no Sacro Colégio, nunca se tinha feito objeção alguma; e que, quanto ao segundo cardinalato, existiam as dificuldades que eu conhecia, mas não devíamos abandonar o trabalho encetado, antes devíamos prosseguir nos nossos, que ele apoiaria, como apoiara até então.

A divergência pendente acerca da escolha do novo Núncio, se não for aplanada cordialmente e a contento da Santa Sé, comprometerá, sem dúvida, por tempo indefinido, os resultados já seguros, e as esperanças mais fundadas. Esta é a verdade; e a minha consciência não ficaria tranquila se, obrigado como me sinto a mais cristalina lealdade para com V. Ex., eu lhe ocultasse. A atitude teimosa do cardeal Secretário de Estado reflete, é evidente, a intransigência notória do próprio pontífice. Quando se trata de um poder absoluto, como o da Santa Sé, as qualidades individuais de quem o exerce têm importância decisiva. Se o papa fosse ainda Bento XV, homem de grande e firme caráter, mas acessível à ponderação das contingências políticas, eu já o teria procurado pessoalmente, e, um pouco desse modo direto, um pouco por intermédio de amigos comuns, o teria, provavelmente, persuadido a eliminar o obstáculo existente. Pio XI é de índole muito diversa: é voluntarioso, e extremamente suscetível. Conquanto profetizar um passado condicional seja ainda mais temerário que profetizar o futuro, estou convencido de que, se em 1919 fosse já pontífice, Pio XI não teria recebido no Vaticano o Presidente Epitácio Pessoa, hóspede do Rei de Itália no Quirinal, como Bento XV o recebeu. É destes dias a sua ofensiva contra a *Action Française*, ofensiva característica, não pelo seu critério dogmático, no qual ninguém ousaria discutir a competência e a autoridade suprema do Chefe da Igreja, mas pela violência da sua atuação.

Receio que um papa como Pio XI não nos perdoe tão cedo à recusa de um Núncio proposto por ele; recusa que, a seu ver, implica humilhação para um prelado que ele considera merecedor de todo o acatamento, e falta de deferência em relação a ele mesmo, e ao acerto da sua soberana escolha. E portanto, oporá constante má vontade a todos os desejos que manifestarmos.



Cumpra-se, além disso, em que o Brasil está aqui rodeado de competidores, que se prevalecem de todas as circunstâncias para prejudicarem as nossas pretensões. O Ministro Argentino é particularmente perigoso. Diplomata inteligente, muito culto, muito fino, com ótima posição na sociedade romana, tem ele aquelas maneiras cautas e untuosas, que são chamadas, convencionalmente e gratuitamente, jesuíticas. Ninguém sabe melhor colocar, em conversa, com ar distraído ou inocente, uma insinuação eficaz. Adivinha-se o argumento de que ele usaria na presente conjuntura. Murmurará, de olhos baixos, e sorriso evangelicamente manso, que o governo argentino, interessado numa doutrina constitucional, e num ponto sensível de prestígio, demonstrou o seu afeto filial pela Santa Sé, acedendo aos desejos desta; e o governo brasileiro, que nada tem diretamente contra monsenhor Beda, nega o aprazimento à sua nomeação, à qual o próprio governo argentino não fez objeção alguma.

Se Vossa Excelência me permite concluir enunciando a minha impressão pessoal, parece-me que, na hipótese de ser aceito monsenhor Beda, poderíamos colher reais vantagens dessa decisão, acompanhando-a de uma advertência polida, cordial, mas firme, ao cardeal Secretário de Estado. Conviria, talvez, dizer-lhe que, se aceitamos, não é por fraqueza, muito menos por incoerência, mas por generosidade para com a Santa Sé, generosidade maior do que ela provou para conosco, propondo monsenhor Beda, que nunca deveria ter sido lembrado para Nunciatura do Rio de Janeiro. A Santa Sé não hesitou, para premiar serviços de um seu representante, a colocar em situação embaraçosa um dos Governos mais amigos seus entre todos os do mundo; nós, ao contrário, para salvarmos das consequências de um passo mal inspirado, lhe damos arras incontestáveis do nosso espírito de consolação e amizade. É justo, depois disso, esperarmos que ela colha por seu lado com mais liberalidade os pedidos perfeitamente razoáveis e louváveis de uma grande nação católica.

O Governo, porém, na sua alta sabedoria, resolverá o que entender mais acertado. Aguardo, portanto, as ordens de Vossa Excelência, para cumpri-las com dedicação e zelo patriótico.

Tenho a honra de reiterar-lhe, Senhor Ministro, as seguranças da minha respeitosa consideração.

(A) Carlos Magalhães de Azeredo.

A Sua Excelência o Senhor Dr. OCTAVIO MANGABEIRA,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

**OFÍCIO • 26 ABR. 1927 • AHI 210/1/9**

[Índice:]

Nº. 6

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 26 de Abril de 1927.

Senhor Ministro,

Apresentou-se nesta Embaixada o Sr. Cambar de Varda, que se deu como Presidente da Delegação do Partido da Independência Assiro-Chaldéa, trazendo, para esta Embaixada os enviar ao Governo Brasileiro, vários documentos referentes a estafadores assírios. Segundo publicou a imprensa romana, acabam de ser presos no Estado de Minas vários tratantes dessa nacionalidade.

Tenho a honra de passar esses documentos às mãos de Vossa Excelência, julgando que talvez possam ser úteis à ação da polícia brasileira contra esses cavalheiros de indústria, já que não somente estafam a população em geral, como também, dando-se como sacerdotes, as autoridades eclesiásticas dos países que percorrem.

Aproveito o ensejo, Senhor Ministro, para reiterar a Vossa Excelência os protestos de minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Octavio Mangabeira,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

**OFÍCIO • 10 MAI. 1927 • AHI 210/1/9**

[Índice:] Novo Núncio

Apostólico para o Brasil.

Nº. 2 - Confidencial

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé

Roma, 10 de Maio de 1927.

Senhor Ministro,

Tive a honra de receber a carta confidencial, que Vossa Excelência me dirigiu em 21 de março passado, e com a qual me remeteu cópia das notas pessoalmente redigidas pelo Senhor Presidente da República sobre a designação de monsenhor Beda Cardinale para Núncio Apostólico no Rio de Janeiro, assim como cópia de um ofício do Senhor Rodrigues Alves, Embaixador na Argentina, sobre a estada daquele prelado em Assunção, onde fizera ao representante dos Estados Unidos da América do Norte declarações graves acerca das relações entre o Brasil e a Argentina.

Li as notas com a atenção devida a tão importante documento, e também o ofício, de cuja parte essencial Vossa Excelência já me informara por telegrama. Felizmente, como Vossa Excelência sabe, quando a sua carta confidencial aqui chegou, já a questão da Nunciatura estava resolvida favoravelmente, com a retirada da candidatura de monsenhor Beda Cardinale, e a proposta do nome de monsenhor Aloisi Masella.

Aproveito o ensejo para reiterar-lhe, Senhor Ministro, a segurança de minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Octavio Mangabeira,

Ministro de Estado das Relações Exteriores.

**OFÍCIO • 24 SET. 1927 • AHI 210/1/9**

[Índice:] Monsenhor Aloisi Masella,

Núncio no Brasil.

Nº. 10

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé

Roma, 24 de Setembro de 1927.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de enviar a Vossa Excelência, junto a este ofício, retalhos duplicados do jornal oficial do Vaticano, "*L'Osservatore Romano*", de 23 do corrente, com notícias sobre a chegada ao Rio de Janeiro do novo Núncio Apostólico, monsenhor Benedito Aloisi Masella e a apresentação das suas credenciais.

A notícia pormenorizada, que publica o "*Osservatore Romano*", sugere-me manifestar respeitosamente a Vossa Excelência toda a esperança que pode alimentar o Brasil de verificar na pessoa de monsenhor Aloisi Masella um prelado distintíssimo, possuidor das mais altas qualidades morais, um diplomata consumado que, certamente, dará a Nunciatura no Brasil o maior brilho, como grande brilho deu aos últimos dois postos que tem ocupado, em Portugal e no Chile.

Gozou monsenhor Benedito Aloisi Masella da mais alta consideração em Lisboa, onde durante longos anos esteve, em posição extra-oficial perante o governo português, como Encarregado de Negócios da Santa Sé, em época das mais difíceis para a Igreja Católica em Portugal. Resta-me ainda a recente lembrança da eloquente e carinhosa homenagem que recebeu em Lisboa à sua partida e que me foi dado presenciar.

Sem passar pelos graus de Delegado Apostólico e de Internúncio, foi, de golpe, monsenhor Aloisi Masella promovido a Núncio no Chile. Em Santiago, onde residi cinco anos, em serviço da nossa representação diplomática, tendo sido ali por diversas vezes, Encarregado de Negócios do Brasil, tive continuamente desejo de verificar as altas qualidades de homem de bem, de diplomata inteligentíssimo e habilíssimo que distinguem a personalidade de monsenhor Aloisi Masella, o qual sempre me consagrou particular apreço e amizade, e que era grandemente considerado pelos governos dos Presidentes Sanfuentes e Alessandri, assim como pelos governos militares que lhes sucederam em 1924 e 1925. Apesar da crise social por que passa o Chile, apesar das dificuldades suscitadas pela reforma da Constituição chilena em 1924-1925, com a conseqüente separação da Igreja e do Estado, soube esse alto prelado imprimir ao curso dos acontecimentos, em matéria religiosa-política, o mais brilhante rumo, e, tomando, como ele próprio me declarou, a Constituição brasileira como modelo, conseguir a feliz solução dos problemas religiosos-políticos oriundos da reforma constitucional chilena.

Em ofício que me coube remeter à Secretaria de Estado das Relações Exteriores, com o Núm. 8 NP, em 31 de agosto de 1926, se dignará Vossa Excelência ver o

desenlace feliz, como se depreende da leitura dos retalhos do “*Osservatore Romano*”, anexos a este ofício, dada a separação da Igreja e do Estado no Chile, onde atuava então, como Núncio, o atual Núncio Apostólico no Brasil, monsenhor Benedito Aloisi Masella.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência, Senhor Ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

J. de A. Figueira de Mello

A Sua Excelência  
o Senhor Dr. Octavio Mangabeira,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Anexo ao ofício Nº 10, de 24 de setembro de 1927, dirigido à Secretaria de Estado das Relações Exteriores pela Embaixada do Brasil junto à Santa Sé.

Recorte do *Osservatore Romano* de 21 de setembro.

**OFÍCIO • 28 SET. 1927 • AHI 210/1/9**

[*Índice:*] Concordata entre a  
Lituânia e a Santa Sé.

Nº. 12

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé

Roma, 28 de Setembro de 1927.

Senhor Ministro,

Em retalhos anexos do jornal oficial do Vaticano, “*L’Osservatore Romano*”, datados de hoje, tenho a honra de enviar a Vossa Excelência a notícia da Concordata que acaba de ser firmada entre a Santa Sé e a República da Lituânia.

É esse ato de notáveis consequências para a Santa Sé, que, com ele, vai aumentar o seu prestígio mundial, particularmente na zona oriental da Europa, podendo ela, oportunamente, assumir a missão de conciliadora nas dificuldades que surjam como efeito das divergências existentes entre a Lituânia e a Polônia. Vê a primeira dessas

Repúblicas firmada a sua existência, junto a tão alto poder como é a Santa Sé, pela recente criação da sua legação junto ao Vaticano, e verá ela agora notavelmente aumentada a sua influência nas suas atuais dissensões com a Polônia, sendo que em parte repousam sobre base religiosa, envolvendo questões de limites com a Polônia.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência, Senhor Ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

J. de A. Figueira de Mello

A Sua Excelência  
o Senhor Dr. Octavio Mangabeira,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Anexo ao ofício Nº12 de 28 de setembro de 1927, dirigido à Secretaria de Estado das Relações Exteriores pela Embaixada do Brasil junto à Santa Sé.

Recorte do *Osservatore Romano* de 28 de setembro. Duplicado.

**OFÍCIO • 17 DEZ. 1927 • AHI 210/1/9**

[Índice:] Artigo contra o  
Brasil.

Reservado.

Nº. 16

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé

Roma, 17 de Dezembro de 1927.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de enviar a Vossa Excelência, em retalhos do “*Corriere d'Italia*”, um artigo inserido nele sob o título “*L'epidemia della lebbra al Brasile*” (número de 7 de dezembro), e uma carta minha de protesto, também por ele publicada.

Como Vossa Excelência poderá verificar, o autor do artigo, genuíno foliculário, um certo Zamarin, valeu-se do pretexto de um estudo sobre a lepra para cobrir de insultos vulgares e violentos o Brasil, os seus governantes federais e estaduais.

Duas circunstâncias particularmente desagradáveis concorriam no caso: a de dar-se o articulista como beneditino, ajuntando à própria assinatura as iniciais O. S. B.; e a de ter aparecido o escrito no principal órgão católico de Roma, num jornal que sempre foi sinceramente amigo e admirador entusiasta do Brasil.

Por essa dupla razão, entendi que devia intervir com energia, e não me enganei, porque a minha ação produziu vantajosos resultados.

Quanto à inserção no “*Corriere d’Italia*”, a direção me deu amplas explicações, e me apresentou publicamente exaustivas desculpas. De fato, o artigo, tirado de outra folha católica, “*L’Avenire d’Italia*”, de Bolonha, foi acolhido de boa fé, à última hora, na ausência dos responsáveis. (E devo acrescentar, confidencialmente, o que confidencialmente me foi referido na redação, mas não podia ser publicado: o “*Corriere d’Italia*” atravessa grave crise financeira, que lhe ameaça a própria existência, e que naqueles dias tocava o auge; donde menor atenção, menor diligência na distribuição das matérias).

Não me limitei, porém, a intervir junto ao “*Corriere d’Italia*”, com a carta que mereceu aqui, ao que me consta, a aprovação geral. Dirigi-me também ao cardeal Secretário de Estado, pedindo que falasse com o Dom Abade Primaz da Ordem de São Bento, a fim de que o culpado fosse devidamente admoestado e punido; o que ele, indignado pelo artigo, imediatamente prometeu e fez.

Pouco depois, porém, recebia eu o seguinte telegrama do Dom Abade Beneditino de São Paulo:

“Informo Vostra Eccellenza Zamarin autore articolo ingiurioso Brasile non essere benedettino o religioso o sacerdote ma appena professore Piccolo collegio Sorocaba e nazionalità austríaca.”

Ontem veio visitar-me o dom abade Primaz, e com as expressões mais cordiais manifestou-me seu pesar pelo incidente, garantindo-me por sua vez, que o nome de Zamarin não figurava entre os dos pertencentes à Ordem. Em seguida, longamente e com caloroso afeto me falou do Brasil, onde passou vários meses em 1922, tendo para aí partido com o cardeal Gasquet, também beneditino, e utilizando a viagem para visitar os conventos de Pernambuco, Bahia, Rio e São Paulo.

Acabo de escrever à direção de “*L’Avenire d’Italia*”, advertindo-a de que seu colaborador Zamarin se arroga abusivamente uma qualidade que não possui, intitulado-se beneditino.

Como, entretanto, ele reside no Brasil mesmo, em Sorocaba, fácil será às autoridades constituídas exigir desse “indesejável” severas contas da sua atitude para com o país que o hospeda e o sustenta.

Aproveito a ocasião para reiterar-lhe, Senhor Ministro, a segurança da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Octavio Mangabeira,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Anexo ao ofício reservado nº16, de 17 de dezembro de 1927, dirigido ao Ministério das Relações Exteriores pela Embaixada do Brasil junto à Santa Sé.

Anexo recorte do *Corriere d'Italia* de 9 de dezembro de 1927.

Anexo recorte do *Corriere d'Italia* de 7 de dezembro de 1927.

**OFÍCIO • 30 JAN. 1928 • AHI 210/1/9**

[Índice:]

Reservada.

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé

Roma, 30 de Janeiro de 1928.

Illmº e Exmº Sr. Dr. Octavio Mangabeira,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores,

Como acabo de telegrafar a Vossa Excelência, o abade geral dos Trappistas está ausente, em França, mas eu pude falar com o padre Procurador Geral, que me recebeu com grande gentileza. Tendo-lhe eu exposto o objeto da minha visita, ele me perguntou se o telegrama de Vossa Excelência explicava a razão que o ditara. Respondi, naturalmente, que não. Ele então disse que provavelmente a circunstância de haverem sido chamados para as casas-mães de França alguns religiosos empregados na colônia do Tremembé, por estarem fatigados, ou doentes, após quinze ou vinte anos de trabalho



contínuo lá, terá sido interpretada como sinal de próxima supressão da colônia mesma; porém que não lhe constava houvesse, de fato, a mínima intenção de suprimir um estabelecimento, que tantos esforços têm custado, e tantos benefícios tem produzido.

Acrescentou que o abade geral não tardará muito a regressar, e que se me comunicará, sem demora, a sua chegada, para que eu possa logo vê-lo.

Muito agradeceria eu a Vossa Excelência o favor de, por telegrama, informar-me sobre as condições atuais da colônia, e os motivos dos quais se origina o receio de vê-la suprimida; a fim de que, se disso houver cabimento, eu solicite previamente a influência direta da Santa Sé no sentido do desejo por Vossa Excelência manifestado.

Tenho a honra de reiterar-lhe a segurança da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

**OFÍCIO • 15 FEV. 1928 • AHI 210/1/9**

[Índice:] Atos do Santo Padre e atividade religiosa em 1927.

Nº. 5

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé

Roma, 15 de Fevereiro de 1928.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de enviar a Vossa Excelência uma relação, que me foi comunicada pela Secretaria de Estado Pontifícia, sobre os “atos do Santo Padre e a atividade religiosa no ano de 1927”. Fiz marcar com linhas verticais, à margem, os pontos que me parece possam mais especialmente interessar a atenção de Vossa Excelência.

Junto a este ofício, vista a afinidade do assunto, um artigo publicado pelo “*Corriere d’Italia*”, desta capital, com o título: “*Le relazioni diplomatiche tra la Santa Sede e gli Stati*”. Há apenas a notar nele duas omissões involuntárias: a primeira se refere ao número das embaixadas hoje existentes junto à Santa Sé, que são dez e não nove, devendo mencionar-se a da Colômbia, que tal se tornou, de Legação que era, em outubro de 1927; a segunda concerne à missão pontifícia de Portugal, que não se acha

citada entre as já existentes antes da guerra. Na realidade, ela nunca foi suprimida, como não o foi a de França; mas, ao contrário desta, que ficou praticamente inativa, aquela esteve confiada, na ausência do Núncio monsenhor Tonti, ao Secretário monsenhor Aloisi Masella, hoje núncio no Brasil.

Aproveito o ensejo, Senhor Ministro, para reiterar a Vossa Excelência os protestos de minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Octavio Mangabeira,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Anexo intitulado “Atos do Santo Padre e a atividade religiosa no ano de 1927”.

Anexo recorte do “*Corriere d’Italia*” de 03 de janeiro de 1928.

**OFÍCIO • 31 AGO. 1928 • AHI 210/1/9**

[*Índice:*] A imprensa católica de  
Roma e o Pacto Kellogg.

Nº. 31

./2

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 31 de Agosto de 1928.

Senhor Ministro,

Em retalhos duplicados e anexos dos importantes jornais católicos “*Corriere d’Italia*” e “*Osservatore Romano*”, ambos desta cidade, datados os primeiros de 28 de agosto próximo passado e os segundos de 29 desse mês, tenho a honra de enviar a Vossa Excelência dois editoriais desses órgãos da imprensa romana. Tratam ambos do Pacto Kellogg, recentemente assinado em Paris, e ao qual o Brasil aderiu, manifestando o alto conceito que lhe merece o intuito humanitário desse pacto, na sua declaração, de forma tão elevada e bela, de “que, quanto ao Brasil, os princípios a que o novo tratado conferiu a mais solene das

consagrações, antes de acharem-se gravados na própria letra dos dispositivos da constituição federal, estão na consciência do país, que a eles espera nunca faltar, qualquer que for a emergência, com a fidelidade que lhes deve”.

O editorial do “*Osservatore Romano*”, órgão oficial do Vaticano, editorial escrito de modo elevado, como o são sempre os desse jornal, muito longe está de traduzir idéias de desconfiança, de desânimo por parte da Santa Sé a respeito da eficácia do Pacto Kellog. Para o “*Osservatore Romano*” e, portanto, aos olhos da Santa Sé, esse pacto é um passo, e passo bem decisivo para evitar-se a guerra.

Diz com efeito o “*Osservatore*” em uma parte do seu editorial, cujo trecho relativo à doutrina de Monroe, cotejada com o Pacto Kellog, é realmente notável: “O Pacto Kellog é ainda uma declaração de princípio. – Platônica – interromperá alguém. – Como todas as declarações de princípios – retrucaremos nós – das maiores e mais nobres causas em cujo triunfo a humanidade tenha posto esperanças apesar das mais ásperas dificuldades, das desconfianças mais corrosivas, dos interesses mais contrários. Longos anos – até séculos – de choques e de lutas, muitas vezes titânicas, foram necessários para atingir a meta. Mas se uma vez, em dia tão remoto, quando parecia talvez quimera a conquista futura, não tivesse sido assinalada a declaração de princípio, a qual impunha aos povos o problema, juntamente com o dever de o resolver, que criava a persuasão da sua imanência, os anos e séculos não teriam bastado: ao passo que hoje aos olhos da posteridade aparecem tais quais foram – fecunda jornada da história da humanidade.

“O fim da escravidão, o influxo cristão no direito das gentes, as próprias providências sanitárias internacionais, os mesmos socorros em guerra, providos hoje em dia de uma consagração que afirma a fraternidade e a caridade, justamente nos campos onde se traduz em ato a sua trágica negação, nos lembram precisamente os tímidos alvares de tão nobres idealismos, a indiferença e a suspeita que os acolheram, a aurora luminosa do seu irresistível princípio, o surgir concreto da ideia, a manhã operosa da sua propaganda e da sua atuação, a bela tarde da meta alcançada.

“Não é o fim da guerra por certo. Começa a consciência de que a guerra não é só um dano, mas é ainda um crime. Forma-se uma consciência que não é mais a da escola e a da academia, mas, após as duríssimas experiências, que é a da vida e sobe das turbas às classes dominantes, dos povos aos governos e atravessa

os círculos fechados e os egoísmos de uma política que só o espírito da guerra inspirava nas suas reservas e nas suas invejas. – ”A paz é de todos”: o axioma nos vem justamente dali de onde Monroe nos ditava outro de divisão e de isolamento.

“A América para os americanos” mas a paz para o mundo inteiro. Isso disse também em Paris o Pacto Kellog, e a assinatura dos Estados Unidos ao lado das de todos os outros países, nos atesta que nenhum interesse particular, embora vasto como um continente, pode sobrepor-se ao interesse universal da paz.”

Mas, e não podia deixar de o acentuar o “*Osservatore Romano*”, falta ao Pacto Kellog a consagração de um princípio superior aos interesses humanos, o princípio da justiça divina, o princípio cristão. E frisa o autorizado jornal católico quanto são hoje reconhecidas solenemente pela boca do Sr. Briand “É preciso organizar a paz – Devem as soluções jurídicas substituir as soluções pela força”, as belas palavras, insertas há onze anos pelo papa Bento XV na sua nota de 1 de agosto de 1917 – “Antes de tudo substitua a força moral do direito a força material das armas”. “O silêncio foi bem longo: em compensação o eco no *Quay d’Orsay*, presentes quinze nações, mesmo aquelas que não responderam então, repetiu o idêntico conceito, as mesmas palavras.”

E termina o “*Osservatore Romano*”:

“Mas não é ainda tudo: há uma diferença entre o grande documento, vivo protótipo e base perfeita para tão benéficos entendimentos, e o pacto internacional. Aquele consagrava o ideal e a invocação pacífica ao Redentor divino, ao Príncipe da Paz. Este não alude a Deus. Deus, o nosso Pai que está nos céus, razão única e direta na sua paternidade universal daquela universal fraternidade na terra, que o anfitrião saudando os convidados invocou como pressuposto da paz, Deus não transpôs o limiar daquilo que deverá ser templo de uma fé operosa. Entre as potências faltava a Suprema, sem a qual todos “propomos” apenas e construímos sobre a areia. A assinatura do Pacto podia ter sido a santa celebração de um rito, não foi senão a solenidade de um ato diplomático.

“O Pacto que deverá estipular-se primeiramente com Deus e em seu nome, fica assinado só entre os homens e a mercê do arbítrio deles. A paz pertence ao homem como pertence ao homem a guerra. Caprichoso senhor dos dois alvitres ele pode escolher, e, depois da escolha, retratar-se.

“É assim que o caminho da paz já tão lento, pode conhecer a senda dos regressos”.

O autor do editorial do “*Corriere d’Italia*” é o marquês Felice Crispolti, senador do Reino, escritor distintíssimo, e personalidade das mais eminentes entre os católicos italianos. O “*Corriere d’Italia*”, ainda que autônomo, recebe direção e influência do Vaticano. Esse editorial não pode, pois, ter fugido a essa direção e influência. Para o marquês Crispolti, e portanto para o “*Corriere d’Italia*”, o Pacto Kellog é um convênio cujo valor não é preciso exagerar nem rebaixar. “Persiste aqui e acolá a política armamentista, persiste aqui e acolá a mania de tirar do mesmo pacto água para o próprio moinho, coisas que lançam uma sombra sobre a confiança com que alguns Estados concorrem para a assinatura.”

Mas, diz o articulista, há fatos confortantes. E cita-os: a América que depois de haver ajudado com as armas a solução das questões europeias e de ter criado a Sociedade das Nações, sem a ela aderir depois, apresenta-se de novo em um convênio geral que diz principalmente respeito à paz europeia.

O que mais impressiona o articulista é que no Pacto Kellog as nações se acham assim face a face, devendo cada uma tomar as outras como testemunhas do empenho que assume – o de evitar a guerra como instrumento de política nacional. Será então para sempre eficaz esse empenho? Disso duvida o autor do editorial: para ele o fato mais importante é que com o Pacto Kellog, evitando-se a guerra em repetidas ocasiões, vai-se criando uma atmosfera universal a ela contrária; quanto mais durar a paz tanto mais os povos se desacostumarão da guerra. “O pacto de Paris é um médico – diz o marquês Crispolti: com isto a mais, que favorecendo tais adiamentos da guerra pode com tais meios ajudados no correr do tempo por melhores sentimentos cristãos na humanidade, levar a soma dos ditos adiamentos a uma perpetuidade de fato da paz, que se transforme no futuro em perpetuidade de direito e firmeza dele”.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência, Senhor Ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

J. de A. Figueira de Mello

A Sua Excelência o Senhor Doutor Octavio Mangabeira,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Anexo recorte do “*L’Osservatore Romano*”.

**OFÍCIO • 31 AGO. 1928 • AHI 210/1/9**

[*Índice:*] A festa do papa.

Nº. 32

/1

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 31 de Agosto de 1928.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de enviar a Vossa Excelência, em retalhos anexos e duplicados do “*Osservatore Romano*” desta capital, datado de hoje, notícias circunstanciais publicadas por esse órgão oficial do Vaticano a respeito dos brilhantes atos em que o governo brasileiro, o alto clero do nosso país, as classes armadas, o escol da sociedade do Rio de Janeiro, os mais altos representantes dos nossos meios científicos e literários, a massa popular, tomaram parte para celebrar a “festa do papa”.

As notícias pormenorizadas desses festejos e do modo por que a eles se associou a nossa imprensa, como as publicou o “*Osservatore Romano*”, não podem senão contribuir para provocar, nos ambientes do Vaticano, cada vez maior corrente de simpatia para com o Brasil, e chamar a atenção para a atitude de tão elevada mira do governo do Brasil ante os sentimentos religiosos do povo brasileiro, tão antigos e profundamente arraigados, sentimentos cuja manifestação nessas festividades se produziu de modo tão frisante e comovedor.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência, Senhor Ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

J. de A. Figueira de Mello

A Sua Excelência o Senhor Doutor Octavio Mangabeira,

Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Anexo recorte do *Osservatore Romano*, de 31 de agosto de 1928.

**OFÍCIO • 06 SET. 1928 • AHI 210/1/9**

[*Índice:*] Seminário brasileiro em

Roma.

Nº. 33

/1

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 06 de Setembro de 1928.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de enviar a Vossa Excelência, em retalhos anexos e duplicados do “*Osservatore Romano*”, órgão oficial do Vaticano, datado de 5 do corrente, uma notícia desse jornal a respeito da criação projetada de um seminário brasileiro em Roma e da circular dos bispos brasileiros relativa a esse novo seminário.

Comenta o “*Osservatore Romano*”, em poucas linhas, com conceitos simpáticos ao Brasil, essa criação de um seminário exclusivamente brasileiro nesta cidade.

Sabida é, como diz a circular dos nossos bispos, a necessidade que se faz sentir de possuírem os bispos brasileiros um seminário “brasileiro” em Roma, em vista do número cada vez maior dos alunos do Colégio Pio Latino Americano, em que se tem educado, desde a sua fundação até hoje, grande parte dos sacerdotes da América Latina. Mas hoje em dia, com o crescer do número dos católicos, e sobretudo com a perseguição anti-católica no México, o número de alunos desse Colégio muito aumentou. São mais ou menos uns 350 e tantos. Para comportar tal número de seminaristas, não podendo o Colégio dispor de terreno suficiente, foi preciso alteá-lo e construir andares térreos e mesmo uma dependência subterrânea. As condições higiênicas desse colégio, segundo me foi dito por alunos dele e pude verificar, deixam por isso a desejar, tratando-se, como se trata, de um edifício

acanhado para tal número de seminaristas, e cujos aumentos, feitos no subsolo abaixo do nível do Tibre, a 50 metros de distância desse rio, não podem oferecer as necessárias condições de salubridade. Muitos, segundo as mesmas informações que tive, são os casos de tuberculose nos alunos desse estabelecimento.

O fato do Brasil possuir, como tantas outras nações católicas, em Roma, um seminário “seu” será, pois, por vários motivos de grandes vantagens para o clero brasileiro, e chamará a atenção da Santa Sé para o nosso país, que, assim, na sede do catolicismo, terá um intuito exclusivamente brasileiro. Cumpre-me acrescentar que esse projeto de criação de um seminário brasileiro já vai despertando a emulação da América espanhola, que nos inveja a feliz criação projetada.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência, Senhor Ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

J. de A. Figueira de Mello

A Sua Excelência o Senhor Doutor Octavio Mangabeira,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Anexo recorte do *Osservatore Romano*, de 05 de setembro de 1928.

**OFÍCIO • 27 SET. 1928 • AHI 210/1/9**

[Índice:] O Episcopado brasileiro e  
a perseguição anti-católica no México.

NP.

Nº. 37

/2

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 27 de Setembro de 1928.

Senhor Ministro,



Tenho a honra de enviar a Vossa Excelência, em retalhos anexos e duplicados do “*Osservatore Romano*”, órgão oficial do Vaticano, datado de 20 do corrente, uma notícia do protesto do Episcopado brasileiro contra a perseguição anti-católica no México. O “*Osservatore Romano*” publica trechos desse protesto.

Às publicações feitas nesse jornal, diariamente, de protestos dos países mais cultos da Europa e da América contra a perseguição anti-católica no México, acrescenta-se a desse protesto do Episcopado e dos católicos brasileiros, protesto que, junto à notícia de outro protesto feito pelas classes intelectuais brasileiras, publicado em poucas linhas nesse jornal, ultimamente, por certo causará no Vaticano favorável impressão: tanto mais quanto uma pequena notícia nesse jornal de não ter podido o embaixador mexicano no Brasil obter que o governo brasileiro proibisse as manifestações de protesto contra o México, não terá passado despercebida no Vaticano. A essa notícia última se referem retalhos duplicados do “*Osservatore Romano*”, de 26 de setembro, os quais tenho também a honra de remeter a Vossa Excelência, juntos a este ofício.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

J. de A. Figueira de Mello

A Sua Excelência o Senhor Doutor Octavio Mangabeira,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Anexo recorte do *Osservatore Romano*, de 20 de setembro de 1928.

Anexo recorte do *Osservatore Romano*, de 26 de setembro de 1928.

**OFÍCIO • 28 SET. 1928 • AHI 210/1/9**

[*Índice:*] A questão romana  
na sua nova fase.

NP.

Nº. 38

/2

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé

Roma, 28 de Setembro de 1928.

Senhor Ministro,

Em retalhos duplicados e anexos a este ofício dos jornais católicos de Roma, “*L’Osservatore Romano*” e “*Corriere d’Italia*” de 20 e 21 deste mês, respectivamente, tenho a honra de enviar a Vossa Excelência editoriais desses órgãos da imprensa romana sobre a presente fase da velha e sempre nova questão romana, cuja data mais dolorosa foi o dia 20 de setembro de 1870, em que entraram em Roma as tropas italianas.

Debatida essa questão durante perto de 60 anos, afirmando sempre a Igreja os seus direitos imprescritíveis diante dos fatos, ante a força, o espírito do velho liberalismo e do acérrimo anticlericalismo que reinou durante largos anos na Itália, sobretudo nas esferas dos governos sucessivos, em nada podia facilitar o surgir de um ambiente propício à solução da alta e difícil questão romana, a qual não só a Itália interessa mas aos governos e aos povos católicos do mundo inteiro.

“Estabilizada, infelizmente” essa questão, como se pronuncia o “*Osservatore Romano*” em seu acima mencionado editorial, precisa se faz uma solução tanto mais quanto não é possível um eterno conflito entre o governo italiano e a Santa Sé. Cita esse jornal as palavras de Bismarck, censurado por ter devido por termo finalmente à sua luta contra Roma, o qual respondeu: “a guerra em fim não é uma instituição”. Dada a atmosfera mais favorável a essa solução, atmosfera criada com o advento do fascismo, acha o “*Osservatore Romano*” que é azado o momento para a resolução do conflito, pois que, como diz, entre muitas outras razões, não é possível nem a “estabilização do conflito” *sine die*, nem a negação da sua existência, combatendo assim esse jornal as duas tendências dos adversários atuais da solução da questão romana.

A Vossa Excelência, Senhor Ministro, não escapará a importância das declarações que a Santa Sé, por seu órgão oficial, o “*Osservatore Romano*”, faz este ano no editorial anexo desse jornal, datado de 20 do corrente. A substância da questão, a necessidade da solução do conflito estão aí traçadas de mão de mestre.

Desse editorial é extenso comentário o do “*Corriere d’Italia*”, que consta dos retalhos anexos desse jornal. Favorável à tese do “*Osservatore Romano*”, o “*Corriere d’Italia*”, influenciado que é pelo Vaticano, insurge-se principalmente contra a opinião dos que não vêem nada melhor do que o estado permanente de

conflito entre a Igreja e o estado na Itália e insiste sobre o desejo tão afirmado pelo Vaticano, de uma conciliação.

O acolhimento da imprensa em geral em Roma foi favorável à tese sustentada pelo “*Osservatore Romano*”. Esse acolhimento, benévolo, pelo menos, sei-o eu de fonte autorizada ter sido ordenado pelo próprio chefe do governo, Sr. Benito Mussolini.

Mas, há um aspecto do presente estado da questão que não pude, e com razão, fugir à perspicácia do eminente escritor católico, senador do reino, o Marquês Felipe Crispolti, o qual considerando a posição da Igreja ante o fascismo, em tanta coisa a Ela favorável, como se vai vendo na sua diretriz de governo, nos seus atos, na sua legislação judiciária e escolar, assim se exprime, fazendo ver que dessa situação decorre por força uma maior necessidade de afirmação solene por parte da Igreja dos seus direitos inalienáveis e imprescritíveis ante o Estado italiano;

“Que o próprio fascismo, com as inegáveis benemerências para com a religião, torne mais difícil, e digamo-lo francamente, corra o risco de tornar mais abertamente continua e talvez mais áspera a necessidade em que a Santa Sé se acha de reafirmar este litígio. De fato, enquanto existiam governos italianos que celebraram Giordano Bruno, ou permitiram ao chefe municipal Nathan pronunciar discursos de antipapas, a suspeita que a Santa Sé, porque confinada no território do Reino sofresse de parte deste último adulações influentes, não podia espalhar-se no mundo. Mas quando, para nos exprimirmos com palavras do mesmo número do “*Osservatore Romano*”, “foi mérito do fascismo haver superado a mentalidade maçônica radical e ter começado, na escola, na legislação penal, em uma palavra na vida pública, a restituir a Deus e a Sua Igreja o que lhes pertence”, então se iniciou a possibilidade de que no estrangeiro, ainda que infundadas, e superficiais, surgissem suspeitas de acordos por demais estreitos e vastos entre a Santa Sé e a Potência dentro de cujos limites ela se acha. Potência de sempre crescente fortuna no mundo, isto é a Itália. Daí para a Santa Sé o dever de tornar sempre mais visível aos olhos dos povos aquilo que dessa Potência a divide, o que a expõe a declarações mais assíduas, e o fato de por essa mesma assiduidade serem pelos mais fogosos partidários do fascismo consideradas pelo menos importunas, e isso não sem prejuízo de uma ou da outra margem do Tibre. Eis pois que precisamente o fascismo tem todo o interesse, pelo bem próprio e

comum, em estudar com desvelo ativo a preparação de outras soluções, aceitáveis pelo papa, que ultrapassem o *status quo* e resolvam radicalmente o problema.”

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência, Senhor Ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

J. de A. Figueira de Mello

A Sua Excelência o Senhor Doutor Octavio Mangabeira,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

**OFÍCIO • 28 DEZ. 1928 • AHI 210/1/9**

[*Índice:*] Jubileu Pio XI.

Nº. 43

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 28 de Dezembro de 1928.

Senhor Ministro,

A 20 deste mês, foi iniciado o ano jubilar de Pio XI (qüinquagésimo da sua ordenação sacerdotal) com uma simples missa celebrada por ele na basílica de São Pedro. Com esse voluntariamente humilde começo contrastarão grandes e numerosas festas em homenagem ao Pontífice, peregrinações a Roma, dons esplêndidos provenientes de todos os países do mundo, e outras manifestações variadíssimas, que se irão intensificando sempre mais até idêntica data de 1929. Já, aqui, acabam de ser inaugurados a nova sala da biblioteca Vaticana e o novo palácio do colégio lombardo, seminário onde o atual papa fez os seus estudos teológicos, regressando de lá, presbítero, em 1879, à sua província natal.

Hoje de manhã fui recebido por ele em audiência, com o Conselheiro e o Secretário da Embaixada. Em nome do Senhor Presidente da República, de Vossa Excelência, do Governo, e do povo brasileiro, apresentei-lhe especiais votos pelo novo ano, que é o do seu jubileu sacerdotal. Ele os retribuiu com graciosas palavras, de grande estima pela nossa pátria, e pelos que lhe dirigem os destinos.

Ao sair, pedi-lhe que pensasse com frequência e com afeto no Brasil. “Penso sempre” – respondeu.

Tenho a honra de reiterar-lhe, Senhor Ministro, a segurança da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Doutor Octavio Mangabeira,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

**OFÍCIO • 10 JAN. 1929 • AHI 210/1/9**

[Índice:] A intervenção de Pio XI  
no conflito boliviano-paraguaio.

Nº. 3

./3

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 10 de Janeiro de 1929.

Senhor Ministro,

Confirmando o meu telegrama Nº. 21 de 19 de dezembro próximo passado, em que me referi ao apelo dirigido pelo papa Pio XI aos presidentes da Bolívia e do Paraguai para que resolvessem pacificamente o conflito que surgiu ultimamente entre essas duas repúblicas, tenho a honra de remeter a Vossa Excelência, em retalho anexo do “*Osservatore Romano*”, órgão oficial do Vaticano, retalho datado de 20 de dezembro de 1928, o texto das mensagens do Santo Padre aos presidentes dessas repúblicas.

Como disse no preâmbulo desses textos o “*Osservatore Romano*”, o Sumo Pontífice se interessou vivamente pela solução pacífica do conflito entre a Bolívia e o Paraguai. O mesmo jornal diz das mesmas mensagens, nesse preâmbulo, que mais do que uma intervenção ou um oferecimento de mediação, foram paternais convites à concórdia e à paz.

Em retalho junto do “*Osservatore Romano*” datado de 22 de dezembro próximo passado se servirá Vossa Excelência ler o texto das respostas dos presidentes da Bolívia e do Paraguai a essa paternal solicitação do papa.

Esse mesmo jornal em 7-8 de janeiro corrente publicou um artigo sobre a colonização católica dessas duas repúblicas e o estado atual da religião católica tanto no Paraguai, como na Bolívia, salientando a homenagem solene e oficial do governo boliviano prestada à obra civilizadora dos missionários católicos na Bolívia. Em retalho anexo do “*Osservatore Romano*” se dignará Vossa Excelência, Senhor Ministro, ler esse artigo.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Dr. Octavio Mangabeira,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Anexo ao ofício ostensivo nº3, de 10 de janeiro de 1929, da Embaixada do Brasil junto à Santa Sé.

Anexo recorte do *Osservatore Romano*, de 20 de dezembro de 1928.

Anexo recorte do *Osservatore Romano*, de 7-8 de janeiro de 1929.

**OFÍCIO • 21 JAN. 1929 • AHI 210/1/9**

[*Índice:*] Os EUA ratificam o  
Pacto Kellogg.

Nº. 4

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 21 de Janeiro de 1929.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de enviar a Vossa Excelência, anexo a este ofício, um retalho do “*Osservatore Romano*”, órgão oficial da Santa Sé, retalho datado de 18

de janeiro corrente, no qual se lê um editorial dessa folha sobre a ratificação do pacto Kellogg pelo Senado dos Estados Unidos da América.

Como se pronunciou em editorial precedente, que foi por esta embaixada enviado a Vossa Excelência anexo ao ofício nº. 31 de 31 de agosto de 1928, o “*Osservatore Romano*” mais uma vez nota que, infelizmente, falta ao Pacto Kellogg qualquer alusão a um poder divino superior às contingências humanas. Nem por isso, e avisadamente, deixa o “*Osservatore Romano*” de exaltar o intuito humanitário desse convênio. “Mas a paz, diz ele, de qualquer modo que se entenda, aceita todavia como um bem, como expressão e sinal de caridade entre os homens, é lei, é tesouro tão naturalmente cristão que a civilização a estimou sempre qual sublime dom da Providência, e as almas crentes nela viram o caminho aberto à maturação dos seus mais altos desígnios.”

Novamente, e pela segunda vez, o “*Osservatore Romano*” opina que o pacto Kellogg, agora ratificado pelo senado americano, é um passo na árdua subida para a realização da consciência coletiva da paz.

O importante editorial que remeto a Vossa Excelência, anexo a este ofício, insurge-se veementemente contra os que só vêem no pacto Kellogg um meio absolutamente insuficiente para a obtenção da paz, contra os que percebem nos armamentos norte-americanos um desmentido aos apregoados intuitos pacíficos do povo dos Estados Unidos. “Pois bem, diz esse jornal, afirmem, se quiserem, que o pacto Kellogg não destrói a guerra, não decide o desarmamento, porque a guerra está compreendida entre as coisas necessárias; mas não se diga, não se queira que a guerra esteja nos espíritos. Afirmem, se quiserem, que o desarmamento não se pode efetuar como ilação prática de um pressuposto não admitido ainda com a convicção que decide e move as vontades. Mas não se diga que “a condenação da guerra”, como princípio, como ideia luminosa sobre as sendas que hão de levar à sua atuação seja erro, ilusão, ou, pior do que isso, engano”.

Termina o “*Osservatore Romano*” o seu editorial com a expressão de sua fé firme nos benefícios do Pacto Kellogg. “A consciência da paz, conclui, pode ter difícil e demorada aurora, mas, uma vez nascida, não morrerá”.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Dr. Octavio Mangabeira,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Anexo recorte do “*Osservatore Romano*”, de 18 de janeiro de 1929.

**OFÍCIO • 03 ABR. 1929 • AHI 210/1/9**

[*Índice:*] Transferência do Conselheiro

J. de A. Figueira de Mello.

Nº. 15

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé

Roma, 03 de Abril de 1929.

Senhor Ministro,

De acordo com a determinação de Vossa Excelência, constante do telegrama número 2, tenho a honra de comunicar-lhe que o Senhor J. de A. Figueira de Mello cessou ontem o exercício de suas funções de conselheiro desta embaixada, para desempenhá-las na acreditada junto a Sua Majestade o rei da Itália.

É com vivo prazer e de todo o coração que aproveito este ensejo para prestar o testemunho da minha mais ampla estima ao meu digno colaborador que deixa esta embaixada, onde pela segunda vez trabalhou a meu lado durante longo período de tempo. Inteligência, cultura, nobreza de sentimentos, distinção de maneiras, dedicação aos interesses superiores do país e à boa ordem do serviço, tais são as qualidades que o recomendam; não sendo ocioso acrescentar que o Senhor J. de A. Figueira de Mello soube granjear aqui o apreço dos seus colegas brasileiros e estrangeiros, e da sociedade romana. Por tudo isso, ousou manifestar a esperança de vê-lo breve promovido a ministro, como merece.

Tenho a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.



Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Octavio Mangabeira,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

**OFÍCIO • 23 ABR. 1929 • AHI 210/1/9**

[Índice:] O acordo entre a Santa Sé  
e o Governo italiano.

Nº. 16

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 23 de Abril de 1929.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de enviar a Vossa Excelência os números das principais folhas romanas, que se referem à reconciliação da Santa Sé com o governo da Itália, desde 11 de fevereiro, data em que os acordos foram assinados pelos plenipotenciários das altas partes contratantes, Cardeal Gasparri, Secretário de Estado de Sua Santidade, e Cavalheiro Mussolini, Primeiro Ministro de Sua Majestade o Rei, no palácio apostólico do Latrão, até a poucos dias.

Fora longo, e creio, também supérfluo, relatar os particulares desse grande acontecimento; nos jornais se acham eles narrados de maneira muito mais completa do que seria possível em um ofício, ou, mesmo, em um relatório.

Junto o texto do tratado político, da concordata, e da convenção financeira, precedido de uma exposição do chefe do governo da Itália ao parlamento. Com surpresa geral, esses documentos apareceram publicados por toda a imprensa deste país, antes de serem aprovados pelas câmaras, e ratificados por Pio XI, e por Vitor Manuel III; a Secretaria de Estado Pontifícia, por meio do seu órgão, *L'Osservatore Romano*, declarou, a propósito disso, que por parte da Santa Sé a publicação oficial só teria lugar depois de cumpridas aquelas formalidades.

Em conformidade com tal critério, que se me afigura o mais correto, reservo para então os comentários que merecem esses atos, de tão transcendente importância na história da Igreja e do mundo.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência, Senhor Ministro, a segurança da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Octavio Mangabeira,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

**OFÍCIO • 23 ABR. 1929 • AHI 210/1/9**

[Índice:] O acordo entre a Santa Sé  
e o Governo italiano.

Nº. 17

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 23 de Abril de 1929.

Senhor Ministro,

Como tive a honra de comunicar por telegrama a Vossa Excelência, o cardeal Secretário de Estado, em nome do Sumo Pontífice, deu aos chefes de missões acreditados junto à Santa Sé, para isso especialmente convocados no Vaticano, a notícia oficial dos acordos concluídos entre aquela e o governo italiano, alguns dias antes que eles fossem assinados no palácio de Latrão pelos respectivos plenipotenciários.

O corpo diplomático, desejando agradecer ao papa esse ato de cortesia, pediu-lhe uma audiência, que se efetuou a 9 de março último, caracterizando-se por singular solenidade. Falei eu como decano em nome de todos, e o Santo Padre se dignou responder.

Para demonstrar a satisfação de Sua Santidade pela audiência, o cardeal Secretário de Estado convidou-nos, todos quantos assistíramos a ela, embaixadores, ministros, encarregados de negócios, e seus colaboradores, a um almoço no Vaticano, na grande sala dos Paramentos. Nessa reunião, a 17 de março, Sua Eminência e eu exprimimos em algumas palavras os sentimentos cordiais, que nos animavam.

Envio a Vossa Excelência, em retalhos do *Osservatore Romano*, o texto dos discursos trocados entre mim e o Santo Padre, assim como a descrição da audiência e do banquete.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência, Senhor Ministro, a segurança da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Doutor Octavio Mangabeira,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Anexo ao ofício ostensivo número 17, de 23 de abril de 1929, da Embaixada do Brasil junto à Santa Sé.

Anexo recorte do *Osservatore Romano*, de 10 de março de 1929.

**OFÍCIO • 23 ABR. 1929 • AHI 210/1/9**

[Índice:] A Santa Sé e a  
República dos Soviets russos.

Nº. 19

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 23 de Abril de 1929.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de enviar a Vossa Excelência, em retalho anexo do *Osservatore Romano*, de 7 do corrente, uma significativa declaração oficial da Secretaria de Estado pontifícia sobre a notícia publicada por algumas agências telegráficas da Europa, que davam como iminente um começo de negociações entre a Santa Sé e a República dos Soviets russos.

Como essa nota explica, nenhuma alteração se tem manifestado na atitude do governo russo para com o clero e os cidadãos católicos, nem, portanto, na do Vaticano para com ele.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência, Senhor Ministro, a segurança da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Doutor Octavio Mangabeira,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Anexo ao ofício ostensivo número 19, de 23 de abril de 1929, da Embaixada do Brasil junto à Santa Sé.

Anexo recorte do *Osservatore Romano*, de 7 de abril de 1929.

**OFÍCIO • 27 MAI. 1929 • AHI 210/1/9**

[Índice:] A guarnição do “Humaytá”  
recebida pelo papa.

Nº. 24

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 27 de Maio de 1929.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que no dia 21 do corrente, atendendo à solicitação do Capitão de Corveta Lemos Bastos, e prévia anuência de Sua Santidade, foi-me dado acompanhar ao Vaticano o Comandante do Submarino brasileiro “Humaytá” mais dois oficiais, seis suboficiais e vinte e cinco marinheiros de guarnição daquela unidade naval.

Aproveitei esse ensejo para apresentar ao Sumo Pontífice o senhor J. S. da Fonseca Hermes Junior, Primeiro Secretário que está servindo nesta Embaixada.

Sua Santidade acolheu os marujos brasileiros com particular simpatia e, antes de dar-lhes a benção apostólica, endereçou-lhes uma alocução traduzindo o prazer que lhe causava esse gesto de filial devoção, pois não ignorava que a Roma tinham vindo expressa e exclusivamente para visitar o Santo Padre.

Sua Santidade deu a todos o anel a beijar, entretendo-se em conversa por mais de dez minutos.

Tenho a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Doutor Octavio Mangabeira,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

**OFÍCIO • 15 JUN. 1929 • AHI 210/1/9**

[Índice:] Beatificação de Bosco.

Nº. 25

./2

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé

Roma, 15 de Junho de 1929.

Senhor Ministro,

Com a solenidade do estilo, Sua Santidade venerou, à tarde do dia 2 do corrente, a imagem do novo beato D. João Bosco.

Mais de três mil pessoas assistiam, aglomeradas nas vastas naves da Basílica Vaticana, a essa cerimônia, juntamente com o Sacro Colégio, o corpo diplomático, as famílias do papa e do beato, representantes das diversas congregações, numerosos prelados e delegações salesianas de todos os países.

Oficiou por tal ocasião o arcebispo brasileiro monsenhor Francisco de Aquino Correia, que deu a benção eucarística.

Vossa Excelência dignar-se-á conhecer dos detalhes da cerimônia pelas notícias do “*Osservatore Romano*” que, em anexo, tenho a honra de remeter-lhe.

No dia 1º do corrente deu entrada nesta embaixada o telegrama de Vossa Excelência, pelo qual eram-me transmitidas instruções para fazer chegar ao Santo Padre as congratulações do governo brasileiro pela beatificação de Dom Bosco,

assinalando a benemerência das obras que os padres salesianos tem realizado no Brasil.

No mesmo dia assim telegrafei a Sua Eminência o cardeal Secretário de Estado:

Prego Vostra Eminenza voler presentare Santo Padre speciali rispettose congratulazioni Governo Brasiliano per beatificazione grande apostolo venerabile Don Bosco la cui congregazione há acquistato tante benemerenze nostra Patria opera illuminata instancabile carità e educazione gioventú. (ass<sup>o</sup>)Azeredo.

No dia 5 recebi a seguinte resposta do cardeal Gasparri:

Sua Santità vivamente compiacesi che esultanza per beatificazione Don Bosco confermi adesione codesta nobile Nazione Chiesa Cattolica auspicando nuova spirituale prosperità popolo brasiliano di cuore ringrazia ínvia benedizione. (ass<sup>o</sup>) Cardinale Gasparri

Devo ainda comunicar a Vossa Excelência que o “*Osservatore Romano*” publicou um telegrama do Brasil transmitindo a notícia dos discursos pronunciados nas duas Casas do Congresso Nacional e as homenagens prestadas ao novo beato e a Congregação dos Padres Salesianos.

Tenho a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Dr. Octavio Mangabeira,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Anexo nº 1 ao ofício O. nº 25, de 15 de junho de 1929.

Anexo recorte do *Osservatore Romano* de 3-4 junho de 1929.

Anexo nº 2 ao ofício O. nº 25, de 15 de junho de 1929.

**OFÍCIO • 12 SET. 1929 • AHI 210/1/9**

[Índice:] Concordata entre a Santa  
Sé e a Prússia.

Nº. 39

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé

Roma, 12 de Setembro de 1929.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de remeter a Vossa Excelência o texto da Concordata firmada pela Prússia com a Santa Sé, no dia 14 de junho de 1929 (anexo nº 1), acompanhada de um Protocolo final (anexo nº 2) que regula o ensino religioso e a intervenção do Estado nas indicações e nomeações aos postos eclesiásticos.

Como Vossa Excelência terá o ensejo de verificar, pelas notas reversas (anexos nº 3 e 4), trocadas entre o Núncio Apostólico e o Dr. O. Braun, Presidente do Ministério da Prússia, logo após a ratificação da Concordata pelo parlamento prussiano, a questão do ensino religioso ficou, com certo ressentimento e explícita ressalva de princípios, por parte da Santa Sé, pendente de um novo acordo.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

J. S. da Fonseca Hermes Jr.

A Sua Excelência o Senhor Doutor Octavio Mangabeira,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Anexo nº 1 ao ofício ostensivo nº 39, de 12 de setembro de 1929.

Anexo recorte do *Osservatore Romano*, de 11 de setembro de 1929.

Anexo nº 2 ao ofício ostensivo nº 39, de 12 de setembro de 1929.

Anexo nº 3 ao ofício ostensivo nº 39, de 12 de setembro de 1929.

Anexo nº 4 ao ofício ostensivo nº 39, de 12 de setembro de 1929.

**OFÍCIO • 14 SET. 1929 • AHI 210/1/9**

[Índice:] Peregrinos brasileiros  
recebidos pelo papa.

Nº. 40

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé

Roma, 14 de Setembro de 1929.

Senhor Ministro,

Junto em anexo tenho a honra de oferecer à leitura de Vossa Excelência a notícia publicada pelo “*Osservatore Romano*” em que relata a recepção dada pelo Santo Padre a 30 peregrinos brasileiros.

Acompanhados pelo Reverendo padre José Cabral, esses peregrinos, foram apresentados a Sua Santidade pelo Ilustríssimo e Reverendíssimo monsenhor Aquino Correia, arcebispo de Cuiabá.

Esta embaixada só teve notícia do fato e da presença desses peregrinos em Roma pela notícia que tenho a honra de passar às mãos de Vossa excelência.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

J. S. da Fonseca Hermes Jr.

A Sua Excelência o Senhor Doutor Octavio Mangabeira,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Anexo ao ofício ostensivo nº 40, de 14 de setembro de 1929.

Anexo recorte do *Osservatore Romano*, de 13 de setembro de 1929.

**OFÍCIO • 23 SET. 1929 • AHI 210/1/9**

[Índice:] O desaparecimento do  
“*Corriere d’Italia*”.

RESERVADO

Nº. 41

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Cidade do Vaticano, 14 de Setembro de 1929.

Senhor Ministro,



Tenho a honra de trazer ao conhecimento de Vossa Excelência que o grande jornal católico “*Corriere d’Italia*” cessou ontem a sua publicação.

Debate-se, atualmente, e por muito tempo ainda será objeto e fonte de discussões e de incidentes entre a Santa Sé e o Estado italiano, a questão de definir os limites que possam precisar os fins religiosos e os políticos das diversas agremiações e entidades societárias católicas.

O Partido Nacional Católico, sem unidade nem direção, subsiste, porém, dentro e fora do fascismo, em sua essência e aspirações; pode-se considerá-lo mesmo como exceção inexplicável da tolerância do senhor Mussolini, se bem não poucos tenham sido os golpes assetados por Sua Excelência contra esse partido, que de político nada mais possui, como eficiência prática ou representação efetiva, seja no parlamento, seja no Governo, seja na administração.

Os acordos de Latrão, porém, deram aso aos mais irrequietos e ambiciosos do Partido a veleidades de prestígio e intervenção nos negócios do Estado.

A Santa Sé mantém-se oficialmente apartada dessas ambições, mas sustenta os direitos das instituições societárias católicas, cujos fins entende serem de caráter “moral”, “religioso” e “social”, e nesse terreno defende energicamente a intangibilidade institucional e os direitos dessas agremiações.

O fascismo, por outra parte, não admite a coexistência de qualquer outra força ou pretensão política.

Desse choque de aspirações e de princípios políticos é dado prever crises mais ou menos agudas e graves entre o Estado italiano e a Santa Sé. Suas consequências podem ter efeitos de importância, dado o caráter voluntarioso, intransigente, dominador, orgulhoso de cada um dos dois chefes – Sua Santidade Pio XI e Benito Mussolini – que se crêem, ambos, dois predestinados, um para a salvação e a grandeza da Itália, outro para a incolumidade e sempre maior glória da Igreja.

Não possuo elementos suficientes para poder atribuir o desaparecimento do “*Corriere d’Italia*” aos primeiros efeitos dessa surda e tensa luta.

Do tom dolente com que Dr. Pietro Melandri, diretor do “*Corriere d’Italia*” comunica em editorial a suspensão do seu jornal, é-me dado atribuir certo melancólico ressentimento seu contra o Vaticano. Suponho ainda que Mussolini garantiu ao Sr. Melandri posto de destaque da imprensa do Partido

fascista, e ter sido Sua Excelência quem, financeiramente, determinou a compra dos títulos e propriedade do jornal que convinha fazer desaparecer.

Notei com surpresa que o “*Osservatore Romano*” nenhuma notícia ou comentário inseriu sobre o desaparecimento do grande órgão católico que há 24 anos defendia os ideais e os princípios da religião católica, apostólica, romana.

Junto em anexo, tenho a honra de passa às mãos de Vossa Excelência a mensagem de despedida do *Corriere d'Italia*.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

J. S. da Fonseca Hermes Jr.

A Sua Excelência o Senhor Doutor Octavio Mangabeira,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Anexo ao ofício reservado nº 41 de 23 de setembro de 1929.

Anexo recorte do *Corriere d'Italia*, de 22 de setembro de 1929.

**OFÍCIO • 30 SET. 1929 • AHI 210/1/9**

[*Índice:*] Informações do “*Giornale d'Italia*”  
sobre o próximo consistório.

Nº. 43

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Cidade do Vaticano, 30 de Setembro de 1929.

Senhor Ministro,

A título informativo e reportando-me tão somente à sua origem, tenho a honra de trazer ao conhecimento de Vossa Excelência que o “*Giornale d'Italia*” de ontem pretende que no Vaticano fala-se com insistência na próxima reunião do consistório em novembro.

Com o falecimento de Sua Eminência o cardeal Dubois, o número de vagas no Sacro Colégio é de treze, atualmente.

Nos círculos bem informados do Vaticano, diz o “*Giornale d’Italia*”, dá-se como certa a elevação à púrpura cardinalícia dos seguintes prelados estrangeiros: do arcebispo de Burgos (Espanha), monsenhor de Castro y Alonso; do primado da Irlanda, monsenhor Mac Rory; do arcebispo de Orleans (França), monsenhor Courcoux; e do arcebispo de Saragoça (Espanha), monsenhor Domenec y Vallas.

Quanto aos italianos, dá como provável a nomeação de monsenhor Todeschini, atual núncio em Madrid; monsenhor Serafini, prefeito dos estudos; monsenhor Rossi, dos carmelitanos, assessor da Consistorial e do arcebispo de Palermo, monsenhor Lavitrano.

Ainda de acordo com as informações desse jornal, é considerada possível a elevação ao cardinalato de monsenhor Marchetti-Selvaggiani, Secretário da S. Congregação de Propaganda.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

J. S. da Fonseca Hermes Jr.

A Sua Excelência o Senhor Doutor Octavio Mangabeira,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

**OFÍCIO • 03 OUT. 1929 • AHI 210/1/9**

[Índice:] O Corpo Diplomático junto à  
Santa Sé depois dos Acordos de Latrão.

Nº. 46

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Cidade do Vaticano, 03 de Outubro de 1929.

Senhor Ministro,

Em cópia separada, tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência o texto da Nota Circular que Sua Eminência o cardeal Pietro Gasparri, Secretário de Estado de Sua Santidade dirigiu ultimamente ao Corpo Diplomático acreditado junto à Santa Sé.

A leitura dessa Nota Circular surpreende à primeira vista, porquanto era dado esperar que as recomendações periodicamente reiteradas com que o Vaticano vedava aos diplomatas acreditados junto a Sua Santidade relações sociais e oficiais públicas com os seus colegas acreditados junto ao rei da Itália, com a sua corte e autoridades italianas, deviam cessar e anular-se depois dos acordos de Latrão.

Quer me parecer, Senhor Ministro, não ter sido esta precisamente a intenção da Santa Sé. A diplomacia do Vaticano, ao reiterar essas recomendações, não tem em mira evidentemente e apenas manter e prorrogar uma situação criada pela violenta e rude ruptura de relações com a Itália cujo rei e governo não tinham sido nunca reconhecidos pela Santa Sé antes dos citados acordos.

Deve-se procurar mais além a razão, as finalidades e o alcance dessa Nota.

Afigura-se-me que o Vaticano já pressentiu ou previu a possibilidade de alguns efeitos da conciliação com a Itália e quer preveni-los.

Em muitos países, parlamentos e governos essa conciliação há de sugerir a ideia e o projeto assaz tentadores de reunir em uma só embaixada ou legação as representações diplomáticas junto ao Santo Padre e junto ao rei da Itália.

Não faltarão opiniões, tendências e pressões nesse sentido; opiniões que se firmarão em vários fatos e circunstâncias em tudo procedentes e favoráveis a essa proposta, sendo de destacar a economia que resultaria para os cofres públicos essa fusão, tanto mais quanto já existe a representação cumulativa, aceita pelo próprio Vaticano, de vários países acreditados em França e na Santa Sé. Convém ainda ter presente as considerações de ordem política e laicas que são sempre postas em evidência pelos propugnadores da supressão da representação diplomática junto ao papa.

Os acordos de Latrão, restabelecendo a paz entre o Vaticano e o Quirinal, dariam azo à eclosão dessas tendências naturais e oportunas; mas à Santa Sé convém manter incólume e numerosa a representação diplomática estrangeira acreditada junto a Sua Santidade e exclusivamente junto a Ela, e quero crer esta Nota Circular constitui a primeira afirmação do que será intransigência quando o primeiro caso se oferecer à consideração do Vaticano, isto é, quando algum governo pretender nomear um mesmo embaixador ou ministro para os dois postos cumulativamente.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência, Senhor Ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

J. S. da Fonseca Hermes Jr.

A Sua Excelência o Senhor Doutor Octavio Mangabeira,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Anexo ao Ofício O nº46, de 3 de outubro de 1929.

Anexa a nota do cardeal Gasparri ao Corpo Diplomático junto á Santa Sé, de 02 de agosto de 1929.

**OFÍCIO • 04 OUT. 1929 • AHI 210/1/9**

[Índice:] A obra diplomática de  
Pio XI.

Nº. 47

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Cidade do Vaticano, 04 de Outubro de 1929.

Senhor Ministro,

Sob o título que serve de ementa a este ofício, o “*Osservatore Romano*” publicou ontem um interessante artigo que põe em relevo a obra diplomática do papa atual, e que tenho a honra de remeter a Vossa Excelência em anexo, sob nº1.

Depois de fazer a resenha das diversas concordatas e acordos internacionais ajustados até hoje pela Santa Sé, durante o pontificado de Pio XI, o articulista salienta: “Quando morreu Bento XV, 15 eram as nações representadas junto à Santa Sé, hoje esse número ascende a 33”, e delas dá a lista completa.

Em separado (anexo nº2), tenho a honra de enviar a Vossa Excelência um exemplar da obra “*I concordati postbellici*” de autoria de Sua Excelência o Senhor Amedeo Giannini.

Nas páginas de 13 a 40 o senhor Giannini estuda a política da Santa Sé desde Pio IX até Pio XI, procurando focalizar as tendências do atual Soberano Pontífice.

Sua Excelência dá o texto das concordatas assinadas com a Letônia, a Baviera, a Polônia e a Lituânia, acompanhado cada qual de um estudo histórico e político sobre o país, o espírito católico, as relações com a Santa Sé e sobre as tendências e consequências da concordata que analisa com aguda clarividência. O mesmo fez S. Ex. com relação à constituição apostólica “*Lituanorum gente*”, aos acordos entre a Santa Sé e a França para as honras litúrgicas no Oriente, ao “*modus vivendi*” entre a Santa Sé e a Tchecoslováquia, aos acordos com Portugal para as Índias Orientais, fazendo, por fim, um estudo sobre a questão dos lugares santos e a Santa Sé.

Publicado em janeiro deste ano, o livro do senhor Giannini não compreende os acordos de Latrão nem as concordatas com a Romênia e a Prússia.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência, Senhor Ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

J. S. da Fonseca Hermes Jr.

A Sua Excelência o Senhor Doutor Octavio Mangabeira,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Anexo ao Ofício Ostensivo nº 47, de 04 de outubro de 1929.

Anexo recorte do *Osservatore Romano*, de 03 de outubro de 1929.

**OFÍCIO • 05 OUT. 1929 • AHI 210/1/9**

[Índice:] Relações entre a  
Santa Sé e os Soviets.

Nº. 48

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Cidade do Vaticano, 05 de Outubro de 1929.

Senhor Ministro,

Pelo ofício nº19, de 23 de abril do ano em curso, esta embaixada teve a honra de transmitir a Vossa Excelência uma Nota Oficiosa do Vaticano em que era desmentida a notícia de pretensas negociações de um acordo entre a Santa Sé e a República dos Soviets.

Apesar desse desmentido algumas agências informativas têm insistido nestes últimos tempos em assegurar a existência de negociações concretas entre o núncio apostólico em Berlim e o embaixador soviético na mesma capital.

O Vaticano fez inserir ontem no seu órgão oficial e em alguns jornais italianos uma outra nota em que é dito:

“Uma agência de informações diplomáticas assevera a existência de tratativas entre o Núncio Apostólico em Berlim e o Embaixador dos Soviets no sentido de estabelecer relações entre a Santa Sé e a Rússia. É óbvio declarar que tal notícia, que aparece com freqüência, é desprovida de qualquer fundamento.”  
(*inventata di sana pianta*).

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência, Senhor Ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

J. S. da Fonseca Hermes Jr.

A Sua Excelência o Senhor Doutor Octavio Mangabeira,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

**OFÍCIO • 05 OUT. 1929 • AHI 210/1/9**

[*Índice:*] O próximo consistório.

O Brasil e o Estado do Vaticano.

RESERVADO

Nº. 49

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Cidade do Vaticano, 05 de Outubro de 1929.

Senhor Ministro,

Com o mesmo caráter informativo do meu ofício nº43, de 30 de setembro último, tenho a honra de trazer ao conhecimento de V. Ex. uma notícia publicada na “*Tribuna*” de ontem à tarde sobre o próximo consistório.

Não querendo, certamente, o Vaticano dar a esse gênero de notícias a importância de uma retificação pelo próprio órgão oficial, faz com que jornais italianos sejam o veículo de certos desmentidos a notícias publicadas em outros jornais.

Em torno do próximo consistório persiste ainda a mais absoluta reserva, e a Santa Sé, ou mais propriamente Sua Santidade, entende dever conservar essa discrição até o extremo limite das possibilidades.

Com o meu ofício nº43 tive a honra de transmitir a Vossa Excelência as informações do “*Giornale d’Italia*”.

A “*Tribuna*” de ontem publicou uma notícia em que se diz: “convém acolher com muita reserva as vozes que têm corrido nestes últimos dias sobre a reunião do próximo consistório”. Depois de asseverar não ser possível nenhuma indiscrição e respeito por parte do Vaticano, por isso que as decisões do Santo Padre são por ele ciosamente guardadas em segredo até o último momento, diz que nada há de decidido nem quanto à data do consistório, nem quanto aos nomes dos prelados que serão dignificados com a púrpura; deixando, por fim, transparecer que não está tão próxima como se pretende e se crê, a reunião do consistório.

As informações, portanto, que se divulgam, diz a notícia, têm origem apenas nas deduções que se fazem e em consequência do número considerável de vagas no Sacro Colégio.

Esta retificação não significa, porém, que os prognósticos feitos pelo “*Giornale d’Italia*” deixarão de realizar-se, total ou parcialmente, mas tão somente que a ninguém é dado penetrar os segredos do Vaticano e muito menos as intenções de Sua Santidade.

Sua Santidade o papa Pio XI entende dever guardar plena e inteira liberdade na direção dos negócios da Igreja; é uma prerrogativa do Soberano Pontífice à qual Sua Santidade quer dar todo o esplendor e amplitude.

Sua Santidade timbra em não admitir influências nem intervenções estrangeiras na escolha e nomeação dos cardeais. A elevação à púrpura cardinalícia, bem como tudo quanto se refere à soberania pontifícia, são atos que



devem emanar exclusivamente da vontade e da inspiração do Santo Padre, e não poucas nem veladas têm sido as afirmações de Sua Santidade nesse sentido.

Não creio, entretanto, que Sua Santidade se faça irredutivelmente surdo aos reclamos e às exigências políticas das potências mais em evidência no momento atual, seja pela importância própria de cada qual, seja pela contribuição pecuniária com que acodem às necessidades materiais da Santa Sé, seja pelo número de católicos nacionais, seja pelas conveniências políticas, seja pelos interesses propriamente ditos e mais ou menos insondáveis da Igreja.

Todas estas considerações influem necessariamente no ânimo do Santo Padre, mas Sua Santidade julga dever ser, e de fato o é, único árbitro no exame e ponderação das mesmas.

Os governos e cleros dos diversos países interessados não cessam de aduzir razões e direitos que Sua Santidade placidamente examina e pondera sem que, contudo, a nada se comprometa nem subordine a sua soberana independência.

A política do Senhor Mussolini não se eximirá de procurar influir na nomeação de cardeais italianos que sejam afetos ao fascismo, sendo mesmo de esperar que S. Ex. tente estender sempre mais além a sua influência no Vaticano. Por outro lado, a maioria de cardeais estrangeiros que se assegura será reservada no Sacro Colégio, não determinará, por certo, a escolha de um cardeal estrangeiro para a Sede Pontifícia.

Tradicionalmente aferrada já está à conveniência política dos papas italianos, não é dado supor, portanto, a possibilidade de uma desviação nessa linha de conduta.

As cabalas, sobretudo por parte da Itália e da França, tenderão agora á escolha de cardeais, e eventualmente de papas, não desafetos às respectivas políticas, governos e países.

Dadas as circunstâncias atuais, não creio impossível que Sua Santidade no próximo consistório deixe de conferir a um segundo prelado brasileiro o chapéu cardinalício. As vagas, se bem que em grande número, estão já naturalmente atribuídas nas intenções de Sua Santidade. Das 13 existentes, é possível que o papa preencha apenas 10 ou 11, deixando 2 ou 3 de reserva. Das dez ou onze, quatro, pelo menos, serão para prelados italianos; a França e a Espanha pretendem duas cada uma; a Irlanda outra; Portugal e a Polônia têm uma vaga cada qual; os

Países Baixos aspiram também por essa honra, e, possivelmente, à América do Sul será dada outra púrpura.

Vossa Excelência não ignora que a Argentina envida esforços por conseguir um cardeal; o Chile julga-se com o mesmo direito; o Peru e a Colômbia que acabam de elevar a Embaixada suas representações junto à Santa Sé, invocam o tradicionalismo católico dos respectivos governos e povos; os católicos do México põem em relevo a conveniência de fazer cessar as perseguições e de atrair as simpatias do governo para a Igreja com a homenagem da distinção cardinalícia para um prelado mexicano.

Outros interesses se gladiam ainda com reflexos pouco favoráveis sobre as nossas justas aspirações que, nem por isso devem ser abandonadas; ao contrário, firmemente defendidas ainda quando não satisfeitas no próximo consistório. A insistência tenderá a formar um ambiente favorável às nossas pretensões e transformá-las em direito – convém, portanto, não diminuir a pressão, mas insistir, fazendo notar com oportunidade o nosso desapontamento no caso em que o próximo consistório não satisfaça os nossos desejos.

A nossa situação de prestígio junto ao Vaticano, em comparação aos demais países da América Latina, permanece inalterada desde há muito tempo, não porque tenhamos decaído ou deixado de desenvolvê-lo constante e progressivamente, mas porque, a par conosco, tem também progredido as demais repúblicas que contestam o nosso direito a um segundo cardeal quando nenhuma das outras nações recebeu ainda da Santa Sé dignidade igual a concedida ao Brasil.

Que Vossa Excelência não interprete essas ponderações, é o rogo que lhe faço, como impressões contrárias ao nosso direito, mas como considerações que possam conduzir-nos à realização de um ato que revigore e realce esse prestígio, e como uma informação sincera e despida de otimismo, respeito ao que cremos e temos o direito de crer uma justa reivindicação.

Do “*statu quo*” presente pouco podemos esperar. Conviria, portanto, perturbá-lo; e o único meio que entrevejo seria uma concordata com o Vaticano.

Não seria de estranhar que algumas repúblicas sul-americanas pretendessem estabelecer o sistema do turno (*roulement*) para o ou os cardinalatos latino-americanos.

A lei de separação da Igreja do Estado não implica para nós na negação da existência da Igreja Católica como religião da grande maioria ou quase totalidade do povo brasileiro. Durante a vigência da contestação dos direitos de Estado à Santa Sé, atribuíamos-lhe soberania e independência com o reconhecimento da prerrogativa de representação diplomática ativa e passiva. O notável discurso com que o nosso ilustre e eminente embaixador, Sua Excelência o senhor Carlos Magalhães de Azeredo, em sua qualidade de Decano do Corpo Diplomático, saudou Sua Santidade por ocasião dos acordos de Latrão, pôs em excepcional relevo essa situação.

A conciliação entre a Santa Sé e a Itália criou de fato e de direito o Estado do Vaticano. Anteriormente a esses acordos o papa era considerado Soberano por algumas nações, mas essa soberania não era exercida, era mais moral que efetiva, quase se poderia dizer era uma ficção. Hoje o Estado do Vaticano existe como entidade jurídica internacional com todas as prerrogativas, direitos e deveres.

Vossa Excelência não ignora que o Secretário de Estado de Sua Santidade entendia que as conseqüências dos acordos de Latrão tinham um caráter internacional geral e que, por isso mesmo, conviria que todas as nações a eles dessem o seu “*beneplicet*”; o Senhor Mussolini sustentou e obteve que os acordos fossem considerados como atos bilaterais. Juridicamente e historicamente cardeal Gasparri encarou a situação e suas conseqüências com acerto; politicamente, sob o ponto de vista italiano, o senhor Mussolini tinha interesse nesse isolamento, e temia que as intenções do Vaticano fossem constituir essas nações como garantes dos acordos.

A condição presente, decorrente da conciliação, isto é, da ereção do vaticano em Estado independente, jurídica e internacionalmente organizado, modifica essencialmente a situação anterior para criar situações no direito internacional, tanto público como privado, entre o Vaticano e os outros países; situações que convém e urge regular.

Não comporta este ofício o exame nem a análise dessas situações. A sua existência decorre naturalmente da nova organização jurídica e administrativa do Vaticano como Estado, organização que não possuía antes da conciliação, e com repercussão no direito público e privado dos outros países.

A atual situação, jurídica e internacional, do Vaticano autoriza-nos, convida-nos e exige mesmo que assinemos um pacto internacional regulando as

relações que com a Santa Sé mantínhamos e que, pelas instituições decorrentes dos acordos de Latrão, tendem, se não a modificar-se, pelo menos a ser fixadas de forma adequada ao novo estado de coisas.

Se anteriormente a existência do Vaticano como Estado constituído, atribuíamos-lhe certas prerrogativas decorrentes da própria ficção, hoje a situação de fato, entendo eu, reclama uma consagração solene, um ato internacional. Se tratávamos com a Santa Sé, quando ficção de estado, nada mais natural nem precedente que quando o papa transformou-se e constituiu-se em Chefe de um Estado, deixando de ser apenas o Chefe de uma religião, estabeleçamos hoje com esse Estado relações baseadas e fixadas em acordos internacionais e que modifiquemos um tanto as anteriores porque já não se trata mais de homenagem ao Chefe da Igreja Católica, da religião da quase totalidade do povo brasileiro.

Sem ferir os princípios e regras que regem no Brasil a lei da separação da Igreja do Estado, para perturbar o “*statu quo*” que assinalei, poderíamos, tomando como pretexto ou razão jurídica, a nova entidade internacional do Vaticano, propor uma Concordata que nos garantisse a representação permanente no Sacro Colégio.

A simples sugestão que tenho a honra de fazer não me autoriza nem aconselha a aventar outros pontos de que a Concordata poderia cogitar. Entendi do meu dever encarar a situação criada pela nova posição do Vaticano como Estado jurídica e internacionalmente constituído em contraposição à situação de soberania fictícia com que considerávamos anteriormente a Santa Sé, procurei nesse confronto encontrar uma solução para o aumento do nosso prestígio e a realização dos fins que colimamos.

Vossa Excelência e Sua Excelência o Senhor Embaixador Carlos Magalhães de Azeredo examinarão as minhas considerações e dar-lhes-ão o destino ou encaminhamento que julgarem mais conveniente.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência, Senhor Ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

J. S. da Fonseca Hermes Jr.

A Sua Excelência o Senhor Doutor Octavio Mangabeira,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

**OFÍCIO • 14 OUT. 1929 • AHI 210/1/9**

[Índice:] Apresentação de credenciais  
do novo Ministro de Portugal.

Nº. 50

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Cidade do Vaticano, 14 de Outubro de 1929.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que Sua Santidade o papa recebeu no dia 12 do corrente em audiência solene S. Ex. o Senhor Enrique Trindade Coelho que Lhe apresentou a carta que o acredita na qualidade de Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário de Portugal junto à Santa Sé.

O senhor Trindade Coelho, personalidade bastante conhecida de Vossa Excelência, exercia as funções de Ministro de Portugal junto ao rei da Itália, quando no mês de julho do corrente ano foi convidado, pela segunda ou terceira vez, para dirigir a pasta das Relações Exteriores do seu país. Incidentes de que Vossa Excelência já deve ter tido conhecimento determinaram a demissão do Senhor Trindade Coelho e sua nomeação para substituir o Senhor Augusto de Castro que, do Vaticano, foi removido para Berlim.

Junto em anexo tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência a notícia oficial da apresentação de credenciais publicada ontem no “*Osservatore Romano*”.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência, Senhor Ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

J. S. da Fonseca Hermes Jr.

A Sua Excelência o Senhor Doutor Octavio Mangabeira,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Anexo ao ofício nº50, de 14 de outubro de 1929, da Embaixada do Brasil junto a Santa Sé.

Anexo recorte do *Osservatore Romano*, de 13 de outubro de 1929.

**OFÍCIO • 29 OUT. 1929 • AHI 210/1/9**

[*Índice:*] Audiência papal aos peregrinos brasileiros.

NP.

Nº. 53

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Cidade do Vaticano, 29 de Outubro de 1929.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de trazer ao conhecimento de Vossa Excelência que Sua Santidade o papa Pio XI recebeu no dia 25 do corrente, com a maior solenidade, a peregrinação brasileira.

A essa audiência assistiram o senhor núncio apostólico no Brasil, o arcebispo da Bahia e primaz do Brasil, os senhores bispos de Nazareth, Piauí e Juiz de Fora, eu e o pessoal da embaixada.

É com o mais vivo prazer que comunico a Vossa Excelência que Sua Santidade dispensou aos peregrinos brasileiros um acolhimento verdadeiramente excepcional.

Numerosas e diárias são as peregrinações que durante o Ano Jubilar acodem a Roma para prestar homenagem ao Santo Padre; nenhuma, porém, mereceu do Soberano Pontífice tanta benevolência e atenção.

Pela notícia do "*Osservatore Romano*" que tenho a honra de remeter em anexo, Vossa Excelência terá o ensejo de certificar-se da solenidade do ato. Pela leitura do discurso de Sua Santidade, longo e carinhoso, Vossa Excelência poderá perceber os sentimentos da paternal gratidão com que o Santo Padre recebeu essa homenagem brasileira.

Cumprê-me, e folgo em fazê-lo, rogar a atenção de Vossa Excelência para as reiteradas expressões de especial e elevada deferência com que Sua Santidade

se referiu ao Brasil, ao governo e autoridades brasileiras, à situação privilegiada da Igreja Católica no nosso país, tendo por fim palavras de particular apreço para com a minha pessoa.

Sua Santidade em termos transbordantes de paternal carinho e emoção lançou sobre o Brasil inteiro todas as suas bênçãos fazendo votos pela grandeza e prosperidade da nossa pátria.

No dia seguinte fui pessoalmente apresentar a Sua Eminência o Secretário de Estado os meus agradecimentos pelas palavras de Sua Santidade, tendo confirmado, para que assim constem nos arquivos, esses agradecimentos, pela nota cuja cópia tenho a honra de anexar ao presente ofício.

Tenho a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Doutor Octavio Mangabeira,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

1º anexo ao ofício ostensivo nº53, de 29 de outubro de 1929.

Nota enviada por Carlos Magalhães de Azeredo ao Secretário de Estado Pietro Gasparri.

2º anexo ao ofício ostensivo nº53, de 29 de outubro de 1929.

Recorte do Osservatore Romano, de 27 de outubro de 1929.

**OFÍCIO • 29 OUT. 1929 • AHI 210/1/9**

[Índice:] Seminário brasileiro  
em Roma.

Nº. 54

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Cidade do Vaticano, 29 de Outubro de 1929.

Senhor Ministro,

Com a presença do cardeal Secretário de Estado, do núncio apostólico e do embaixador da Itália no Rio de Janeiro, e de outras pessoas do mundo católico e civil, efetuou-se em Roma, a 27 do corrente, o lançamento da primeira pedra do futuro seminário brasileiro.

A cerimônia, como verá Vossa Excelência pela notícia constante do recorte anexo, teve a maior significação, que mais se acentuou com o telegrama que Sua Santidade o papa Pio XI se dignou a passar ao cardeal Bisleti, prefeito da Congregação dos Seminários, reiterando os votos de feliz sucesso, que dera na véspera ao receber a peregrinação brasileira, e revendo a Sua paternal benção.

Tenho a honra de renovar a Vossa Excelência, Senhor Ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Doutor Octavio Mangabeira,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Anexo ao ofício ostensivo nº54, de 29 de outubro de 1929.

Anexo recorte do *Osservatore Romano*, de 28-29 de outubro de 1929.

**OFÍCIO • 19 FEV. 1930 • AHI 210/1/10**

*Índice:* Novos grupos de cifra.

R. Nº. 13

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Cidade do Vaticano, 19 de Fevereiro de 1930.

Senhor Ministro,

Atendendo a que esta embaixada tem, frequentemente, na sua correspondência telegráfica com essa Secretaria de Estado, necessidade de referir-se a vários prelados e funcionários da Igreja, cujos nomes não figuram no Código



Administrativo, tenho a honra de propor a Vossa Excelência sejam tais nomes cifrados e incluídos ao mesmo código.

Junto encontrará Vossa Excelência a lista dos mesmos, tendo ao lado os respectivos grupos de cifra, que proponho sejam adotados. No caso em que quaisquer desses grupos já estejam sendo usados por alguma Missão, rogo a Vossa Excelência a bondade de substituí-los por outros, e de dar-me disso o necessário conhecimento.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Doutor Octavio Mangabeira,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Anexo ao ofício R Nº13, de 19 de fevereiro de 1930.

ZUNDA - Arcebispo coadjutor

ZUNET - Becker (João) arcebispo do Rio Grande do Sul

ZUNIV – Bisletti (Gaetano) cardeal, prefeito da Congregação dos Seminários

ZUNJE – Bispo coadjutor

ZUNOU – Cidade do Vaticano

ZUNPI – Estado da Cidade do Vaticano

ZUNUW – Gasparri (Enrico) cardeal, ex-núncio no Brasil

ZUNXO – Gasparri (Pietro) cardeal, ex-secretário de Estado

ZUNYX – Leme (Dom Sebastião) arcebispo coadjutor do Rio de Janeiro

ZUODT – Ottaviani (Alfredo) monsenhor, substituto da Secretaria de Estado

ZUOKY – Pacelli (Eugenio) cardeal, secretário de Estado

ZUORD – Pizzardo (Giuseppe) monsenhor, secretário dos Negócios  
Extraordinários

ZUPAP – Pompilj (Basilio) cardeal, vigário geral de Sua Santidade em Roma

ZUPDY – Ragonesi (Francesco) cardeal, prefeito do Supremo Tribunal da  
Assinatura Apostólica

ZUPER – Silva (Dom Augusto A. da) arcebispo da Bahia e primaz do Brasil

ZUPIT - Silva (Dom Leopoldo Duarte) arcebispo de São Paulo

ZUPLO – Sincero (Luigi) cardeal, secretário da Congregação da Igreja Oriental

ZUPME – Van Rossum (Guiglelmo) cardeal, prefeito da Congregação da Propaganda Fide

ZUPOS – Vannutelli (Vicenzo) cardeal, datário de Sua Santidade, decano do Sacro Colégio dos Cardeais

**OFÍCIO • 01 MAR. 1930 • AHI 210/1/10**

*Índice:* Carta encíclica do  
santo padre.

R. N.º 14

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Cidade do Vaticano, 01 de Março de 1930.

Senhor Ministro,

No dia 31 de dezembro do ano próximo passado, o santo padre endereçou a todos os patriarcas, primazes, arcebispos, bispos, demais autoridades eclesiásticas e fiéis do orbe católico a notável carta encíclica de que tenho a honra de remeter duas cópias a Vossa Excelência, sobre a educação cristã da mocidade.

Esta carta fixa, de maneira clara e categórica, a mentalidade da Santa Sé enquanto à família concerne, não só com relação aos filhos, mas também aos princípios cristãos que devem presidir todos os atos e a própria vida das famílias – no lar, em face do Estado, na escola, na luta cotidiana, e no mundo – subordinando-a sempre, em tudo e para tudo à caridade e aos sentimentos cristãos.

Se bem tenha sido provocada pela tensão de relações que por algum tempo se manifestou entre o Estado fascista e o Vaticano, pela divergência de critério com que um e outro encaravam a educação da juventude, esta carta tem um caráter universal, e não deixou de produzir benéficos efeitos na Itália, onde foi favoravelmente comentada pela imprensa, que como é sabido, reflete ostensivamente as idéias dos dirigentes, pois, segundo se deduz da cordialidade que consta dominar hoje as relações entre o Vaticano e o Governo fascista, desde a recente e longa visita feita pelo secretário geral do Partido Fascista, Sua Excelência o Senhor Augusto Turati ao soberano pontífice, tanto o Vaticano como

as autoridades italianas dão mostras de uma perfeita concordância de vistas nesta questão tão delicada para a Itália atual e para a Igreja em todos os tempos e lugares. Só o futuro revelará, entretanto, se o conflito de princípio nesta matéria se acha aqui realmente e definitivamente sanado.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Dr. Octavio Mangabeira,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Anexo 1 ao ofício R N°14, de 01 de março de 1930.  
Anexa a carta encíclica do papa Pio XI, de 1929.

**OFÍCIO • 01 MAR. 1930 • AHI 210/1/10**

*Índice:* Remete cópia de  
Notas.

Nº. 15

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Cidade do Vaticano, 01 de Março de 1930.

Senhor Ministro,

Dando cumprimento as disposições vigentes, tenho a honra de remeter a Vossa Excelência cópia das notas trocadas entre esta Embaixada e a Secretaria de Estado do Vaticano durante o segundo semestre do ano de 1929, próximo passado.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Dr. Octavio Mangabeira,

Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Seguem anexas as seguintes notas citadas: N.4, N.5, N.6, N.7, N.8, N.9, N.10, N.81158, N.31637, N.81830, N.82114, N.82115, N.84230, N.84253, N.84335, N.85537, N.85613, N.85721, N.85802, N.85748.

**OFÍCIO • 01 MAR. 1930 • AHI 210/1/10**

*Índice:* A Santa Sé e a reforma do calendário.

Nº. 16

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Cidade do Vaticano, 01 de Março de 1930.

Senhor Ministro,

Como Vossa Excelência sabe a Sociedade das Nações vem se ocupando da reforma do Calendário Gregoriano.

A 27 de junho de 1923 – *La Commission Consultative et Technique des Communications et du Transit* – da Liga das Nações fez solicitar à Santa Sé a designação de uma pessoa competente que pudesse tomar parte nos trabalhos que deviam conduzir a referida reforma do calendário.

Pela leitura da nota com que, a 7 de março de 1924, S. Ex. o Núncio Apostólico em Berna, monsenhor Maglione, respondeu a S. Ex. *Sir Eric Drummond*, Vossa Excelência se dignará tomar conhecimento da intervenção que, sem nenhum compromisso, teve a Santa Sé nesta questão, por via do reverendo padre Gianfranceschi.

O ponto de vista da Santa Sé destaca-se não somente da nota a que me refiro, como também mais claramente da exposição que a segue no Pró-Memória que tenho a honra de anexar ao presente ofício.

A Santa Sé, contraria em princípio às mutações que sofreriam as festas pascoais, com a reforma do Calendário Gregoriano, entendendo por um lado não tratar-se da defesa de um dogma, não querendo, por outra parte, ressuscitar ou

agravar as dissensões religiosas e históricas que esta questão tem suscitado através [d]os séculos, sujeita a sua opinião ao voto prévio de um Concílio Ecumênico.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Dr. Octavio Mangabeira,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Anexo ao ofício ostensivo nº16, de 01 de março de 1930.

Anexo a Pró-Memória.

**OFÍCIO • 01 MAR. 1930 • AHI 210/1/10**

*Índice:* O papa e as perseguições  
religiosas na Rússia.

Nº. 17

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Cidade do Vaticano, 01 de Março de 1930.

Senhor Ministro,

Tem tido profunda repercussão em toda a Europa a carta que Sua Santidade o Papa Pio XI dirigiu ao cardeal Pompilj, seu vigário-geral, no dia 2 de fevereiro do corrente ano, lamentando as perseguições que o governo dos Soviets vem desenvolvendo contra a religião na Rússia.

Nem podia ser de outro modo, porquanto Sua Santidade não hesita em aconselhar como condição prévia para o reconhecimento do governo soviético o respeito da consciência, a liberdade dos cultos e dos bens da Igreja.

Pela leitura da carta que tenho a honra de anexar ao presente ofício, percebe-se claramente a indignação do santo padre contra os sentimentos religiosos do povo russo e a própria religião.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Dr. Octavio Mangabeira,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Anexo ao ofício ostensivo nº 17, de 01 de março de 1930.

Anexa a carta do Papa Pio XI.

**OFÍCIO • 01 MAR. 1930 • AHI 210/1/10**

*Índice:* Celebração do Jubileu do  
santo padre.

Nº. 18

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Cidade do Vaticano, 01 de Março de 1930.

Senhor Ministro,

Comemorando o seu jubileu sacerdotal, Sua Santidade o Papa Pio XI lançou, com data de 23 de dezembro último, uma encíclica na qual lembra os principais atos e fatos desse ano jubilar. Não me tendo sido ainda possível obter outros exemplares remeto agora apenas um deles.

Junto tenho a honra de enviar também o texto dos discursos que foram pronunciados por mim, como decano do corpo diplomático, e por Sua Santidade na audiência solene que também por essa ocasião o santo padre concedeu aos representantes das nações estrangeiras acreditados junto à Sua Augusta pessoa.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Octavio Mangabeira,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Anexo nº2 ao ofício ostensivo Nº18, de 01 de março de 1930.

Anexo recorte do *Osservatore Romano*.

**OFÍCIO • 24 MAR. 1930 • AHI 210/1/10**

*Índice:* Personalidade jurídica das  
Associações religiosas.

Nº. 19

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Cidade do Vaticano, 24 de Março de 1930.

Senhor Ministro,

Por via do artigo 29 – letra B – da Concordata assinada entre a Itália e a Santa Sé, e que faz parte dos Acordos de Latrão, ficou estabelecido o reconhecimento da personalidade jurídica das associações religiosas.

No retalho do *Osservatore Romano*, que tenho a honra de remeter anexo ao presente ofício, está amplamente explicada a interpretação e extensão que o Vaticano dá a essa parte da Concordata, firmadas nas instruções que acaba de expedir para a sua aplicação.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Octavio Mangabeira,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Anexo recorte do *Osservatore Romano*, de 13 de março de 1930.

**OFÍCIO • 25 MAR. 1930 • AHI 210/1/10**

*Índice:* Substituição do Secretário de  
Estado de Sua Santidade.

RESERVADO.

Nº. 20

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Cidade do Vaticano, 25 de Março de 1930.

Senhor Ministro,

Como tive a honra de comunicar a Vossa Excelência por telegrama nº1, de 11 do mês passado, o santo padre, tendo acedido, após longa relutância e com grande pesar, aos reiterados pedidos de exoneração apresentados pelo cardeal Gasparri, nomeou seu novo secretário de Estado o cardeal Eugenio Pacelli.

O cardeal Gasparri – caso único nos fastos da Santa Sé – foi primeiro-ministro de dois Pontífices sucessivos: Bento XV, e Pio XI; exerceu o último cargo quinze anos, no período mais agitado e perigoso dos tempos modernos, entre dificuldades várias e incessantes para a Santa Sé. O balanço da sua ação diplomática e política é, entretanto, dos mais brilhantes e fecundos que se conhecem; pode-se dizer sem exagero que ele se retirou em plena glória.

Pedro Gasparri, sacerdote exemplar, cuja vida a própria calúnia nunca ousou por em dúvida, teve como primeiro emprego da sua inteligência e da sua doutrina, por longo tempo, o magistério. Depois de ensinar, apenas ordenado, teologia sacramentária e direito canônico no Seminário Romano, foi designado por Leão XIII para professar esta última disciplina no Instituto Católico de Paris, onde trabalhou quase vinte anos.

Passados eles, o grande papa resolveu destiná-lo à diplomacia pontifícia; e, preconizando-o arcebispo de Cesareia da Palestina, nomeou-o delegado apostólico no Peru. De lá foi ele chamado para Roma, vindo ocupar o posto de secretário da Congregação dos Negócios Eclesiásticos Extraordinários, que é uma das seções da Secretaria de Estado. Foi aí que ele se ligou em sincera e íntima amizade com monsenhor Della Chiesa, que era então *sostituto*, isto é, diretor-geral da outra seção, a dos Negócios Eclesiásticos Ordinários.

Pio X, que, entre os vastos projetos de reforma característicos do seu pontificado, afagava o da Codificação do Direito Canônico, nomeou secretário da Comissão Cardinalícia instituída para esse fim monsenhor Gasparri, promovendo-o à presidência da mesma quando o criou cardeal, em 1907. O sábio prelado, já



então célebre como um dos maiores mestres na matéria, foi realmente a alma dessa obra monumental, que promulgada por Bento XV no domingo de Pentecostes de 1917, entrou em vigor na mesma festa do ano seguinte. Desde dezembro de 1914, o cardeal Gasparri era secretário de Estado.

Nessa qualidade, ele atravessou com o seu soberano e amigo os quatro anos angustiosos da guerra, sendo-lhe conselheiro muito escutado e devoto colaborador nos tão importantes como numerosos atos pontifícios relativos à grande luta das nações, compartilhando-lhe as tristezas profundas pela incompreensão e pela injustiça, quase gerais nos países europeus beligerantes, com que a atitude, não indiferente, mas imparcial, da Santa Sé era encarada, e a final consolação da paz, seguida, em breve, por um começo de revisão desse errôneo juízo. Ele aludia a essa mudança, quase nove anos mais tarde, respondendo ao discurso em que o decano do corpo diplomático acreditado no Vaticano lhe apresentava as congratulações deste pelo seu jubileu sacerdotal: “Nos anos terríveis da guerra mundial, cada grupo de potências beligerantes desejava, como era muito natural, ter o apoio do santo padre; e pois que o santo padre, como era igualmente muito natural, entendia ficar, quanto era possível, em perfeito equilíbrio, implorando a altos brados o termo das hostilidades, e procurando, entretanto, aliviar-lhes os danos em todos os campos, resultavam daí, por toda a parte, recriminações contra a Santa Sé. Cessada, finalmente, a guerra, muitas potências, que não eram representadas junto à Santa Sé, apressaram-se a acorrer para o Pai comum, reconhecendo com esse fato a equanimidade deste durante o conflito; e como eu tive e tenho o prazer de ver ao redor de mim um corpo diplomático distinto, muito distinto, pelos méritos pessoais de cada um dos que o compõem, e muito importante pelo número, quase o dobro do que era antes da guerra”. E não é ocioso acrescentar que desde então ainda outras embaixadas e legações tem sido criadas.

Eleito Pio XI em 1922, conservou-o junto de si o cardeal Gasparri como secretário de Estado. No presente pontificado teve o eminente ministro a satisfação grandíssima, por certo, de negociar muitas e notáveis concordatas, com a aplicação das doutrinas por ele compiladas na Codificação do Direito Canônico. E por último, lhe coube a glória de tratar e concluir, ao lado do papa, a tão sonhada reconciliação da Santa Sé com a Itália oficial, escrevendo o seu nome nos Pactos Lateranenses, isto é, nas laudas eternas da história.

Sentiu ele, com razão, que este triunfo supremo devia ser a chave de ouro da sua carreira pública excepcionalmente feliz; e, cansado já da idade (setenta e oito anos), e dos muitos trabalhos, solicitou e conseguiu do santo padre a sua exoneração; não digo a sua aposentadoria, porque assumiu a presidência da Comissão criada para a codificação da parte oriental do direito canônico.

Todas as fortunas lhe sorriram; homem de modesta origem, que ele não esconde, antes com prazer recorda, atingiu as mais elevadas posições a que um sacerdote pode chegar, excetuada a de papa, que, a crer no que se diz, teria podido conquistar, se tivesse querido, no último conclave: príncipe da Igreja, secretário de Estado de dois Pontífices sucessivos, camerlengo, cargo de predominante autoridade em caso de Sé vacante, e, por fim, cavaleiro da Suprema Ordem da Santa Anunciada, o que lhe confere o título de primo do rei da Itália.

O cardeal Pacelli pertence a uma dessas antigas famílias da alta burguesia romana, tradicionalmente dedicadas ao serviço da Santa Sé. Seu bisavô, que viveu cento e um anos, foi ministro das Finanças de Gregório XVI. Seu avô, que atingiu a idade de oitenta anos, foi o último ministro dos Negócios Estrangeiros de Pio IX. Seu pai, advogado consistorial, era um dos conselheiros mais ouvidos de Leão XIII e Pio X. Seu irmão, advogado consistorial também ele, foi o representante jurídico do Vaticano nas longas negociações que conduziram aos Acordos Lateranenses isto é, à *Concilizone*, recebendo, por isso, de Pio XI generosa retribuição, e o título de marquês.

Eugenio Pacelli nasceu em Roma a 2 de março de 1876. Depois de brilhantes estudos no colégio, na Universidade Gregoriana, e na Academia dos Nobres Eclesiásticos, ele leciona nesta famosa escola direito canônico por cinco anos, ao mesmo tempo em que enceta a sua carreira diplomática na qualidade de *minutante* (amanuense) da Secretaria de Estado. Assim, sob a direção dos cardeais Rampolla, Merry del Val e Gasparri, ele se familiariza com todas as questões interiores e exteriores, estuda as relações entre a Santa Sé e os vários governos, redige diversos documentos de grande alcance político. A Universidade de Washington oferece-lhe uma cadeira de direito eclesiástico e romano; mas a Secretaria de Estado opõe-se, não querendo privar-se dos seus serviços, mesmo temporariamente. Em 1911, monsenhor Pacelli é nomeado subsecretário da Congregação dos Negócios Eclesiásticos Extraordinários, e pouco depois, secretário, substituindo monsenhor Scapinelli, designado para núncio em Viena, e

atualmente cardeal. Desde então, ele colabora ativamente na Codificação do Direito Canônico.

Em 1917, Bento XV o escolhe para suceder monsenhor Aversa como núncio em Munique, e lhe confere ele próprio, na Capela Sistina, a consagração episcopal. Era o momento mais crítico da guerra, e na árdua, melindrosa missão confiada à inteligência e ao zelo do jovem prelado, havia muito para preocupá-lo e intimidá-lo. Sabe-se hoje que dotes de perspicácia, de discrição, de tato, mas, sobretudo, de sentimento cristão e sacerdotal, monsenhor Pacelli revelou nas delicadíssimas negociações que teve de desenvolver junto ao governo imperial e a outros governos da Alemanha, secundando os projetos de paz afagados pelo grande coração de Bento XV.

Terminada a guerra, monsenhor Pacelli, nomeado núncio em todo o *Reich*, negociou com sucesso notável as Concordatas entre a Santa Sé, e a Prússia, a Baviera, a Saxônia. Mas não se limitou ele a freqüentação das rodas oficiais, onde granjeara prontamente uma estima e uma admiração proporcionadas ao seu talento e as suas virtudes. Padre, bispo, delegado da Igreja, interessou-se com infatigável constância pela vida religiosa e social do povo alemão. Da mesma forma que, durante a guerra, visitara, incansável, hospitais de sangue, campos de concentração, levando por toda a parte socorros físicos e lenitivos morais, assim, restabelecida a paz, compareceu assiduamente às festas litúrgicas, escolares, operárias, às inaugurações, às celebrações de centenários, onde a sua presença foi desejada, e em algumas dessas circunstâncias, pronunciou discursos, que profunda impressão causaram pela largueza de vistas que revelaram, pela eloquência de ótimo quilate, e também pela pureza da linguagem alemã.

Aconteceu, por isso, que, chamado para Roma a receber o chapéu cardinalício, a sua partida produziu geral pesar no *Reich*, e manifestações entusiásticas de simpatia lhe foram feitas em Berlim e em outras cidades da Confederação pelas altas classes, como pelas classes populares. Revelando-as e explorando-as, alguns órgãos da imprensa francesa externaram, em tom mais ou menos veemente, a sua contrariedade de verem associado ao governo central da Igreja um prelado tão amigo da Alemanha. A *Action française*, com o seu costumado exagero, publicou um artigo alarmante sobre os perigos que corria a paz na Europa em consequência dessa designação, e puxou até para fora a questão do *Anchluss* da Áustria com a Alemanha, concluindo por perguntar,

ridiculamente, para que existia uma embaixada francesa no Vaticano; como se alguma embaixada pudesse vetar a justa promoção de um núncio só por que soube tornar-se e conservar-se *persona grata* no país onde lhe coube a honra de representar o sumo pontífice.

Puras fantasias. A instalação do cardeal Pacelli na Secretaria de Estado trará ao expediente desta e aos seus processos práticos o benefício de um espírito mais moderno e mais viajado, e da atividade, naturalmente maior, de um homem ainda moço, em plena saúde, em pleno vigor. Mas não acarretará qualquer mudança à política da Santa Sé; antes, se alguma pudesse significar, seria a de acentuar a ação pessoal do papa; o que bem se compreende, tendo-se em conta que o cardeal Pacelli, se entra nas suas novas funções com o prestígio do engenho e da cultura, não possui de certo ainda a autoridade que possuía o cardeal Gasparri, pela obra desenvolvida em quinze anos através de dois pontificados. O cardeal Pacelli será o colaborador e o informador de confiança do santo padre, muito mais que propriamente o seu conselheiro. Isso é o que sucede a todos os secretários de Estado ainda jovens no começo de sua missão, cumprindo ponderar que Pio XI, ciosíssimo das próprias prerrogativas, raramente pede um conselho, e absolutamente não os admite espontâneos.

O cardeal Pacelli, que se distingue por um caráter de absoluta retidão, e pelo culto estrênuo do dever, é, ao mesmo tempo, um homem de sincera e encantadora modéstia. Ele achará na sua eleita compleição moral a coragem de dizer ao pontífice o que a sua consciência lhe ditar, mas sempre com aquele espírito de obediência que preside as relações de um secretário de Estado com o papa. De fato, a posição daquele não é a de um ministro leigo diante de um soberano leigo, mas a de um ministro eclesiástico diante de um soberano revestido de místico poder superior a todos os outros na imensidade da Igreja Católica. O cardeal Pacelli é, antes de tudo, um sacerdote, como sacerdote antes de tudo é Pio XI. Ele pode ser, e deve ser, amigo da Alemanha, grato à Alemanha pelo acolhimento de afetuosa veneração que lá encontrou; mas estes sentimentos serão sempre subordinados ao amor supremo do catolicismo, e ao espírito internacional, universal, que todo secretário de Estado, como todo papa, tem necessariamente de possuir e praticar.

A verdade essencial é que a Santa Sé, se na esfera política se mostra respeitadora até o escrúpulo das prerrogativas de cada Estado, a ponto de não

intervir nem contra a tirania nem contra a anarquia, enquanto a liberdade da fé e os direitos da Igreja são respeitados, ou não se cometem atrocidades dessas que sublevam irresistivelmente a consciência humana, do ponto de vista religioso encara todos os países do mundo como províncias do universal império, que lhe foi doado por Jesus Cristo. Assim acontece, não raro, que ela prodigue em determinadas circunstâncias, a um povo, favores que pareçam ou mesmo sejam exagerados, lesivos dos legítimos méritos de outros povos, e contrários à justiça, como nós a entendemos cá fora. A causa disso, porém, nunca será, no fundo, uma predileção por esse povo; mas unicamente a persuasão de ser ele, em tal conjuntura da história, o melhor, o mais adequado instrumento da magnitude e da glória da Igreja, convindo, portanto, conquistá-lo, ou conservá-lo amigo, com exuberantes testemunhos de afeto. Do alto do Vaticano, poderia, se não se prestasse ao equívoco, ser proclamada, como divisa da Santa Sé, a famosa expressão “sacro egoísmo”, que, em 1915, foi proferida do alto do Capitólio como explicação da atitude da Itália no conflito, então europeu, e pouco depois, mundial.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Octavio Mangabeira,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

**OFÍCIO • 03 ABR. 1930 • AHI 210/1/10**

*Índice:* Jubileu Sacerdotal de  
Pio XI.

Nº. 21

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Cidade do Vaticano, 03 de Abril de 1930.

Senhor Ministro,

Como tive a honra de anunciar a Vossa Excelência pelo telegrama N°2, de 21 do mês passado, realizou-se a 30 desse mês nesta embaixada o banquete que oferecemos em nome do presidente da República e do Governo Brasileiro, para celebrar o Jubileu Sacerdotal do santo padre.

Essa manifestação, à qual associei o corpo diplomático de que sou decano, causou muito boa impressão nele, no ambiente da Santa Sé, e na sociedade romana. Sei que o papa está muito comovido e penhorado pela homenagem que assim lhe tributamos.

Envio a Vossa Excelência algumas das notícias publicadas pelos jornais de Roma, assim como o texto do brinde que pronunciei, e do belo discurso, com que me respondeu o cardeal secretário de Estado.

Agradeço-lhe novamente, de todo o coração, a gentileza e a bondade, com que Vossa Excelência se dignou proporcionar-me modo de recomendar mais uma vez o Brasil ao afeto do pontífice.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Doutor Octavio Mangabeira,

Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Anexo N°1 ao ofício ostensivo N°21, de 03 de abril de 1930.

Recorte do *L'Italie*.

Anexo N°2 ao ofício ostensivo N°21, de 03 de abril de 1930.

Recorte do *Il Messaggero*, de 01 de abril de 1930.

Anexo N°3 ao ofício ostensivo N°21, de 03 de abril de 1930.

Recorte do *Osservatore Romano*, de 31 de março e 01 de abril de 1930.

Anexo N°4 ao ofício ostensivo N°21, de 03 de abril de 1930.

Brinde pronunciado pelo Embaixador do Brasil.

Anexo N°5 ao ofício ostensivo N°21, de 03 de abril de 1930.

Discurso do cardeal Secretário de Estado.

**OFÍCIO • 11 ABR. 1930 • AHI 210/1/10**

*Índice:* Sobre o 1º Secretário

Fonseca Hermes Junior.

Nº. 22

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé

Roma, 11 de Abril de 1930.

Senhor Ministro,

Ao deixar esta embaixada, onde serviu por mais de um ano, o senhor primeiro-secretário João Severiano da Fonseca Hermes Junior, é para mim um dever e um prazer atestar a inteligência, a atividade, o zelo, a discrição, a competência, que ele revelou como meu estimado colaborador, a quem sou grato pelo valioso auxílio que me prestou, e aos interesses do Brasil aqui. Folgo em ajuntar que com sua distintíssima esposa, ele soube adquirir uma posição de grande e geral simpatia na sociedade romana.

Tenho a honra de reiterar-lhe, Senhor Ministro, a segurança da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Octavio Mangabeira,

Ministro de Estado das Relações Exteriores.

**OFÍCIO • 25 ABR. 1930 • AHI 210/1/10**

*Índice:* Falecimento do cardeal

Arcoverde.

Nº. 25

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé

Roma, 25 de Abril de 1930.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de remeter a Vossa Excelência o incluso retalho do *Osservatore Romano*, de 20 do corrente mês, com a notícia do falecimento do cardeal Arcoverde.

Tanto pela sua extensão, como pelo destaque em que foi posta, essa notícia sai normas habituais do jornal, o que prova o alto conceito em que era tido o cardeal Arcoverde nos meios officiosos do Vaticano.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Octavio Mangabeira,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Anexo N°1 ao ofício ostensivo N°25, de 25 de abril de 1930.

Recorte do *Osservatore Romano*, de 20 de abril de 1930.

**OFÍCIO • 06 MAI. 1930 • AHI 210/1/10**

*Índice:* Novos modelos de cartões.

N°. 27

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 06 de Maio de 1930.

Senhor Ministro,

Esta Embaixada tem sempre necessidade de utilizar-se, para a sua correspondência oficial, de cartões bilhetes de formato igual ao que envio agora um exemplar a Vossa Excelência. Acontece, porém, que a casa *Harrison & Sons*, de Londres, só está autorizada a fornecer-nos cartões com dizeres – Embaixada do Brasil -, o que não nos serve, porque daria lugar a confusões com a nossa Embaixada junto ao Quirinal.

Diante disso, muito agradeceria a Vossa Excelência se dignasse autorizar a casa *Harrison & Sons* a fornecer-nos, quando fosse necessário, e por conta do



crédito ali aberto a nosso favor, cartões bilhetes com os dizeres – Embaixada do Brasil junto à Santa Sé. A execução dessa medida se torna tanto mais fácil quanto aquela casa já possui a respectiva matriz de tais dizeres, com que imprime os envelopes modelo S.D.299, dos quais Vossa Excelência encontrará aqui um exemplar.

Aproveito estar tratando deste assunto, para pedir também a Vossa Excelência, se assim o julgar conveniente, autorize a casa *Harrison & Sons* a imprimir e fornecer cartões convite com os dizeres – *L’Ambassadeur du Brésil et Madame...* -, visto como os do modelo S.D.315 só servem quando os convites são feitos exclusivamente por mim, o que mui excepcionalmente acontece na representação oficial desta Embaixada.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Octavio Mangabeira,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

**OFÍCIO • 04 JUL. 1930 • AHI 210/1/10**

*Índice:* Notas trocadas com a Secretaria de Estado.

Nº. 31

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 04 de Julho de 1930.

A Sua Excelência o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores o Embaixador do Brasil junto à Santa Sé apresenta os seus protestos de respeitosa consideração, e tem a honra de enviar-lhe as inclusas cópias das notas trocadas entre esta Embaixada e a Secretaria de Estado de Sua Santidade durante o primeiro semestre do corrente ano.

Anexas as notas anteriormente citadas:

Anexo nº1 de 13 de fevereiro de 1930.

Anexo nº2 de 14 de fevereiro de 1930.

Anexo nº3 de 05 de maio de 1930.

Anexo nº4 de 10 de maio de 1930.

Anexo nº5 de 08 de junho de 1930.

Anexo nº6 de 19 de junho de 1930.

Anexo nº7 de 11 de janeiro de 1930.

Anexo nº8 de 10 de fevereiro de 1930.

Anexo nº9 de 13 de fevereiro de 1930.

Anexo nº10 de 30 de abril de 1930.

Anexo nº11 de 16 de maio de 1930.

Anexo nº12 de 23 de junho de 1930.

**OFÍCIO • 04 JUL. 1930 • AHI 210/1/10**

*Índice:* A questão religiosa  
em Malta.

Nº. 29

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 04 de Julho de 1930.

Senhor Ministro,

Em anexo a este ofício tenho a honra de remeter a Vossa Excelência um exemplar da publicação oficial do Vaticano intitulada “*Esposizione documentata della questione maltese – (Febbraio 1929 – Giugno 1930)*”.

Essa publicação é resposta a outra que apareceu a pouco na Inglaterra sob o título “*Correspondence with the Holy See relative to Maltese Affairs*”.

Essa “*mise au point*” do Vaticano vem esclarecer a opinião pública a respeito do grave conflito que há tempos se dá em Malta, entre as autoridades eclesiásticas da ilha e o governador britânico da mesma, *lord* Gerald Strickland. Nestes últimos tempos, [n]a imprensa italiana se tem feito eco dessa situação, na qual ela vê, por obra do mesmo governador, uma ameaça para o caráter italiano de Malta e uma provocação as crenças religiosas dos seus habitantes.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Octavio Mangabeira,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

**OFÍCIO • 04 JUL. 1930 • AHI 210/1/10**

*Índice:* A saúde de S.S.

Pio XI.

Nº. 30

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 04 de Julho de 1930.

Senhor Ministro,

De há tempos a esta parte vem circulando boatos alarmantes sobre a saúde de Sua Santidade o Papa Pio XI. Repetem-se, assim, os rumores intranquilizadores que em 1928, exatamente há dois anos, se espalharam a respeito do mal estado de saúde do sumo pontífice: nesse mesmo verão de 1928,

verificou-se a nenhuma base desses rumores; o calor, somente, abatera um pouco as forças do santo padre, que, dificilmente suporta a estação calmosa.

No presente ano, sem que se tenha visto o santo padre interromper ou diminuir as suas incessantes e absorventes ocupações, voltam a espalhar-se os mesmos boatos, a ponto de assegurar-se haver sido chamado o célebre professor Marion, cirurgião francês, que haveria diagnosticado em Sua Santidade um tumor na próstata.

O desmentido a esses rumores já se produziu há pouco por parte do Vaticano, e sem querer eu afirmar que o santo padre, com os seus 73 anos feitos, goze de perfeita saúde, salta aos olhos a atividade incessante que continua a ter, dando diariamente longas e variadas audiências, a várias peregrinações dirigindo longamente a palavra, e isso no rigor da quadra de verão penoso que é o deste ano em Roma. O seu aspecto físico de grande robustez, o timbre enérgico da voz, o olhar penetrante, que são características de Sua Santidade Pio XI, se mantém integralmente como se manifestaram ainda há pouco por ocasião das cerimônias de recepção dos novos cardeais, entre os quais o do Rio de Janeiro, dom Sebastião Leme.

Pelo retalho anexo do “*Messaggero*”, diário desta capital, datado de 1º de julho corrente, e que habitualmente é bem informado acerca de coisas do Vaticano, se dignará Vossa Excelência ler desmentido cabal às alarmantes e infundadas notícias do mal estado de saúde do santo padre.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Octavio Mangabeira,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Anexo Nº1 ao ofício ostensivo Nº30, de 04 de julho de 1930:

Recorte do *Il Messaggero*, de 01 de julho de 1930.

**OFÍCIO • 13 JUL. 1930 • AHI 210/1/10**

*Índice:* Retalhos de jornais  
sobre novos cardeais.

Nº. 32

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 13 de Julho de 1930.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de remeter a Vossa Excelência os inclusos retalhos do *Osservatore Romano*, com a notícia detalhada do Consistório público, realizado na Basílica Vaticana, a 3 do corrente, quando o papa Pio XI impôs o chapéu cardinalício aos prelados ultimamente elevados à púrpura.

Noutro retalho do mesmo jornal, Vossa Excelência terá a notícia da cerimônia havida na véspera daquele dia, no Vaticano, e na qual Sua Santidade impôs o barrete aos mesmos novos cardeais. Nessa ocasião, dom Sebastião Leme pronunciou um discurso de agradecimentos, em seu nome e do dos demais prelados recentemente admitidos ao Sacro Colégio. Esse discurso causou a melhor impressão. Pio XI respondeu-o nos termos que Vossa Excelência verá pelo mesmo retalho, onde igualmente se encontra, na íntegra, o referido discurso do cardeal Leme.

Finalmente, terá Vossa Excelência notícia, por outro retalho do *Osservatore Romano*, também incluso, de como ocorreu a cerimônia de posse, pelo cardeal Leme, de seu título da igreja São Bonifácio e Santo Aleixo, realizada a 9 do corrente. Como tive oportunidade de dizer-lhe, no meu telegrama número 23, do dia seguinte, essa mesma igreja fora já o título do finado cardeal Arcoverde.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Octavio Mangabeira,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Anexo Nº1 ao ofício ostensivo Nº32, de 13 de julho de 1930:

Recorte do *L'Osservatore Romano*, de 04 de julho de 1930.

Anexo Nº2 ao ofício ostensivo Nº32, de 13 de julho de 1930:

Recorte do *L'Osservatore Romano*, de 04 de julho de 1930.

Anexo Nº3 ao ofício ostensivo Nº32, de 13 de julho de 1930:

Recorte do *L'Osservatore Romano*, de 11 de julho de 1930.

**OFÍCIO • 11 AGO. 1930 • AHI 210/1/10**

*Índice:* Convenção monetária

ítilo-vaticana.

Nº. 35

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé

Roma, 11 de Agosto de 1930.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de enviar a Vossa Excelência, em cópia anexa, o texto da Convenção monetária assinada a 2 do corrente mês pelos representantes dos governos italiano e vaticano, respectivamente o ministro da Fazenda do Reino da Itália e o governador do Estado da Cidade do Vaticano.

O único aspecto realmente interessante a salientar-se nessa Convenção, é o consentimento de ambas as partes para que as moedas vaticanas e italianas tenham, respectivamente, no Reino da Itália e na Cidade do Vaticano idêntico curso legal. No fundo ela não vale senão como uma das formas pelas quais o Estado da Cidade do Vaticano entende dever firmar a sua plena soberania.

Tenho a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Heitor Lyra

A Sua Excelência o Senhor Octavio Mangabeira,

Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Anexa uma cópia da “*Convenzione monetaria italo-vaticana*”.

**OFÍCIO • 01 SET. 1930 • AHI 210/1/10**

*Índice:* Consulados pontifícios.

Nº. 38

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 1º de Setembro de 1930.

Senhor Ministro,

Com a nova feição internacional adquirida pela Santa Sé, depois dos Acordos de Latrão, tem-se cogitado, ali, da adoção de medidas que convém não deixar passar sem uma observação, tanto mais quanto podem interessar-nos de perto.

Dessa ordem é o projeto da criação de um consulado do Vaticano na cidade de Roma. A bem dizer, não se trata da criação, propriamente, de um consulado, isto é, de uma repartição, senão de dar a um dos prelados da nunciatura apostólica acreditada junto ao rei da Itália, funções também consulares. Ficaria ele, então, encarregado da tutela dos cidadãos pontifícios residentes da Itália.

A necessidade dessa medida acentuou-se ainda ultimamente, por ocasião do falecimento do cardeal Vannutelli, decano do Sacro Colégio. Como sabe Vossa Excelência, pelo tratado de Latrão, os cardeais de Cúria, isto é, aqueles que participam do governo da Igreja, são considerados cidadãos pontifícios, mesmo quando residem fora do Estado da Cidade do Vaticano ou, para bem dizer, no estrangeiro. Estava nesse caso o falecido cardeal decano.

Por ocasião de sua morte, cogitou-se de saber a quem competia lavrar o respectivo termo: se ao registro civil (Anagrafe) do Estado Vaticano, se ao do *Governatorato* de Roma. Tendo em vista o estatuto pessoal do cardeal decano, a dúvida resolveu-se facilmente pela primeira dessas hipóteses. Não foi possível, porém, praticá-la, por isso que, na falta de um consulado vaticano nesta cidade, a quem, de direito, competia o encargo, não se pode obter, regularmente, do *Governatorato* de Roma, a certidão de nascimento do cardeal falecido. O termo de

morte foi, então, excepcionalmente lavrado pelas autoridades da cidade de Roma, e por estas remetido ao Estado vaticano.

Com a instalação de autoridades consulares da Santa Sé na Itália se daria, conseqüentemente, a criação de consulados dos países estrangeiros na Cidade do Vaticano. Também nesse caso não se trataria de repartições autônomas, mas tão somente de requerer um *exequatur* pontifício para os cônsules estrangeiros já residentes em Roma. Essa hipótese, segundo constou, foi mesma sugerida ao Vaticano, que, parece, não a viu com simpatia.

Isso se explica. Quando foi da assinatura dos Acordos de Latrão, falou-se na conveniência de se reunir numa mesma missão diplomática, sob um único chefe, acreditado, simultaneamente, junto ao rei e junto ao papa, as duas representações que a maioria das potências mantém em Roma. Essa ideia, segundo constou, foi imediatamente repelida pela Santa Sé, dado o receio, até certo ponto fundado, de que a realização dela pudesse, de qualquer modo, diminuir a importância política das missões acreditadas junto ao santo padre.

Atribui-se, mesmo, como uma manifestação do Vaticano nesse sentido, a nota circular que o cardeal secretário de Estado dirigiu, então, às missões estrangeiras aqui acreditadas, declarando que os Acordos de Latrão não modificavam em nada a situação anterior dos dois corpos diplomáticos em Roma, isto é, a sua inteira separação. Como não houvesse, então, nenhum fato novo que aconselhasse a manutenção desse estado de coisas, antes tudo fazia crer que ele fosse abandonado, a declaração do secretário de Estado só podia, de fato, ter a interpretação que lhe deram.

Se, porém, a santa sé entende inoportuno conceder *exequatur* aos cônsules estrangeiros com funções no território italiano, e com maior razão aos diplomatas das missões acreditadas junto ao rei, o mesmo já não se daria se fosse o caso de conceder esse *exequatur* aos diplomatas das missões acreditadas junto ao Santo padre. Os governos interessados poderiam, assim, designar, por exemplo, um dos secretários de sua missão no Vaticano para exercer também funções consulares, concedendo-lhe a Santa Sé, previamente, a necessária autorização. É uma medida que viria afirmar a soberania externa da Santa Sé, e, portanto, de esperar que seja por esta bem recebida. Por outro lado, ela nos seria igualmente útil.

Essa utilidade fez-se sentir aqui ainda ultimamente, quando me foi apresentado nesta embaixada, com um pedido de reconhecimento de firma, um



documento assinado por um alto prelado da Secretaria de Estado de Sua Santidade. Era um documento para fazer efeito no Brasil. Como me competia, recusei satisfazer o pedido, uma vez que não havia, nesta embaixada, nenhum empregado com funções notariais. A coisa, porém, foi contornada com um simples “visto”, oposto por mim no documento em questão.

A utilidade da medida agora sugerida far-se-á novamente sentir quando se tratar de por “visto” nos passaportes vaticanos (não me refiro, evidentemente, aos diplomáticos, cujo “visto” cabe a esta missão) pertencentes a súditos pontifícios que se destinarem ao Brasil. Porque, de agora em diante, quero dizer, depois dos Acordos de Latrão, a Santa Sé passou a expedir, de forma oficial, passaportes não somente a seus núncios, enviados, guardas nobres, etc., como também a todos aqueles que pela nova situação de coisas são considerados cidadãos vaticanos. É certo que mesmo depois de 1870, ela continuou a fornecer tais documentos àquela primeira categoria de personagens – mas apenas como uma afirmação de princípio, porque nem por isso essas mesmas pessoas se dispensavam de passaportes regulares, dados pelos seus países de origem. Durante a guerra, em virtude de acordos oficiais, a Santa Sé conseguiu o reconhecimento de seus próprios passaportes, sujeitos, embora, ao “visto” do ministério do Exterior da Itália; mas usou essa regalia da forma a mais limitada, e somente em casos especialíssimos. Agora, porém, a situação é bem outra, e os seus passaportes são considerados, para todos os efeitos, como os de qualquer outro país soberano. Daí a necessidade, como dizia, de lhes opormos, nos que nos forem apresentados, e para que tenham validade no Brasil, o nosso “visto”. E esse encargo, pelo atual regulamento, cabe somente aos empregados com funções consulares.

Deixo o que fica exposto à alta consideração de Vossa Excelência, para que Vossa Excelência possa tomar depois a resolução que lhe parecer a mais acertada. Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Heitor Lyra

A Sua Excelência o Senhor Octavio Mangabeira,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

**OFÍCIO • 02 JAN. 1931 • AHI**

*Índice:* O papa, a crise mundial  
e o catolicismo.

Nº. /.

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 2 de Janeiro de 1931.

Senhor Ministro,

A importante alocução de S.S. o Papa Pio XI, no dia de Natal, em resposta aos votos apresentados pelo Colégio dos Reverendíssimos cardeais, contém alguns pontos, de interesse internacional, para os quais cumpre-me requerer a atenção de Vossa Excelência.

O papa refere-se, logo após as primeiras palavras de congratulação pelas grandes celebrações religiosas do ano, à extrema gravidade da crise econômica e financeira do mundo e sua repercussão na vida dos Estados, das famílias e dos indivíduos. Lamenta o santo padre o registro de tão elevado número de sem trabalho e de tanta gente privada de pão, fazendo notar que a crise atinge, desta vez, tanto as mais ricas quanto as mais humildes e pequenas famílias. Há necessidade de uma estabilização, assentada em melhores bases, das relações sociais e internacionais, de maior justiça e caridade cristã que refreando a luta na concorrência dura e impiedosa, permita a colaboração fraterna entre classes e povos.

O sumo pontífice refere-se a essas coisas para prevenir que, infelizmente, outras nuvens negras ameçam o horizonte. Ligando forçosamente os acontecimentos sociais e políticos ao grau de religiosidade dos povos e indivíduos, o santo padre não pode senão mostrar-se pessimista, quanto ao agravamento da crise econômica e financeira atual, quando, devidamente informado, anuncia aos fiéis católicos os preparativos antirreligiosos, subversivos da ordem fundada na moral cristã “desastrosa ideologia, deplorável fraqueza e mais deplorável ainda conivência” que a procura por demais febril e ávida dos interesses materiais não só não combate mas, ao contrário, vem cada vez mais favorecer.

Esta última admoestação cabe, sem dúvida, aos que hoje e muito possivelmente amanhã, apoiam, com as suas relações diplomáticas ou comerciais, os Sovietes russos. O santo padre recomenda à oração dos fiéis aqueles que trabalham e sofrem ainda pela causa da Igreja, no México, na Rússia, na Sibéria e que passam por provações duríssimas, não sem glória de verdadeiros mártires da fé. E mesmo, dentro da própria Itália, o papa denuncia uma ação já intensa e cada vez mais vasta contra o catolicismo, à sombra e conhecimento do Estado fascista que, entretanto, acrescenta Sua Santidade, comprometeu-se a considerar a religião católica a única religião do Estado, assim como prometeu também, pelo mesmo Tratado Lateranense, impedir toda ofensa ou injúria contra a pessoa do sumo pontífice ou, melhor ainda contra o caráter sagrado da Cidade Eterna, sede do Bispado do sumo pontífice, centro do mundo católico e objetivo dos peregrinos estrangeiros.

O santo padre não duvida que o seu protesto contra o proselitismo anticatólico na Itália fascista surtirá de bom efeito, porquanto disso depende o interesse, aliás reclamado de todos os pontos do país, da conservação do seu tesouro mais precioso: a Fé dos maiores e o bem, mais essencial ainda da unidade religiosa.

Formula, em seguida, o santo padre, os seus votos de paz. Mas a Paz de Cristo deve ser essa paz, e não somente um sentimentalismo confuso e um pacifismo indiscreto. Grave erro seria pensar que uma paz duradoura e verdadeira possa reinar entre os homens e entre os povos enquanto esses só procurarem, com avidez, os bens sensíveis e materiais que sendo finitos, dificilmente bastarão a todos, mesmo se ninguém (o que seria difícil de esperar) procurasse para si a parte do leão e sim, necessariamente, quando maior se tornar o número de participantes, e menor a parte que naturalmente caberá a cada um. E outro erro é aquele de acreditar que seja possível a paz externa entre os homens e povos onde não existe sequer paz interna, onde o espírito de paz não domina a inteligência e o coração.

Em seguida o santo padre anuncia o aparecimento de uma encíclica, a qual trará ainda a data do ano transato, tratando da atitude da Santa Sé diante das pretensões à legitimidade dos casamentos mistos, isto é, entre contratantes de religião católica e outra. Em verdade o anúncio dessa encíclica é feito sobre o assunto puro e simples do “matrimônio cristão relativamente às condições, às necessidades e às desordens atuais da família e da sociedade”. Politicamente,

porém, esse documento é chamado a responder às numerosas críticas feitas por ocasião dos matrimônios reais do herdeiro do trono belga e, recentemente, do rei da Bulgária, ambos da categoria dos casamentos mistos. Embora de menor interesse para o Brasil, convém recordar o alvoroço que esses casamentos levantaram nos países protestantes, onde os bispos não sustentam luta mais intensa do que a que visa impedir os casamentos mistos sem melindrar, todavia, os interesses, às vezes importantes, dos pretendentes. O papa ressentido-se dessas críticas e promete publicar documentos que esclarecem as condições em que foram permitidos os casamentos do príncipe herdeiro da Bélgica com a princesa Astrid da Suécia e do rei Boris da Bulgária com a princesa Joana de Savoia. A encíclica é ansiosamente esperada nos referidos países de composição religiosa protestante.

O tom geral da alocução papal é de grande energia e bela elevação moral. Junto encontrará Vossa Excelência o retalho em triplicata contendo o texto desse discurso, como foi publicado no *Osservatore Romano*.

Aproveito o ensejo para ter a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Dr. Afrânio de Mello Franco,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

**OFÍCIO • 03JAN. 1931 • AHI**

*Índice:* Lei Monetária do  
Estado do Vaticano.

Nº. 2

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 3 de Janeiro de 1931.

Senhor Ministro,

Cumpre-me remeter a Vossa Excelência, no retalho do *Osservatore Romano* anexo, em triplicata, o texto da Lei Monetária, promulgada a 31 de dezembro último, e ora em vigor no Estado da Cidade do Vaticano.

Vossa Excelência verá que, sob o ponto de vista financeiro, a importância das moedas cunhadas é mínima, constituindo apenas uma tiragem fadada a desaparecer nas coleções. De resto, as moedas e as notas do tesouro italiano, por força da citada lei, têm curso obrigatório no pequeno território pontifício.

A cunhagem do dinheiro do Estado do Vaticano representa acima de tudo um ato de afirmação de soberania temporal.

Aproveito o ensejo para ter a honra de reiterar a Vossa Excelência, Senhor Ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Dr. Afrânio de Mello Franco,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

**OFÍCIO • 15 JAN. 1931 • AHI**

*Índice:* Encíclica de Pio XI sobre  
o casamento cristão.

Nº. 4

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 15 de Janeiro de 1931.

Senhor Ministro,

Como já o havia anunciado, no seu discurso de Natal, Sua Santidade o Papa Pio XI dirigiu, com a data de 31 de dezembro de 1930, ao clero e ao mundo católico, a carta encíclica tratando do “casamento cristão, em face das condições, das necessidades, das desordens que reinam presentemente na família e na sociedade”.

A parte que diz respeito ao casamento misto, sobre a qual, expressamente, se havia externado, por antecipação, o santo padre, parecia ter provocado, pela sua oportunidade, a publicação da encíclica, de longos meses atrás já preparada. Mas vê-se, agora, que o documento é completo, tratando de todos os aspectos que o assunto pode oferecer, diante da doutrina da Igreja. E, como todos os escritos que saem à luz, trazendo a assinatura do atual sumo pontífice, o tom das palavras de ensinamento inspirado é de grande energia, de formal e clara condenação sobre os erros, desvios e abusos que dentro da própria Igreja se têm cometido em desobediência ou deturpação da Lei divina.

Sobre assunto de tamanha importância compreende-se a severidade angustiosa da Igreja, na sua missão de custodiar os princípios morais em que repousam os alicerces da civilização cristã. E como a última carta papal, fixando o parecer da autoridade, já datasse de meio século, quando Leão XIII, a 10 de fevereiro de 1880, se pronunciara sobre o matrimônio cristão, na sua encíclica *Arcanum divinae sapientiae* – estavam a requerer novas luzes às necessidades e condições dos nossos dias diante “das desordens que reinam presentemente na família e na sociedade”.

Não é difícil destacar do importante documento que acaba de ser publicado os pontos que maior atenção mereceram do sumo pontífice. Eles já estavam fortemente impressos na consciência de todos os povos que pertencem à civilização cristã. E houve, entretanto, como logo ao princípio da sua carta o faz notar o Santo padre, quem, mesmo no seio da Igreja, se permitisse, ultimamente, interpretar, ao gosto da licença e ao serviço desta péssima causa de subordinação e de temor da autoridade eclesiástica diante do rebanho que ela deve conduzir e proteger – houve quem se permitisse interpretar a Lei divina de tal maneira que dela já se esvaia o espiritual conceito e dela ia desaparecendo a original pureza.

Supremos princípios – exclama o Santo padre – são esses que “o matrimônio não foi instituído nem restaurado pelos homens e sim por Deus” e que “não dos homens e sim de Deus, autor da natureza, e igualmente do Cristo Jesus, redentor dessa mesma natureza, obteve o casamento as leis morais que o confirmam e o nobilitam. E portanto estas leis não podem andar sujeitas a qualquer juízo humano que apareça e muito menos a nenhuma convenção que as contrarie, embora provenha essa convenção dos próprios cônjuges.”

Esta – acrescenta o papa – é a doutrina da Escritura Sagrada, esta é a tradição universal da Igreja, a solene definição do Concílio de Trento o qual confirmou, com os próprios textos sacros, a origem divina dos conceitos de perpetuidade e indissolubilidade do vínculo matrimonial, assim como da sua estabilidade e unidade.

E depois de haver percorrido, à luz da ciência católica, a natureza do sacramento do matrimônio, o papa trata francamente dos aspectos práticos que a vida moderna imprimiu a essa instituição. À medida que o santo padre enumera, para condenar, “as insídias e as fraudes”, e os perigos que delas derivam, por assim dizer se vão visualizando, na sociedade moderna, os contrastes entre a moral cristã e os usos novos que se querem implantar. As “insídias contra a fecundidade”, tal como as descreve e condena o sumo pontífice, parecem, aos olhos do leitor, tomar lugar e vulto nas estatísticas conhecidas de certos países, nos livros de certos escritores, na imoralidade de certas escolas filosóficas. Pesa a condenação sobre o uso do matrimônio que não seja para o seu fim divino e supremo que é o da procriação. Analisa o documento pontifício as chamadas “indicações terapêuticas” nega o direito moral que gratuitamente se arrogam os inventores de um “eugenismo” radical que visa o bem material do mundo e calca os direitos individuais de vida e aperfeiçoamento pela santificação. Atende aos “protestos econômicos” e embora deplorando as condições atuais das coisas materiais, exclama o santo padre que não é possível, em nome desses “protestos econômicos” aceitar a condenação da lei de Deus, dispensar os mandamentos, relevar os erros contra a fidelidade, contra a castidade e a fé no matrimônio pois que permanece inconclusa a verdade da fé cristã, reconhecida pelo Concílio de Trento, sob a ameaça de anátema, de que Deus nada ordena que seja impossível de observar e de cumprir, acrescentando que já a Igreja solenemente refutou e condenou a doutrina, parecida com aquela que hoje pretende deturpar o matrimônio, nascida da heresia jansenista, que ousou blasfemar contra a bondade divina, afirmando que “alguns preceitos de Deus, ditados aos homens justos, os quais desejam e procuram observá-los, são impossíveis, em vista da força de que esses homens dispõem atualmente porque lhes falta a graça que torne os mesmos preceitos exequíveis.

Levanta-se altamente o papa contra os vícios que mais ameaçam a instituição moral do casamento e que provém da infidelidade dos cônjuges. Busca

os motivos dessa infidelidade crescente, entre os quais releva os pruridos da emancipação da mulher, apontando ali a via de corrupção, que não existiria se em vez disso houvesse a justa igualdade que o pacto nupcial preestabelece, repartindo os deveres do casal em lugar de permitir a divisão nefasta do princípio de autoridade.

Enumera o documento papal os vários pretextos invocados para o divórcio provenientes, uns, de vícios ou culpas das pessoas, outros inerentes à instituição propriamente dita, classificados esses pretextos em subjetivos e objetivos e, em resumo, tudo quanto torna pesada e ingrata a convivência indissolúvel. Desses aspectos trata o Soberano Pontífice em face da lei moral da Igreja. Recorda, entretanto, o documento papal que a Igreja permite, em circunstâncias extremas, a separação imperfeita dos cônjuges, permanecendo intacto o vínculo que impede contrair novas núpcias, sob as penas do adultério. Mas insiste fortemente na ameaça grave para a sociedade representada pela dissolução da família, com a consequente corrupção dos costumes.

Para a restauração do princípio moral do matrimônio dentro da sua primitiva pureza cristã, o Santo padre aconselha, antes de tudo, aos fiéis católicos, uma vida de piedade, de obediência à Igreja que tem como fim principal educar e ajudar os seus membros. E o que essa Igreja ordena é considerar o casamento não como um simples contrato material ou civil, e sim como um verdadeiro e importantíssimo sacramento, de efeitos duradouros e permanentes, como no batizado.

E, para que a graça inerente ao sacramento do matrimônio possa agir na alma e na vontade dos cônjuges, é necessário que a cooperação humana se verifique e que os obstáculos espirituais sejam removidos. É indispensável melhor preparação dos cônjuges para as núpcias, qual a educação cristã da juventude pode e deve subministrar. Igualmente é preciso que medidas de assistência social, justas, preventivas e sábias, venham dar remédio às consequências que sobrevêm, nos casamentos, dos distúrbios econômicos da sociedade. E o Soberano Pontífice lembra que deste ponto já o seu antecessor, o papa Leão XIII, havia longamente tratado, na encíclica de 15 de maio de 1891, *Rerum Novarum*, sobretudo no que se refere à vida dos operários.

Nunca se recomendará demais aos ricos da terra o respeito à responsabilidade que lhes cabe, de modo todo especial, com relação às famílias e



matrimônios necessitados, para que o Apóstolo não advirta em vão, a propósito daqueles ricos de quem falava o Cristo “como poderão pretender que esteja com eles à caridade de Deus aqueles que possuindo bens deste mundo e vendo o irmão necessitado, trancam a bolsa e o coração? (João, III, 17)”.

Por fim o papa determina o modo como a Igreja pode considerar a ação dos poderes públicos, com relação ao casamento, dando-lhe garantia moral, ajudando a Igreja e promulgando leis civis que não contrariem os princípios da lei moral divina. Cita a encíclica, como “exemplo ilustre” o texto do Pacto Lateranense, concluído entre o Vaticano e o Estado italiano, texto que assim reza: “O Estado italiano, querendo restituir ao instituto do casamento, base da família, a sua dignidade conforme as tradições católicas do seu povo, reconhece, ao Sacramento do matrimônio regido pelo Direito Canônico, plenos efeitos civis”. (Concord. Art. 34).

O documento pontifical foi recebido com intensa alegria pelas altas autoridades eclesiásticas e os vultos eminentes do pensamento católico do mundo inteiro.

Remeto a Vossa Excelência, por este mesmo correio e em separado, dois exemplares da encíclica em questão no original latino e bem assim dois exemplares da sua tradução para o francês.

Aproveito o ensejo para renovar-lhe, Senhor Ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Dr. Afrânio de Mello Franco,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

**OFÍCIO • 27 FEV. 1931 • AHI**

*Índice:* A língua portuguesa  
e o Vaticano.

Nº. 8

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé

Roma, 27 de Fevereiro de 1931.

Senhor Ministro,

Baseando-se em precedentes firmados pelo governo brasileiro e representantes seus no estrangeiro, e de acordo com o meu colega o ministro de Portugal, passei ao secretário de Estado de Sua Santidade a nota de que tenho a honra de submeter a cópia anexa à leitura de Vossa Excelência.

De algum tempo já vínhamos observando que os textos oficiais da Santa Sé, traduzidos oficialmente, não apareciam publicados na versão portuguesa. As advertências que se leem na última página do “*Anuário Pontifício*”, trazem, por exemplo, traduções em italiano, francês, espanhol, inglês e alemão, omitindo a portuguesa; mas esse fato não me parecia de importância bastante para sobre ele basear uma reclamação diplomática.

Foi a publicação das versões oficiais do texto da encíclica “*Casti Connubii*”, um dos mais importantes documentos pontifícios desses últimos anos, versões entre as quais não figurava a portuguesa, que me decidiu a enviar a nota de que junto copia.

Não recebi ainda resposta escrita da Santa Sé, acreditando mesmo que essa resposta não virá, visto como evidentemente implicaria o reconhecimento de uma lacuna injustificável. Mas o diretor geral da Secretaria de Estado, monsenhor Alfredo Ottaviani, já me afirmou que a minha nota havia sido submetida à leitura do papa, o qual achará justos os seus termos, e que o discurso pontifício, recentemente endereçado ao mundo pelo radiophone, seria publicado em folhetos, na sua tradução em várias línguas entre as quais a portuguesa. Efetivamente o “*Osservatore Romano*” anuncia essa tradução.

Esperando que essa notícia será, como foi nesta embaixada, recebida com satisfação pelo governo brasileiro, aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Dr. Afrânio de Mello Franco,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

**OFÍCIO • 28 FEV. 1931 • AHI**

*Índice:* Mensagem radiotelefônica de  
Pio XI.

Nº. 9

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 28 de Fevereiro de 1931.

Senhor Ministro,

O discurso que na tarde de 12 de fevereiro o sumo pontífice pronunciou diante do microfone do aparelho de radiofonia instalado recentemente no Vaticano, foi recebido com grande júbilo pelo mundo católico como se depreende dos comentários da imprensa de todos os países. Razão desse contentamento não é apenas o fato de se ter podido ouvir, pela primeira vez, nas regiões mais longínquas, a voz do santo padre, sempre envolta em acentos de piedade que comovem pelo prestígio de autoridade do chefe da Igreja Católica. Vê-se, também, no utilizar a Santa Sé esse elemento novo do progresso científico, o ânimo franco de seguir este progresso, no qual têm colaborado não poucos sábios e trabalhadores de hábitos religiosos, a fim de que sirva de futuro a causa da moral cristã, obra de apostolado e de propaganda cuja irradiação se vê assim cada vez melhor assegurada.

Nesse sentido o papa Pio XI não tem poupado esforço para dotar o Vaticano dos meios mais modernos de comunicação com o mundo civilizado e de contato com as missões evangélicas. A inauguração das importantes salas de máquinas, presidida pelo santo padre, com a presença do grande Marconi, deu lugar a cerimônias em que, por assim dizer, foi cimentada a aliança da fé católica e o seu programa de apostolado com as magníficas e sadias conquistas do engenho humano. Redobram assim as esperanças do catolicismo, que são esperanças de paz e de melhoramento da natureza humana, ao ver-se auxiliada pela parte moralmente sadia dos trabalhos do século. Está nisso, sobretudo, a importância significativa do discurso de Pio XI, irradiado pelo mundo, cujo texto Vossa Excelência se servirá encontrar no retalho anexo do *Osservatore Romano*, que remeto em duplicata.

Aproveito o ensejo para renovar-lhe, Senhor Ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Dr. Afrânio de Mello Franco,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

**OFÍCIO • 28 FEV. 1931 • AHI**

*Índice:* Publicação de dados  
sobre o Brasil.

Nº. 10

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 28 de Fevereiro de 1931.

Senhor Ministro,

Com referência à Circular Nº 557, de 31 de janeiro último, tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência o incluso recorte do jornal *Osservatore Romano*, contendo a reprodução dos dados que acompanharam, para publicação, a referida Circular.

Vossa Excelência servir-se-á de ver que o órgão officioso do Vaticano teve a gentileza de, não só publicar na íntegra a interessante resenha sobre a situação político-econômica do nosso país, como ainda lhe reservou lugar de destaque, e, de certo modo, assumiu a responsabilidade da informação, dando-a como própria.

Em geral a imprensa deste país, como da Europa inteira, é refratária à solicitação, mesmo dos agentes diplomáticos, de publicações gratuitas. Foi, portanto, esta, de certo, uma especial prova de estima do *Osservatore Romano*, isto é, da Secretaria de Estado para com o atual governo.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Dr. Afrânio de Mello Franco,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

**OFÍCIO • 19 MAR. 1931 • AHI**

*Índice:* Pacto naval. Artigos do  
*Osservatore Romano*.

Nº. 13

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 19 de Março de 1931.

Senhor Ministro,

Cabe-me passar às mãos de Vossa Excelência os inclusos retalhos do *Osservatore Romano*, contendo dois artigos que se referem ao acordo naval cujas negociações foram ultimamente concluídas em Roma, em vista da limitação dos armamentos do mar.

Não me seria possível remeter todos os jornais italianos que transcreveram esses artigos e que deram aos comentários officiosos da Santa Sé a importância toda que eles de fato merecem, como aplausos que foram do ato internacional de alta moralidade humana no esforço para o estabelecimento da paz entre as nações.

O *Osservatore Romano* faz bem em ressaltar a influência que os repetidos conselhos do papa têm exercido na vida pacífica dos países europeus, acentuando também a relação que para esse objetivo se pode estabelecer com a atitude da Itália fascista e católica que agora se tem colocado francamente na primeira linha das nações que desejam a paz e trabalhem por ela.

Vê-se pelo lugar que aqui se deu a opinião do Vaticano sobre o Pacto Naval, que é grande a influência moral do catolicismo no terreno político internacional, podendo ser mesmo, em certo momento, decisiva.

Aproveito o ensejo para renovar-lhe, Senhor Ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Doutor Afrânio de Mello Franco,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

**OFÍCIO • 10 ABR. 1931 • AHI**

*Índice:* Folhetos da mensagem de  
Pio XI ao mundo.

Nº. 16

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 10 de Abril de 1931.

Senhor Ministro,

É com satisfação que, por este mesmo correio e em separado, passo às mãos de Vossa Excelência, em duplicata, o opúsculo intitulado *Il Messaggio Mondiale di Pio XI*, que reproduz em latim, italiano, francês, alemão, inglês, espanhol, português e polaco, as memoráveis palavras dirigidas ao mundo pelo sumo pontífice, por ocasião da recente inauguração da estação radiotelegráfica do Vaticano.

É este o primeiro resultado da nota que, concomitantemente com o meu colega de Portugal, passei, em 7 de fevereiro último, ao secretário de Estado de Sua Santidade, sobre a omissão da nossa língua nos documentos públicos emanados da Santa Sé, assunto que fez objeto do meu ofício a Vossa Excelência, sob nº.8, de 27 daquele mesmo mês.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Doutor Afrânio de Mello Franco,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

**OFÍCIO • 16 ABR. 1931 • AHI**

*Índice:* Partida do 1º Secretário

Octavio Fialho.

Nº. 17

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé

Roma, 16 de Abril de 1931.

Senhor Ministro,

Tendo deixado ontem Roma o senhor Octavio Fialho, que por cerca de seis meses foi meu colaborador no serviço do Brasil como 1º secretário desta embaixada, cumpro o grato dever de louvar junto a Vossa Excelência, como merecem, as qualidades pessoais desse digno compatriota e colega. Pela inteligência e pela cultura, pelo zelo no cumprimento das suas obrigações e pelo tão profícuo como cuidadoso estudo da atualidade política, pela rara delicadeza do trato, unida a não menor nobreza de sentimentos e de caráter, ele deveras adquiriu a minha estima e o meu reconhecimento.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência, Senhor Ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Doutor Afrânio de Mello Franco,

Ministro de Estado das Relações Exteriores.

**OFÍCIO • 20 ABR. 1931 • AHI**

*Índice:* Coleção de moedas

do Vaticano.

Nº. 18

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé

Roma, 20 de Abril de 1931.

Senhor Ministro,

Por este mesmo correio, cabe-me remeter a Vossa Excelência, em separado, um pequeno invólucro contendo a série comemorativa das moedas que o Estado da Cidade do Vaticano cunhou para o ano de 1931, coleção que me foi transmitida pelo governador do mesmo Estado, com o pedido de a encaminhar, em nome do santo padre, a Sua Excelência o Senhor Presidente da República.

Ao desobrigar-se desse encargo, o governador Serafini acrescenta que Sua Santidade tinha muito a peito oferecer ao nosso chefe do Estado aquela lembrança, que comemora a primeira cunhagem de moedas feita pelo Vaticano, depois do seu reconhecimento como Estado Pontifício.

Vossa Excelência muito me obrigaria não só fazendo chegar o referido presente às mãos de seu alto destinatário, como também informando-o do bondoso pensamento de Pio XI.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência, Senhor Ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Doutor Afrânio de Mello Franco,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

**OFÍCIO • 06 JUL. 1931 • AHI**

*Índice: O Osservatore Romano e a padroeira do Brasil.*

Nº. 25

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 06 de Julho de 1931.

Senhor Ministro,

Com os dados fornecidos por esta embaixada, conforme o anexo incluso, Vossa Excelência verá como o *Osservatore Romano*, de 3 do corrente, deu conta aos seus leitores das grandiosas solenidades que aí se realizaram ultimamente, no



momento de ser proclamada e coroada padroeira do Brasil a S.S. Virgem de Aparecida.

Salvo insignificantes senões, nenhum resumo poderia melhor ser feito de tão expressivas e comoventes homenagens prestadas pelo povo e pelo governo brasileiros, àquela que hoje preside gloriosamente os seus destinos. E certo estou também de que o conhecimento desse nosso novo e impressionante ato de fé, ao par da geral satisfação causada nos círculos católicos de todo o mundo, ecoou para nós muito favoravelmente nos meios do Vaticano e trouxe grande consolo, nas circunstâncias presentes, ao coração atribulado do santo padre.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência, Senhor Ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Dr. Afrânio de Mello Franco,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

**OFÍCIO • 11 JUL. 1931 • AHI**

*Índice:* Requerimento do  
Embaixador Azeredo.

Nº. 27

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 11 de Julho de 1931.

Senhor Ministro,

Acompanhado do respectivo certificado do professor dr. Angelo Signorelli, passo às mãos de Vossa Excelência o incluso requerimento em que, por motivo de saúde, solicito três meses de licença.

Confio que Vossa Excelência, com a sua habitual bondade, me dará, com a possível brevidade uma solução favorável a este meu pedido, o que de antemão agradeço devidamente.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência, Senhor Ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Doutor Afrânio de Mello Franco,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

**OFÍCIO • 16 JUL. 1931 • AHI**

*Índice:* A Santa Sé e a  
Lituânia.

Nº. 28

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 16 de Julho de 1931.

Senhor Ministro,

Como uma interessante documentação para os arquivos desse Ministério, mesmo sem saber até que ponto seja ela exata, passo às mãos de Vossa Excelência, no anexo incluso, a longa narrativa do incidente, não de hoje, entre a Santa Sé e a Lituânia, que o *Giornale d'Italia*, desta capital, publicou, como oriunda do seu correspondente em Kaunas, no dia 3 do corrente, que culminou com a recente expulsão do núncio apostólico naquele país.

Nesse documento o articulista rememora todos os fatos principais que originaram o conflito, nascido de uma questão de política interna, de partidos propriamente ditos, na qual o clero nacional tomou, desde logo, parte saliente, senão procurando se assenhorear ainda mais, por meio dos seus representantes políticos, das melhores posições do governo, sem desprezar mesmo a ajuda dos seus próprios sacerdotes, num conjunto misto político-religioso da Ação Católica. Daí a inevitável crise desencadeada na política interna, derivada, sobretudo, da confusão estabelecida, por isso mesmo, entre a autoridade religiosa e a autoridade política de pessoas e de partidos, que longamente descreve.

A interferência do nuncio Bartoloni na política interna do país, parece remontar a 1929, quando ele pensou exercer, com os círculos católicos, influência decisiva sobre o segundo governo nacionalista, erro que, justamente, deu origem aos conflitos em que se viu tão lamentavelmente envolvido pela sua própria obstinação e aspereza contra o novo governo, cujos sérios incidentes vem, igualmente, à luz e que finalizaram em questões até de caráter pessoal com o ministro das Relações Exteriores.

O conflito deixou de ser assim puramente local e interno, para tomar um aspecto tríplice – governo, clero e Santa Sé, logo seguido de medidas e represálias governamentais, protestos do clero e, por fim, intervenção da Santa Sé em defesa da liberdade da Ação Católica. A seguir, negociações diplomáticas, lentas e difíceis, entravadas pelas intransigências políticas de um lado e pelas intransigências dogmáticas do clero e do Vaticano do outro. Agrava-se pouco depois, a situação: - uma Assembleia de bispos, inspirada segundo o articulista, pelo nuncio e pelo próprio Vaticano, lança uma Pastoral ao povo católico, declarando estar a religião ameaçada e perseguida pelo Estado e induzindo os crentes a pregar pela salvação da Igreja, dentro e fora dos templos, em luta aberta, portanto, com os Poderes constituídos, que não tardaram em tomar medidas de represálias, atingindo assim o conflito a sua fase mais álgida.

Parece, porém, que a grande massa da nação ficou indiferente à contenda, fracassando assim as esperanças dos seus promotores, com vantagens positivas para os governantes, que hoje se sentem de mãos livres para qualquer nova ação de força, sobretudo depois da retirada do nuncio Bartoloni. Conclui o informante do *Giornale d'Italia* ter, em toda a linha, saído o gabinete atual vitorioso da contenda e, se novos e imprevistos fatores não surgirem, dominando vantajosamente a situação, tornando-se, presentemente, para o Vaticano muito difícil as futuras relações com a Lituânia, onde perdeu o apoio local que antes contava, sem temer que a Santa Sé chegue ao ponto de tomar medidas extremas, mesmo em se tratando de um pequeno país.

Como disse no começo deste ofício não posso julgar até que ponto sejam exatas as informações que ora resumo. A Santa Sé, porém, em pequenos comunicados inseridos, por várias vezes, no *Osservatore Romano*, tem defendido o nuncio Bartoloni, afirmando que jamais ele ultrapassou os limites da sua missão,

negando a sua intervenção na política interna da Lituânia e acrescentando que ele não foi senão o zeloso e fiel cumpridor de instruções recebidas.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência, Senhor Ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Dr. Afrânio de Mello Franco,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

**OFÍCIO • 17 JUL. 1931 • AHI**

*Índice:* Encarregatura  
de negócios.

Nº. 29

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 17 de Julho de 1931.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de acusar recebido o despacho circular 584, de 27 de maio último, pelo qual Vossa Excelência chama a atenção para a improcedência das alegações de alguns secretários, que depois de exercer funções interinas de encarregado de negócios, pensam não deverem voltar ao exercício de seus cargos, nos mesmos postos, pelo fato de haverem dirigido ali a respectiva representação.

Dei conhecimento do referido despacho aos dois Secretários que ora servem nesta missão, srs. conselheiros Luis Avelino Gurgel do Amaral já serviu, por mais de dez vezes, de encarregado de negócios, e sempre tem entendido que a ocupação, interina, de tais cargos não o impossibilita de voltar, novamente, ao exercício, na mesma missão, de suas funções próprias. O sr. Heitor Lyra, que foi, no ano passado, encarregado de negócios nesta missão, assim também o vem entendendo. E quanto aos srs. Figueira de Mello e Fonseca Hermes, que já serviram aqui de encarregados de negócios, não me consta tivessem pensado diferentemente.

Peço licença a Vossa Excelência para referir-lhe, a respeito deste assunto, o meu próprio exemplo, que só vale pelo fato de partir do mais antigo membro do atual corpo diplomático brasileiro. Das muitas vezes que servi de encarregado de negócios, quando secretário, nesta mesma missão, uma pelo menos ocorre-me lembrar. Foi quando de visita a Roma, na qualidade de presidente eleito da República, do sr. Campos Salles. Por força das funções interinas que então desempenhava, tive de ocupar-me de uma questão, que pela sua importância saía do expediente costumeiro da missão: foi a negociação para a visita do sr. Campos Salles ao papa, não obstante tivesse ele já visitado o rei da Itália, o que felizmente se conseguiu, com a vantagem ainda de se firmar, desde então, o precedente em que me apoiaria, mais tarde, como embaixador, por ocasião da visita à Roma, também como presidente eleito, do sr. Epitácio Pessoa. Apesar da situação passageira de relevo em que me vi colocado, pela força das circunstâncias acima referidas, não me senti depois incompatível com a volta ao exercício de minhas próprias funções de segundo secretário.

Tenho a honra de renovar a Vossa Excelência, Senhor Ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Doutor Afrânio de Mello Franco,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

**OFÍCIO • 26 JUL. 1931 • AHI**

*Índice: O Osservatore Romano e a padroeira do Brasil.*

Nº. 32

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 26 de Julho de 1931.

Senhor Ministro,

Em aditamento ao meu ofício N.º. 25, de 6 deste mês, é com prazer que passo às mãos de Vossa Excelência, no retalho anexo, uma nova e extensa publicação do *Osservatore Romano*, de 17 do corrente, sobre as recentes solenidades realizadas aí em honra da S.S. Virgem de Aparecida.

Desta vez não tivemos nenhuma intervenção no sentido de ajudar aquele jornal na confecção da presente notícia, o que prova, como já disse, quanto o tributo de veneração do governo e do povo brasileiro à sua excelsa padroeira, impressionou os meios do Vaticano e ao próprio santo padre. Nesse novo escrito o articulista, fazendo uma ligeira resenha da história da imagem da Aparecida, noticia o êxito católico das “Semanas Marianas”, que terminaram com a apoteose nacional já por ele descrita. Cita ainda as palavras do chefe do Governo Provisório em resposta à saudação do Episcopado e resume as impressões e comentários de uma parte da imprensa do Rio sobre o magno acontecimento.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência, Senhor Ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Doutor Afrânio de Mello Franco,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

**OFÍCIO • 27 JUL. 1931 • AHI**

*Índice:* Circulação monetária do  
Estado do Vaticano.

N.º. 33

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 27 de Julho de 1931.

Senhor Ministro,

No retalho incluso do *Osservatore Romano*, de 17 do corrente, Vossa Excelência se dignará de tomar conhecimento do texto do decreto do governador do Estado da Cidade do Vaticano, que aprova o Regulamento para a execução da

Lei Monetária de 31 de dezembro do ano findo. O Regulamento em questão também se encontra no mesmo recorte.

Nada mais posso acrescentar agora sobre esse assunto, do que sobre ele já disse a Vossa Excelência no meu ofício Nº. 2, de 3 de janeiro último. O Regulamento apenas, de novo, marca, para a cunhagem das moedas de ouro de cem liras, o máximo de cinco milhões, facultando, sempre dentro desse limite, a cunhagem a pedido de particulares, desde que se sujeitem às condições que enumera.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência, Senhor Ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Doutor Afrânio de Mello Franco,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

**OFÍCIO • 14 AGO. 1931 • AHI**

*Índice: O Osservatore Romano*

e os srs. Bruning e Curtius em Roma.

Nº. 36

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 14 de Agosto de 1931.

Senhor Ministro,

Nos anexos duplicados do *Osservatore Romano*, de 8 e 11 do corrente, Vossa Excelência se dignará de encontrar o artigo de fundo com que aquele jornal saudou, à chegada a Roma, os srs. Henrique Bruning e Julio Curtius, chanceler e ministro das Relações Exteriores da Alemanha, e bem assim a notícia da visita que esses altos personagens fizeram ao sumo pontífice e ao cardeal secretário de Estado.

O primeiro daqueles documentos, que tem por título *Fattori di Pace*, escrito sob visível impressão de confiança nos resultados benéficos da entrevista

dos homens de estado alemães com o chefe do Governo italiano, traça com entusiasmo um rápido perfil do chanceler Bruning que é, como Vossa Excelência sabe, um católico praticante.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência, Senhor Ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Doutor Afrânio de Mello Franco,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

**OFÍCIO • 09 NOV. 1931 • AHI**

*Índice:* O Cristo no Corcovado.

Retalhos de jornais.

Nº. 59

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 09 de Novembro de 1931.

Senhor Ministro,

O *Osservatore Romano*, de 6 do corrente, como Vossa Excelência se dignará de ver do recorte incluso e em duplicata, já começou a publicar com visível agrado, conforme se nota das palavras com que chama a atenção dos seus leitores, uma circunstanciada e bem elaborada relação das recentes festividades aí realizadas por ocasião da inauguração do monumento do Cristo Redentor no alto do Corcovado, fazendo ressaltar bem a participação tomada pelo chefe do Estado, altas autoridades e forças armadas, naquelas solenes manifestações de fé católica brasileira.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência, Senhor Ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo



A Sua Excelência o Senhor Doutor Afrânio de Mello Franco,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

**OFÍCIO • 09 DEZ. 1931 • AHI**

*Índice:* O Cristo no Corcovado.

Retalho de jornal

Nº. 61

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 09 de Dezembro de 1931.

Senhor Ministro,

Conforme Vossa Excelência se dignará de ver do incluso retalho duplicado, mais uma vez o *Osservatore Romano*, no seu número de 5 do corrente e com as mesmas palavras de entusiasmo, estampa uma nova narração, que diz ser a de uma testemunha ocular, do tocante momento da iluminação da sagrada imagem do Redentor no alto do Corcovado, rápida descrição na qual se põe em relevo o zelo e fervor dos católicos brasileiros e, em merecido destaque, a cooperação moral e material do chefe da nação e dos seus diretos auxiliares, para o maior brilho daquele instante histórico.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência, Senhor Ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Dr. Afrânio de Mello Franco,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

**OFÍCIO • 04 JAN. 1932 • AHI**

*Índice:* Uma alocução de

Sua Santidade.

Nº. 2

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé

Roma, 04 de Janeiro de 1932.

Senhor Ministro,

Como de praxe, na manhã de 24 do mês findo, o Sacro Colégio dos Cardeais apresentou a Sua Santidade Pio XI as suas felicitações e reverentes votos por ocasião da passagem do Natal e pelo Ano Novo.

O retalho incluso, em duplicata, do *Osservatore Romano*, do dia seguinte, ao noticiar tal solenidade, transcreveu o discurso pronunciado pelo cardeal decano e a resposta do sumo pontífice.

Em geral nessas alocuções o chefe da Igreja faz, além de declarações de ordem religiosa, outras de caráter político, que são sempre esperadas com marcado interesse. Dada a quadra atual, cheia dos maiores e mais palpitantes problemas, a sua voz era aguardada, mais do que nunca, com dobrada ansiedade e fervor. Parece, entretanto, que o papa, já um tanto desiludido ou, como confessa, algo temeroso de novas, ligeiras ou falsas interpretações dos seus pensamentos e conselhos, tenha-se limitado, desta vez, a lembrar com insistência o passado, para referir-se ao presente incerto, mostrando claramente, entretanto, aos homens de responsabilidade a gravidade do momento atual, os erros políticos cometidos e renovados, os inúteis e baldados esforços seus, palavras essas severas e envoltas de uma marcada tristeza pelo desenrolar cotidiano de todas as questões que se agitam em todos os países e pelo imperdoável esquecimento de todos os viventes para com Deus, de quem unicamente poderá baixar sobre o mundo o auxílio precioso de que ele tanto necessita, o melhor e mais eficaz remédio para os males que afligem a humanidade inteira!

E grande satisfação para os brasileiros é a de poder guardar com reconhecida gratidão as seguintes palavras de Pio XI, evidentemente a nós dirigidas: “Não há a lembrança de Deus! Em verdade, na longínqua América ela não faltou; mas antes inspirada por uma gratidão à divina Providência pelos grandes benefícios que tem prodigado àquele imenso país.”

No início do seu discurso o santo padre teve frases repassadas de muita mágoa pelo recente desastre ocorrido na Biblioteca Vaticana, no qual, além dos prejuízos materiais de grande monta, houve a perda de algumas vidas, quatro de humildes operários. A situação religiosa da Rússia, do México e da Espanha deu azo a Sua Santidade para demonstrar, ainda uma vez, todo o seu pesar pelos acontecimentos ali verificados e oportunidade para salientar a atitude altruística do cardeal Segura, ex-arcebispo de Toledo. Um fato que grandemente comoveu o seu coração amantíssimo de Pai da cristandade foi o de constatar que o seu recente apelo a favor dos necessitados fora ouvido em todo o mundo, aliviando assim muitas penas e privações.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência, Senhor Ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Dr. Afrânio de Mello Franco,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

**OFÍCIO • 05 JAN. 1932 • AHI**

*Índice:* Audiência de  
Sua Santidade.

Nº. 3

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 05 de Janeiro de 1932.

Senhor Ministro,

Ao findar o mês de dezembro último, como é costume nesse período festivo, tive a honra de ser recebido pelo papa em audiência oficial. Apresentei-lhe os votos do Governo e da nação brasileira pela prosperidade sua e da Igreja no novo ano. O santo padre os agradeceu e retribuiu, exprimindo os seus afetuosos sentimentos para com o nosso povo, e os que lhe dirigem os destinos em tempos tão difíceis.

Quis, em seguida, ser informado das atuais condições políticas e econômicas do país, interessando-se especialmente pela luta aí empreendida contra a insidiosa propaganda bolchevista. Tive ensejo de mencionar-lhe duas recentes pastorais muito notáveis: a do senhor arcebispo de Porto Alegre sobre o comunismo, que ele já lera, e a do senhor arcebispo de Cuiabá, intitulada “Deus e Pátria”, que pedi licença para recomendar à sua particular atenção. Conversou depois sobre a situação mundial. Na sua linguagem se refletiram as inquietações e ansiedades, já expostas, com a eloquência de uma dor sincera, em discurso dirigido ao Sacro Colégio na véspera do Natal, discurso do qual tive ensejo de enviar a Vossa Excelência o texto completo, com o ofício nº. 2 de ontem datado.

Nunca me aparecera tão triste e desalentado o venerando pontífice. O pessimismo, sentimento raro no espírito e nas palavras de um vigário de Cristo, resumbrava dos seus juízos, e até do tom da sua voz. Fundos temores, incerteza angustiosa do futuro lhe oprimem a alma de Pai universal, ante a agitação mórbida e estéril, em que se debate a Europa, e que dela irradia para os outros continentes. A crescente exacerbação dos nacionalismos, a incompatibilidade radical das várias ambições, exploradas sem escrúpulos pela imprensa e pelos partidos, o aumento desolador da desocupação e da miséria, o febril ardor dos preparativos militares – ostensivos e ocultos – contradizendo reiterados protestos de intenções pacíficas, a trágica nota das violências revolucionárias da Espanha, a gênese obscura e ameaçadora de um novo estado de coisas na Alemanha, o conflito latente entre os antigos aliados e os Estados Unidos, a incógnita formidável do Oriente e do Extremo Oriente, e, diante de tantos problemas graves e urgentes a resolver, o desorientamento quase geral dos estadistas, que se encontram e confabulam em conferências de toda a espécie só para se entenderem cada vez menos; todos estes elementos pesam sobre a alma apostólica de Pio XI, levando-o a declarar que os homens têm perdido a noção de Deus, e da solidariedade humana, que dela deriva. E quem viva aqui, seguindo dia a dia os acontecimentos, vê-se obrigado a confessar que é a verdade mesmo. De resto, no caso de uma guerra européia, ou de uma revolução mais ou menos generalizada, bem críticas se tornariam as condições da própria Santa Sé.

Tenho a honra de confirmar-lhe, Senhor Ministro, a segurança da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Doutor Afrânio de Mello Franco,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

**OFÍCIO • 12 JAN. 1932 • AHI**

*Índice:* Condecorações concedidas  
por S. Santidade.

Nº. 4

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 12 de Janeiro de 1932.

Senhor Ministro,

Nos primeiros dias deste ano, Sua Santidade Pio XI concedeu o colar da Ordem Suprema de Cristo à Sua Majestade o Rei Vittorio Emanuele III e ao príncipe de Piemonte, herdeiro do trono. Logo a seguir o santo padre condecorou o chefe do Governo com o colar da Ordem da Espora de Ouro e ao ministro das Relações Exteriores e ao embaixador de Itália junto à sua augusta pessoa foram outorgadas as grã-cruzes da Ordem de Pio IX. O núncio apostólico junto ao soberano deste país, entregou diretamente, em audiências especiais, aos seus altos destinatários as veneras respectivas com que foram agraciados.

Tais manifestações de deferência do sumo pontífice, que, como era natural, causaram uma certa sensação em todos os meios desta terra, devem ser consideradas como um corolário lógico dos Tratados de Latrão, ainda não tributadas, por certo, devidas às primeiras dificuldades resultantes da sua própria aplicação, que apareceram sem tardança e que somente agora, principalmente depois do Acordo de 5 de setembro do ano findo, parece terem sido aplainadas com sucesso, permitindo assim e na primeira oportunidade mais propícia essa demonstração de apreço do chefe da Igreja aos representantes diretos da soberania italiana e as seus colaboradores que maior participação tiveram naqueles atos de reconciliação.

Como Vossa Excelência sabe, a Ordem de Cristo, que se pode equiparar à da *Annunziata*, deste Reino, e à antiga do Tosão de Ouro, é originalmente a mesma de Portugal, criada em 1317 pelo rei. d. Diniz e da qual, no Brasil, o nosso Imperador Pedro II foi grão-mestre. Confirmada ou reconhecida pelo papa João XXII, com reserva de alguns cavaleiros para os seus Estados, ela, pode-se dizer, é hoje independente e constitui a mais elevada Ordem Vaticana, raramente concedida, pois, até então, apenas 14 pessoas a possuíam, sendo que o primeiro americano e o primeiro presidente de República do mundo investido de tão alta mercê foi o dr. Epitácio Pessoa. Não deixa de ser para mim motivo de satisfação e de orgulho o de ter contribuído para que o nosso eminente homem de estado tenha a mesma honorificência agora oferecida ao rei de Itália e ao seu augusto filho.

A Ordem da Espora de Ouro concedida ao senhor Benito Mussolini, fazia parte, pela reforma de Gregório XVI, da Ordem de S. Silvestre, com a denominação de *Milícia Aurata*, datando os seus inícios, segundo uns, dos tempos do próprio S. Silvestre e, como é mais certo, ignorando-se a época em que foi criada. Pio X, em 1905, restaurou-a, dando-lhe a atual denominação e antigo brilho, colocando-a logo abaixo da Ordem de Cristo e decretando que ela fosse somente conferida “às pessoas que houvessem bem merecido do catolicismo”. O chefe do Governo italiano vê-se assim galardoado com uma distinção que não lhe pode deixar de ser grata e que tem para a grande massa da opinião pública nacional e mesmo estrangeiro significado de não pequena monta.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência, Senhor Ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Dr. Afrânio de Mello Franco,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

**OFÍCIO • 10 FEV. 1932 • AHI**

*Índice:* Novas palavras de Pio XI sobre a Espanha. Artigos de jornais.

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé

Roma, 10 de Fevereiro de 1932.

Senhor Ministro,

Na solenidade em que Pio XI, com o cerimonial do estilo, proclamou “heróicas” as virtudes do sacerdote Vincenzo Palloti, fundador, em 1835, da Pia Sociedade das Missões, teve ensejo de pronunciar, em resposta às palavras de devota e filial homenagem do advogado da causa, monsenhor Marengi, uma alocução que, pela sua importância e oportunidade, passo às mãos de Vossa Excelência, no incluso retalho duplicado do *Osservatore Romano*, de 26 do mês passado, destacando, sobretudo, as referências do sumo pontífice relativas ao recente decreto do governo espanhol expulsando os jesuítas.

Principia Sua Santidade por evocar a figura do venerável servo de Deus, assegurando o seu grande consolo pelo ato que acabava de praticar, principalmente quando mais sombrias para a Igreja eram as notícias que lhe viam da longínqua Rússia, empioradas as do México e em crescendo doloroso as da pobre Espanha. Pouco antes do seu comparecimento àquela cerimônia, continua o santo padre, fora informado das medidas restritivas impostas ao clero da diocese do México, um ostracismo quase total do sacerdócio, com imenso prejuízo do culto divino e da assistência das almas, tornada quase impossível. E a seguir a tristíssima nova do decreto que dissolve e expulsa da Espanha a Companhia de Jesus, com o confisco dos seus bens!

Provação grande essa última, mas que, de fato, apresenta qualquer coisa de sumamente belo para Ele e para os filhos daquela Companhia, pois, justamente, como ocorria aos apóstolos “eles se sentem felizes por terem sido julgados dignos de padecer afrontas pelo nome de Jesus”. E clara é a alusão de Pio XI quanto à causa principal dessa expulsão, ou seja, além de outros, o voto de submissão ao papado. E é, sobretudo, por isso que os ditos religiosos foram banidos e que sofrem. Sua Santidade sente a necessidade de proclamar o seu paterno reconhecimento a esses filhos prediletos, o que faz sentidamente.

Aproveitando esta oportunidade, remeto a Vossa Excelência, igualmente apensos a este ofício e em duplicata, três artigos, também do *Osservatore Romano*, datados respectivamente de 26, 28 e 31 do mês findo, sobre tão

palpitante assunto. O último, intitulado “*Un ostracismo glorioso*” é de todos o mais interessante, pois não só transcreve, na íntegra, o texto do recente decreto que dissolve e bane do território espanhol a Companhia de Jesus, como comenta amargamente esse ato, mostrando a sua iniquidade e os prejuízos futuros que dele advirão para a própria Espanha.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência, Senhor Ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Dr. Afrânio de Mello Franco,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Anexo recorte do *Osservatore Romano*, de 25-26 de janeiro de 1932.

Anexo recorte do *Osservatore Romano*, de 28 de janeiro de 1932.

Anexo recorte do *Osservatore Romano*, de 27 de janeiro de 1932.

Anexo recorte do *Osservatore Romano*, de 31 de janeiro de 1932.

**OFÍCIO • 15 FEV. 1932 • AHI**

*Índice:* A questão religiosa no  
México. Artigos de jornais.

Nº. 9

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 15 de Fevereiro de 1932.

Senhor Ministro,

O *Osservatore Romano*, aproveitando a recente data do IV centenário da Aparição da Virgem de Guadalupe, que deu lugar às mais imponentes manifestações de fé católica do povo mexicano, publicou ultimamente, como uma campanha de defesa, uma série de interessantes artigos que, além do seu valor como documentação, constitui uma curiosa página das perseguições e sofrimentos suportados pelo clero e fiéis daquele país.



Em anexo duplicado passo às mãos de Vossa Excelência todos esses escritos, que abrangem, desde o seu início, a questão religiosa no México, sempre aguda e de difícil solução após a Constituição de Queretaro de 1917, cujo artigo 130 tanto feriu a liberdade do culto católico. Adormentadas a princípio as disposições do dito artigo, o governo do general Calles se apressou em aplicá-las tenazmente, surgindo logo, e por espaço de tempo não pequeno, os inevitáveis abusos e atos de força das autoridades, com graves prejuízos para ambas as partes. No governo interino do Senhor Portes Gil chegou-se a um acordo, firmando o então chefe de Estado com monsenhor Ruiz, arcebispo da Morelia, investido pouco depois do cargo de delegado apostólico, o *Modus Vivendi* de 22 de junho de 1929, que, se bem executado, grande alívio causaria, por certo, aos crentes com o renascimento do culto público, sem falar nas naturais vantagens da ordem moral que tal arranjo traria às relações com a Santa Sé.

Infelizmente assim não aconteceu; e, sobretudo depois das tristes ocorrências de Vera Cruz ocasionadas pelas medidas draconianas do governador do Estado, mais uma vez, a questão se avivou violentamente, dando lugar ao corajoso protesto do bispo Valência, logo seguido de outro, não menos combativo, do arcebispo do México, monsenhor Diaz. A aprovação, em seguida, pelo Congresso, da lei determinando o número – restritíssimo - de sacerdotes autorizados a exercer o seu apostolado no Distrito Federal e em outros Estados, foi um novo e tremendo golpe desferido contra os direitos da Igreja, em flagrante violação do já citado *Modus Vivendi*, tornando quase impossível ou pelo menos sumamente improvável, por enquanto, o encontro de uma nova solução conciliatória. E nesse pé está a questão.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência, Senhor Ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Dr. Afrânio de Mello Franco,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Duplicatas.

Anexo recorte do *Osservatore Romano*, de 13 de janeiro de 1932.

Anexo recorte do *Osservatore Romano*, de 15 de janeiro de 1932.

Anexo recorte do *Osservatore Romano*, de 20 de janeiro de 1932.

Anexo recorte do *Osservatore Romano*, de 21 de janeiro de 1932.

Anexo recorte do *Osservatore Romano*, de 24 de janeiro de 1932.

Anexo recorte do *Osservatore Romano*, de 10 de fevereiro de 1932.

#### **OFÍCIO • 18 FEV. 1932 • AHI**

*Índice:* Protesto da Santa Sé contra  
a expulsão dos jesuítas da Espanha.

Nº. 10

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 18 de Fevereiro de 1932.

Senhor Ministro,

Em aditamento ao meu ofício Nº8, de 10 do corrente, remeto hoje a Vossa Excelência o incluso retalho duplicado do *Osservatore Romano*, de anteontem, trazendo, como emanada do seu correspondente em Madri, a transcrição dos principais tópicos da nota que o núncio apostólico naquela cidade, monsenhor Tedeschini, acaba de apresentar ao chefe do Gabinete espanhol, protestando, em nome da Santa Sé, contra o recente decreto de dissolução da Companhia de Jesus.

O ponto essencial do protesto visa particularmente o artigo da nova Constituição espanhola invocando pelo governo para a justificação do decreto em questão, negando a sua precisa interpretação, pois a natureza do quarto voto – o de obediência ao papado – não constitui uma diferença capital dos votos das outras ordens religiosas. Há uma flagrante contradição entre os fatos concretos de graves violências aos direitos da Igreja e as promessas feitas no início do novo regime, por voz autorizada, de que a República respeitaria “as pessoas e os bens da Igreja”. Em seguida procura demonstrar a inconstitucionalidade do decreto, que representa uma ofensa tanto maior à Santa Sé e ao sumo pontífice por isso que o alegado voto de submissão, puramente espiritual, jamais poderá ser considerado como um delito. Afirma ainda que todos esses fatos e atos parecem tanto mais

estranhos quanto o governo espanhol mantém e parece disposto a continuar as suas relações diplomáticas com o Vaticano, sendo bem recente ainda a pública declaração feita pelo primeiro presidente da República do seu “profundo respeito ao augusto soberano da Igreja”.

Não deixa de ser interessante o aparecimento desse documento, pois em geral a Santa Sé não se apressa em dar publicidade a atos dessa natureza.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência, Senhor Ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Dr. Afrânio de Mello Franco,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Anexo recorte do *Osservatore Romano*, de 15-16 de fevereiro de 1932.

**OFÍCIO • 20 FEV. 1932 • AHI**

*Índice:* Décimo aniversário da  
coroação de Pio XI.

Nº. 11

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 20 de Fevereiro de 1932.

Senhor Ministro,

No dia 12 do corrente, décimo aniversário de sua coroação, Sua Santidade Pio XI foi alvo das maiores e mais respeitosas manifestações de apreço e devotamento de todo o mundo católico. Aqui em Roma, principalmente, grandes foram as provas de filial afeto tributadas à sua augusta pessoa, alcançando uma imponência pouco comum a chamada “Capela Papal”, ou seja, a missa em ação de graças pelo magno acontecimento, celebrada, como é de tradição, pelo eminente purpurado Achille Locatelli, o primeiro dos cardeais criados pelo atual pontífice.

O incluso retalho duplicado do *Osservatore Romano*, de 13, dará a Vossa Excelência uma precisa ideia daquela solenidade. Nele se encontram, igualmente, as palavras grandemente tocantes pronunciadas por Sua Santidade no final da cerimônia e bem assim a transcrição do telegrama que, como decano, dirigi ao secretário de Estado, portador ao sumo pontífice das homenagens de veneração e melhores votos do corpo diplomático acreditado junto à Santa Sé.

Do cardeal Pacelli recebi a resposta que abaixo reproduzo:

“Agrèant vivement hommage dévoué de Votre Excellence et Du Corps diplomatique As Sainteté remercie de tout coeur et renouvelle ses voeux de prosperité chrétienne pour vos personnes vos familles et pour vos nobles Nations.”

Peço a Vossa Excelência desculpas da maneira com que envio o recorte acima referido, impossível, porém, de ser feita de outra forma, dada a sua própria paginação.

Com um documento interessante e de valor para os nossos arquivos, passo às suas mãos o texto completo de um discurso pronunciado posteriormente pelo cardeal Cerretti, que constitui uma completa e brilhante síntese da personalidade e da ação de Pio XI nestes dez anos de reinado. (*Osservatore Romano* de 17 de fevereiro).

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência, Senhor Ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Dr. Afrânio de Mello Franco,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Anexo recorte de jornal.

Anexo do *Osservatore Romano*, de 17 de fevereiro de 1932.

**OFÍCIO • 24 FEV. 1932 • AHI**

*Índice:* Visita do Sr. Mussolini

ao papa.

Nº. 12

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé

Roma, 24 de Fevereiro de 1932.

Senhor Ministro,

Por certo um dos acontecimentos mais celebrados e que maior repercussão teve neste começo de ano, foi, sem nenhum favor, a visita que no dia 11 do corrente, 3º aniversário da assinatura dos Tratados de Latrão, fez ao soberano pontífice o chefe do Governo deste país, sr. Benito Mussolini.

Desde os acordos de setembro do ano passado, que vieram dar um novo aspecto de calma e estabilidade às relações entre a Santa Sé e este reino, seriamente perturbadas com a violenta campanha fascista movida contra as Associações Católicas, que se falava nesse encontro das principais figuras daqueles já célebres Tratados, concluídos, não se pode deixar de reconhecer, por essas duas respeitáveis vontades.

É inegável que a ida do sr. Mussolini ao Vaticano dá a impressão e traz logo consigo a certeza de que a Igreja e o seu supremo representante estão hoje, ao menos aparentemente, de perfeito entendimento não só com o Estado como com o regime que o governa. Os jornais do Partido – que são todos os que neste país se publicam – noticiaram a nova, cheios de regozijo, como um fato naturalíssimo, quase lógico, esquecendo-se, porém, de que para a sua realização mediarão três anos. Reservo-me para, futuramente, escrever sobre o assunto algo de mais substancial.

Por agora, ao comunicar a Vossa Excelência tão feliz ocorrência, passo às suas mãos os inclusos recortes duplicados do *Osservatore Romano* de 12 do corrente, descrevendo a visita em questão e a que, em nome de Sua Santidade, fez no mesmo dia ao sr. Mussolini o cardeal Pacelli, secretário de Estado. O *Osservatore Romano* limitou-se unicamente a essa publicação, sem fazer ressaltar a imponência do cerimonial com que foi recebido o chefe do Governo italiano, modificado adrede nessa ocasião e que se pode considerar quase igual ao usualmente tributado às pessoas reais. A entrevista do sr. Mussolini com Pio XI prolongou-se por mais de uma hora.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência, Senhor Ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Dr. Afrânio de Mello Franco,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

**OFÍCIO • 05 MAR. 1932 • AHI**

*Índice:* Nova troca de condecorações.

Nº. 13

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 05 de Março de 1932.

Senhor Ministro,

Em aditamento ao meu ofício Nº 4, de 12 de janeiro do corrente ano, passo às mãos de Vossa Excelência o incluso retalho duplicado do *Osservatore Romano*, de ontem, trazendo a notícia de terem sido conferidas pelo rei Victor Manuel III, novas e altas honorificências a vários prelados e dignitários da Santa Sé, de cujas veneras foi pessoal portador o conde di Val Cismon, embaixador da Itália.

O secretário de Estado, cardeal Eugênio Pacelli, recebeu a investidura do colar da Suprema Ordem da “*SSma. Annunziata*”, que, como Vossa Excelência sabe, não somente é a mais elevada das ordens deste reino, como dá honras de parentesco com a família real. Até hoje, desde 1870, do Sacro Colégio, só aos cardeais Pedro Gasparri, antigo secretário de Estado, e Pedro Maffi, o falecido arcebispo de Pisa, que celebrou o casamento do príncipe herdeiro, coubera essa rara distinção, pouco depois da assinatura dos Tratados de Latrão.

As insígnias da crã-cruz da Ordem, não menos apreciada, de S. Maurício e S. Lázaro, foram entregues aos ilustres prelados monsenhores Caccia Dominioni, mestre de câmara de Sua Santidade; Pizzardo, arcebispo titular de Nicéia, sub-secretário de Estado; Ottaviani, diretor-geral da Secretaria; marquês Francisco

Pacelli, conselheiro-geral do Estado da Cidade do Vaticano e Padre Pedro Tacchi Venturi, da Companhia de Jesus, que foi um dos mais importantes intermediários nas negociações que conduziram àqueles Tratados.

Por sua vez o santo padre condecorou ainda com a grã-cruz da Ordem de Pio IX a três elevados participantes da Casa Real.

Todas aquelas homenagens do soberano de Itália representam uma natural retribuição do recente gesto de Pio XI, que fez objeto do meu ofício acima referido. Nem por isso elas deixam de ter uma real significação, pois além de reconhecer os méritos dos principais fatores da reconciliação por parte da Igreja, provém, ainda uma vez, ao menos para o grande público, o perfeito estado das relações atualmente existentes entre a Santa Sé e o Governo italiano.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência, Senhor Ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Dr. Afrânio de Mello Franco,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

**OFÍCIO • 21 MAR. 1932 • AHI**

*Índice:* Católicos brasileiros e os  
Jesuítas de Espanha. Artigo de jornal.

Nº. 14

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 21 de Março de 1932.

Senhor Ministro,

No incluso retalho duplicado do *Osservatore Romano*, de 19 do corrente, Vossa Excelência se dignará de encontrar uma pequena notícia intitulada “*Omaggio brasiliano ai gesuiti spanuoli*”.

É um rápido, mas simpático comentário às recentes manifestações de protesto dos católicos brasileiros pela expulsão dos jesuítas da Espanha, com a

transcrição dos telegramas endereçados ao santo padre e ao superior-geral da Companhia de Jesus, logo após à reunião que aí houve na Academia de Comércio.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência, Senhor Ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Dr. Afrânio de Mello Franco,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

**OFÍCIO • 09 ABR. 1932 • AHI**

*Índice:* 1º Congresso Eucarístico  
Brasileiro.

Nº. 16

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 9 de Abril de 1932.

Senhor Ministro,

O *Osservatore Romano*, de 7 do corrente, como Vossa Excelência se dignará de ver no recorte incluso e em duplicata, já anuncia com interesse, para o mês de outubro vindouro, a realização, na cidade da Bahia, do 1º Congresso Eucarístico Brasileiro, de acordo com a recente pastoral do arcebispo primaz dom Augusto Álvaro da Silva.

Muito agradeceria a Vossa Excelência o especial favor, que de antemão fico reconhecido, de fazer com que esta embaixada fosse, desde logo, informada dos principais detalhes da projetada reunião, cuja importância, como prova a notícia acima, desperta a atenção dos meios vaticanos.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência, Senhor Ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo



A Sua Excelência o Senhor Dr. Afrânio de Mello Franco,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

**OFÍCIO • 14 MAI. 1932 • AHI**

*Índice:* Assassinato do Presidente  
da França.

Nº. 20

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 14 de Maio de 1932.

Senhor Ministro,

A trágica nova do assassinato do senhor Paul Doumer, presidente da República francesa, como era natural, causou em todos os meios vaticanos, a começar pelo santo padre, a mais dolorosa das impressões, logo transformadas em expressivas manifestações de prazer e de repulsa pelo nefando ato, que privou aquele país de um dos seus mais nobres e acatados filhos.

Nos recortes anexos e em duplicata, Vossa Excelência se dignará de encontrar as palavras com que, num artigo de fundo, o *Osservatore Romano*, comentando e condenando o delicto, rendeu elevado tributo de respeito ao ilustre extinto, e, também, a notícia circunstanciada das solenes exéquias, em sufrágio da sua alma, mandadas celebrar ontem, na Igreja de São Luis dos Franceses, pelas duas embaixadas enlutadas, ato que constitui uma reverente prova de veneração à memória do morto, e, ao mesmo tempo, uma marcada homenagem de apreço à França, pois tanto a Igreja como o Governo italiano timbraram em demonstrar, ainda uma vez, nessa ocasião e com o comparecimento das suas mais representativas autoridades, aqueles seus sentimentos para com a nação amiga. Tais retalhos trazem, respectivamente, as datas de 8 e 13 do corrente.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência, Senhor Ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Dr. Afrânio de Mello Franco,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

**OFÍCIO • 21 MAI. 1932 • AHI**

*Índice:* Resumo de uma encíclica  
em português.

Nº. 21

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 21 de Maio de 1932.

Senhor Ministro,

Lendo, há dias, nos jornais, a notícia de que a estação radiofônica do Vaticano, faria, em vários idiomas, a transmissão de um largo resumo da recente encíclica do santo padre – documento que, de fato, acaba de aparecer, e do qual me ocuparei num próximo ofício – dirigi a monsenhor Ottaviani, diretor-geral da Secretaria de Estado de Sua Santidade, a carta que, por cópia, passo às mãos de Vossa Excelência.

O meu justo pedido, corolário natural da minha nota ao cardeal secretário, Nº 3, de 7 de fevereiro do ano passado, produziu imediato efeito, pois, a noite do mesmo dia em que escrevi a referida carta, aquela estação lançava ao mundo, pelo rádio e também em português, o resumo em questão.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência, Senhor Ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Dr. Afrânio de Mello Franco,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

**OFÍCIO • 31 MAI. 1932 • AHI**

*Índice: Encíclica “Caritati Christi”.*

Nº. 22

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 31 de Maio de 1932.

Senhor Ministro,

Em separado e por este mesmo correio, cumpro o dever de passar às mãos de Vossa Excelência, quatro exemplares, dois, do original latino, e dois, da tradução francesa, da recente encíclica de Pio XI, intitulada “*Caritati Christi*”, que, apesar de datada de 3 do corrente, dia da festa da Invenção da Santa Cruz, só foi publicada, pela primeira vez, no *Osservatore Romano*, de 19.

Conquanto esse novo documento pontifício possa e deva mesmo ser considerado mais sobre o ponto de vista religioso, nem por isso deixa ele de ter, pela sua própria índole e importância, e, também, pelos palpitantes pontos que fere, um marcado interesse de ordem política e, maior ainda, social.

De fato, o sumo pontífice, reconhecendo os resultados obtidos com a sua anterior encíclica “*Nova Impendet*”, que tanto consolo trouxeram ao seu coração paterno e aos necessitados, em palavras repassadas de legítima comoção, diante dos constantes e recentes movimentos terroristas, da invasão assustadora do ateísmo na humanidade, das especulações financeiras gigantescas, transformadas depois em verdadeiras catástrofes, volta, novamente, a alçar a sua voz respeitável, e, mostrando e comentando alarmado os perigos e riscos sem conta em que se debate o mundo atualmente, como salvação única convida os crentes e a àqueles que ainda acreditam num Deus supremo, a se unirem – como em frente única – em orações expiatórias, elevando-as até Jesus, fonte perene de graças e misericórdias.

Para o santo padre, a época presente é tão grave e tão cheia de faltas, que, para encontrar-se outra igual, só se retrocedendo aos tempos do Dilúvio universal! Meticulosamente expõe todas as causas dessa decadência e impiedade, dando como principal origem, a desenfreada concupiscência dos bens terrenos, geradora de todos os males presentes: - egoísmo sórdido, perturbador das mútuas relações individuais e sociais; desconfiança, que impede todo o comércio humano; inveja,

individualismo, enfim, que tudo subordina aos interesses próprios, com menoscabo dos direitos alheios. Segue-se a virtual condenação sua “ao egoísmo absurdo do amor, em si, legítimo, da pátria, porém levado ao exagero”, o qual, segundo ele, deturpa o verdadeiro sentimento nacionalista, que a caridade cristã não desaprova, antes, temperando-o, o santifica e aviventa.

Aproveitando precisamente esse estado deplorável de coisas, continua o santo padre, os inimigos da ordem – comunistas ou que outro nome tenham – audazes, em rebelião franca contra a religião e contra o próprio Deus, propugnam e espalham, por todos os meios e em todos os ambientes, as idéias e doutrinas subversivas e destruidoras da fé, das leis e dos mais rudimentares princípios morais.

E é para sustar essa infiltração avassaladora do pecado, que Pio XI, como resistência suprema, explica e recomenda os meios que a crença e a prática cristã têm, como os mais seguros, para contrapor a esse imenso mal – a criação e a penitência, armas poderosas que a Igreja dá aos seus filhos, para a sua própria defesa e salvação. São tocantes as exortações de Sua Santidade, para essa cruzada, que, segundo ordena, terá lugar no próximo mês, dedicado ao Sagrado Coração de Jesus.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência, Senhor Ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Dr. Afrânio de Mello Franco,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

**OFÍCIO • 08 JUN. 1932 • AHI**

*Índice:* Atentado contra o  
chefe de Governo italiano.

Nº. 23

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé

Roma, 08 de Junho de 1932.

Senhor Ministro,

No incluso retalho, em duplicata, Vossa Excelência se dignará de ver como o *Osservatore Romano*, no seu número do dia 6 do corrente, anuncia e comenta a recente prisão de um indivíduo que, segundo confessou, estava preparado para atentar contra a vida do chefe do Governo italiano.

As severas palavras de condenação e repulsa do órgão vaticano pelo criminoso propósito, e a imediata visita que o núncio apostólico fez ao sr. Mussolini, para apresentar-lhe as felicitações e o paterno regozijo de Sua Santidade pelo insucesso do horrendo golpe projetado, tiveram, como era natural, imensa repercussão neste país. A imprensa do regime referiu-se logo a esses sentimentos com visível satisfação.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Dr. Afrânio de Mello Franco,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

**OFÍCIO • 11 JUL. 1932 • AHI**

*Índice:* Conferência de Lausanne.

Artigo do *Osservatore Romano*.

Nº. 31

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 11 de Julho de 1932.

Senhor Ministro,

Comentando o encerramento auspicioso da Conferência de Lausanne, o *Osservatore Romano*, de ontem, publicou o artigo de fundo que, no recorte incluso, passo às mãos de Vossa Excelência.

São palavras de regozijo e aplauso aos esforços e resultados obtidos agora, pelos principais homens de governo, na obra de reconstrução europeia – obra não só material como bem nota o articulista – e de felizes consequências para a solução do magno problema, ora em debate em Genebra.

O órgão vaticano, com justa razão, não deixa de por em relevo as palavras, equânimes e quase proféticas, do sumo pontífice, que em 1922 e 1923 já aconselhava, com a sua autorizada voz, o gesto de conciliação entre credores e devedores, em parte, concluído hoje em Lausanne.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência, Senhor Ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Dr. Afrânio de Mello Franco,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Anexo recorte do *Osservatore Romano*, de 10 de julho de 1932.

**OFÍCIO • 14 JUL. 1932 • AHI**

*Índice:* Pedido de licença do  
embaixador Azeredo.

Nº. 32

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 14 de Julho de 1932.

Senhor Ministro,

Junto remeto a Vossa Excelência, acompanhado do respectivo certificado do professor dr. Ângelo Signorelli, um requerimento solicitando dois meses de licença, para tratamento da minha saúde.

Estou seguro de que Vossa Excelência, com a possível brevidade, despachará favoravelmente esse meu pedido, bondade que me apresso em agradecer devidamente.

Tenho a honra de reiterar-lhe, Senhor Ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Dr. Afrânio de Mello Franco,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

**OFÍCIO • 08 NOV. 1932 • AHI**

*Índice:* Artigo do *Osservatore Romano*  
sobre o decenal fascista.

Nº. 41

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 08 de Novembro de 1932.

Senhor Ministro,

No retalho incluso, por duplicado, passo às mãos de Vossa Excelência um interessante artigo do *Osservatore Romano*, de 2/3 do corrente, intitulado “*Per la celebrazione del decennale fascista*”, que, sobretudo nos círculos oficiais, causou excelente impressão.

De fato o órgão vaticano, rendendo uma justa homenagem de admiração ao regime pelos trabalhos de ordem material largamente executados em todo o reino, não foge e sim ao contrário proclama bem alto os méritos incontestáveis do seu condutor máximo, fazendo sobressair, entretanto, como maiores, as leis e providências por ele impostas ao país no campo religiosos e moral, para as quais os católicos não negam o seu cordial e sincero aplauso. Tais manifestações do chefe do Governo italiano, acrescenta, surgem com o seu advento no poder e continuam iguais, até hoje, como provam as palavras do seu recente discurso em Milão, em que afirma “não poder jamais o humano superar o divino.”

Em seguida o articulista faz ressaltar a importância imensa da conclusão dos Pactos de Latrão, acordos que vieram pôr termo ao estado doloroso e

perturbador das relações entre a Igreja e o Estado, trazendo para a Itália a concórdia dos espíritos, e uma maior e mais forte unidade, constituindo um ato que, como bem disse o sr. Mussolini, por si próprio basta para recomendar-se à História.

Como era de esperar-se, há no presente escrito uma ressalva lógica e prudente aos direitos da Igreja, que se nem sempre aceitando ou comungando com algumas declarações e atitudes do regime, nem por isso, em data tão propícia, regateia aplausos ao muito que ele tem feito em bem do país.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência, Senhor Ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Dr. Afrânio de Mello Franco,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Anexo recorte do *Osservatore Romano*, de 2-3 de novembro de 1932.

**OFÍCIO • 28 DEZ. 1932 • AHI**

*Índice:* Alocução de S.S.

ao Sacro Colégio.

Nº. 44

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 28 de Dezembro de 1932.

Senhor Ministro,

No retalho incluso, por duplicado, do *Osservatore Romano*, de 25 do corrente, Vossa Excelência se dignará de encontrar, na íntegra, as palavras com que o santo padre Pio XI agradeceu os tradicionais votos e felicitações reverentes que, atualmente e na véspera do Natal, lhe são apresentados pelo Sacro Colégio, através da voz do seu decano.



Sua Santidade começa essa alocução retribuindo vivamente aos purpurados as expressões filiais ouvidas, e sentidamente confessa na sua gratidão pela ajuda sempre constante e eficaz que deles recebe, no governo da Igreja de Deus. Em seguida, repetindo a sua dolência já tantas vezes enunciada, pelos penosos acontecimentos e atentados que perduram, desgraçadamente, na Espanha, no México e na Rússia, acarretando males gravíssimos à causa católica, o sumo pontífice mais triste se mostra, sendo forçado a reconhecer que além desses males, outros não menores se juntam à longa série de perturbações funestas que divide atualmente os povos, levando-os à guerra e até a guerra civil, como se já não bastassem as infelicidades de outros gêneros, que pesam mais profundamente sobre as classes menos afortunadas, sempre dignas da justiça social e da caridade cristã.

Entretanto algum consolo, como uma recompensa do Alto, no meio de tantas e tão sombrias ocorrências, foi-lhe permitido alcançar; à divina bondade e a todos os que dela foram hábeis e generosos instrumentos, Sua Santidade mostra-se grato. Cita como maiores o sucesso triunfal do Congresso Eucarístico de Dublin, o desenvolvimento admirável das Missões e da obra missionária, a expansão mundial da Ação Católica. Dignas, igualmente, de admiração e atitude de heróica fidelidade, senão de martírio, dos bispos, sacerdotes, religiosos e religiosas e simples fiéis nos países já citados, páginas soberbas nos anais da Igreja. A trégua natalícia obtida entre dois caros povos cristãos que se combatem, conquanto breve, trouxe-lhe também consolo e esperança de uma paz definitiva.

Usando um imenso prazer do maravilhoso aparelho marconiano, continua Pio XI, em tocantes frases lança, por assim dizer, a todos os viventes os seus fervidos e paternos votos de felicidade, de melhores dias; e logo a seguir transmite a auspiciosa nova da sua decisão de considerar Santo o próximo ano, em celebração ao 19º centenário da morte do Redentor, e dos mais preciosos e eternos dons por Ele instituídos para a salvação da humanidade, comemoração, afirma, tanto mais necessária agora, dado o estado atual do mundo. 1933 será, pois um ano de Santo Jubileu, destinado a combater o paganismo, o materialismo reinante, a voragem do prazer, a sede imoderada do dinheiro.

Para salvaguardar possíveis dúvidas e para dar tempo aos preparativos necessários para a realização de tão grandes solenidades, o santo padre marca o próximo dia 2 de abril como o do início do Ano Santo, que terminará em 2 de

abril de 1934, e promete para breve as publicações dos documentos e instruções de uso.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência, Senhor Ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Dr. Afrânio de Mello Franco,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Anexo recorte do *Osservatore Romano*, de 25 de dezembro de 1932.

## 1933 – 1934

**OFÍCIO • 23 JAN. 1933 • AHI**

[Índice:] Batismo ortodoxo da  
Princesa da Bulgária.

Nº. 6

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 23 de Janeiro de 1933.

Senhor Ministro,

O retalho do "*Osservatore Romano*", de 19 do corrente, anexo ao presente por duplicado, é bem digno da atenção de Vossa Excelência. Trata-se da mais formal repulsa da Santa Sé em face do recente batismo ortodoxo da recém-nascida princesa Maria Luisa da Bulgária.

O órgão vaticano limita-se apenas a transcrever os documentos que justificam cabalmente o imediato protesto do Delegado Apostólico em Sofia contra aquele batismo, efetuando, sem discussão possível, em flagrante desacordo com a palavra dada ao Sumo Pontífice pelos seus reais progenitores, quando a então princesa real Joanna de Savoia, solicitou e obteve do Santo Padre a necessária dispensa do impedimento "*mixtae religionis*", a fim de poder contrair o matrimônio católico com o rei Boris II.

Convém lembrar aqui não ter a Santa Sé, no tempo oportuno, deixado passar em silêncio o fato de, uma vez celebrado aquele ato, haver sido ele, pouco depois, renovado, igualmente, pelo rito ortodoxo.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência, Senhor Ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Dr. Afrânio de Mello Franco,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Anexo recorte do “*Osservatore Romano*”, de 19 de janeiro de 1933.

**OFÍCIO • 24 JAN. 1933 • AHI**

[Índice:] Proclamação do Ano  
Santo em Roma.

Nº. 7

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 24 de Janeiro de 1933.

Senhor Ministro,

Na manhã de domingo, 15 do corrente, monsenhor Wilpert, decano dos Protonotarios Apostólicos, leu no átrio da Basílica de S. Pedro, com o cerimonial do estilo, a Bula Papal, cuja proclamação pouco antes fora autorizada pelo Sumo Pontífice, declarando Ano Santo extraordinário, de geral e máximo Jubileu, o período compreendido entre 2 de abril vindouro e 2 de abril de 1934. No incluso recorte duplicado do “*Osservatore Romano*”, de 16/17, Vossa Excelência se dignará de encontrar, traduzido para o italiano, o texto integral desse importante documento.

Julgo supérfluo comentar minuciosamente os termos desse Decreto Pontifício, no qual o Santo Padre, depois de vários e notáveis considerados para ilustrar a razão do Seu ato, prescreve quais as práticas e os atos religiosos a serem praticados pelos fiéis em Roma – sede única no mundo do Ano Santo – a fim de obterem as grandes indulgências por Ele concedidas.

Apesar da crise latente em quase todos os países católicos do Universo, e, portanto, das naturais dificuldades do momento, ainda assim e como tudo faz crer, o apelo de Sua Santidade Pio XI será, mais uma vez, largamente ouvido, e para esta cidade afluirão, sem dúvida, cheios de fé, milhares de peregrinos, que unirão as suas preces às do Vigário de Cristo, em reverente e piedosa homenagem à Paixão e Morte do Redentor, na esperança de que elas possam clarear, também, os sombrios dias que a humanidade inteira atravessa.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência, Senhor Ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Dr. Afrânio de Mello Franco,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Anexo recorte do "*Osservatore Romano*", de 16-17 de janeiro de 1933.

**OFÍCIO • 30 JAN. 1933 • AHI**

[*Índice:*] Tratado anti-bélico de  
não-agressão e conciliação.

Nº. 8

RESERVADO.

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 30 de Janeiro de 1933.

Senhor Ministro,

Tive a honra de receber, com a circular Nº 741, de 28 de dezembro passado, três cópias da nota expedida em 20 desse mês por Vossa Excelência à Embaixada da República Argentina no Rio de Janeiro sobre um tratado anti-bélico de não-agressão e de conciliação, proposto ao nosso governo pelo daquele país.

Li com particular atenção e interesse vivíssimo aquele importante documento, que constitui a mais brilhante, completa e instrutiva demonstração dos intuítos constantes em benefício da paz continental e universal, que tem caracterizado a política internacional do Brasil, tanto no longo período monárquico da sua história, como no atual regime democrático.

Nestes dias que tão incertos se arrastam, obscurecidos de apreensões e de temores, para a Europa e todo o velho continente, onde persistem numerosos focos de inquietude e discórdia, capazes ainda, não obstante a dolorosíssima experiência da recente guerra, de provocar outra, que acabaria, muito provavelmente, por destruir a primazia, no mundo hodierno, dos velhos e gloriosos povos ocidentais; nestes dias em que com ansiedade interrogamos os sempre ameaçadores horizontes do futuro, o nosso pensamento se dirige, animado de vaga mas diletta esperança, a essa jovem América, destinada sem dúvida a ser herdeira e a continuadora da civilização cristã que formou o ocidente medieval e moderno; vemos claro que a aquisição do precioso legado dificilmente se realizará sem árdua e diuturna luta contra o funesto morbo asiático, que parece haver sido suscitado por Deus como um castigo dos excessos de ambição, cobiça, crueldade e materialismo, em cuja crise as tradições prestigiosas de trinta séculos estão agora em perigo de soçobrar.

Novas são ainda, na maioria, de débil coesão política e social, os países do continente americano. Esta fraqueza constitucional os expõe às seduções das mentidas ideologias que encobrem o desprezo profundo da moral, da religião, do direito, de toda a dignidade humana. E entre elas a que de Moscou ramifica pela terra inteira os seus tentáculos é de certo a mais insidiosa, a mais mortífera. Cumpre como causa essencial que os povos americanos atravessem a sua fase juvenil de preparação e consolidação isentos das doenças que lhes podem comprometer o vigor e o equilíbrio orgânicos. Para tal fim, a paz continental é uma das condições mais indispensáveis; pois somente nela (verdade, esta, intuitiva) poderão esses povos atingir aquele grau de perfeita idoneidade, que lhes permitirá suceder algum dia à Europa na direção do mundo, como parece ser a sua missão histórica. E nesse sentido será sempre eficaz a ação conjugada das nações mais adultas, conselheiras e guias naturais, sem pretensões imperialistas nenhuma, das menos experientes e cultas ainda.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência, Senhor Ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Dr. Afrânio de Mello Franco,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

**OFÍCIO • 04 FEV. 1933 • AHI**

[Índice:] Um pedido do Reitor do

Colégio de S. Albeto.

Nº. 9

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 04 de Fevereiro de 1933.

Senhor Ministro,

O Reitor do Colégio I. de S. Albeto, da Ordem Carmelitana, com sede nesta cidade, acaba de endereçar ao nosso Consulado aqui, a inclusa carta, acompanhada de dois anexos – documentos que, por cópia duplicada, passo às mãos de Vossa Excelência – pedindo com vivo e justo interesse uma providência para a situação precária em que se encontram os estudantes brasileiros matriculados naquele instituto, pelo fato de não receberem recursos do Brasil.

O meu colega Embaixador A. Peçanha, achando que o assunto deveria correr por esta embaixada, transmitiu-me a referida carta, que, sem perda de tempo, submeto, com o maior empenho, à esclarecida atenção de Vossa Excelência, na esperança de uma solução rápida e satisfatória para o caso, a fim de evitar os prejuízos e males sem conta de que estão ameaçados os nossos jovens patrícios, alunos do Colégio de S. Albeto.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência, Senhor Ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Dr. Afrânio de Mello Franco,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Anexas cartas do reitor do Colégio S. Albeto dirigidas ao Consulado do Brasil em Roma, datadas de 30 de janeiro e 2 de fevereiro de 1933.

**OFÍCIO • 16 FEV. 1933 • AHI**

[Índice:] Aniversário da  
coroação de Pio XI.

Nº. 12

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 16 de Fevereiro de 1933.

Senhor Ministro,

No dia 12 do corrente, XI<sup>o</sup> aniversário da sua coroação, o Santo Padre Pio XI recebeu, como de costume, as mais reverentes demonstrações de respeito e filial afeto à Sua Augusta pessoa, tributadas pelo mundo católico, além de um grande número de cumprimentos enviados por Chefes de Estado.

Aqui em Roma aquela data foi festejada talvez com maior gáudio e devotamento, dadas as esperanças de um Ano Santo cheio de consolo para o coração do Augusto Pontífice; na Capela Sistina houve a tradicional missa solene em ação de graças, extraordinariamente concorrida.

Na minha qualidade de Decano coube-me, por intermédio do cardeal Secretário de Estado, apresentar a Sua Santidade as congratulações e votos de felicidade do Corpo Diplomático acreditado junto à Santa Sé. Transcrevo abaixo essa honrosa mensagem e bem assim a resposta recebida do cardeal Pacelli:

- 1) “In questo fausto anniversario dell’incoronazione di Sua Santità, prego Vostra Eminenza degnarsi presentare all’Augusto Pontefice omaggio di profonda venerazione e fervidi augurii del Corpo Diplomatico,”
- 2) “Sua Santità há particolarmente gradito devoto omaggio fervidi augurii espressi da Vostra Eccellenza nome Corpo Diplomatico accreditato presso Santa Sede e mestre m’incarica assicurare Vostra Eccellenza e singole rappresentanze Suo Augusto compiacimento invoca dal Cielo su rispettive Nazioni copiose benedizioni e grazie.”

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência, Senhor Ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Dr. Afrânio de Mello Franco,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

**OFÍCIO • 20 MAR. 1933 • AHI**

[Índice:] Consistório secreto.

Alocução pontifícia.

Nº. 14

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 20 de Março de 1933.

Senhor Ministro,

No incluso retalho duplicado do "*Osservatore Romano*", de 14 do corrente, cumpre o dever de passar às mãos de Vossa Excelência a tradução italiana da alocução que, em latim, proferiu Sua Santidade Pio XI, no Consistório Secreto realizado na véspera.

Dada a tão grande distância de igual e magna reunião, - a última das quais, como Vossa Excelência sabe, teve lugar a 30 de junho de 1930, - não era pequena a ansiedade reinante nos meios Vaticanos e em todos os da orbe católica, por ouvir a palavra do Sumo Pontífice que, aproveita sempre essa ocasião para fazer um resumo dos principais acontecimentos de ordem política e administrativa da Igreja, no período decorrido entre dois Consistórios. E essa palavra veio, como de costume, vigorosa e sincera.

O Santo Padre começou por afirmar aos cardeais, que só por motivos diversos espaçará tanto essa solenidade, e que, portanto, mais numerosos os atos, celebrações e acontecimentos, agradáveis alguns e tristes outros, concorridos nesse lapso de tempo, fatos que relembra sumariamente. A seguir, menciona as Suas últimas e principais encíclicas, cujos temas – Santidade da família, Igualdade das condições dos operários, Maior incremento dos estudos sacros, - bem mereciam o Seu particular zelo e atenção. Entre os atos mais importantes obtidos pela Santa Sé assinala as várias Concordatas assinadas com diversos Estados, entre as quais a última estipulada com Baden, a terceira, em breve tempo, concluída com a Alemanha. Celebrações de alto caráter religioso foram o Congresso Eucarístico de Dublin, que assumiu proporção verdadeiramente memorável, e também o do 75º aniversário da gloriosa aparição da Virgem em Lourdes. Foram espetáculos de grande conforto para a Sua obra de redenção entre os homens.

Em continuação Pio XI aprecia e faz ressaltar o crescente progredir do fecundo e consolador trabalho das três Congregações – Consistorial, Oriental e de Propaganda Fide, cujos frutos se espalham e as sementes germinam, com proveitos enormes para a Igreja, em todos os campos da sua constante atividade. E acrescenta que particularmente caro ao Seu coração é o notável desenvolvimento da Ação Católica, cada vez maior em todos os países do mundo, graças à solicitude pastoral do Episcopado e à devota e generosa ajuda do Clero e dos particulares.



Constitui motivo de preocupação e pesar para o Santo Padre a duração da crítica situação internacional, tornada incerta e inquietante “pelas recíprocas desconfianças, contrastes de interesses, inadequadas e muitas vezes contraditórias medidas propostas e aceitas, exagerado e injusto nacionalismo, em tudo oposto à fraternidade dos homens e dos povos, que somente nos ditames, na inspiração e na prática da caridade cristã, podem achar as raízes vitais e sadias de um alimento generoso.” É em nome dessa caridade que Pio XI, conforme confessa, tem incessantemente predicado a paz entre os povos; se alguns leves resultados têm colhido, sente-se, entretanto, ainda contristado, ouvindo, no antigo e no novo mundo, o rumor do entrechocar de armas e a voz do sangue fraterno em luta...

A crise econômica, por outro lado, pesa sobretudo sobre os débeis – crianças e velhos, alvorada e crepúsculo da vida! Sofrem, também, moral e materialmente milhares e milhares de operários e trabalhadores. Desse precário estado de coisas, tiram vantagens – tristes vantagens! – todos os encarniçados inimigos da ordem política, social e religiosa. Para prova os acontecimentos passados, os de ontem e os de hoje, “na imensa e infelicíssima Rússia, no México e na Espanha, e até nos pequenos e grandes países da Europa Central, que mostram claramente o perigo a temer-se, onde aparece (e aonde ela não chega?) tão nefanda propaganda e inspiração.” Alça, portanto, ainda uma vez a Sua voz para mostrar os gravíssimos perigos desses ideais subversivos, cujas consequências funestas são fáceis de prever; o ataque que tais inimigos movem, principalmente, contra a Igreja Católica, insultando e profanando tudo quanto ela possui de mais sagrado, anima maiormente o Santo Padre a esse contínuo combate em prol da humanidade, e, sobretudo, em defesa dos Direitos Divinos, ameaçados, mas eternos.

O recente batizado ortodoxo da princesa da Bulgária (assunto que fez objeto do meu ofício a Vossa Excelência, Nº 6, de 23 de janeiro último) produziu, como era natural, penosa surpresa ao Pontífice, que, em continuação, severamente comenta e condena esse ato de desrespeito às afirmações formais que lhe foram feitas, escritas e assinadas por mãos reais, no momento particularmente grave e solene de um casamento real, que, pelo seu caráter, teve o Seu consentimento sob condições excepcionais. Pio XI corajosamente rebatendo os rumores correntes de que tal concessão fosse o resultado da intervenção de homens políticos do país e do governo, como um negócio de Estado, afirma ter apenas tratado dele com as pessoas dos próprios Soberanos interessados e unicamente como coisa de religião e de consciência. Faz essa pública declaração para calar aqueles injustos e nocivos rumores, ao ver violadas tão sagradas promessas. Senhor hoje, por documentos irrefutáveis, de como dividir as responsabilidades da quebra desse juramento, o papa delas exclui a Mãe aflita, inocente e impossibilitada de qualquer ação em contrário, diante do fato consumado.

Prosseguindo, o Vigário de Cristo, fala sobre o próximo Ano Santo, esperando com confiança que ele possa ser um ano de elevação espiritual e de alívio às misérias e às angústias em que ainda se debate o mundo. Que o coro das orações futuras chegue pelo menos ao Altíssimo para obter que da sua Divina Misericórdia desçam “a necessária luz e mais ainda a necessária concórdia às Conferências e reuniões que, precisamente, neste Ano Santo, terão lugar, para o restabelecimento econômico mundial, para o desarmamento (seja efetivo, material ou moral) e para as dívidas de guerra.”

Como de costume designa, depois, os cardeais, Legados Seus, para a cerimônia ritual da abertura das Portas Santas das Basílicas de São Paulo, São João de Latrão e Santa Maria Maior, reservando para Si a de São Pedro, e aos quais concede a faculdade de dar a Benção Apostólica, com indulgência plenária.

Finalmente termina a Sua longa alocução confirmando os Patriarcas armênio-católico e maronita e elevando á Sagrada Púrpura Romana seis eminentes Prelados (quatro italianos e dois estrangeiros) em tudo dignos dessa insigne honra, além de dois outros que ficam reservados *in pectore*, e serão publicados em ocasião oportuna.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência, os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Dr. Afrânio de Mello Franco,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Anexo recorte do “*Osservatore Romano*”, de 13/14 de março de 1933.

**OFÍCIO • 21 MAR. 1933 • AHI**

[Índice:] Os Srs. Mac Donald e  
Simon em visita ao Papa.

Nº. 15

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 21 de Março de 1933.

Senhor Ministro,

O incluso retalho do "*Osservatore Romano*, de ontem, que em duplicado passo às mãos de Vossa Excelência, contém um artigo comentando a visita dos Primeiro Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros da Grã-Bretanha, Srs. Mac Donald e Simon, a Sua Santidade Pio XI, e também uma pequena varia noticiando esse acontecimento.

O articulista daquele primeiro documento, alegrando-se com o escopo que trouxe a esta capital os citados estadistas, mostra-se esperando dos resultados da sua nobre missão, e sustenta, com razão, que nenhuma voz superior e constante à da Santa Sé, jamais cessou de bater-se pela pacificação do mundo, numa justa, necessária e urgente resolução de paz.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Dr. Afrânio de Mello Franco,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Anexo recorte do "*Osservatore Romano*", de 20/21 de março de 1933.

**OFÍCIO • 08 ABR. 1933 • AHI**

[Índice:] Novo Ministro da Grã-Bretanha junto à S. Sé.

Nº. 19

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 08 de Abril de 1933.

Senhor Ministro,

No incluso retalho duplicado do "*Osservatore Romano*", de 31 do mês findo, Vossa Excelência se dignará de encontrar a notícia da apresentação de credenciais do novo representante da Grã-Bretanha junto à Santa Sé.

Conforme a praxe do Vaticano, não foram publicados, na íntegra, os textos dos discursos pronunciados naquela cerimônia. Desta vez, porém, dado o grande espaço de tempo que a Legação de Sua Majestade Britânica esteve sempre sob a direção de um Encarregado de Negócios – o último Ministro tendo deixado Roma em 1930 – a vinda do novo Enviado, justamente nas vésperas do início deste Ano Jubilar, tão caro ao Sumo Pontífice, era natural que fosse acolhida por Sua Santidade com palavras de particular afeto e satisfação. Daí o

tópico que destaco e traduzo: “O Santo Padre respondeu agradecendo as elevadas expressões ouvidas, feliz prenúncio ao Ano Santo que Ele augura de dons celestes e de verdadeira paz para a humanidade, congratulando-se com o novo Ministro de um governo que alacremenente se esforça pela obtenção de um tão nobre fim.”

Os jornais italianos, entretanto, não sei bem com que fundamento, foram férteis em atribuir logo a Pio XI outras declarações mais positivas de agrado ao receber Sir Robert H. Clive, chegando mesmo alguns ao ponto de afirmar que o papa aproveitará o momento para se declarar favorável ao hoje conhecidíssimo projeto do senhor Mussolini, de um pacto das quatro principais potências européias, aprovando-o, pois, indiretamente.

Não creio que o Pontífice se haja externado assim tão claramente, e sobre matéria tão delicada. Acredito, porém, que a Santa Sé (coisa aliás lógica e de fácil compreensão) veja sempre com bons olhos toda e qualquer tentativa de paz e de entendimento entre as nações deste continente, mas isso sem sair da reserva e da prudência que lhe são peculiares.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência, Senhor Ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Dr. Afrânio de Mello Franco,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Anexo recorte do “*Osservatore Romano*”, de 31 de março de 1933.

**OFÍCIO • 22 ABR. 1933 • AHI**

[*Índice:*] A Missão Especial

Argentina em visita ao Papa.

Nº. 21

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 22 de Abril de 1933.

Senhor Ministro,

O pequeno recorte do “*Osservatore Romano*”, de 17/18 do corrente, que por duplicado passo às mãos de Vossa Excelência, trás a notícia da audiência privada concedida, no

dia 15, pelo Santo Padre ao Embaixador E, Ramos Mejia, chefe da Missão Especial argentina que veio a este país retribuir a visita do príncipe herdeiro em 1923.

Terminada a audiência do embaixador, foram apresentados à Sua Santidade, em outra sala, os demais membros da missão, que estavam acompanhados das suas famílias. Para todos o Soberano Pontífice teve palavras generosas de afeto, e ao dar-lhes a sua Benção afirmou, também, abençoar toda a nação argentina, tão cara ao seu coração.

Como Vossa Excelência deverá estar abundantemente informado pela nossa embaixada junto ao Quirinal, a missão presidida pelo velho e eminente homem político argentino foi aqui acolhida com especiais deferências e mesmo com muita simpatia, sendo-lhe tributadas grandes manifestações de apreço por parte das mais altas autoridades do governo, tendo a imprensa do regime dela se ocupado largamente.

Quero apenas, neste ofício, fazer ressaltar o fato – que constitui um precedente a guardar - de que a visita de toda missão argentina ao papa, teve somente lugar depois de concluída a primeira parte das cerimônias oficiais com o governo italiano, ou seja no interregno em que a missão se achou nesta cidade em caráter privado. Hoje ela, de novo e oficialmente, está em Nápoles, onde acaba de ser homenageada com carinho pelo príncipe Umberto e sua real consorte.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência, Senhor Ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Dr. Afrânio de Mello Franco,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Anexo recorte do "*Osservatore Romano*", de 17/18 de abril de 1933.

**OFÍCIO • 16 MAI. 1933 • AHI**

[Índice:] Onomástico de Pio XI.

Troca de telegramas.

Nº. 22

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 16 de Maio de 1933.

Senhor Ministro,

Tenho o prazer de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que no dia 12 do corrente, onomástico de Sua Santidade, como decano do Corpo Diplomático acreditado junto à Santa Sé, coube-me a honra de passar ao Augusto Pontífice, por intermédio do cardeal Secretário de Estado, o telegrama abaixo:

“Noi tutti diplomatiche presso la Santa Sedecon Le nostre famiglie presentiamo oggi all’Augusto Pontefice omaggi di profonda venerazione fervidi augurii di ogni bene pregando Vostra Eminenza di volere essere presso Sua Santità l’interprete di questo sentimenti.”

Do cardeal Pacelli, no dia 14, recebi a seguinte e amável resposta:

“mi è stavo vivamente gradito umiliare Augusto Pontefice sentimenti augurali Eccmo. Corpo Diplomatico cosi nobilmente espressi da Vostra Eccellenza. Sua Santità accolto con particolare compiacimento devoto omaggio mi incarica partecipare Eccellenza Vostra suoi augusti ringraziamenti avvalorati da speciale benedizione propiziatrice cristiana prosperità singoli membri Corpo Diplomatico et rispettive famiglie.”

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Dr. Afrânio de Mello Franco,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

**Ofício • 17 MAI. 1933 • AHI**

[Índice:] Pedido do Reitor do  
Colégio de S. Alberto.

Nº. 23

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 17 de Maio de 1933.

Senhor Ministro,

Ontem veio novamente procurar-me nesta embaixada o Rev. Padre Reitor do Colégio I. de S. Alberto, o qual já está seriamente apreensivo com a demora de uma solução ao seu pedido, assunto que fez objeto do meu ofício Nº. 9, de 4 de fevereiro último.

Sem nenhuma resposta até hoje sobre esse caso, que, como tive ocasião de dizer, pode prejudicar grandemente o futuro de uns tantos compatriotas nossos, releve-me Vossa Excelência insistir, com verdadeiro interesse, no sentido de obter para ele uma providência equitativa, tendente, ao menos, a sustar provisoriamente as conseqüências que ameaçam de uma maneira tão cruel os alunos brasileiros que, com dedicação e proveito, estudam naquele Instituto.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Dr. Afrânio de Mello Franco,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

**OFÍCIO • 17 JUN. 1933 • AHI**

[Índice:] Encíclica "*Dilectissima Nobis*".

Nº. 24

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 17 de Junho de 1933.

Senhor Ministro,

Nos retalhos anexos por duplicados, passo às mãos de Vossa Excelência, na íntegra, a tradução italiana da última encíclica do Santo Padre Pio XI, intitulada, conforme o uso, "*Dilectissima Nobis*", e publicada no "*Osservatore Romano*", de 4 do corrente.

Nesse longo documento o Soberano Pontífice recorda, com amargor, os passados e tristes acontecimentos políticos e de ordem religiosa ocorridos na Espanha depois da proclamação da República, que Ele sempre procurou suavizar, acomodando-os com os tempos e com o seu largo espírito liberal, mas que as recentes leis votadas pelo Parlamento, maiormente atentatórias aos direitos morais e materiais da Igreja, vieram agravar definitivamente.

Pio XI agora, com palavras serenas conquanto severas, depois de demonstrar e de provar o Seu paterno afeto à nação espanhola, declarando acatar a vontade de cada povo quanto à própria forma de governo, rebela-se vigorosamente contra as últimas medidas draconianas ora implantadas na jovem república, que acarretam, além do mais, prejuízos enormes para a fé e a educação de um povo tradicionalmente católico; incita e aconselha, pois, que, dentro dos meios legais, todos os fiéis e partidários da religião, trabalhem abertamente pela derrocada de semelhantes leis, procurando substituí-las por outras compatíveis com a crença que professam.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência, Senhor Ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Dr. Afrânio de Mello Franco,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Anexo recorte do "*Osservatore Romano*", de 4 de junho de 1933.

**OFÍCIO • 24 JUL. 1933 • AHI**

[Índice:] Concordata S. Sé –  
Alemanha.

Nº. 33

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 24 de Julho de 1933.

Senhor Ministro,

No recorte anexo, por duplicado, apresso-me a passar às mãos de Vossa Excelência o texto italiano da Concordata e do respectivo Protocolo Final, concluídos no dia 20 do corrente, entre a Santa Sé e o Reich germânico, e publicados, ontem, na íntegra, pelo "*Osservatore Romano*".

A fim de não perder a mala de amanhã, fico sem tempo pra comentar devidamente esses importantes e interessantes documentos, que acabam de regular, de uma maneira vantajosa para as duas altas partes contratantes, as relações entre a Igreja Católica com Estado alemão.



Pela simples e rápida leitura que deles fiz, chego à conclusão que a Santa Sé, abdicando formalmente toda e qualquer pretensão de influência política naquele país, mesmo por meio de um partido político do seu credo, conseguiu, em compensação, manter intacta, e até com certas vantagens, a sua ação religiosa, salvaguardando, igualmente, os seus interesses morais e materiais. Esse resultado era, aliás, o que eu esperava, conforme tive ocasião de dizer a Vossa Excelência no meu ofício Nº 20, de 18 de abril último.

A presente publicação veio, assim, pôr um termo às inúmeras – e nem sempre justas – previsões ultimamente formuladas em torno das negociações, lentas e silenciosas, do atual Pacto. Se ele constitui, pode dizer-se, dado o momento político da Alemanha, um bom “*modus vivendi*” para o Vaticano, é inegável que para o Sr. von Papen, representa um apreciável sucesso, de feliz augúrio, provavelmente, para a sua carreira de homem público.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência, Senhor Ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Dr. Afrânio de Mello Franco,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Anexo recorte do “*Osservatore Romano*”, de 23 de julho de 1933.

**OFÍCIO • 26 AGO. 1933 • AHI**

[*Índice:*] Encarregatura de  
Negócios.

Nº. 34

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 26 de Agosto de 1933.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de confirmar o meu telegrama número 7, de 24 do corrente, levando ao alto conhecimento de Vossa Excelência que, por ter naquele dia entrado em gozo de licença o titular deste posto, S. Ex. o Senhor Embaixador Carlos Magalhães de Azeredo, fui na mesma data acreditado no caráter de Encarregado de Negócios.

Cumpre-me agradecer o Despacho telegráfico número 8, pelo qual Vossa Excelência se dignou, com referência àquela comunicação, autorizar o saque da gratificação que me compete pela gerência interina desta embaixada.

Aproveito o ensejo para reiterar-lhe, Senhor Ministro, a homenagem de minha respeitosa consideração.

Argeu Guimarães

A Sua Excelência o Senhor Dr. Afrânio de Mello Franco,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

**OFÍCIO • 31 AGO. 1933 • AHI**

[Índice:] Cópia de Notas.

Nº. 35

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 31 de Agosto de 1933.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência, em cópias anexas, o texto das notas trocadas entre esta Embaixada e o Governo Pontifício, durante o mês de agosto corrente, respectivamente de números 2 a 4 e 125.611 e 125.637.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência, Senhor Ministro, o testemunho da minha respeitosa consideração.

Argeu Guimarães

A Sua Excelência o Senhor Dr. Afrânio de Mello Franco,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Anexas as seguintes notas trocadas entre a Embaixada e o Governo Pontifício:

Nota N.3, de 23 de agosto de 1933.

Nota N.4, de 24 de agosto de 1933.

Nota N.125611, de 26 de agosto de 1933.

Nota N.125637, de 28 de agosto de 1933.

**OFÍCIO • 06 SET. 1933 • AHI**

[Índice:] Congresso Eucarístico

Brasileiro.

Nº. 37

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 06 de Setembro de 1933.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência, em recorte anexo, o artigo do "*Osservatore Romano*" de hoje, alusivo ao Primeiro Congresso Eucarístico Brasileiro, que acaba de reunir-se na cidade do Salvador, na Bahia.

Encerrando belos conceitos sobre o sentimento católico brasileiro, consta do referido artigo o texto latino da carta com que Sua Santidade Pio XI nomeou Sua Eminência o cardeal Leme para representá-lo, na mesma ocasião, no caráter de Legado.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Argeu Guimarães

A Sua Excelência o Senhor Doutor Afrânio de Mello Franco,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Anexo recorte do "*Osservatore Romano*", de 6 de setembro de 1933.

**OFÍCIO • 10 SET. 1933 • AHI**

[Índice:] Notas trocadas.

Nº. 38

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé

Roma, 10 de Setembro de 1933.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de acusar o recebimento do Despacho Circular nº. 791 (324.251) de 12 de agosto, pelo qual Vossa Excelência pede a cópia das notas trocadas entre esta Embaixada e o Governo Pontifício em vários meses dos anos de 1928 a 1933, que não deram entrada em tempo oportuno no arquivo dessa Secretaria de Estado.

Durante os meses especificados na relação anexa ao aludido Despacho, não foram de fato enviadas notas a este governo, com exceção de setembro de 1932, em que foi expedida a de número 4, cuja cópia constou de anexo ao ofício nº. 37, dirigido a essa Secretaria de Estado sob o índice – “Agradecimentos a Sua Santidade”.

A numeração consecutiva desses documentos mostra não ter havido omissão. Fica, entretanto, feita a comunicação negativa de não terem sido dirigidas notas durante os meses aludidos.

Quanto à correspondência do Governo Pontifício durante o mesmo período, constam poucas notas recebidas, cuja cópia será feita com a possível brevidade, de acordo com as ordens de Vossa Excelência.

Existem, entretanto, numerosos comunicados relativos ao decanato de Sua Excelência o Sr. Embaixador Carlos Magalhães de Azeredo, sobre os quais peço vênias para consultar a Vossa Excelência se devem ser também copiados e remetidos com a demais correspondência omitida.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Argeu Guimarães

A Sua Excelência o Senhor Doutor Afrânio de Mello Franco,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

**OFÍCIO • 12 SET. 1933 • AHI**

[Índice:] O Vaticano e o  
Tratado ítalo-soviético.

Nº. 39

RESERVADO.

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 12 de Setembro de 1933.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que a notícia da recente assinatura em Roma de um Tratado de amizade ítalo-soviético não foi bem acolhida nos círculos da Cidade do Vaticano, pela perspectiva propiciada por esse pacto, de uma aproximação da Itália com um país tristemente celebrizado nos últimos tempos pela perseguição religiosa.

Segundo informações confidenciais, que transmito a Vossa Excelência com a devida reserva, monsenhor Francisco Borgoncini-Duca, Núncio Apostólico, teria manifestado ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, também Chefe do Governo Italiano, os receios nutridos pelo Governo Pontifício em face da conclusão do Tratado.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Argeu Guimarães

A Sua Excelência o Senhor Doutor Afrânio de Mello Franco,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

**OFÍCIO • 20 SET. 1933 • AHI**

[Índice:] Colégio Brasileiro.

Nº. 40

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 20 de Setembro de 1933.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, a convite do Padre Julião F. Pécantet, da Companhia de Jesus, foi-me dado o prazer de visitar o edifício, quase concluído, do Colégio Brasileiro, destinado a receber os nossos patrícios alunos da Universidade

Gregoriana, os quais, desde 1858 até o presente, têm sido reunidos com os procedentes das Repúblicas da América Espanhola, no Colégio Pio Latino-Americano.

Para dirigir essa importante instituição, apta a receber duzentos seminaristas e dotada de modernos e amplos recursos, foi nomeado reitor o Padre Ângelo Contessoto, do Rio Grande do Sul, esperado em Roma nos próximos dias.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Argeu Guimarães

A Sua Excelência o Senhor Doutor Afrânio de Mello Franco,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

**OFÍCIO • 21 SET. 1933 • AHI**

[Índice:] Partida do Ministro

L. A. Gurgel do Amaral.

Nº. 41

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 21 de Setembro de 1933.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, acompanhado de sua Exma. Senhora, partiu hoje para essa capital o Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário Luiz Avelino Gurgel do Amaral, ficando assim confirmado o meu telegrama desta data.

Cumpro ao mesmo tempo o grato dever de transmitir a Vossa Excelência, em retalho anexo, a significativa notícia publicada pelo "*Osservatore Romano*", órgão oficial da Cidade do Vaticano, sobre a promoção e partida de Sua Excelência e a audiência privada que, com excepcionais provas de deferência e apreço, lhe foi concedida, a 11 do corrente, por Sua Santidade, bem como à Senhora Gurgel Do Amaral.

Na mesma notícia é feita referência à concessão da Comenda e Placa da Ordem de Pio IX, com que o Governo do Sumo Pontífice quis galardoar, antes da sua partida, o antigo Conselheiro desta Embaixada.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Argeu Guimarães

A Sua Excelência o Senhor Doutor Afrânio de Mello Franco,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Anexo recorte do "*Osservatore Romano*", de 11-12 de setembro de 1933.

**OFÍCIO • 21 SET. 1933 • AHI**

[Índice:] Documentos diplomáticos  
americano-pontifícios.

Nº. 42

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 21 de Setembro de 1933.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que a Associação Americana de História acaba de publicar o primeiro volume de uma obra de F. Stock, reproduzindo os documentos diplomáticos entre o Estado Pontifício e os Estados Unidos, de 1848 a 1868, existentes no arquivo da Secretaria de Estado da grande república da América do Norte.

Despertando o mais vivo interesse a obra de Stock deve inspirar, no sentir dos estudiosos de coisas vaticanas, outras relativas às demais repúblicas do Novo Mundo.

Neste consoante, o nosso patrício Padre J. Santini, da Universidade Gregoriana, reúne presentemente elementos para traçar a história do Padroado no Brasil e principais episódios característicos das nossas relações com a Santa Sé desde a fundação do Império.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Argeu Guimarães

A Sua Excelência o Senhor Doutor Afrânio de Mello Franco,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

**OFÍCIO • 07 OUT. 1933 • AHI**

[Índice:] Novo Ministro da  
Estônia.

Nº. 44

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 07 de Outubro de 1933.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que a Santa Sé e a Estônia decidiram criar reciprocamente missões diplomáticas em Talin e na Cidade do Vaticano.

Nesse consoante, o Dr. Oto Strandman, ministro estoniano em Paris, acaba de apresentar credenciais ao papa Pio XI, sendo inaugurada simultaneamente por um Encarregado de Negócios a nunciatura apostólica em Talin.

O móvel determinante desse gesto da Estônia, país onde existe um reduzido grupo católico, sendo protestante o próprio plenipotenciário Strandman – explica-se pela tendência de destacar-se cada vez mais da órbita soviética e aproximar-se política e espiritualmente do ocidente europeu.

De acordo com as disposições em vigor, cumpre-me passar às mãos de Vossa Excelência, em anexo, algumas informações transcritas do "*Osservatore Romano*" sobre o novo ministro.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Argeu Guimarães

A Sua Excelência o Senhor Doutor Afrânio de Mello Franco,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Anexo: Informações sobre o Dr. Oto Strandman, Ministro da Estônia junto à Santa Sé.

**OFÍCIO • 07 OUT. 1933 • AHI**

[Índice:] Novo Embaixador do  
Chile.



Nº. 45

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 07 de Outubro de 1933.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que foi recebido hoje em audiência solene pelo Papa Pio XI, apresentando as suas credenciais de embaixador extraordinário e plenipotenciário do Chile junto à Santa Sé, o senhor Luís Eguiguren.

De acordo com as disposições em vigor, cumpre-me transmitir a Vossa Excelência, em anexo, uma breve informação sobre o aludido diplomata.

Aproveito o ensejo para renovar-lhe, Senhor Ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

Argeu Guimarães

A Sua Excelência o Senhor Doutor Afrânio de Mello Franco,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Anexo: Informações sobre o Sr. Luís Eguiguren, embaixador do Chile junto à Santa Sé.

**OFÍCIO • 10 OUT. 1933 • AHI**

[Índice:] Peregrinação brasileira.

Nº. 46

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 10 de Outubro de 1933.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que a 1º do corrente mês chegaram a Roma vários peregrinos brasileiros, dirigidos por monsenhor Luís Gonzaga do Carmo, desejosos de visitar a capital da Cristandade e receber a benção pontifícia, na ocasião em que

se celebra o Ano Santo Extraordinário, com afluência considerável de fiéis de todos os recantos do mundo.

Cumpri prazerosamente o dever de solicitar de Sua Santidade uma audiência especial para esses peregrinos e prontifiquei-me a acompanhá-los no dia fixado, 4 do corrente, à “Sala da Capela” da Guarda Nobre Pontifícia, conforme tive ensejo de comunicar telegraficamente a Vossa Excelência.

O papa Pio XI proferiu então algumas palavras profundamente gratas ao coração brasileiro, fazendo votos pela nossa prosperidade e estendendo a benção apostólica a todos os nossos patrícios, às nossas cidades e Estados, conforme poderá Vossa Excelência observar pelas notícias dos jornais, em retalhos anexos, sobretudo a do “*Osservatore Romano*”, publicada em destaque, na primeira coluna, a 5 do corrente.

Monsenhor Gonzaga e os demais peregrinos permaneceram em Roma até o dia de hoje.

Prevaleço-me da oportunidade para reiterar a Vossa Excelência a segurança da minha respeitosa consideração.

Argeu Guimarães

A Sua Excelência o Senhor Doutor Afrânio de Mello Franco,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Anexo recorte do “*Osservatore Romano*” de 6 de outubro de 1933.

**OFÍCIO • 16 OUT. 1933 • AHI**

[Índice:] Noticiário sobre  
missões religiosas no Brasil.

Nº. 48

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 16 de Outubro de 1933.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência os retalhos anexos de *Il Gazzettino*, de Veneza, sobre a partida de missionários capuchinhos para o Brasil; de *Il Santuario*, de Caravaggio, sobre o culto religioso nas fazendas paulistas; de *Il Massaia*, desta capital, sobre o Seminário Seráfico de Piracicaba; da *Illustrazione Vaticana*, também de Roma, sobre evangelização de imigrantes japoneses em São Paulo.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Argeu Guimarães

A Sua Excelência o Senhor Doutor Afrânio de Mello Franco,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

**OFÍCIO • 16 OUT. 1933 • AHI**

[Índice:] Criação de bispados  
na Argentina.

Nº. 49

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 16 de Outubro de 1933.

Senhor Ministro,

A embaixada argentina junto à Santa Sé comunicou à Secretaria de Estado vaticana a criação, por iniciativa do seu Governo, de seis novos arcebispados e dez bispados, segundo informa *L'Ora* de Palermo.

Tal iniciativa teria coincidido com os desejos de Pio XI, de atribuir uma hierarquia católica mais importante aos nossos vizinhos do sul. Até agora a Argentina possuía, de fato, um arcebispo na sua capital e oito bispos exercendo jurisdição sobre vastos territórios.

Aprovado pelo parlamento o projeto governamental, trata-se de designar os novos titulares de acordo com o *modus vivendi* argentino-pontifício, de modo que, ao realizar-se em outubro vindouro o Congresso Eucarístico Internacional de Rosário de Santafé, já esteja a reforma em plena execução.

Nos círculos vaticanos se considera de bom augúrio para as relações com a Santa Sé o gesto argentino, prelúdio, segundo o jornal acima citado, da elevação do arcebispo de Buenos Aires à púrpura cardinalícia.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Argeu Guimarães

A Sua Excelência o Senhor Doutor Afrânio de Mello Franco,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

**OFÍCIO • 16 OUT. 1933 • AHI**

[Índice:] Estatística de peregrinos  
durante o Ano Santo.

Nº. 50

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 16 de Outubro de 1933.

Senhor Ministro,

O número de peregrinos vindos a Roma, segundo publicação recente, durante o atual Ano Santo extraordinário, pode ser avaliado em meio milhão, computando não só os organizados em grupos nacionais, como os isolados, igualmente copiosos. A estatística acusa para os primeiros cerca de 250 mil, dos quais 160 mil italianos e 90 mil estrangeiros.

De todas as nações do mundo afluíram a Roma peregrinações consideráveis. A França contribuiu com o maior contingente de peregrinos organizados – cerca de 25 mil. Seguem, em ordem decrescente, a Alemanha, a Áustria, a Espanha e a Inglaterra.

Além dos países europeus, figuram com pequenos grupos, segundo a importância numérica, os Estados Unidos, a Venezuela, o Brasil, a Argentina, a China, a Argélia, Costa-Rica, Canadá, Egito, Marrocos, Cuba, Panamá, Índia, Ilhas Canárias, México e Tunísia.

Tenho a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Argeu Guimarães

A Sua Excelência o Senhor Doutor Afrânio de Mello Franco,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

**OFÍCIO • 01 Nov. 1933 • AHI**

[Índice:] Notas trocadas em  
Outubro de 1933.

Nº. 51

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 01 de Novembro de 1933.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência as cópias anexas das notas trocadas, durante o mês de outubro findo, entre essa embaixada e o Governo Pontifício, de números 126621, 5 e 127347.

Cumpre-me ainda comunicar a Vossa Excelência que no mês anterior não foi trocada correspondência alguma com o aludido governo.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Doutor Afrânio de Mello Franco,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Anexas as seguintes notas:

Nº. 126621, de 8 de outubro de 1933.

Nº. 5, de 24 de outubro de 1933.

Nº. 127347, de 31 de outubro de 1933.

**OFÍCIO • 01 DEZ. 1933 • AHI**

[Índice:] Notas trocadas em  
Novembro.

Nº. 54

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 01 de Dezembro de 1933.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência as cópias das notas trocadas, no mês de novembro último, com o Governo Pontifício.

Aproveito o ensejo, Senhor Ministro, para renovar a Vossa Excelência as seguranças da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Doutor Afrânio de Mello Franco,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Anexas as seguintes notas:

Nº. 6, de 24 de novembro de 1933.

Nº. 128035, de 28 de novembro de 1933.

**OFÍCIO • 05 DEZ. 1933 • AHI**

[Índice:] Notas trocadas.

Nº. 55

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 05 de Dezembro de 1933.

Senhor Ministro,

Em aditamento ao ofício nº38, de 10 de setembro do corrente ano, desta embaixada, e em conformidade com as instruções contidas no despacho verbal A/7/314.252(785), de 10 de novembro último, tenho a honra de enviar, por cópia, a Vossa Excelência as inclusas notas

trocadas entre esta Missão e o Governo Pontifício, constantes da relação anexa à Circular nº. 791, de 12 de agosto de 1933, que não foram ainda remetidas ao Arquivo dessa Secretaria de Estado.

Aproveito o ensejo, Senhor Ministro, para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Doutor Afrânio de Mello Franco,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Anexas as seguintes notas:

N. 7, de 5 de julho de 1930.

N. 8, de 20 de julho de 1930.

N. 9, de 22 de julho de 1930.

N. 9, de 22 de julho de 1930.

N. 10, de 5 de setembro de 1930.

N. 11, de 18 de outubro de 1930.

N. 12, de 29 de outubro de 1930.

N. 13, de 5 de novembro de 1930.

Nota de 24 de dezembro de 1931.

N. 4, de 8 de setembro de 1932.

N. 98733, de 30 de janeiro de 1931.

N. 100.045, de 20 de 1931.

N. 103353, de 25 de julho de 1931.

N. 110.431, de 8 de abril de 1932.

N. 112315, de 20 de junho de 1932.

N. 114655, de 27 de agosto de 1932.

N. 116034, de 24 de outubro de 1932.

N. 116323, de 3 de novembro de 1932.

N. 116421, de 8 de novembro de 1932.

N. 117411, de 05 de dezembro de 1932.

N. 120242, de 21 de março de 1933.

[Índice:] A atitude do Brasil  
na questão do Chaco.  
Comentários do “*Osservatore  
Romano*”.

Nº. 57

RESERVADO.

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 20 de Dezembro de 1933.

Senhor Ministro,

No meu telegrama reservado nº. 12, de 17 do corrente – em resposta ao despacho telegráfico também reservado, n. 10, do dia anterior, dessa Secretaria de Estado – sobre o comentário do “*Osservatore Romano*”, de 13 do mesmo mês, acerca da atitude do Brasil na questão do Chaco, informei Vossa Excelência dos passos que dei sem demora junto às autoridades do Governo Pontifício para desmentir formalmente as inverídicas afirmações inseridas na crônica Fatos do dia daquele órgão, e não no editorial como transmitiu em telegrama para o “Jornal do Comércio” o seu correspondente em Roma. O aludido tópico, aliás de quatro linhas apenas, sem caráter oficial ou oficioso, passou inteiramente despercebido aqui, tanto que o próprio Diretor Geral da Secretaria de Estado não o havia lido, como me confessou, e eu comuniquei a Vossa Excelência no referido telegrama nº. 12.

Pareceu-me melhor aceitar o amável oferecimento que ele me fez de mandar publicar no órgão do Vaticano um artigo especial sobre a política internacional do nosso país e a aproximação brasileiro-argentina em prol da paz e da tranqüilidade do continente americano. A ratificação expressa desta embaixada daria excessiva importância ao incidente, chamando para o mesmo maior atenção.

O artigo em questão, que ora envio incluso a Vossa Excelência nos recortes do “*Osservatore Romano*”, de ontem, sob o título “A conferência pan-americana de Montevideú”, e cujo resumo comuniquei a essa Secretaria de Estado no meu telegrama nº. 13, de ontem mesmo, depois de fazer um histórico das conferências anteriores e de se referir aos resultados da de Havana e ao programa da de Montevideú, trata da política de aproximação entre o Brasil e a Argentina, coroada pela série de importantes acordos firmados recentemente no Rio de Janeiro pelas duas repúblicas, por ocasião da visita do presidente Justo. Salaria ademais o editorial a benéfica repercussão desses tratados sob o ponto de vista pan-americano e conclui



pondo em relevo as consequências que para a paz do continente terá o Pacto anti-bélico brasileiro-argentino, principalmente no caso do Chaco, diante da unidade de vistas e do espírito de concórdia que têm inspirado a política externa de ambas as nações signatárias.

Igualmente remeto, em anexo, a essa Secretaria de Estado os recortes do "*Osservatore Romano*", de 13 do corrente, contendo o tópico da crônica "Fatos do dia", que motivou o incidente por mim acima aludido.

Tenho a honra, Senhor Ministro, de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Doutor Afrânio de Mello Franco,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Anexos:

Recorte do "*Osservatore Romano*", de 18-19 de dezembro de 1933.

Recorte do "*Osservatore Romano*", de 13 de dezembro de 1933.

**OFÍCIO • 15 JAN. 1934 • AHI**

[*Índice:*] Representação Governo

brasileiro beatificação

3 mártires sul-americanos.

RESERVADO.

Nº. 1

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé

Roma, 15 de Janeiro de 1934.

Senhor Encarregado do Expediente,

Em aditamento ao meu telegrama nº. 1, de 11 do corrente, respondendo ao despacho telegráfico nº. 1, do dia anterior, dessa Secretaria de Estado, cumpre-me levar ao conhecimento de Vossa Excelência que a forma por mim ali sugerida de enviar o Senhor Chefe do Governo Provisório um telegrama congratulatório ao Santo Padre e incumbir-me de

representá-lo especialmente na próxima beatificação dos três mártires sul-americanos, me pareceu a mais adequada visto tratar-se de uma cerimônia muito mais simples que a da canonização, na liturgia católica, e à qual nem o próprio Pontífice assiste. O papa somente comparece em São Pedro à tarde para venerar as imagens dos novos beatos. A meu ver não comportaria tal solenidade prova de maior deferência do nosso governo a Sua Santidade que as acima respeitosamente sugeridas, de acordo com as determinações do mesmo despacho telegráfico.

Brevemente terá lugar, creio que em abril, a canonização do grande apóstolo Dom Giovanni Bosco, fundador da Congregação Salesiana, e cujo nome, de fama universal, está muito ligado à vida religiosa da nossa pátria, pelas obras de evangelização e ensino de seus filhos, alguns dos quais têm ascendido à dignidade episcopal. Então, parece-me, a participação do governo brasileiro poderá ser maior, como será, é de crer, a de outros governos de países católicos.

Quanto às insígnias do Cruzeiro, ousei lembrar a conveniência de serem elas conferidas ao cardeal Secretário de Estado, e aos seus dois auxiliares principais, por que os governos representados junto à Santa Sé porfiam em oferecer condecorações aos colaboradores imediatos do papa, visto que ao Pontífice mesmo não é uso conferi-las. Tanto o cardeal Pacelli, como monsenhor Pizzardo, Sub-Secretário de Estado, ajudaram-me poderosamente para a extraordinária e quase singular rapidez, com que o Santo Padre concedeu o cardinalato a Dom Sebastião, arcebispo do Rio de Janeiro; e monsenhor Ottaviani, Diretor Geral da Secretaria de Estado, é de uma gentileza inexcedível e de uma bondade infatigável para tudo o que eu lhe peço como Embaixador do Brasil. Tais honorificências, pois, se, como espero, forem concedidas, serão sinal de merecida gratidão por serviços já prestados, e penhor, ao mesmo tempo, de amizade e apoio nos interesses que temos junto à Santa Sé.

Tanto mais oportunas as creio desde que ao ilustre Chefe do Governo Italiano foram entregues as insígnias do Cruzeiro, por que, achando-se as duas Cortes nesta mesma cidade, as comparações tornam-se inevitáveis; e eu receio que no Vaticano possam magoar-se, embora silenciosamente, se do Brasil não vier para os seus mais altos dignitários idêntica manifestação de estima do governo brasileiro.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Felix de Barros Cavalcanti de Lacerda,  
Secretário Geral, Encarregado do Expediente do Ministério de Estado das Relações Exteriores.

**OFÍCIO • 27 JAN. 1934 • AHI**

[Índice:] Beatificação dos  
3 mártires da América do Sul.

Nº. 2

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 27 de Janeiro de 1934.

Senhor Encarregado do Expediente,

Os inclusos recortes do "*Messaggero*", de ontem 26, que tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência, põem em relevo as figuras dos missionários jesuítas Roque Gonzalez de Santa Cruz, Alfonso Rodriguez e Juan del Castillo, mártires da América do Sul, que vão ser beatificados amanhã na Basílica de São Pedro. Depois de traçar a biografia de cada um, narra o articulista a obra de evangelização levada a cabo pelos três jesuítas nas famosas Reduções de Caaró e Ijuhy, e seu martírio a 15 de novembro de 1628, quando foram assaltados pelos conquistadores e pereceram em defesa da fé católica e pela glória da Igreja do Novo Mundo.

O fato de haver a beatificação de amanhã despertado a atenção da imprensa de Roma, num órgão como o "*Messaggero*", alheio ao Vaticano e fora da sua influência, mostra a importância do ato litúrgico que se vai realizar em São Pedro e a sua repercussão aqui.

Aproveito o ensejo, Senhor Encarregado do Expediente, para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Felix de Barros Cavalcanti de Lacerda,  
Secretário Geral, Encarregado do Expediente do Ministério de Estado das Relações Exteriores.

Anexo recorte do "*Il Messaggero*", de 26 de janeiro de 1934.

**OFÍCIO • 31 JAN. 1934 • AHI**

[Índice:] Beatificação três mártires

América do Sul. Representação do  
Brasil.

Nº. 3

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 31 de Janeiro de 1934.

Senhor Encarregado do Expediente,

Realizaram-se domingo último, 28 do corrente, na Basílica de São Pedro, as diversas cerimônias de beatificação dos três mártires da América do Sul, Roque Gonzales de Santa Cruz, Alfonso Rodriguez e Juan del Castillo, conforme havia sido previamente anunciado pelo Vaticano. Na manhã daquele dia foi feita a solene proclamação dos novos beatos perante os cardeais da Sacra Congregação dos Ritos pela leitura do "Breve Apostólico", onde Sua Santidade Pio XI exalta a vida gloriosa, as virtudes cristãs e o martírio dos três apóstolos, "heróicos da Companhia de Jesus".

À tarde, em presença do Corpo Diplomático, de numerosos cardeais, bispos, altos dignitários da corte do Vaticano, membros da nobreza e numerosíssima concorrência de fiéis, veio o papa, com o cerimonial de costume, venerar a imagem dos aludidos beatos.

Cumprindo as determinações de Vossa Excelência, expressas no despacho telegráfico nº. 2, de 23 do andante, representei oficialmente o governo do nosso país nas solenidades da beatificação de que trata este ofício, havendo passado à Secretaria de Estado do Governo Pontifício a nota, cuja cópia envio em anexo.

Os inclusos recortes, em duplicata, do "*Osservatore Romano*", de 29/30 do corrente, que ora remeto a essa Secretaria de Estado, narram longamente as cerimônias da beatificação, transcrevendo ademais, na íntegra, o telegrama congratulatório que Sua Excelência o Senhor Chefe do Governo Provisório se dignou dirigir ao Santo Padre na mesma ocasião.

Tenho a honra, Senhor Encarregado do Expediente, de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Felix de Barros Cavalcanti de Lacerda,  
Secretário Geral, Encarregado do Expediente do Ministério de Estado das Relações Exteriores.

Anexo recorte do “*Osservatore Romano*”, de 29-30 de janeiro de 1934.

**OFÍCIO • 05 FEV. 1934 • AHI**

[*Índice:*] Notas trocadas no  
mês de janeiro.

Nº. 4

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 05 de Fevereiro de 1934.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de remeter a Vossa Excelência a cópia da única nota passada por esta embaixada ao Governo Pontifício durante o mês de janeiro próximo findo.

Aproveito o ensejo, Senhor Ministro, para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Felix de Barros Cavalcanti de Lacerda,  
Ministro Interino das Relações Exteriores.

Anexa a nota N.1, de 24 de janeiro de 1934.

**OFÍCIO • 14 FEV. 1934 • AHI**

[*Índice:*] Peregrinação sul-americana  
a Roma. Palavras do Santo Padre.

Nº. 6

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 14 de Fevereiro de 1934.

Senhor Ministro,

Em aditamento aos meus ofícios nº 2 e 3, de 27 e 31 de janeiro último, relativos à beatificação dos três padres jesuítas Roque Gonzales de Santa Cruz, Alfonso Rodriguez e Juan del Castillo, mártires da América Latina, que se realizou há dias na Basílica de São Pedro, tenho a honra de remeter a essa Secretaria de Estado os inclusos recortes, em duplicata, do “*Osservatore Romano*”, de 29/30 do mesmo mês, contendo uma interessante notícia acerca da recepção pelo Santo Padre dos numerosos peregrinos sul-americano que vieram a Roma assistir as aludidas cerimônias religiosas no Vaticano.

Congratulando-se com os peregrinos pelo seu magnífico ato de fé e devoção, o Santo Padre lhes dirigiu afetuosamente a palavra. Após haver posto em relevo o fervor católico que anima os países da América latina, o Sumo Pontífice se referiu à esplêndida lição de martírio dada pelos novos beatos, “heróicos atletas de cristo”.

Esse espírito de martírio, disse o papa, é imprescindível ao mundo atual, e particularmente às nações americanas, em face dos grandes perigos que corre a vida cristã e das graves ameaças à Igreja pelo comunismo e pelo materialismo dissolventes, pelo ateísmo e paganismo que tudo querem destruir. Não só o martírio do sangue como o martírio do trabalho, da perseverança, da fidelidade ao dever, da constância contra todas as dificuldades e obstáculos internos e externos. “Tal martírio no dever – concluiu Pio XI – perseverante e conscienciosamente cumprido na sua continuidade, na sua quase opressora monotonia, é, às vezes, mais difícil que o martírio momentâneo, esse grande sacrifício para o qual a alma se arroja na satisfação dos grandes gestos.”

Aproveito o ensejo, Senhor Ministro, para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Felix de Barros Cavalcanti de Lacerda,  
Ministro de Estado Interino das Relações Exteriores.

Anexo recorte do “*Osservatore Romano*”, de 29/30 de janeiro de 1934.

**OFÍCIO • 18 FEV. 1934 • AHI**

[Índice:] Conferência sobre  
Anchieta no Colégio Pio  
Latino-Americano.

Nº. 7

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 18 de Fevereiro de 1934.

Senhor Ministro,

A fim de comemorar o 4º centenário do nascimento de Anchieta se realizou no Colégio Pio Latino-Americano, nesta capital, uma sessão solene, na qual dissertou sobre a vida e a obra do famoso missionário o Padre Florentino Ogara. O conferencista, depois de traçar a biografia de Anchieta, discorreu acerca da missão evangelizadora do “Apóstolo das Selvas” no Brasil, recordando a fundação pelo mesmo Colégio Jesuíta de Piratininga, em São Paulo, e pondo em relevo o aspecto intelectual e moral da sua obra, ainda no alvorecer da nossa pátria. Mostrou as imensas dificuldades que teve de vencer aquele missionário para levar a cabo a catequização dos índios, o seu sofrimento, a sua abnegação, a sua disciplina de jesuíta, a sua fé, a sua piedade cristã, enfim o sublime apostolado no qual se immortalizou Anchieta.

O padre Ogara ilustrou a sua conferência com muitas projeções luminosas. Os recortes do “*Osservatore Romano*”, de 15 do corrente, que ora remeto inclusos a essa Secretaria de Estado, resumem o aludido trabalho.

Tenho a honra, Senhor Ministro, de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Felix de Barros Cavalcanti de Lacerda,  
Ministro de Estado Interino das Relações Exteriores.

Anexo recorte do “*Osservatore Romano*”, de 15 de fevereiro de 1934.

**OFÍCIO • 01 MAR. 1934 • AHI**

[Índice:] Notas trocadas em  
Fevereiro.

Nº. 8

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé

Roma, 01 de Março de 1934.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de remeter a Vossa Excelência cópia da única nota recebida do Governo Pontifício por esta embaixada durante o mês de fevereiro.

Não obstante estar a aludida nota datada de 26 de janeiro próximo passado, somente a 19 do mês último teve entrada nesta Chancelaria.

Aproveito o ensejo, Senhor Ministro, para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Felix de Barros Cavalcanti de Lacerda,  
Ministro de Estado Interino das Relações Exteriores.

Anexa nota N. 129853, de 26 de janeiro de 1934.

**OFÍCIO • 12 ABR. 1934 • AHI**

[Índice:] 4º centenário de  
Anchieta.

Nº. 13

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 12 de Abril de 1934.

Senhor Ministro,

Os inclusos recortes do "*Osservatore Romano*", de 28 do mês próximo findo, que ora tenho a honra de remeter em anexo, a Vossa Excelência, transcrevem o ato do Governo Pontifício decretando o dia 19 do mesmo mês, de festa nacional, no qual se comemorava o IV centenário do nascimento de Anchieta, glorioso "Apóstolo do Novo Mundo". O aludido retalho traz outrossim breve notícia acerca de todos os festejos comemorativos da data, enaltecendo os sentimentos do Governo e do povo brasileiro na consagração de uma figura de tão grande relevo, como a de Anchieta, na obra dos missionários católicos na América.



Aproveito o ensejo, Senhor Ministro, para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Felix de Barros Cavalcanti de Lacerda,  
Ministro de Estado Interino das Relações Exteriores.

Anexo recorte do "*Osservatore Romano*", de 28 de março de 1934.

**OFÍCIO • 15 ABR. 1934 • AHI**

[*Índice:*] Canonização de  
João Bosco.

Nº. 14

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 15 de Abril de 1934.

Senhor Ministro,

A canonização de dom João Bosco, realizada em São Pedro no domingo de Páscoa, foi a última do ano jubilar, e distinguiu-se por singular esplendor. Calcula-se em cento e cinquenta mil o número dos peregrinos que vieram a Roma, de todos os países do mundo, para assistirem à cerimônia maravilhosa e comovente. A basílica estava apinhada de uma multidão que falava todas as línguas humanas. No cortejo papal, além dos cardeais, dos prelados, e dos dignitários costumados, figuravam numerosos bispos, entre os quais oito pertencentes à Congregação Salesiana. As tribunas do Corpo Diplomático, do patriciado romano, da Ordem de Malta, dos soberanos e príncipes, ofereciam espetáculo raramente visto. O rei da Itália estava pessoalmente representado por seu filho, Humberto, príncipe de Piemonte, que, depois de atravessar a igreja rodeado de um cortejo especial, onde figuravam com os oficiais e diplomatas do seu próprio séquito, os guardas suíços do Vaticano, tomou lugar numa tribuna à parte, junto do solio pontifício. O Governo Provisório e a Nação Brasileira foram representados por mim, de acordo com o telegrama n. 12 dessa Secretaria de Estado em resposta ao meu nº. 8.

A canonização desse santo moderno, italiano pelo nascimento e universal pela ação, foi uma verdadeira glorificação em que às pompas da liturgia se uniram o entusiasmo do povo deste país e a devoção fervorosa das gentes, num testemunho imponente de veneração e afeto que pairou por sobre as fronteiras e os oceanos, abrangendo todos os continentes.

Tenho a honra, Senhor Ministro, de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Felix de Barros Cavalcanti de Lacerda,  
Ministro de Estado Interino das Relações Exteriores.

**OFÍCIO • 20 ABR. 1934 • AHI**

[Índice:] Encerramento do  
Ano Santo.

Nº. 15

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 20 de Abril de 1934.

Senhor Ministro,

Com o solene fechamento da Porta Santa, em São Pedro, pelo papa, a 2 do corrente, segunda feira de Páscoa, se encerrou o Ano Jubilar, iniciado em 1933. Esse ato, com a pompa habitual da corte Vaticana, se realizou em presença de numerosos cardeais e bispos, do Corpo Diplomático, de vários príncipes estrangeiros, da nobreza italiana e de imensa multidão de fiéis que enchia a famosa Basílica. Na mesma ocasião cerimônias idênticas se efetuaram nas Basílicas de São Paulo, São João de Latrão e Santa Maria Maior, por cardeais especialmente designados para tal fim pelo Santo Padre.

O Ano Santo, que acaba de terminar, foi de excepcional importância para a Igreja e atraiu a Roma dezenas e dezenas de milhares de peregrinos vindos de todos os recantos do mundo católico. Durante o seu discurso, especialmente na última quaresma, se realizaram em São Pedro várias beatificações e canonizações. Entre estas convém destacar, pela sua repercussão universal, a de dom João Bosco, de que tratei no meu ofício nº. 14 de 15 do corrente, a essa Secretaria de Estado.

Tenho a honra, Senhor Ministro, de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Magalhães de Azeredo

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Felix de Barros Cavalcanti de Lacerda,  
Ministro de Estado Interino das Relações Exteriores.

**OFÍCIO • 04 JUN. 1934 • AHI**

[Índice:] Notas trocadas.

Nº. 17

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 04 de Junho de 1934.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência, em anexos, as cópias das notas trocadas entre esta embaixada e a Secretaria de Estado de Sua Santidade, nos meses de abril e maio últimos, respectivamente de nº. 2 e 3, e 132260 e 132450.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Celso de Ouro Preto

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Felix de Barros Cavalcanti de Lacerda,  
Ministro de Estado Interino das Relações Exteriores.

Anexas as seguintes notas:

Nota N. 2, de 14 de abril de 1934.

Nota N. 132260, de 19 de abril de 1934.

Nota N. 132450, de 21 de abril de 1934.

**OFÍCIO • 04 JUN. 1934 • AHI**

[Índice:] Posse do Sr. Ouro Preto,  
como Encarregado de Negócios.

Nº. 18

Embaixada do Brasil junto à Santa Sé  
Roma, 04 de Junho de 1934.

Senhor Ministro,

Confirmando o telegrama n.14, expedido a 1º do corrente mês de junho, tenho a honra de informar a Vossa Excelência que, naquela data assumi a direção desta embaixada, na qualidade de Encarregado de Negócios.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos Celso de Ouro Preto

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Felix de Barros Cavalcanti de Lacerda,  
Ministro de Estado das Relações Exteriores.